

**LEOILMA MORAES SILVA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONDICIONALIDADE VINCULADA À  
EDUCAÇÃO: análise do rendimento dos alunos atingidos pelo programa no contexto  
sociopolítico de São Bernardo/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como  
requisito para sua defesa.

Orientadora: Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso

São Luís

2017

**LEOILMA MORAES SILVA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONDICIONALIDADE VINCULADA À  
EDUCAÇÃO: análise do rendimento dos alunos atingidos pelo programa no contexto  
sociopolítico de São Bernardo/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para sua defesa.

Aprovada em 22/03/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso (Orientadora)**

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

---

**Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior**

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

---

**Profa. Dra. Cleonice Correia Araújo**

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Dedico este trabalho às famílias pobres do Maranhão, em especial as rurais do interior, que, assim como minha mãe, ex-roceira e ex-quebradeira de coco, tiveram ou têm suas perspectivas diminuídas ou ceifadas pelas expressões da questão social e migram dos seus espaços de pertença em busca de melhores expectativas de vida, na tentativa de fugirem da barbárie dos seus territórios.

A você, mãe, meu exemplo de luta!

## AGRADECIMENTOS

O meu maior agradecimento a Deus e ao meu Mestre, Jesus Cristo, que me possibilitaram concluir este estudo e superar as dificuldades que se levantaram, transformando-as em aprendizado. A oportunidade das provas requereram-me mais coragem e ânimo, e por trabalhá-las tornei-me mais forte, prudente e convicta do amor do Pai.

A paz ou o equilíbrio interior e as alegrias legítimas e inabaláveis não são outras coisas senão construções diárias, sobretudo quando resgatamos e trabalhamos as últimas forças que pensamos não ter, e cujas práticas darão sentido a frase: “Eu tenho fé!”.

Por conseguinte, estendo minha imensa gratidão ao companheiro que se mostrou leal e compreensivo nos momentos difíceis e de privação, ocasiões de angústia, aflição, doença e tristeza, em que sempre me olhou e disse sem palavras: “Estou contigo!”. Seu apoio e cumplicidade são pilares que têm me sustentado por esses oito anos. Amo você!

Meus agradecimentos à minha amada família. Tudo de bom que sou e faço tem influência de vocês. Agradeço muito a Deus por ter nascido nesta família que não é perfeita, mas que é tão maravilhosa pela capacidade que tem de fazer com que eu me sinta amada.

Agradeço ainda aos meus queridos amigos, os antigos, os novos e os que passaram por mim, pela paciência que me tem e pela compreensão de tantas vezes quanto não pude estar com vocês, assim como pelo arrimo nas ocasiões difíceis, motivação e ânimo para eu não desistir, ajuda naquilo que podiam e, especialmente, por me amarem. Posso dizer, sinceramente, que sou muito feliz pelos grandes amigos que tenho e também pelos que tive.

Reconheço a valiosa colaboração dos interlocutores de São Bernardo/MA, terra que me acolheu com muito carinho, dentre os quais destaco o Sr. Robson Araújo, Sr. Nonato Vaz – “patrimônio do município”, a Profa. Luiza Machado, cujo compromisso educativo é admirável, os ex-colegas de trabalho da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de São Bernardo/MA e os meus ex-alunos também, cujas contribuições foram enriquecedoras.

Por fim, agradeço a minha orientadora, Profa. Franci G. Cardoso, por todo o suporte e direcionamento, bem como aos professores Josenildo Pereira, Marivania Furtado e Marcelo do Espírito Santo, além da coordenação, docentes e funcionários do programa de mestrado, e minha turma 2014. Foi um importante e valioso curso para mim!

E, conhecedora de que possa ter me ausentado de citar o apoio de outros(as) protagonistas que, de algum modo, me ajudaram neste processo de formação, encerro com meus sinceros agradecimentos a todos(as). Muito, muito obrigada!

*A fome dói aqui dentro [barriga], mas dói mais na alma você ver seus filhos pedindo o que comer e, muitas vezes, você não ter nada pra dar. Aí, você manda dormir [...]. Aí, vou pra rede e choro [...], porque a escola que eu tive não deu pra nada... Só pra ter um diploma que “não dá nem pra alimentar” meus filhos [...].*

Helena, 50 anos, roceira, 2016.

## RESUMO

A dissertação problematiza as repercussões do Bolsa Família sobre os alunos atingidos por ele, via o condicionante vinculado à educação formal, e que possam estar além do efeito matrícula e frequência. Para tanto, nos concentramos na seguinte questão: qual a relação entre o Programa Bolsa Família e seu condicionante vinculado à educação, verificada através da exigência de frequência e sua repercussão na aprendizagem dos alunos de São Bernardo/MA, considerando as implicações políticas e econômicas sobre os sujeitos e o espaço atingidos pelo programa no município? O objetivo é analisar as decorrências resultantes dos determinantes apreendidos no território da pesquisa e a relação das partes com a realidade exposta. De tal modo, utilizamos o Método Histórico-crítico dialético como perspectiva teórica-metodológica, além de trabalharmos com a observação participante, entrevistas abertas, Grupos Focais e manuseio de documentos escolares no período de 2015 e 2016, tendo como principais sujeitos da pesquisa estudantes da rede pública atingidos ou não pelo Bolsa Família, mas, igualmente, pobres, matriculados no 3º Ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Deborah Correia Lima, escola com maior número de “beneficiários” do programa situada no município. A configuração das políticas sociais focalizadas e com caráter compensatório e de inserção, especialmente quando vinculadas aos direitos sociais, como a educação, e nas quais se insere o PBF, tem articulado uma concepção tradicional de ensino de preparação para o mercado de trabalho e que ganha fôlego, historicamente, por meio de outras tendências posteriores sob a égide neoliberal, ao tempo que segue na contramão da Constituição de 1988, pois toma a educação escolar como algo que necessita ser “forçado” o acesso pelos sujeitos, sendo que este mesmo acesso é suprimido ou dificultado pelo Estado. Posto isso, os resultados demonstraram que os alunos do Bolsa Família têm rendimento igual ou sutilmente acima dos não atingidos pelas transferências, estando estritamente ligado à frequência, pois quando faltam mais suas notas também diminuem, apesar dos não atingidos comparecerem com uma média maior de ausência. Por sua vez, as faltas dos alunos atingidos estão ligadas ainda as condições objetivas e subjetivas da pobreza que influenciam na sua aprendizagem, o que não chega a ser muito diferente para os não atingidos numa realidade rural. E de forma geral, ambos os grupos percebem desempenhos que revelam aprendizagens efetivas como insuficientes e atribuem isso tanto às condições precárias da escola pública quanto, sobretudo, às contradições político-econômicas que advêm sobre o social de São Bernardo, e que pela expressão coronelista, colonial e oligárquica, submissa a um padrão econômico que tolhe as expectativas de emancipação, imprime desigualdade e exclusão.

## RESÚMEN

La tesis analiza el impacto de la Bolsa Familia en los estudiantes afectados por él y la condición ligada a la educación formal y que puede estar más allá del efecto de matrícula y la asistencia. Por lo tanto, nos centramos en la pregunta: cuál es la relación entre el Programa Bolsa Familia y su condición ligada a la educación, verificado por el requisito de frecuencia y su impacto en el aprendizaje de los estudiantes de San Bernardo/MA, teniendo en cuenta las implicaciones políticas económicas en el espacio afectado por el programa en la ciudad? El objetivo es analizar los determinantes de las derivaciones resultantes se apoderaron del territorio de la investigación y la relación de las partes a la realidad expuesta. De esta manera, usamos el método dialéctica histórico-crítico como una perspectiva teórica-metodológica, además de trabajar con la observación participante, entrevistas abiertas, grupos de enfoque manejo de documentos de la escuela el período de 2015 y 2016, con los sujetos principales de los estudiantes de investigación público afectado o no por la Bolsa Familia, también más pobres, inscrito en el 3º año de escuela secundaria Centro de Educación Deborah Correia Lima, escuela con el mayor número de "beneficiarios" del programa en el municipio. La configuración de las políticas de compensación la inserción sociales centradas, sobre todo cuando está vinculado a los derechos sociales como la educación, en el que se inserta el PBF, han articulado una preparación del diseño tradicional de la educación para el mercado laboral gana aliento, históricamente, a través de otras tendencias más tarde bajo los auspicios neoliberales, el tiempo de seguimiento en contra de la Constitución de 1988, que toma la educación como algo que necesita ser "forzado" el acceso de los sujetos, con el mismo acceso es suprimido o dificultada por el estado. Dicho esto, los resultados mostraron que los estudiantes de la Bolsa Familia tienen un ingreso igual o sutilmente anterior no afectado por las transferencias está estrechamente vinculado la frecuencia, ya que cuando sus notas también están desaparecidos descenso a pesar de no logrado asistir con un promedio más alto de la ausencia . A su vez, la ausencia de los estudiantes afectados todavía están vinculados a las condiciones objetivas y subjetivas de la pobreza que influyen en su aprendizaje, que no llega ser muy diferente de no golpear una realidad rural. Y, en general, ambos grupos se dan cuenta de actuaciones que revelan aprendizaje efectivo como insuficiente atribuyen a ambos el mal estado de la escuela pública, sobre todo, las contradicciones políticas y económicas que surgen las circunstancias sociales de San Bernardo, expresión propietario de tierras, colonial y oligárquica, sumiso a un modelo económico que dificulta la emancipación de las expectativas, la desigualdad y la exclusión de impresión.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– O círculo vicioso da fome.....	92
Figura 2	– Eixos articuladores do Projeto Fome Zero.....	94
Figura 3	– Número de matrículas dos atingidos pelo Bolsa Família na Rede Estadual de Ensino Médio de São Bernardo/MA, classificados por escola/área de atendimento no município.....	118
Figura 4	– Espaços de aprendizagens e equipamentos do CE Deborah Correia Lima (Código: 21136262), segundo o INEP.....	120
Figura 5	– Percentual de docentes cujo esforço para o exercício da profissão é considerado elevado no CE Deborah Correia Lima (Código: 21136262), segundo o INEP.....	121
Figura 6	– Resultados do ENEM 2015 por Escola do CE Deborah Correia Lima.....	128
Figura 7	– Resultados do ENEM 2015 por Escola do CE Dr. Henrique Coutinho....	129
Figura 8	– <b>Comparação das taxas de abandono escolar entre os alunos do PBF e demais alunos do ensino médio da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). (Em %)</b> .....	132
Figura 9	– <b>Comparação das taxas de aprovação escolar entre os alunos do PBF e demais alunos no ensino fundamental da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). (Em %)</b> .....	132

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	–	Proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> nominal.....	28
Tabela 2	–	Taxa de Rendimento Escolar do CE Deborah Correia Lima – Ano base 2014 e 2015.....	127
Tabela 3	–	Taxa de Rendimento Escolar do CE Dr. Henrique Couto – Ano base 2014 e 2015.....	128
Tabela 4	–	Comparação entre faltas e <b>maior média</b> das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, atingidos e não pelo PBF – <b>2ª Ano (2015)</b> .....	133
Tabela 5	–	Comparação entre faltas e <b>menor média</b> das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, atingidos e não pelo PBF – <b>2ª Ano (2015)</b> .....	133
Tabela 6	–	Comparação entre faltas e <b>maior média</b> das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, atingidos e não pelo PBF – <b>3ª Ano (2016)</b> .....	134
Tabela 7	–	Comparação entre faltas e <b>menor média</b> das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, atingidos e não pelo PBF – <b>3ª Ano (2016)</b> .....	134

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	11
<b>2</b>	<b>O CONTEXTO DA PESQUISA DE CAMPO: legados políticos, ruralidade e pobreza em São Bernardo/MA.....</b>	27
<b>2.1</b>	<b>São Bernardo/MA: território de jogos políticos, oligarquias, pobreza e suas expressões.....</b>	31
<b>2.2</b>	<b>Ruralidades e a configuração da questão da pobreza em São Bernardo/MA.....</b>	61
<b>3</b>	<b>A POBREZA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: programas assistenciais de enfrentamento nos governos do Partido dos Trabalhadores.....</b>	85
<b>3.1</b>	<b>Questão social e pobreza: fundamentos conceituais.....</b>	85
<b>3.2</b>	<b>O Bolsa Família como principal programa de combate à fome e a pobreza nos Governos PT e sua condicionalidade vinculada à educação.....</b>	92
<b>4</b>	<b>IMPACTOS DA CONDICIONALIDADE DO BOLSA FAMÍLIA VINCULADA À EDUCAÇÃO NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE SÃO BERNARDO ATINGIDOS PELO PROGRAMA.....</b>	117
<b>4.1</b>	<b>Estrutura e processos pedagógicos de ensino da escola-campo.....</b>	117
<b>4.2</b>	<b>Frequência x competência de aprendizagem: uma análise das repercussões do Bolsa Família na aprendizagem dos alunos atingidos pelo programa em São Bernardo/MA.....</b>	131
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	149
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	155

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos são os que analisam o Programa Bolsa Família sob o ponto de vista de que ele contribui, embora não solucione, para minimizar os efeitos perversos da pobreza, sobretudo em regiões mais precárias e subjugadas por ela, e onde a subordinação da classe trabalhadora pobre é influenciada por ideologias que reúnem poder e capital para mantê-la na inconsciência política e com poucas forças para se mobilizar a partir da consciência de classe.

Os efeitos perversos da pobreza são percebidos por toda parte onde ela é gerida como recurso do capital para se manter e conservar sua ordem sobre os oprimidos e explorados; sobretudo, nas regiões onde a democracia se encolhe e governa, disfarçadamente ou não, arranjos políticos de sustentação de oligarquias, seja por mandonismos ou coronelismos. Assim, esses efeitos se tornam mais perceptíveis porque condicionam o povo e regiões de controle a um desenvolvimento ínfimo e problemático impregnado da ausência de perspectivas de mudanças concretas, atrelada ao medo de uma organização política para demandar tais mudanças devido ao temor da repressão por esses arranjos políticos.

Já os que desaprovam o Bolsa Família o fazem por vários motivos. Alguns, escolarizados ou não, citam que o programa induz as pessoas ao comodismo, a não quererem trabalhar, sejam empregadas ou em suas terras, e isso desmotiva o plantio e estimula a dependência do benefício. Dessa forma, elas deveriam buscar trabalho em detrimento da dependência das transferências. Por outro lado, alguns beneficiários alegam que os obstáculos que enfrentam para cultivar e colher, além de comercializar o excedente, e de se alimentarem em tempos de “lavoura fraca”, bem como a instabilidade do trabalho, sua pouca oferta e postos, além da ausência ou dificuldade de se ter a carteira assinada, principalmente em contextos rurais e/ou onde se tem sujeitos com pouca ou nenhuma escolarização ou formação específica os induz a preferir não arriscar a suspensão e/ou perda do benefício, pois o fato de adquirirem uma renda maior, que supera os parâmetros estabelecidos para inserção e permanência no programa, implica na interrupção e/ou cancelamento dos repasses, e posterior desligamento do beneficiário, e que sua reinserção ao programa poderia ser bem mais difícil e demorada. Entretanto, estes dois grupos concordam que o governo, ao invés do programa, poderia propiciar mais emprego e trabalho à população, além de alternativas que contribuam, de fato, com quem trabalha com a terra, especialmente os pequenos agricultores.

Outros, com nível acadêmico aos quais nos alinhamos, assinalam que as transferências de renda, por si só, não melhoram as condições do povo que as recebem e que necessitariam de ações mais profundas no âmbito do trabalho para que as condições reais se

modificassem. Porém, quais as possibilidades concretas de ações significativas na esfera do trabalho ocorrerem e chegarem às regiões mais punidas pela pobreza em relação ao tempo de espera das famílias castigadas por ela? Quanto tempo levaria para que essas ações atingissem as pessoas que mais precisam delas para mitigar seu sofrimento familiar e social, num sistema capitalista manipulador que lida com as carências das pessoas de acordo com seus interesses políticos e econômicos? Até isso ocorrer, provavelmente, reviveríamos as cenas onde famílias e crianças subnutridas migravam, ostensivamente, em busca de perspectivas de vida, de se alimentarem e conseguirem resistir à desumanidade da pobreza, além do mais severo: um contingente de sujeitos tendo como causa primária da morte a subalimentação e a fome.

Portanto, numa simples ou complexa análise, muitos são condicionados a pareceres e dúvidas inquietantes que se sobrepõem e içam a reflexão sobre o programa, sobretudo quando caminham para um exame mais profundo da sua efetividade, sob pena de serem desviados pelos equívocos interpretativos ao rejeitarem ou não apreenderem as reais convergências do Programa Bolsa Família sobre as condições materiais de vida das pessoas que dependem dele e os fetiches que se extraem e se escondem por trás do programa, enquanto política de proteção social e de transferência direta de renda sob a égide capitalista.

De tal modo, as versões existentes sobre o Bolsa Família não esgotam as suas possibilidades de análise, pois a cada ótica diferente que se enxerga seus movimentos, sentidos e contradições, conseguimos encontrar uma nova e oponente indagação. Assim, nesta dissertação, apresentamos uma análise da relação entre o Programa Bolsa Família e seu condicionante vinculado à educação, através da exigência de frequência e sua repercussão no rendimento e aprendizagem dos alunos atingidos por ele no Município de São Bernardo/MA, bem como as implicações políticas, econômicas e sociais sobre os sujeitos e o espaço, igualmente, atingidos pelo programa. Para isso, desenvolvemos por dois anos (2015 e 2016) uma pesquisa de campo em São Bernardo, vivenciando a realidade aprendida por meio da observação participante e aplicação de entrevistas abertas, e tendo o Método Histórico-crítico dialético como perspectiva teórico-metodológica para analisar as intercepções entre as percepções dos interlocutores da pesquisa, a realidade concreta de incidência do programa e as práticas sociais e político-econômicas sobre o território de estudo.

O Método Histórico-crítico dialético requer, para sua adequada utilização como perspectiva teórico-metodológica, o entendimento sobre a forma de apreender e analisar a realidade social. Assim, no processo de pesquisa, o pesquisador deve atentar ao modo pelo qual considerará os determinantes que possam influir e se integrar na realidade examinada,

visto que ela, concordando com Tonet (2013), é um complexo histórico e social movente e movido pelas ações de sujeitos históricos e sociais.

Sendo o objeto de estudo a consequência de específicos processos sociais, com características e natureza própria, Tonet (2013) acentua que, em relação ao método de análise, o processo de conhecimento da realidade pesquisada implica três expressões fundamentais: pormenores, formas de desenvolvimento e conexão íntima. A primeira entende que a realidade é composta de partes e cada uma um complexo de menor ou maior amplitude, sendo necessário alcançar as de menor complexidade, por serem os elementos basilares do objeto; a segunda, formas de desenvolvimento, expressa que a realidade é dinâmica, sempre em transformação de uma categoria a outra, e, por isso, as mediações que motivam e incidem sobre esse trânsito devem ser apreendidas; na terceira, se afirma a conexão íntima entre as partes e que somente o conhecimento e compreensão dessa conexão possibilitam a captura concreta da realidade material estudada.

Dado essas três expressões, é preciso considerar, posteriormente, acrescenta Tonet (2013), que somente a percepção da totalidade das partes e o modo como elas se articulam entre si e com o todo, sob específica ordem, hierarquia e contradições em permanente processo de concretização, permitirá compreender seus sentidos específicos, que só se manifestam quando alcançados e percebidos como momento de um conjunto, decorrente de um processo pelo qual cada parte atingiu natureza e particularidade própria que constituíram sua totalidade; ou seja, a relação entre os momentos, entre eles e as partes, e entre elas com o todo, sob a regência deste, além da passagem de um momento para o outro, são expressões inerentes à realidade observada e, por isso, requerem ser, cuidadosamente, apreendidas.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. (MARX, 1859, não paginado).

Sob a tarefa de analisar o condicionante do Programa Bolsa Família vinculado à educação, na realidade de São Bernardo, município maranhense, o Método Histórico-crítico dialético nos adverte que não se pode captar a totalidade que configura o objeto a ser investigado se não entendermos a sua essência e a relação desta com a aparência que nos é perceptível de imediato, já que essência e aparência não são configurações contrárias ou isoladas, mas íntimas e recíprocas, e que fazem a totalidade existir. Sobre isso, Tonet (2013, p. 117), nos informa que “[...] o conhecimento da realidade implica a captura do complexo

processo de articulação entre essência e aparência e o modo específico como isso se dá em cada objeto [...], pois sem essência não existe nem unidade e nem permanência”.

O Bolsa Família foi eleito como tema de estudo por alçar inquietação em relação à sua associação com um número volumoso de matrículas e frequências de alunos atingidos por ele, mas sem correspondência real com o desempenho e aprendizagem escolar desses estudantes, além da promoção de outras significativas ações para alcance. Suas ações mais diretas no ambiente escolar se limitam as exigências do cumprimento das condicionalidades matrícula e frequência para acesso ao benefício, e a notificação das escolas quando os alunos apresentam baixa frequência, solicitando que elas emitam parecer sobre o que ocorre, bem como medidas de contenção e superação dessa situação, cobrado, diretamente, pelas Coordenadorias do Bolsa Família em cada município – esta é a nossa aparência.

Todavia, a busca pela essência reside em analisar os determinantes do programa e suas manifestações no ambiente escolar considerando matrícula, frequência, rendimento, desempenho e aprendizagem, bem como as relações que interagem e resultam disso, e que dão sentido à totalidade em que estão inseridas e ao movimento visível que vemos. Por isso, é imprescindível romper com a falsa concretividade das representações abstratas sobre o Programa Bolsa Família e sua relação com a educação escolar, e investigar a materialidade do movimento real que se encobre na síntese da sua aparência externa que chega até nós.

Vale destacar, relativo à aparência e essência, que o capitalismo propicia à realidade social uma configuração alienadora em relação à divisão social do trabalho e o capital, conferindo conjuntura desumanizadora sobre a esfera social. Neste processo, o Bolsa Família mostrou-se como programa de transferência direta de renda com fortes impactos sobre a população mais pobre, sob o intuito de avançar contra a pobreza e suas variantes através da geração direta de renda para atender necessidades pontuais, e, a curto prazo, segundo sua política, minimizar as desigualdades sociais através de condicionalidades na saúde e educação – utópico se bem vemos! Já que, para isso, teriam que haver alterações na estrutura do trabalho e consciência de classe, nutrindo os sentidos concretos da emancipação, para que, a partir disso, se caminhasse para outro sistema político-econômico, pois neste, o capitalismo, a pobreza e a ignorância são efeitos necessários para sua manutenção.

O Programa Bolsa Família se dirige, principalmente, às famílias que não conseguem rendimento mensal suficiente para se alimentarem e que são classificadas a partir de parâmetros pré-estabelecidos pelo programa para sua inserção, e que se estendem a gestantes, nutrizes, crianças e jovens, de 6 a 17 anos. Além da questão da pobreza o programa tem por intuito contribuir na erradicação do trabalho infantil, conforme sugere o Decreto

Federal nº 5.209/2004 que regulamenta o Bolsa Família, permitido apenas em casos de adequação à idade e as condições de trabalho estabelecidas em lei própria.

A relação trabalho e escola sempre foi uma questão delicada em países subdesenvolvidos, pois muitas crianças e jovens se ausentam das salas de aulas para ajudarem no sustento familiar. E quando tentam correlacioná-los terminam, por vezes, exibindo baixo desempenho, que logo se reflete no rendimento, desestímulo, evasão ou abandono escolar.

Marx, ao analisar as condições de vida dos trabalhadores ingleses na fase de afirmação do capitalismo industrial moderno, bem como a legislação trabalhista da época, nota que a lei inglesa anterior a 1844 permitia a contratação de crianças para o trabalho nas fábricas, mas sob a condição de que os patrões apresentassem, quando solicitado por fiscalização, atestado de frequência escolar. (RODRIGUES, 2011).

[...] Marx concluiu que o tipo de educação dado às crianças operárias era tão precário, que só poderia servir para perpetuar as relações de opressão às quais essas crianças estavam sujeitos. O descaso era tanto que qualquer um que tivesse uma casa e alegasse ser ali uma escola poderia fornecer os “atestados de frequência às aulas” de que as fábricas precisavam para livrar-se da fiscalização. (Ibid., p. 42).

E qual o tipo de educação dada aos alunos, hoje, nas escolas públicas, notadamente em territórios mais explorados pelo capital e sua ideologia, e castigados pela pobreza e serviços públicos inadequados, senão a sua expressão limitada e opressora, encorpada por instituições inapropriadas às condições de ensino? Não seria uma educação que nutre as condições de opressão por escolarizar parcela exponencial de oprimidos que, adiante, ao não alcançarem as condições de sustento das suas necessidades básicas precisarão da assistência pública traduzida em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, perpetuando a passagem do “cartão” de pais para filhos? Não será esta a educação escolar pública que temos, vemos ou ignoramos ver? Qual o sentido dessa educação vinculada a programas de transferência de renda, como, no caso, o Programa Bolsa Família?

Segundo Marx, não há educação comum, pois ela se diferencia de acordo com o conteúdo de classe ao qual está submetida, podendo ser uma educação para alienação ou para emancipação. Realça ser contra a educação escolar de meio período como um “mero depósito” de alunos, uma vez que a educação praticada deveria ser voltada para a ruptura da alienação do trabalho provocada pela sua divisão. Dessa forma, os conteúdos vislumbrariam devolver a consciência de classe e percepção geral do processo produtivo, pois somente o conteúdo doutrinário ou a visão fracionada do processo produtivo não permitiriam romper com a passividade do trabalhador diante da ideologia dominante. (RODRIGUES, 2011).

Daí, é perceptível vermos, hoje, que escolas públicas para a classe trabalhadora não conhecem ou não absorveram, ou ainda optam por ignorar tal perspectiva de Marx, que norteia a perspectiva histórico-crítica da função social e política da escola, que,

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 1999, p. 42).

Possivelmente isso ocorre em decorrência da própria ideologia capitalista à qual estão submissas escolas e seus trabalhadores, bem como nosso sistema educacional que delibera sobre o modo como a educação formal é ofertada e desenvolvida, contribuindo para a alienação de estudantes inseridos nesse universo. De outro modo, as instituições que ousam compartilhar da perspectiva de Marx, como as que se intitulam escolas de tempo integral, o fazem, na sua maioria, de modo equivocado nos seus objetivos de ensino e pedagógico-didáticos, posto que ainda não se apropriaram ou rejeitam, na sua proposta de ensino e contraturno, a necessidade de unir educação intelectual (consciência de classe e domínio do trabalho intelectual), física (educação do corpo) e tecnológica (manejo dos instrumentos do processo produtivo), alavancando duas questões que se fazem pertinentes e, muitas vezes, imperceptíveis na discussão sobre que escola pública se oferta aos dominados.

A grande questão que se coloca **do ponto de vista da classe dominante é então como organizar e transmitir o conhecimento aos dominados da maneira mais inofensiva que for possível.** Consequentemente, uma questão equivalente se coloca **do ponto de vista do dominado: como reapropriar-se do conhecimento da maneira mais eficiente que for possível?** Ainda que esse ponto de vista não se explicita, ele pode ser lido, desde que exista vontade política para fazer essa leitura. Basta constatar o sacrifício de cada família individual para colocar e manter seus filhos na escola, e a prática de organização coletiva para conseguir escola. (MELLO<sup>1</sup>, 1982, p. 55-56 apud SAVIANI, 2011. p. 28-29, grifo nosso).

Sob o contexto da citação é perceptível entender a prática do ensino do “salve-se quem puder”, interpretando-o como escola pública para poucos e ensino para aqueles que conseguirem frequentar e aprender em meio a todas as adversidades a que são submetidos.

A respeito das adversidades que se distribuem no contexto externo da escola, mas que implicam tanto quanto o interno, o Bolsa Família desponta como programa para viabilizar certa segurança na escolarização de crianças e jovens através de fiscalizações sobre as matrículas e frequências em escolas públicas. No entanto, conjecturamos que essa segurança

---

<sup>1</sup> MELLO, G. N. de. **Magistério de 1º grau**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

não se faz tão imaculada, apenas pelo preceito de garantir educação escolar para as massas populares, desprovida do ponto de vista dos interesses dominantes.

A educação formal, desde a infância das sociedades, assistiu a diferentes ofertas e modelos educacionais que a regularam e se estabeleceram no sentido de dar consistência à formação da força de trabalho necessária ao processo produtivo. Desta forma, considerando as habilidades e competências requeridas do sujeito durante essa formação, se fez indispensável garantir sua escolarização, sobretudo nos espaços formais de ensino que obedecem a um currículo padronizado pelo sistema educacional e regulado pela economia capitalista, não só pela necessidade de desenvolvimento da força produtiva como, a partir dela, instrumentalizar esse sujeito, de modo elementar, para participar da sociedade urbano-industrial, que, por sua vez, exerce vigilância e exigências sobre ele e a escola, e suas formas de produção e consumo.

Portanto, posto que a educação formal ao tempo em que serve ao trabalhador, dando-lhe instrução, submete-o e submete-se ao padrão capitalista, que usufrui de lógicas para manter certa escolarização e nutrir seu domínio, aderimos a Saviani (1996, p. 05) porquanto “a lógica dialética não tem por objeto as leis que governam o pensamento enquanto pensamento. Seu objeto é a expressão, no pensamento, das leis que governam o real. [...] Pode, pois, ser denominada a lógica dos conteúdos, por oposição à [...] lógica das formas”.

Nisso, cabe considerar quanto à função social da escola que orienta a formação do sujeito social que sua definição é inerente aos contextos e territórios sociais, e, por isso, imbuída da subjetividade filosófica, sociológica, política e econômica que atravessa a forma como é valorizada e utilizada; ou seja, ela pode se apresentar sob diferentes concepções, representações e usos, dependendo do seu caráter valorativo em determinado tempo e sistema social. Assim, para apreender a lógica com que é disposta e os mecanismos que usufruem dela, como, respectivamente, um sistema econômico e uma política de estado, é fundamental entender, antes, a lógica dos interesses que estabelecem a lógica dos conteúdos que estão impregnados na forma como é empregada e manipulada pela economia e pelo estado.

Assim posto, o Método Histórico-crítico dialético nos orienta que, para apreender o objeto de estudo, no caso as repercussões da condicionalidade do Programa Bolsa Família vinculada à educação na aprendizagem dos alunos atingidos por ele no contexto sociopolítico e econômico de São Bernardo, analisando a relação entre frequência e competência escolar, é imperativo partir e chegar ao concreto-real usando o concreto e o abstrato como momentos desse processo de conhecimento; ou seja, da captação do concreto-real pelo pensamento.

No bojo da perspectiva teórico-metodológica adotada estabelecemos critérios, procedimentos e instrumentos para a articulação e execução da análise sobre o objeto de

estudo no território da pesquisa, o Município de São Bernardo/MA, *locus* da investigação empírica. E sendo a renda uma variável importante ao Programa Bolsa Família e tal município não ser considerado como o de menor renda *per capita* no Maranhão pelo Censo IBGE 2010, ele, na sua essência, compactua com o perfil das regiões nordestinas amparadas pelo programa devido às condições concretas do lugar, que tivemos a oportunidade de acompanhar e legitimar por meio das relações sociais, políticas e econômicas que se estabelecem, conhecidas através da vivência do cotidiano nos anos de pesquisa, das percepções dos bernardenses sobre o lugar, da convivência com o dia-a-dia das escolas municipais, por meio da supervisão docente dos estagiários da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus São Bernardo, e do trabalho como docente na instituição. Ademais, a escolha do território se deu pela forte expressão política porque é conhecido, o coronelismo, que incide sobre as esferas econômicas e sociais da região através das suas práticas inerentes.

A partir disso, para delimitação da escola pesquisada, selecionamos uma instituição com oferta de Ensino Médio na cidade, pertencente à Rede Estadual de Ensino, com maior número de matrículas de jovens atingidos pelo Programa Bolsa Família nessa etapa, o que nos levou ao Centro de Ensino Deborah Correia Lima, situado na sede do município, e chamado, neste estudo, de escola-campo. Nesse universo, nomeamos o 3º Ano escolar como amostra, a partir, novamente, da maior número de matrículas de alunos atingidos pelo programa. A qualificação desse ano de ensino considerou ser ele a etapa final da Educação Básica e, após isso, haver a abertura para o mundo do trabalho como demanda social; além disso, ponderou sua submissão à realização bianual da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), efetivada nesse seguimento, que visa avaliar a eficiência da Educação Básica a partir do rendimento do aluno na avaliação, somado ao preenchimento de questionários socioeconômicos. Os resultados dessa avaliação servem de referência para o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referente ao Ensino Médio.

Por conseguinte, estabelecemos como sujeitos da pesquisa estudantes pobres atingidos ou não pelo benefício do Bolsa Família, definidos a partir das suas frequências e notas para aprovação do 2º Ano (2015) para o 3º Ano (2016), expresso nos boletins escolares e traduzidos como rendimento, onde comparamos, posteriormente, com as frequências e notas obtidas no 3º Ano. Trabalhamos também com os professores e familiares dos alunos classificados, gestão da escola e representantes das coordenadorias local do Bolsa Família, para alçar aspectos relevantes ao problema de estudo e poder apreender seus determinantes.

No processo de análise das frequências, notas e competência escolar – termo que usaremos como correspondente a aprendizagem significativa dos alunos atingidos pelo Bolsa

Família em São Bernardo e que chamaremos de “alunos do Bolsa Família”, acessamos documentos como o Acompanhamento de Frequência Escolar do Programa Bolsa Família, gerado pelo Sistema Frequência da Coordenadoria Municipal do Programa Bolsa Família na Educação em São Bernardo/MA, e os dossiês e boletins do 2º Ano (2015) e 3º Ano (2016) dos alunos selecionados para pesquisa, que nos possibilitou conferir as frequências e notas escolares que atribuem resultados sobre o rendimento desses estudantes na escola e, no tocante aos atingidos, para o programa.

O manuseio dos dossiês e boletins contribuiu para qualificar os alunos e suas respectivas famílias, que adotou o seguinte roteiro: inicialmente, classificamos o 3º Ano do Ensino Médio vespertino (2016) da escola-campo com maior número de estudantes atingidos pelo Bolsa Família (lembrando que a referida escola já possui número expressivo de matrículas de atingidos no município, como exposto na Figura 3); em seguida, através de nova pesquisa nos dossiês escolares dessa turma, selecionamos entre os 57 alunos da classe aqueles que cursaram, igualmente, o 2º Ano vespertino na escola-campo em 2015, o que nos levou a 47 estudantes, dentre os quais, por meio de nova busca nos dossiês, agrupamos entre os que são e não são atingidos pelo PBF. Trabalhamos em cima dessa amostra, analisando a média das maiores e menores frequências e notas escolares, tanto no 2º como no 3º Ano, obtendo resultados em forma de média aritmética simples, conforme Tabelas 4, 5, 6 e 7.

A ideia ao analisar as frequências e notas escolares dos alunos qualificados por meio dos seus resultados apresentados no 2º e 3º Ano do Ensino Médio é, sobretudo, capturar suas percepções de aprendizagem inerentes ao ensino escolar e as interferências do contexto sociopolítico e econômico sobre elas. Além disso, interessou-nos relacionar as médias escolares alcançadas pelos alunos do 3º Ano (2015) com a amostra dos resultados da ANEB aplicada no mesmo ano, para termos um indicador de referência elaborado pelo Estado acerca do ensino ministrado na escola-campo nesse período em relação à aprendizagem demonstrada pelos alunos. Todavia, a escola não foi submetida, como escola amostral, à ANEB 2015<sup>2</sup> e isso impossibilitou-nos de efetivar a intenção. Por outro lado, sua ausência na ANEB impediu-lhe de gerar dados para compor o cálculo do IDEB e com isso a escola-campo CE Deborah Correia Lima não exibiu esse índice em 2015.

Os resultados do Ideb 2015 para escola, município, unidade da federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram da Prova Brasil/Saeb 2015 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas ao Censo Escolar 2015. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio Ideb e metas estabelecidas ao longo do

---

<sup>2</sup> Os resultados da ANEB 2015 foram divulgados a partir de agosto de 2016, conforme expresso na Portaria nº 174, de 13 de maio de 2015, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

horizonte do PDE, ou seja, até 2021. (MINISTÉRIO da Educação/INEP, 2015, não paginado).

Vale ponderar que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é constituído da Prova Brasil, que recebe o nome oficial de Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais ampla e detalhada, e com foco em cada escola; da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEBC), conhecida como SAEB por trazer os mesmos atributos e efetivar-se por amostra das Redes de Ensino em cada unidade federativa e possuir foco nas gestões dos sistemas educacionais; e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que avalia a qualidade do ciclo de alfabetização das redes públicas.

A observação participante foi a técnica usada para captar o contexto da produção da realidade investigada em São Bernardo, referente aos aspectos políticos, econômicos e sociais, a partir da proximidade e relação direta com os interlocutores da pesquisa no próprio campo, interagindo para adquirir dados e informações, e apreender a totalidade em que se produziam. Ela permitiu validar questões relevantes que se vincularam aos fatos, percepções, representações e contradições entre pensamento e práticas vividas por esses interlocutores, e somente capturadas durante o convívio com eles, que se estabeleceu, como dito, no período de dois anos. A experiência contemplou interlocutores de várias idades e profissões, com destaque para os bernardenses entre 45 e 85 anos, antigos moradores da cidade, que ajudaram a conhecer a conjuntura local e práticas políticas dos primeiros governos municipais.

Posto isso, para complementar e correlacionar dados e informações geradas pela observação, utilizamos entrevistas abertas com os interlocutores. A opção pelo instrumento foi para que pudessem se sentir “mais à vontade” e estimulados a falar sobre os temas provocados, sendo que as perguntas objetivaram aprofundar questões apreendidas pelo convívio com a dinâmica das relações, na realidade concreta do campo. Nesse sentido, as entrevistas com os sujeitos externos<sup>3</sup> e internos<sup>4</sup> da escola-campo propiciou capturar e analisar o concreto-real das relações e efeitos que se determinavam a partir dos arranjos políticos e econômicos sobre a esfera social, além de sua relação e questões ligadas ao tema da pesquisa.

As informações coletadas nas entrevistas com os representantes locais da Coordenadoria Municipal do Programa Bolsa Família na Educação e da Coordenadoria Municipal do Programa Bolsa Família, responsável pelo cadastro e acompanhamento das famílias beneficiárias e vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bernardo/MA, permitiram conhecer os softwares governamentais que manuseiam para

---

<sup>3</sup> Sujeitos externos à escola-campo: comerciantes, funcionários públicos, trabalhadores do campo, autônomos, trabalhadores não assalariados e assalariados de outras atividades e representantes do poder público.

<sup>4</sup> Sujeitos internos da escola-campo: gestor, professores, estudantes e seus familiares.

alimentação e supervisão dos dados das famílias e alunos atingidos, assim como dos procedimentos e justificativas realizadas para cadastro, bloqueio e suspensão do benefício, e cumprimento dos condicionantes, onde verificamos que estas ações se dão através de medidas conjuntas entre as coordenadorias, pois ambas precisam e dependem do permanente diálogo entre si para não incorrerem em práticas arbitrárias e equivocadas contra as famílias inseridas no programa. Igualmente, conhecemos as percepções dos coordenadores sobre a efetivação do Bolsa Família no município e sobre suas condicionalidades impostas e acompanhadas pelo poder público, além da sua operacionalização na realidade escolar.

Nas entrevistas com os alunos do 3<sup>a</sup> Ano, contemplados no estudo, e seus respectivos familiares e professores foi utilizado a técnica de Grupo Focal, que privilegia a tomada do ponto de vista de múltiplos sujeitos com interesses correlatos. Foram reunidos grupos de acordo com os pares, na própria escola-campo e em dias e semanas alternadas, para que ficassem familiarizados com a pesquisa e se sentissem abertos a falar na ocasião das perguntas ou mesmo sem elas. Foi trabalhado um roteiro de questões abertas somente para orientação, sendo que elas foram adaptadas de acordo com os grupos para que se tornassem mais compreensíveis e menos embaraçosas. A ideia era que outras perguntas fossem surgindo conforme a interação dos diálogos dos entrevistados ao se perceberem bem em falar, assim como a relevância do que fossem dispendo como informação.

De modo geral, as entrevistas abordaram o ensino e o cotidiano da escola, a participação da família na vida escolar e a relação e influência do Bolsa Família sobre a educação e a escola, especialmente quanto as suas implicações sociopedagógicas ou no rendimento e aprendizagem escolar, além de como percebem o programa, as famílias e alunos atingidos por ele, mas também os que não são atingidos, mas da mesma forma pobres.

Com isso, os Grupos Focais tiveram a seguinte projeção:

Os alunos atingidos expuseram suas experiências e expectativas antes e depois do atingimento pelo Programa Bolsa Família, e todos (atingidos e não) colocaram suas opiniões e perspectivas sobre a política, economia e educação no município, inclusive com relação ao programa, além de fatores e condutas que influem sobre seu desempenho e aprendizagem escolar. Repetimos com os estudantes as mesmas perguntas lançadas abaixo aos professores, mas de forma ajustada, assim como outras: se complementam o ensino da escola com rotinas de estudos; se os pais os motivam a estudar; se enfrentam dificuldades para estudar e quais são; se trabalham e por que, e em que atividades e condições; e sobre as atividades dos pais. As questões foram postas de modo informal para que se expressassem mais confortavelmente. Como resultado, ao término da entrevista, um grupo de alunos perguntou se poderia continuar

a falar e se ainda iria ter outros tipos de conversas como aquela. Respondemos que não, mas voltamos a conversar sobre os assuntos, deixando-os que se manifestassem livremente.

As famílias ouvidas falaram também sobre política e economia local, assim como renda, trabalho e cotidiano da família que abrange os discentes e suas rotinas de estudo, além da percepção da escola, dos seus processos de ensino, da relação da família com a instituição e o acompanhamento do aluno na escola e em casa, da influência do Bolsa Família nessa relação, da contribuição do programa para a renda familiar, dos seus condicionantes ligados à educação e sua repercussão na vida escolar dos alunos, dos efeitos do programa na economia do município e na perspectiva de vida local.

Em relação aos professores tentamos mobilizar os que ministram as principais disciplinas requeridas nas avaliações nacionais. Contudo, dado as limitações dos dias e horários das disciplinas, e condições eventuais, conseguimos reunir somente os professores das áreas de Física, Química, História, Matemática, Educação Física e Inglês, faltando os de Biologia, Geografia, Filosofia, Sociologia, Arte e, especialmente, o de Língua Portuguesa, que até maio de 2016 não havia sido disponibilizado para a escola. As perguntas se fizeram em torno do ensino ministrado, envolvimento dos pais, professores, alunos e comunidade com a escola, recursos didáticos, rotinas e condições de trabalho, dinâmicas e metodologias em sala de aula, rendimento, desempenho e aprendizagem dos alunos, ENEM, ANEB, IDEB, relação do Bolsa Família com a frequência, rendimento, desempenho e aprendizagem escolar, além da percepção das condições sociais, políticas e econômicas de São Bernardo.

A gestão foi submetida às mesmas questões dos professores, só que remodeladas a ela, além de outras inerentes à estrutura, funcionamento e organização pedagógica da escola, e suporte à coordenadoria local do Bolsa Família na Educação com relação ao provimento de informações sobre a efetivação dos condicionantes e outras intrínsecas.

Nesse conjunto metodológico a análise de discurso é empregada como estudo das falas sociais dos bernardenses, cujos nomes são preservados através de designações fictícias e letras do alfabeto, por entender que elas manifestam o modo como eles pensam e agem sobre o concreto-real, e, por isso, são um complexo tridimensional que envolve: a linguagem, sobrecarregada de matizes por onde as ideologias se materializam; a história, permeada de contradições dialéticas que necessitam da linguagem para se efetivar e motivar a produção do discurso que impulsiona a experiência individual e social dos sujeitos no decorrer da produção material de suas vidas; e a ideologia, que impregna as expressões tácitas na linguagem e que, por sua vez, estimula esse complexo a se iniciar.

E por ser uma pesquisa de campo, apreender, analisar e interpretar as relações estabelecidas no próprio lugar em que elas acontecem são demandas necessárias para que, a partir do método de análise, nos instrumentalizemos para a abordagem qualitativa das questões central e secundárias, e, quando indispensável, utilizemos amostras quantitativas para representar dados que ajudem a entender as interpretações qualitativas.

Posto isso e partindo do princípio de que o Programa Bolsa Família é fruto de programas sociais que tiveram origem no Governo do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que alcançaram, de forma reunida no programa, a população atual mais vulnerável economicamente, estabelecendo contrapartidas em áreas primordiais para manutenção do acesso, tendo como exemplo a área da educação escolar pública para escolarizar a força de trabalho, e considerando que o recorte estudado em São Bernardo/MA pode ser representativo de outros, buscamos na mais simples manifestação do fenômeno no concreto-real apreensões para analisá-lo e compreendê-lo na sua totalidade.

Por fim, esse percurso teórico-metodológico foi orientado por algumas questões relativas ao objeto de estudo e por pressuposto acerca da sua estrutura e dinâmica; isto é, de sua essência, conforme exposto nas questões central e secundárias que seguem:

Questão central: qual a relação entre o Programa Bolsa Família e seu condicionante vinculado à educação, verificada através da exigência de frequência e sua repercussão na aprendizagem dos alunos de São Bernardo/MA, considerando as implicações políticas e econômicas sobre os sujeitos e o espaço atingidos pelo programa no município?

Questões secundárias: qual o rendimento (frequência e notas) entre os alunos atingidos e não atingidos pelo Bolsa Família, e sua relação com o cumprimento do condicionante vinculado à educação pelos atingidos? Que fatores influem e determinam esse rendimento, e por que e como se estabelecem? Quais as repercussões desses fatores e do Bolsa Família na aprendizagem dos alunos atingidos por ele no espaço de São Bernardo? Há uma relação entre elas? Por que e como se coloca?

Tal percurso teve como pressuposto a concepção de que mesmo que o Programa Bolsa Família se inquiete com o acompanhamento das matrículas e frequências dos alunos atingidos por ele, assim como suas “baixas” e causas via fichas de controle disponíveis pelas coordenações locais do Bolsa Família para preenchimento das escolas, que, muitas vezes, escamotem as informações, isso tem se limitado, fragilmente, a ações pontuais sobre a permanência e avanço do aluno na escola, que não se desdobram em outras medidas de auxílio ao ensino-aprendizagem ou têm efeitos maiores na aprendizagem efetiva dos estudantes que têm condicionalidades a cumprir junto ao programa, como frequência mínima

de 85% (jovens de 16 a 17 anos). Logo, o rendimento desses alunos configura apenas como um termômetro da eficácia do Bolsa Família e não, a sua expressão de efetividade para com a apreensão do que os alunos estão aprendendo ou não, nas escolas. Desse modo, garantir somente a permanência (frequência) dos educandos por interposição do cumprimento da condicionalidade e com rendimento traduzido em escolarização (matrícula nos anos seguintes), mas desacompanhados de maiores preocupações do programa com a ascensão de aprendizagens significativas, que emergem e se traduzam em desempenhos salutar e não, apenas, rendimento, o qual ele se restringe a acompanhar de modo precário, concorre, em conjunto com as expressões políticas e econômicas de municípios marcados por aspectos coloniais, patrimoniais e oligárquicos, como São Bernardo/MA, e que importam no contexto de pobreza da região, para condições concretas de que estudantes atingidos pelo programa adquiram menos autonomia sobre a reprodução de suas vidas e se tornem possíveis sujeitos a serem alcançados por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para contribuir na mitigação da pobreza e suas consequências sociais.

Além disso, o fato da criança/adolescente estar na escola, sejam eles atingidos ou não pelo Bolsa Família, já é um fato que pode contribuir para um bom rendimento, pois os submetem as ações da instituição com esse fim para que isso ocorra, sendo que dentre elas somente a constância da frequência está ligada ao programa, que, por sua vez, a supervisiona e intervém nos casos de baixa frequência dos alunos atingidos por ele e, logo, nas chances de abandono ou evasão escolar, ou situação de vulnerabilidade desse aluno ligada à infrequência, como trabalho inapropriado. Dessa forma, agindo pontualmente, a eficácia do programa se cumpre, conforme estabelecido em seus normativos, no sentido de preservar a estada desses alunos na escola e sua escolarização mediante o controle da matrícula e frequência, além da relativa proteção contra o trabalho impróprio. Por outro lado, no concreto-real, falha, severamente, ao não contribuir para mudanças estruturais no contexto socioeducativo, no que se refere à promoção de processos de aprendizagem significativos que se desdobrem em desempenho e aprendizagens efetivas, imediatas e mediatas, e que em muito excedem o bom rendimento, observado no programa como boa frequência e avanço serial.

Sucede então, que a pretensão em analisar o Bolsa Família sob o condicionante vinculado à educação reside sobre suas características, convergências e efeitos das ações sobre os sujeitos atingidos na escola pública, oportunas à análise da essência do seu movimento, pois suas expressões, embora orientadas por determinações normativas, se manifestam conforme as condições de pobreza dos sujeitos e dos espaços em que são efetivadas as medidas do programa para abrandar a fome e a penúria das realidades

fragilizadas pela miséria. De tal modo, essas características, convergências e efeitos do Bolsa Família contêm muitas contradições acerca da sua existência, aplicação, aproveitamento e atingimento dos sujeitos que acessam o “benefício”, especialmente em relação as áreas das contrapartidas, como a educação pública, cuja garantia de acesso, por ser um direito universal e assegurado constitucionalmente, não precisaria forçar sujeitos a acessá-lo. A não ser, é claro, quando a ideia seja trabalhar numa perspectiva de educação compensatória, que tem o sentido de equalizar as deficiências do processo de escolarização ao invés de atacar o problema da marginalidade dos sujeitos das camadas populares.

Nesse caso, partindo de uma adaptação do pensamento de Saviani (1999) sobre a educação compensatória, uma vez que ele não se reporta ao Bolsa Família, as ações do programa funcionariam como uma resposta não crítica aos problemas postos em destaque pelo fracasso da educação pública, que é mais externo do que interno, quando tenta nivelar as condições de acesso à escola pela compensação das desvantagens dos sujeitos pobres e colocar na responsabilidade da educação escolar problemas que não são propriamente educacionais, reforçando a crença do poder da educação de redimir a sociedade.

[...] uma vez que se acumulavam as evidências de que o fracasso escolar, incidindo predominantemente sobre os alunos socioeconomicamente desfavorecidos, se devia a fatores externos ao funcionamento da escola, tratava-se, então, de agir sobre esses fatores. Educação compensatória significa, pois, o seguinte: a função básica da educação continua sendo interpretada em termos da equalização social. Entretanto, para que a escola cumpra sua função equalizadora é necessário compensar as deficiências cuja persistência acaba sistematicamente por neutralizar a eficácia da ação pedagógica. Vê-se, pois, que não se formula uma nova interpretação da ação pedagógica. Esta continua sendo entendida em termos da pedagogia tradicional, da pedagogia nova ou da pedagogia tecnicista encaradas de forma isolada ou de forma combinada. [...] a educação compensatória compreende um conjunto de programas destinados a compensar deficiências de diferentes ordens: de saúde e nutrição, familiares, emotivas, cognitivas, motoras, lingüísticas etc. Tais programas acabam colocando sob a responsabilidade da educação uma série de problemas que não são especificamente educacionais [...]. (SAVIANI, 1999, p. 43).

Por certo, observamos que o Bolsa Família tem colaborado com a escolarização da população mais pobre, em especial aquelas que, forçadamente, inviabilizam a permanência de crianças e jovens na escola ou enfrentam barreiras maiores para mantê-los, devido a vários fatores originários da pobreza, como a contribuição no sustento familiar. E mesmo sob a crítica de uma política assistencialista não podemos desmerecer seu mérito, uma vez que mitigou a fome de muitas famílias e trouxe de volta crianças e jovens para a escola, que antes se viam limitados pela pobreza. Todavia, é imperioso refletir sobre questões mais densas e profundas vinculadas ao resgate histórico da ascensão do projeto neoliberal, do papel do Estado a nível nacional, regional e local, da ascensão, aperfeiçoamento e contradição capitalista, e do ensino vinculado às escolas públicas através dessa problemática, pois o

programa compreende tramas mais complexas que se destacam junto aos mais oprimidos pela pobreza e cujas análises poderão encaminhar críticas mais firmes ou sugestivas melhorias.

E por essas análises organizamos os resultados do estudo da seguinte forma:

No primeiro capítulo caracterizamos aspectos do contexto sociopolítico e econômico que operam sobre o modo de reprodução de vida dos sujeitos e espaço atingidos ou não pelo Bolsa Família, e que têm efeitos sobre a pobreza, o trabalho e a educação escolar, pois qualificam o território da pesquisa apresentado neste estudo.

No segundo capítulo desenvolvemos breves fundamentos conceituais sobre a pobreza como uma expressão da questão social e contextualizamos o Programa Fome Zero e o Bolsa Família como principais programas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) para enfrentamento da pobreza, sendo que neste último analisamos as condicionalidades vinculadas à educação, mediante concepções e ações em relação as suas efetivações na área.

E no terceiro capítulo projetamos as expressões, no concreto-real, da condicionalidade do Programa Bolsa Família vinculada à educação em relação à frequência e sua repercussão na aprendizagem dos alunos atingidos por ele, provenientes da análise dos determinantes pedagógicos e outros socioespaciais que repercutem sobre ela, apreendidos por meio dos interlocutores da pesquisa na escola-campo.

Na conclusão estabelecemos a síntese dos resultados expostos, concluindo que os alunos do Bolsa Família de São Bernardo aparecem com uma *média alta* no rendimento igual ou maior do que alunos não atingidos, mas também pobres, além de terem uma média menor de faltas. Entretanto, apesar dos não atingidos faltarem mais, a diferença na *média alta* do seu rendimento é quase inexpressiva. Assim, mediante os determinantes verificados, instituímos que o que repercute no rendimento escolar dos alunos do Bolsa Família é tanto a assiduidade quanto, sobretudo, às condições objetivas de pobreza, que podem variar entre as famílias pobres, provocando a necessidade do programa à medida que consegue atingir esses aspectos.

Todavia, as convergências do programa na área da educação escolar se restringem somente a frequência, pois nisso concretiza o seu objetivo quanto aos serviços públicos, que é de garantir o acesso a eles, e neste caso a escola, sem que o rendimento lhe seja uma inquietação; ou seja, se frequência consegue se revelar em rendimento ou, sobretudo, em aprendizagens significativas para tornar os sujeitos mais autônomos, providos de habilidades para reproduzirem sua vida, reduzindo a necessidade de recorrerem a programas assistenciais do Estado. Logo, o Estado colabora, no modelo posto, para a produção e opressão dos mais pobres e pobres mais necessitados de sua intervenção para sobreviverem, pois seria ingenuidade acreditar que a educação resolveria a tensão posta pela divisão social do trabalho.

## 2 O CONTEXTO DA PESQUISA DE CAMPO: legados políticos, ruralidade e pobreza em São Bernardo/MA

As peculiaridades da oligarquia, enquanto regime político presente na formação do Maranhão, evidente no período da Colônia e remanescente na República Velha, ainda são vigentes na contemporaneidade do estado e de modo mais agudo em realidades concretas de muitos municípios maranhenses.

Apesar de se tratar ainda de um território com bases agrárias é possível observar no estado, como uma espécie de “mão alimentadora” das oligarquias, práticas coronelistas que, além do poder local que exercem pela alta influência econômica e sociopolítica, se fazem exponenciais em virtude da envergadura político-partidária que conseguem ter e manter por conta das influências anteriores, ao tempo em que se fazem conhecidas e imponentes pelo sobrenome familiar, pois utilizam o nome do partido, ao invés da família, somente por uma questão de normas eleitorais, pois, caso pudessem, utilizariam o sobrenome para substituir o do partido, já que em seus territórios de prestígio e “controle” se fazem conhecidas pela alcunha familiar e não, pelo partido que representam.

Por assim ser, oligarquia e coronelismo são regimes presentes no contexto maranhense, e, particularmente, em São Bernardo/MA, enquanto território que se configurou político, econômico e socialmente por rivalidades políticas de famílias que disputavam o poder local no Século XX e hoje, apesar de ainda ocorrerem, temos a representação forte de uma única família, cuja oposição, até as eleições de 2016, ainda não havia configurado bases sólidas para enfrentamento, mostrando-se maleável e fragmentada. Assim, essas disputas têm como principais atingidos os bernardenses, pois, ao se estenderem para além do campo partidário, impõem consequências duras no modo de reprodução de vida local.

Segundo os dados do IBGE<sup>5</sup>, São Bernardo/MA possui uma área de 1.006,920 km<sup>2</sup> sob o bioma cerrado-caatinga, com população estimada, em 2016, de 28.020 habitantes, densidade demográfica em torno de 26,29 hab/km<sup>2</sup>, limite superior de incidência da pobreza de 69,88%<sup>6</sup> e, conforme o Censo 2010, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,572 e valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes da Zona Rural de R\$ 69,86 e os da Zona Urbana de R\$ 218,00.

---

<sup>5</sup> Consulta realizada em set. 2016.

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002/2003. Consulta realizada no Site IBGE em setembro de 2016.

Relativo à educação, o Censo IBGE 2010 aponta uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade de 29,2%<sup>7</sup>, população residente alfabetizada de 16.568 pessoas e que frequentam creche ou escola num total de 9.893 pessoas. O Censo Educacional 2015 do instituto divulga que o município mantém 70 docentes em 46 escolas de Ensino Pré-escolar, 290 docentes no Ensino Fundamental, distribuídos em 49 Escolas Públicas Municipais, e 79 professores em cinco Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio, o que configura 966 matrículas no Pré-escolar, 4.749 no Ensino Fundamental e 1.328 no Médio.

Sobre a saúde, os resultados da pesquisa IBGE 2009<sup>8</sup> apontam para a existência de 10 estabelecimentos de Saúde Pública Municipal, sendo 01 de serviço ao Sistema Único de Saúde – Emergência/Internação e 09 sem internações públicas – Postos de Saúde.

Além desses aspectos, o município registrou, em 2010, configurações de renda citadas na tabela abaixo, conforme o último Censo IBGE 2010.

Tabela 1 – Proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento mensal domiciliar *per capita* nominal.

<b>Classes selecionadas de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> nominal</b>	<b>Proporção de pessoas</b>
Rural – até 1/2 salário mínimo (R\$ 255,00)	86,5%
Rural – até R\$ 70,00	40,4%
Rural – até 1/4 salário mínimo (R\$ 127,50)	61,4%
Urbana – até 1/2 salário mínimo (R\$ 255,00)	70,7%
Urbana – até R\$ 70,00	20,1%
Urbana – até 1/4 salário mínimo (R\$127,50)	40,2%

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011b).

Sendo um município pertencente ao Maranhão as informações do IBGE (2016) exibem que o estado, com uma população estimada, em 2016, de 6.954.036 habitantes, apresentou limite superior de incidência da pobreza, em 2003, de 59,19% e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1991, de 0,357, em 2000 de 0,476 e em 2010 de 0,639. O Censo 2010 assinala que no Maranhão os domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo eram de 230.577 e os de mais de 1/2 a 1 salário mínimo eram de 277.104, e que o valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes urbanos foi de R\$ 270,33 e rurais de R\$ 127,50; além disso, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente, em 2015, foi de R\$ 509,00. O mesmo censo mostra que o total da população residente que frequentou creche ou escola é de 2.422.396 pessoas e o total de

<sup>7</sup> Todavia, o Portal do Ministério da Educação (<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ibge15mun.pdf>>. Acesso em 27 set. 2016) registra 37,8%.

<sup>8</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Assistência Médica Sanitária 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

alfabetizadas é de 4.594.600 pessoas, que a taxa de analfabetismo dos indivíduos com 15 anos ou mais é de 40,9% e de analfabetismo, na mesma faixa etária, é de 19,5%<sup>9</sup>. Além do mais, no que tange à saúde, o IBGE 2010<sup>10</sup> expõe que o total de estabelecimentos de saúde públicos é de 2.094, sendo que, dentre estes, somente 35 são da esfera estadual.

Apesar das aparentes melhoras no IDH do estado é perceptível visualizarmos, tanto pelos números do IBGE quanto pela realidade concreta, que volume pauperizado de maranhenses ainda vive sob os limites da renda, conseqüente da ação da esfera pública na área do trabalho, que tende a acionar mecanismos em favor da manutenção da ordem vigente, e que tem efeitos sobre a oferta dos serviços públicos, principalmente em setores como saúde e educação, que influenciam, diretamente, no Índice de Desenvolvimento Humano.

Em São Bernardo é possível perceber essa realidade, pois ela se reproduz com suporte da movimentação de agentes políticos, o que nos remete a questão das expressões oligárquicas e coronelistas que têm se emaranhado na história do estado e muitos dos seus municípios, originárias de práticas centralizadoras, não democráticas e da administração política que opera sobre o público com interesses privados, ignorando, muitas vezes, o enfrentamento da desigualdade social em detrimento da manutenção dos currais eleitorais. Logo, é uma realidade presente no contexto atual porque mesmo sob o discurso de uma forte democracia e em tempos não muito remotos termos vivenciado a personificação e os efeitos desses regimes políticos, veladamente ou não, é iniludível que eles ainda se sustentam no contexto político, econômico e social, da esfera estadual e municipal maranhense.

Com esse entendimento discutimos oligarquias e coronelismo no Maranhão por meio de concepções, tipologias e, substancialmente, sínteses que operam na realidade, para a compreensão do nosso campo empírico a partir das suas expressões e de como elas o constrói.

Nesse percurso, articulamos, em princípio, o exame das particularidades que operam nas oligarquias, como regime político presente na formação do Maranhão, através de narrativas que trazem à tona os clãs Vitorino Freire e Sarney, sobressaindo práticas como mandonismo, clientelismo e patrimonialismo, que utilizam a apropriação patrimonialista do público em favor de grupos e seus interesses, além das práticas coronelistas como estratégias de poder local e acesso as esferas regionais e, logo, na maioria das vezes, ligadas aos grupos oligárquicos. Tal percurso visa salientar as decorrências desses arranjos nas desigualdades

---

<sup>9</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Estudos e Pesquisa: informação demográfica e socioeconômica número 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. **Assistência Médica Sanitária 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

sociais, sobretudo, em expressões da questão social, como a pobreza, para configurar como São Bernardo/MA é produto e produz os sentidos dessas expressões.

Por certo, as práticas oligárquicas e coronelistas nada têm contribuído para o desenvolvimento sociopolítico e econômico das “regiões de domínio” e, tampouco, das suas escalas locais, revelando pobreza, estagnação, migração, ínfimo progresso socioeconômico, reprodução das classes e estrangulamento do fosso entre elas como rastros do seu espólio.

Na lógica dessas consequências a migração e emigração despontam como manifestações de enfrentamento ou subterfúgio das intempéries que se abatem sobre essas regiões. Assim, abordamos as categorias rural e ruralidades neste diálogo, enquanto significados e aplicações trabalhadas pela Sociologia e Geografia Crítica, para compreender como elas implicam entre si e com a questão política e socioeconômica/pobreza do campo empírico, ao tempo em que esboçamos como se afinam e se distanciam categorias diferentes (rural/ruralidades) que têm sido, habitualmente, usadas como sinônimos, talvez por incompreensão das dinâmicas próprias, e aplicadas como formas espaciais, se desvirtuando da concepção e emprego adequados, inclusive quanto à questão da pobreza.

Nessa ótica, a apreensão de território e espaço se faz premente, especialmente num território rural como entendemos São Bernardo/MA, para examinar as categorias citadas nas alíneas anteriores, pois a produção do território no espaço é fruto das relações de poder que o atravessam, bem como do arranjo do poder político-econômico que se materializa no espaço onde são sentidas suas convergências e domínios e, por conseguinte, seus efeitos.

No que segue, ao falar sobre a produção do território no espaço, advém analisar as oligarquias e suas expressões, que tiveram papel importante na expansão do capitalismo no estado, com destaque ao coronelismo. E seja sob o viés conservador da política de Vitorino Freire ou discurso modernizador de Sarney, principais representantes políticos desse tipo de governo, elas repercutiram para além do parlamentarismo, descortinando impactos socioeconômicos negativos sobre as regiões de alcance, articulados em volta do eixo das desigualdades sociais, que, por sua vez, considera as dimensões território, espaço e características das relações e práticas sociais em seu tratamento.

Com isso, trabalhamos nos próximos itens uma configuração dessas relações, no ensejo de dar forma à sua historicidade na formação do Maranhão e ao movimento dialético que continuou se produzindo em São Bernardo/MA, inclusive quanto aos efeitos.

## **2.1 São Bernardo/MA: território de jogos políticos, oligarquias, pobreza e suas expressões**

O Maranhão é terra de riquezas naturais, sociais e culturais que contrastam com diversidades de problemas socioeconômicos, principalmente como a pobreza, provenientes, dentre outras causas, da perversa contradição de classes que se alimentam da desigual distribuição de renda, dos investimentos e dos arranjos socioeconômicos, como dificuldades no acesso e uso da terra, da educação, da saúde, e de bens e serviços públicos de modo geral, além do arranjo político que tem séria importância na produção e produto das contradições.

A estratégia do planejamento, centralidade e manobras das decisões políticas e econômicas sobre o uso das riquezas maranhenses, produzidas no estado, é algo que atravessa a sua materialidade e história, marcada de sucessos e insucessos, com destaque para a esfera socioeconômica e barbáries consequências na realidade concreta social.

Sombriamente, a formação do Maranhão é assinalada pela presença de oligarquias que se instauraram e embrenharam no seu contexto político-econômico, de modo velado ou, grotescamente, não tão velado, sob comandos políticos submetidos ao estreito beneficiamento entre os agentes envolvidos. Oligarquias estas que se distinguem pelo rigor e aridez que incorrem sobre seus territórios de influência e, como aguça Caldeira (1978), com aptidão em estampar uma estagnação política, econômica e cultural.

A forma de ação, características e sequelas das oligarquias no Maranhão geraram pesquisas regionais e nacionais, sendo realidade de estudos de muitos autores, dentre eles Caldeira (1978), Oliveira (1981), Reis (2007), Pinto (1982), Wagner Cabral (1997) e outros, que buscaram capturar, examinar, compreender e discorrer sobre o fenômeno das oligarquias e suas implicações na formação política, social e econômica do estado.

Reis (2007) introduz a caracterização do regime assinalando-o como uso desmedido do clientelismo e toda natureza de barganha que envolve chefes políticos, empresariado e instâncias da administração, e que tem como moeda de troca o apoio político, a sustentação financeira e o acesso às benesses que o Estado pode ofertar. Para ele, as oligarquias detêm o poder do Estado e, por isso, conseguem manobrar-se politicamente.

As características da atuação da oligarquia estão marcadas pela utilização sem freios do clientelismo e de toda espécie de barganhas envolvendo os chefes políticos municipais, o empresariado comercial e as próprias instâncias da administração do Estado. Sempre oferecendo em troca do apoio político ou da sustentação financeira o acesso aos benefícios que o Estado pode proporcionar, a oligarquia retém recursos de poder, o que explica sua margem de autonomia frente aos coronéis municipais, para o que muito contribuiu, sem dúvida, a característica de manter as decisões políticas e os recursos financeiros geridos centralizadamente. Na organização da

dominação regional, a oligarquia sempre defendeu posições de centralização política, nunca se deixando levar por noções de descentralização de cunho municipalista. A subordinação do município, como Nunes Leal já demonstrou, tornou-se desde cedo um dos esteios da política brasileira. Dependentes do Estado, com escassos recursos financeiros, muitas Câmaras continuaram a viver à sombra de chefias locais. Entretanto, eram chefes com pouca capacidade de agregação de interesses, cujo raio de ação limitava-se mais ao plano municipal. Por outro lado, as relações de troca que se desenvolviam com o empresariado urbano também estavam marcadas pelo tratamento particularizado das questões. (REIS, 2007, p. 210).

O autor destaca como oligarquia a esfera notadamente política que se articulou entre as décadas 1850 e 1860, e que tinha por função essencial, dentro do processo amplo de edificação do Estado Nacional, a coordenação das disputas políticas regionais através da junção das facções políticas e funcionamento do jogo partidário, mediando a Corte Imperial e a província. “A oligarquização do Estado é fruto de um determinado tipo de mediação política, num contexto em que a utilização privada do poder público, o patrimonialismo, é característica que remonta à ocupação colonial.” (REIS, 2007, p. 209).

Spinelli (1992) e Pereira (1977) afirmam que, mesmo com indícios da sua origem no Imperialismo, passando pelo período Colonial, a maior estabilidade e ampliação das oligarquias, como modo organizativo político, aconteceu na República Velha<sup>11</sup> sobre bases agrárias ligadas aos grandes proprietários de terra e cujo capital era, estritamente, mercantil.

Apesar disso, de acordo com Bobbio (1998), depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) muitos estudiosos se empenharam em examinar regimes político-sociais dos países do Terceiro Mundo<sup>12</sup> e isso contribuiu para o reaparecimento, desta vez com sentido específico, da palavra oligarquia. O vocábulo foi empregado como contrário a democracia e alusivo a grande parte dos regimes em desenvolvimento, num período de trânsito de um sistema social e político “tradicional” para um “moderno”. “[...] Edward Shils<sup>13</sup> [...] apresenta uma tipologia dos sistemas políticos tão ampla que abrange todos os sistemas existentes, mesmo os dos países subdesenvolvidos. Esta tipologia se baseia na distinção fundamental entre sistemas democráticos e sistemas oligárquicos.” (BOBBIO, 1998, p. 836).

Os últimos [sistemas oligárquicos] se caracterizam por um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o

<sup>11</sup> A República Velha (1889-1930) é entendida, hoje, em dois momentos distintos: República das Espadas, que se estende da Proclamação da República do Brasil (15/11/1889) até a posse de Prudente de Moraes, como primeiro presidente civil, e República Oligárquica, que se alonga de 1894 até a Revolução de 1930 e se caracteriza pelo poder das elites regionais, sobretudo as do Sul e Sudeste do país, devido à importância do café e do leite.

<sup>12</sup> A Teoria do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, paulatinamente utilizada na análise e comparação dos regimes políticos, nasce do interesse de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Política pela estrutura e arranjo social e político dos países do Terceiro Mundo. (BOBBIO, 1998).

<sup>13</sup> SHILS, Edward. **Political development in the new states**. The Hague: Mouton & Cou., 1962.

Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição. (SHILS, 1962 apud BOBBIO, 1998, p. 836).

O Maranhão sempre conheceu o processo oligárquico de perto, como herança política e ideológica que concebe e sustenta no poder seletivo grupo de pessoas. Com ênfase temos os períodos Vitorinismo<sup>14</sup> (Ex-Senador Vitorino Freire), representativo da oligarquização agrária maranhense e conservadora, e Sarneyismo (atual Senador José Sarney), à frente de um projeto modernizador e discurso desenvolvimentista, com apoio da classe empresarial. (COSTA, 1997).

Vitorino Freire, uma das expressões do coronelismo no Maranhão e mandonismos políticos e econômicos dos grandes proprietários de terra, que se faziam influentes devido ao monopólio econômico que detinham, estabeleceu um tipo de oligarquia baseada no clientelismo, definido como uma rede de favores e intermediações que numa ponta se amplia e na outra há a troca de relações que objetivam movimentar o jogo das barganhas e dos interesses das facções, político e economicamente fortalecidas. (PINTO, 1982).

É nessa conjuntura sócio-política que cresce em importância a figura de Vitorino Freire caracterizado na política maranhense como um verdadeiro "cacique". Político hábil, de uma astúcia extraordinária e com grande sede de poder, que fazia questão de ostentar, soube manter-se como intermediário entre o governo estadual e o federal. Desse modo, manipulando a política do Estado, de quem se fez legítimo representante, através dos cargos que exerceu, dominou o Maranhão, durante 20 anos. A sua liderança montava-se na disciplina partidária e no respeito pelo chefe político dos Municípios que, segundo Vitorino, era a autoridade máxima na sua zona, mandando tanto quanto o Governador, que na maioria das vezes também era um coronel. Ostentava nos círculos políticos sua bandeira de luta, sintetizada na frase: "*Aos amigos tudo, aos inimigos a lei*". (Ibid., p. 15-16, grifo do autor).

Na política maranhense do Século XX o Vitorinismo é tido, historicamente, como uma forma de coronelismo por sempre regular o poder político através do mandonismo, que era imposto sobre as superestruturas de poder do estado. Seu domínio se dava, essencialmente, sobre a esfera política e, indiretamente, sobre a econômica que, no âmbito do estado, era dispensada às suas alianças de sustentação em troca de garantias no plano político. O Vitorinismo foi um coronelismo por ter se prendido, ainda que por vias indiretas, à propriedade privada, que assegurava a forma de coronelismo nas coligações de base. (CALDEIRA, 1978).

O coronel é o senhor do seu "território" e, além de não permitir concessões, deve manter seu poderio que, até certo ponto, dá suporte e repercute nos níveis estadual e federal. Por outro lado, deve congrega o seu "pessoal" que lhe presta obediência e de quem se torna legítimo representante, estabelecendo-se um processo de recíproca cumplicidade. Logo, em troca dos favores que concede, recebe apoio e cobra um

---

<sup>14</sup> Vitorinismo é assim chamado o período compreendido entre 1946-1965 e que tinha como dirigente político o Senador Vitorino Freire, do Partido Social Democrático (PSD). (CALDEIRA, 1978).

tipo de comportamento subserviente e marcado por extrema passividade, de quantos estiverem sob o seu domínio e proteção. (PINTO, 1982, p. 15).

Sob outra forma de domínio a figura política do então Ex-presidente (1985-1990) e Ex-governador do Maranhão (1965-1970) José Sarney<sup>15</sup> tem sentidos significativos quando tratamos de oligarquias. Seu personalismo enérgico no cenário político e, em particular, maranhense, forte discurso ideológico e estrategista, além da ascensão de outros governos atrelados ao seu nome, fixaram-lhe na política como figura oligárquica. Sua desenvoltura e percepção se apresentam como demonstrativo das disposições necessárias ao jogo político, pois como assinala Vitorino Freire apud Pinto (1982, p. 40): “Desde que se elegeu deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso, e oportunista, sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem favoráveis”. Para Rosemary Lauande<sup>16</sup>, “dá-se a substituição do coronelismo rural, representado por Vitorino pelo coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney e fundado na expressão do conteúdo do seu discurso e principalmente na sua manifestação política”.

Sarney personifica com seu discurso voltado para o desenvolvimento e modernização do Estado, as aspirações do eleitorado "desavisado" que vê no seu projeto a “Salvação” do Maranhão, entregue há tantos anos ao mando dos coronéis rurais.

Não estava em questão o modelo econômico, mas suas formas de expressão. A substituição da forma "arcaica" pela "modernizante" seria eficaz e lançaria o Estado rumo ao desenvolvimento, contido na proposta da corrente política emergente. E assim, se instaura no Maranhão o sarneyismo, aglutinação política renovadora e que estava cada vez mais próxima do poder mais amplo, que seria conquistado com a chegada de Sarney à governador estadual. (PINTO, 1982, p. 40-41).

Com sua sagacidade Sarney inaugurou uma nova base e modelo de oligarquia, além de um novo jeito de compô-la, pois a estabelecia através do apoio democrático popular – o que nos rememora Pinto (1982) os 21.294 votos obtidos na eleição de 1962 que o consagra como Deputado Federal mais bem votado, até então, na história da oposição política maranhense – constituindo o que Costa (1997, p. 11) vem chamar de “oligarquia que governa pelas urnas, na medida em que apresenta-se periodicamente, por meio de seus candidatos, diante do eleitorado, obtendo resultados favoráveis”.

[...] o grupo Sarney se transformou, para usar a expressão de BOBBIO (1992, 2o vol.: 837-8), numa “oligarquia que governa em um sistema democrático”, buscando sua “legitimidade” no voto popular periódico e reconhecendo a existência de oposições e a liberdade de expressão. Isto, obviamente, não se deve a qualquer “vocaçãõ democrática” da oligarquia, mas sim às conquistas obtidas no processo de redemocratização do país a partir da crise do regime militar, o que colocou para o

<sup>15</sup> Foi Deputado Federal em 1955 (eleito 4º suplente nas eleições de 1954 pelo Partido Social Democrático, mas logo assumiu o mandato) e Senador em 1970, de onde vem renovando o mandato até os dias atuais (2016).

<sup>16</sup> LAUANDE, Rosemary. **Entrevista sobre O vitorinismo no Maranhão**. São Luís, jun. 1981, citada por Pinto (1982, p. 40).

grupo dominante regional a necessidade de adequação às novas condições democráticas nacionais. (COSTA, 1997, p. 3 e 4, grifo do autor).

O declínio de Vitorino e promoção de Sarney ao parlamentarismo maranhense demarca uma rescisão entre o “conservador” e o “modernizador”. E embora sua investidura na vida política tenha ocorrido a partir do grupo de Vitorino, como integrante da “Geração de 45<sup>17</sup>” Sarney se distancia e emprega uma militância político-partidária própria, que logo fez frente ao seu antecessor, pois “[...] como afirma Nascimento Moraes Filho (Apud CORRÊA, 1993:234): ‘José Sarney foi uma flor de estufa, plantada e cultivada no Palácio dos Leões: apenas a criatura (José Sarney) engoliu o criador (Victorino Freire)’.” (COSTA, 1997, p. 4).

O exame internacional pós 2ª Guerra Mundial, pelos cultores das Ciências Sociais e Política, sobre o restabelecimento político, econômico e social dos países do chamado Terceiro Mundo encontra no regime oligárquico modos intrínsecos de reaparelhamento administrativo dos governos com apoio dos grandes agricultores e latifundiários.

No Maranhão esse modo organizativo se constitui, estreitamente, ligado à questão agrária, sendo contrário ao desenvolvimento industrial experimentado pelas Regiões Sul e Sudeste. Como destaca Ferreira Júnior (1998) e Rodrigues (2009), a pequena burguesia comercial exercida nos centros urbanos do estado era desprovida da presença mais significativa do capital financeiro e industrial. Na ocasião, se registra um processo de expansão da máquina pública e o Maranhão segue uma tendência regional que se opõe ao desenvolvimento industrial das regiões acima, num movimento considerado como contrário ao dos imigrantes enriquecidos, onde as elites agrárias do Nordeste mantinham um poder político desigual à importância da esfera econômica que administravam. A continuidade desse poder se sustentou mediante a associação entre o domínio de terras e o domínio dos aparelhos estatais e segmentos da burocracia, sobre os quais a recente burguesia de origem imigrante, italianos, judeus, turcos, instalados, inicialmente, no Sul e Sudeste não tinha acesso. “Provavelmente, a força da nova classe empresarial e sua influência sobre o sistema de poder seriam outras se os novos dirigentes industriais tivessem saído do interior das velhas e tradicionais famílias oligárquicas.” (RODRIGUES, 2009, p. 57).

Ante a projeção é mister lembrar que as elites do Maranhão, eminentemente agrário no Século XX e XXI, sob a forma de coronelismo ou prestígio político, sempre precederam nomes e sobrenomes que faziam delas verdadeiros clãs: descendências, alianças ou “partidos”, que carregam consigo histórias de poder, confronto e imposição sociopolítica.

---

<sup>17</sup> Geração de 1945: Segundo Wagner Cabral da Costa (2004), assim eram conhecidos os intelectuais de notório gosto literário e preocupação com as dificuldades sociais e econômicas do estado, e defensores de projeto para o Maranhão, que deram novo fôlego ao ambiente cultural maranhense.

É preciso, porém, entender tais personagens como personas no sentido de Marx: representam forças sociais; seus nomes privados são nomes próprios das classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar. (OLIVEIRA, 1981, p.14).

Os mandonismos políticos também imprimiram marcas no Maranhão, conjugadas com ações em que sempre se confundiram o uso do público com o privado. Isso configurou práticas de governos acentuadas por relações peculiares entre o poder central e local para favorecer a influência política e o controle econômico. Arquitetaram-se modos particulares de administração e arranjos políticos que resultaram em formas próprias de governos e estenderam seu alcance em várias escalas, áreas e setores públicos e privados, com extensa aceitação e controle de outras instâncias, inclusive popular, ou resistência das mesmas partes.

Contudo, seja pelo mandonismo, característico do domínio conservador de Vitorino Freire, ou pela proposta “renovadora” de Sarney, o fato é que o Maranhão não experimentou um progresso proeminente nas áreas mais esfaceladas pelas práticas coronelistas e oligárquicas. E a proposta “renovadora”, comprometida com a modernização do estado e presente nos discursos abrasados, acaba por retomar práticas semelhantes aos governos anteriores, articulando atos que beneficiam o privado em detrimento do público.

Em função dessas sínteses é difícil desvincular problemas sociais, como a pobreza, da estagnação socioeconômica que sofre territórios vinculados às práticas coronelísticas e/ou oligárquicas. Se não há autonomia política dificilmente se firmarão ações reais para transcender ou mesmo atenuar situações de privação e carência, dado que o próprio sistema capitalista, notadamente quando a serviço de qualquer tipo de controle político, só tende a maximizar as desigualdades, expandido a expressão da questão social – a pobreza.

“Sarney e seus aliados vendem a ideia de que só eles poderão, um dia, levar o progresso ao Maranhão. Para alimentarem a ilusão, usam a ‘política da migalha’, que se baseia na concessão de pequenos benefícios para a população, sem que nada avance de verdade”, diz o historiador Wagner Cabral da Costa, professor da Universidade Federal do Maranhão. Cinco décadas dos Sarney no poder e o estado exibe 21,5% de analfabetos, 87% de domicílios sem acesso à rede de saneamento e 65% das pessoas dependentes de ajuda governamental para sobreviver. A primeira estação de tratamento de esgoto só foi inaugurada em 2001. Dos vinte municípios brasileiros com pior colocação no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano, oito estão no Maranhão. O mais pobre deles, Centro do Guilherme, se fosse um país, estaria posicionado internacionalmente entre o Quênia e o Haiti. (COUTINHO; BRASIL, 2009, p. 83).

A realidade vivenciada no Maranhão mostra que estruturas oligárquicas denotam pobreza, sofrimento e descrença, sobretudo às populações mais oprimidas pela ausência de renda, dependência do estado e dos serviços públicos oferecidos e controlados por ele, e que, por isso, os manipulam de acordo com suas ideologias e interesses políticos e econômicos. Dessa forma, as oligarquias atingem inteiramente a vida das pessoas quando as sujeitam as

condições e práticas de gestão dos territórios de controle somadas aos seus privilégios e riquezas que sucedem pobreza, desesperança e conformação. A desatenção aos problemas sociais se constituiu como sombra desses governos, que tem utilizado a opressão sobre a cultura, a saúde, a educação, a infraestrutura e a miséria, de modo geral, para sua manutenção.

O domínio da máquina estatal por esses governos, em muitos casos, tem alargado o fosso entre a produção de mais pobres e perpetuação dos mais ricos, entre os que manipulam e os que são manipulados, contaminado pelos altos índices de desigualdade econômica, analfabetismo e baixa escolarização, muitas vezes usados como estratégia política e ideológica para prolongar no poder oligarcas e sua superestrutura, como os “coronéis”.

Tais realidades, em outrora e de modo mais enfático, acrescenta Pinto (1982), acompanhavam a politicagem coronelista no que tange à educação formal, em especial, no que se refere à resolução sobre a construção e acesso às escolas nos seus territórios, mas também ao material didático, escolha do professorado, triagem dos alunos, manutenção das classes, período de oferta e outras. Conforme ela, a organização do ensino, na política clientelista, se estruturava para satisfazer as tendências dos grupos, fortemente representados, ou ao jogo das recíprocas concessões e compromissos imediatos com as alianças permanentes ou eventuais que as facções agenciavam para o próprio fortalecimento.

Comportamento típico de uma política paternalista, repercutida também no setor educacional. Assim, a construção de escolas, a nomeação de pessoas para cargos do magistério, a liberação de verbas para o poder local, dependem da força política dos controladores do poder. (PINTO, 1982, p. 98).

Não obstante, em tempos atuais, visivelmente em territórios oligárquicos e/ou coronelistas, essas estratégias pouco se remodelaram, sendo acompanhadas de discursos inflamados que prometem um novo tempo, com projetos e remissivas ações em campos notórios, como a educação, como forma de desenvolvimento e, sobretudo, de combate às expressões da questão social, como a pobreza. Geralmente, são acompanhados de aplausos calorosos que, passar do tempo, se revelam vagos e as ações e investimentos proferidos se esfacelam ou não chegam, como deveriam, nos espaços onde se fazem urgentes e necessários.

Desse modo, tais estratégias se mostram herança retórica sem nada de novo, a não ser o espaço de tempo; ou seja, práticas antigas em realidades diferenciadas, mas com discursos e ações maquiados que cultivam os mesmos ideais – manutenção da ordem e poder.

Esse é o contexto político que temos visto, conhecido e vivenciado no Maranhão. E do voto do cabresto<sup>18</sup>, como se fez conhecer o coronelismo, à política do “novo tempo”, como anunciada em discursos pomposos da modernidade, o que se nota é que existe sempre um bolsão de pobres como produto da centralização e gestão do público em benefício de poucos. Pobres oprimidos, ignorantes e ignorados por um sistema opressor e que submete o desenvolvimento dos seus territórios às suas necessidades e táticas políticas, permitindo que uma massa empobrecida fique refém dos frutos perversos do capitalismo, coligado com políticas articuladas em benesses próprias e que usufrui, de modo severo, da regulação do mercado, cargos e benfeitorias públicas para sujeitar a massa às suas vontades e adversidades.

Tal realidade não se mostra diferente no Município de São Bernardo/MA, que discutimos a partir do diálogo com os bernardenses e cujas interlocuções e percepções advindas dos eleitores sobre os eleitos, e mesmo os não eleitores, apresentam um contexto muito próximo ao que expomos com a ajuda dos autores que assinalam a presença das oligarquias na formação sociopolítica e econômica do estado, junto com suas estratégias para consolidação e perpetuação do seu domínio. Portanto, as apreensões postas no item que segue expõem as facetas e implicações das práticas políticas dos regimes oligarcas, mas, principalmente, coronelistas, na esfera social do território da pesquisa.

### **Oligarquias, coronelismo e pobreza: dinâmicas dos fenômenos na realidade empírica**

No exemplo maranhense as oligarquias têm profundas raízes no campo e no rural, mas expandem-se, em seguida, sob uma nova faceta, para a cidade, enaltecendo o urbano e a modernidade através dos seus eloquentes discursos. Isto se torna mais evidente a partir da década de 1970 quando elas experimentam outro modelo conhecido como “Oligarquia ou Coronelismo Urbano”<sup>19</sup>, cuja denominação nasceu junto com o projeto e ascensão de Sarney (1965), que anunciava um modernismo a partir da esfera empresarial.

Os arranjos e as características próprias das oligarquias no Maranhão, que se dividiram entre dois períodos distintos e com fortes repercussões, o Vitorinismo e o Sarneyismo, tiveram convergências na política e na economia maranhense, mas incidiram, bruscamente, na formação social do estado, estampando marcas de exclusão e coerção nos mais pobres, além de estagnação e promessas de progresso nas regiões de influência.

---

<sup>18</sup> Para Vitor Nunes Leal (2012), “voto de cabresto” é a manifestação do poder político dos coronéis que empregava, por meio da jurisdição sobre seus “dependentes”, o abuso do autoritarismo na compra e influência dos seus votos, além da utilização da máquina pública para seus interesses particulares.

<sup>19</sup> Para saber mais ver Queiroz (1976) e Rêgo (2008).

Mas, será que essa realidade mudou ou mudou muito do Século XX para o XXI? Nos dias atuais ainda existem territórios em que conseguimos perceber, pouco ou camuflada, a presença eminente ou sugestiva das oligarquias, que avançam sobre a população empunhando ideologias, “cabrestos” e práticas coercitivas, pobreza, precariedade e/ou privação de serviços, principalmente os públicos, como forma de controle. Um triste legado político que tem se mostrado como ferramenta de reprodução das desigualdades e alimento das diferenças entre as classes, onde poucos têm muito e muitos têm menos ainda.

São Bernardo, município integrante e situado ao leste do Maranhão e Nordeste do Brasil, está localizado a 376,8 Km de São Luís, capital do estado, mais precisamente na MA 110, cujo percurso, da capital ao município, atravessa, principalmente, as BR 135 e 222, e MA 034 e 110. Ele integra a região que chamam de “Baixo delta do Parnaíba” e vive ainda, segundo seus moradores mais antigos e novos, um sistema de coronelismo que imprime um progresso lento, centralizado e controlador da política e economia local, e cujas práticas clientelistas e patrimonialistas atreladas à gestão municipal têm impactos nas condições materiais de reprodução de vida da população, pois afetam as questões sociais.

A história e a formação do município muito se emaranham com a própria história e formação do estado em múltiplos aspectos. Sua origem nos remete aos primórdios do Século XVIII, com a estada dos jesuítas, passando por aspectos políticos que, nos dias atuais, nos lembram que certas práticas supliciadoras não foram suplantadas com o decorrer do tempo.

Apesar de muitas especulações sobre o marco inicial da civilização bernardense no espaço onde, atualmente, se localiza o município, devido à ausência de registros mais precisos, existe a tradição de que as primeiras investidas se deram por meio dos jesuítas, no Século XVIII, impulsionados pelo ideal de catequizar os índios. Em 1700 tal objetivo os levou a embrenharem-se por densas florestas e áridas paradas até chegarem ao local onde hoje é a cidade. O lugar que optaram para dar início às suas investidas pelas imediações situava-se à margem de um pequeno rio que o nomearam de Buriti. (VAZ, 2016; IBGE, 2015).

Segundo Vaz (2016), esses jesuítas, que eram portugueses, vieram acompanhados pelo português Bernardo de Carvalho e Aguiar, “mestre do Campo das Conquistas do Piauí e Maranhão” (Ibid., p. 27) e um dos fundadores da cidade, com a finalidade de catequizar os índios Anapurus encontrados por Bento Maciel Parente, em 1679, em referência maior na Cidade de Brejo e expansão pelas circunvizinhanças, durante a perseguição aos índios Tremembés subindo o Rio Parnaíba até a altura de Teresina. Os inacianos levantaram uma primitiva igreja, que logo desapareceu, sob a invocação de São Bernardo, abade de Claraval, nascido em 1090 na França, e uma grande fazenda de gado com a ajuda dos indígenas. A

primeira igreja no local, feita pelos índios, tem registro oficial de construção em 1798 e demolição em 1949. Esta tinha pequenas proporções, estilo simples, colonial e uma só torre de relativa altura, e recebeu o nome de Matriz por servir de sede da circunscrição jesuíta. Após a construção do templo os jesuítas lançaram-se, auxiliados, em especial, pelos negros cativos, a tarefa de descobrir a terra encontrada, cujos domínios se alargaram até a margem do Rio Parnaíba, na barra do Bebedouro de São Pedro, à foz do Igarapé São José e as Lagoas Bacuri e Santo Agostinho, onde, hoje, ainda podem ser encontrados resquícios de uma feitoria, atualmente propriedade de assentamentos no Município de Magalhães de Almeida. Segundo o IBGE (2015), em seguida iniciou-se a exploração da terra com a intensificação da agricultura e pecuária, que constituem, ainda no presente, relevantes fontes econômicas locais.

Em homenagem ao Santo São Bernardo de Claraval o município realiza seu festejo ao padroeiro no período de 10 a 20 de agosto, conhecido como “Festa de agosto”. Anterior a ele, em julho, ocorre o arraial fora de época, versado como “Arraial do Povão”. O “Arraial do Povão” passou a ter brincadeiras de outras cidades e fins mais comerciais, diferindo do arraial que ocorria, popularmente, em junho, em homenagem aos santos juninos e com apresentações locais. (VAZ, 2016). Conforme os munícipes, essas intervenções, articuladas com o advento do Prefeito Coriolano Silva de Almeida (2013-2016) e, em especial, da sua esposa Amara Almeida, não foram adequadas, já que a cidade é vista como se não tivesse arraial, pois, enquanto outras regiões vivenciam isso tradicionalmente e de modo significativo, ela fica “[...] parada e quando chega o tempo do arraial não há investimentos, só algumas atrações e quando tem.” (informação verbal de bernardense, 2016).

Em relação à formação administrativa, o distrito foi criado como freguesia, com a denominação de Bernardo do Parnaíba, pela Lei Provincial nº 121, de 04.10.1841, submisso ao Município de Caxias, onde, posteriormente, se tornou vila, com o nome de São Bernardo do Parnaíba, através da Lei Provincial nº 550, de 30.07.1859, se desmembrando de Caxias. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 75, de 22.04.1931, assinado pelo Interventor Federal Padre Astolfo Serra, é extinto o distrito e anexado sua área ao Município de Santa Quitéria. Após sucessivos anexos e desmembramentos, inclusive quanto aos distritos de Melancias e Santa Quitéria, e advindo nova reorganização feita pela Lei Estadual nº 875, de 15.07.1935, a região ganha categoria de município, com a denominação de São Bernardo, desmembrando-se de Brejo. Em divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937 o município aparece constituído por 02 distritos: São Bernardo e Magalhães de Almeida. Entretanto, pela Lei Estadual nº 771, de 01.09.1952, desmembra-se do Município de São Bernardo o distrito de Magalhães de Almeida, que logo foi elevado à categoria de município. Em divisão territorial

datada de 1.07.1960 o Município de São Bernardo é constituído do distrito sede, permanecendo, assim, em divisão territorial datada de 2005. (VAZ, 2016; IBGE, 2015).

Como marco do processo político bernardense os relatos de Vaz (2016, grifo nosso) informam que São Bernardo, no início do Regime Republicano em 1900, teve como primeiro Prefeito o Sr. Domingos Demetrio de Oliveira e, após, ainda como vila em novembro de 1938, teve como Prefeito o Coronel Sivirino Alves de Carvalho, e que por ausência de documentação não há como afirmar os prefeitos que administraram no período de 1900 a 1936. No entanto, constituído o Estado Novo, em 1937, o município teve 24 prefeitos até o momento, aludidos em ordem consecutiva: 1º - Benedito Romão de Sousa (empossado em 03.08.1937 e cujo governo se estendeu até 1941), 2º - Miguel Braga de Alencar Costa (de 1941 a 1943), 3º - Valter de Ribeiro Sampaio (de 1943 a 1945), 4º - Benedito Romão de Sousa (2ª mandato, com gestão de 03 de junho a novembro de 1945), 5º - Francisco Coutinho de Almeida (de 11.1945 a 24.05.1946. “A Situação”), 6º - Edmundo Dantas Pereira (de 06.06.1946 a 15.10.1946), 7º - Bernardo Onésimo de Almeida (18.11.1946 a 1947. “A Situação”), 8º - José Coutinho de Almeida (de 1947 a 1951. Assumiu frente à interrupção do governo do Presidente Getúlio Vargas, em 1947. “A Situação”), 9º - Bernardo Onésimo de Almeida (2º mandato, de 1952 a 1955 – 1º triênio de governo no município), 10º - Cleres de Andrade Costa (1º quinquênio, de 1956 a 1961. Se afastou do cargo, sendo substituído pelo vice, José Coutinho de Almeida. “A Situação”), 11º - Bernardo Onésimo de Almeida (3º mandato, de 1961 a 1966 – 2º quinquênio), 12º - Amim Vieira Sabry (de 1966 a 1970 – 2º quadriênio), 13º - José Ferreira de Sousa (de 1970 a 1973 – 2º triênio. “A Situação”), 14º - **Coriolano Coelho de Almeida** (de 1973 a 1976 – 3º quadriênio. “A Oposição”), 15º - **Bernardo Alves Rodrigues** (de 1976 a 1982 – 1º sexênio. “A Oposição”), 16º - **Coriolano Coelho de Almeida** (2º mandato, de 1983 a 1988 – 2º sexênio), 17º - **Bernardo Alves Rodrigues** (2º mandato, de 1989 a 1992), 18º - **Coriolano Coelho de Almeida** (3º mandato, de 1993 a 1996 – 5º quadriênio), 19º - **Antonio Bernardo Alves Rodrigues** (de 1997 a 2000), 20º - **Coriolano Coelho de Almeida** (4º mandato, de 2001 a 2004), 21º - **Coriolano Coelho de Almeida** (5º mandato, de 2005 a 2008), 22º - **José Raimundo da Costa** (de 2009 a 2012. Teve como Vice Daniel Coelho de Almeida, filho de Coriolano Coelho.), 23º - **Coriolano Silva de Almeida** (de 2013 a 2016. Filho de Coriolano Coelho.) e o atual e 24º - João Igor Vieira Carvalho (eleito em 2016 como oposição aos “Coriolanos”).

Os grifos acima acentuam dois arranjos políticos que se compuseram em São Bernardo/MA a partir de diferentes expressões. As ênfases diferem com traços as gestões

coligados aos irmãos “Almeidas”, que representam “A Situação”, e em negrito as afiliadas ao grupo da família Coriolano, que se originou “A Oposição” contra os “Almeidas”.

Esses arranjos terão relevos com personagens que tiveram e têm realce na trama política de São Bernardo/MA, onde, a priori, atraímos atenção para os mandatos de Coriolano Coelho de Almeida e outros ligados à sua família e alianças, cujo grupo político, que leva à frente o nome Coriolano, há 43 anos (desde 1973) tem influências sobre o município.

*É uma família (Coriolanos) que, quando não é pai, é filho ou outro “mandado”, testa de ferro, que assume a prefeitura. Não entendo isso. Como esse povo não sai daí. Acho que é por que a maioria das pessoas daqui tem emprego público e fica com medo de perder. Só pode ser isso. Pode ver... Todo mundo aqui, tem medo de perder seu emprego. Vai viver do quê? (Maria, 48 anos, vendedora autônoma no centro, informação verbal, 2015).*

*É um controle grande dessa família (Coriolanos). Eles (familiares ou coligados) estão sempre em algum lugar da prefeitura. Um cargo, sabe? Mesmo que não estejam trabalhando. Mas, “tão” por aí. Aí, “fia”, a gente fica com medo. É pouco mais é certo (salário de docente contratado). Imagina se não tiver esse? Aqui é difícil arrumar trabalho e o povo paga pouco. E minha vida tá aqui, também, né?! Eu não quero sair daqui. (Helena, 38 anos, professora, informação verbal, 2015).*

Na disputa eleitoral de 2008, estando impossibilitado de reeleição, Coriolano Coelho de Almeida coliga com José Raimundo da Costa, que se candidata a prefeito e ganha pelo Partido Democrático Trabalhista com 8.185 votos (60,12%), tendo como vice Daniel Coelho de Almeida, filho do Coriolano. A oposição se constituiu por Bernardo de Oliveira Lima Junior, o “Júnior Esperança”, do Partido Verde, que teve apenas 5.429 votos (39,88%). As abstenções, votos brancos e nulos somaram 4.465 votos, considerado um quantitativo expressivo para o total de 18.079 eleitores. (informações verbais, 2016; TRIBUNAL..., 2016).

Leal (2012) adverte que na política coronelista o mais importante é a vitória dos candidatos apoiados, podendo influir a efetivação de práticas que buscam molestar os adversários mais competentes ou favorecer e, portanto, se beneficiar dos que apresentam maiores afinidades ao jogo. Conforme Janotti (1981), na esfera local o candidato indicado assume, mas age consoante as ordens do coronel, que é quem, de fato, governa ou manipula.

Nas eleições de 2012 o “Coriolano pai”, como é conhecido Coriolano Coelho de Almeida, apoia a candidatura do filho, Coriolano Silva de Almeida, alcunhado de “Coraninho”, que vence as eleições pelo Partido Verde com 7.683 votos (54,53%<sup>20</sup>). Todavia, segundo os bernardenses, quem administra nos quatro anos do seu mandato é a primeira-dama Amara Almeida, cuja gestão fica conhecida pela ostentação, arrogância e distrato com os eleitores, inclusive com a oposição, através das mídias sociais e manifestações públicas na

<sup>20</sup> Ver TRIBUNAL Regional Eleitoral do Maranhão. **Eleições anteriores:** eleições 2012 – Estatística TSE. [Online]. São Luís: TRE-MA, [2016].

cidade, como uma que ficou conhecida como a “Passeata do Rodo”, em que ela e seus coligados saíram às ruas com vários rodos à mão anunciando que iriam “[...] *limpar a cidade de um povo que só trazia atraso*”. (Joana, 45 anos, professora, informação verbal, 2016).

O jogo do conluio político e as fidelidades partidárias, estendidas, inclusive à população, por meio de práticas clientelistas, que envolvem trocas de benefícios por votos ou apoio político, mantêm o poder e a sustentação dos coronéis nos seus territórios de prestígio. Por assim se fazer, a instância regional se favorece da autoridade política dos coronéis e do seu “curral eleitoral”, e ignora e/ou não interfere, sempre que lhes é conveniente, nas ações empregadas por esses “senhores do território” – os coronéis.

A “vista grossa” que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal, deixando de empregar sua influência política para moralizá-la, fazia parte do sistema de compromisso do “coronelismo”. Estava incluída na carta branca que recebiam os chefes locais, em troca do seu incondicional apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais. (LEAL, 2012, p. 38).

*Na última eleição para governador [2014], Flávio Dino esteve aqui, e fez passeata pelas ruas e comício. O “Coriolano pai”, até então, era apoiado pela família Sarney. No entanto ele subiu ao palco... Aí, ninguém entendeu mais nada.* (Joana, 45 anos, professora, informação verbal, 2016).

Nesse passo, assinalamos outros protagonistas da configuração política bernardense que se fizeram tão importantes quanto o grupo Coriolano, uma vez que sua ascensão política se deu a partir da insatisfação do povo com os governos anteriores.

As administrações da década de 1970 ficaram marcadas nos bernardenses mais antigos e mais pobres pelo rigor das barreiras fiscais que praticavam ações com respaldo das autoridades locais. Os impostos eram muito caros para uma população que tinha na sua base de renda produtos como o arroz, o tucum, a mandioca (na forma da farinha, da tiquira e da goma) e a cera de carnaúba, sendo que estes dois últimos eram os principais comercializados em Luzilândia/PI (cerca de 12 Km de São Bernardo/MA), devido a melhor oferta do preço. Assim, pela falta do pagamento do imposto os fiscais retinham os produtos que eram transportados por serem considerados clandestinos. Por conta disso, o transporte se dava, na sua grande maioria, na “*calada*” da noite, onde até os “[...] *jumentos eram silenciados com sapatos de pano [...]*”, que calçavam seus cascos para passarem na ponte, que unia as cidades, sem serem notados. Ou era isso ou se aceitava apreender ou dividir parte dos produtos com os fiscais para não ter a carga retida. “*O imposto nem parecia que era para o estado, porque tinha fiscal que com pouco tempo ‘tava’ rico [...]*.” (Caio, agricultor, informação verbal, 2015).

Segundo Vaz (2016) e os municípios mais antigos, dentre os produtos da renda que mais se destacavam na economia local na década de 1970, como a mandioca e a cera da carnaúba, a cera chegou a ser exportada pelo pai do Coriolano Coelho de Almeida, o Sr.

Custódio de Almeida Lima, que, na época, era um dos principais produtores, para os Estados Unidos através do comércio de Luzilândia/PI, onde ficava a empresa que comprava produtos para exportação. A carnaúba era a principal fonte de renda de São Bernardo/MA e pela sua importância para o município se tornou símbolo da sua bandeira.

O coronelismo tem sempre impactos na política, renda e progresso local, sejam leves ou acentuados. Ele controla o econômico e marginaliza o social a partir da propensão política e exerce uma vigilância sobre a reprodução da vida e do trabalho por meio da deliberação sobre a economia local, as ocupações públicas e as ofertas de serviços que giram em torno das políticas de desenvolvimento local ou regional, e da determinação sobre empresas e comércios que se estabelecem ou pretendem se estabelecer na região de domínio.

Não obstante, o coronelismo é uma superestrutura que sustenta as oligarquias, pois é através do seu poder político local, que se estende à máquina pública, em conjunto com suas práticas mandonistas e clientelistas que se fortalecem, se estruturam, se revigoram e se confirmam nas urnas, que ele consegue apoiar a manutenção das suas bases políticas a nível regional, para conseguir se firmar também a nível local.

Antigos moradores de São Bernardo/MA, principalmente os nascidos na década de 1930 e hoje com idade entre 76 e 86 anos, relatam que os chefes locais no período de 1946 até 1973 que impuseram maiores conflitos às disputas eleitorais, que já se articulavam em torno de votos, eram os irmãos “Almeidas”: José Coutinho de Almeida (Zé Almeida) e Bernardo Onésimo de Almeida (Onésimo). Período que foi interrompido pela eleição de Amim Vieira Sabry, que geriu entre 1966 a 1970, mas sob as ameaças dos irmãos.

Do mesmo modo, destacam as rivalidades existentes entre o grupo do “Coriolano”, representado, inicialmente, pelo pai, Custódio de Almeida Lima, e o grupo dos “Almeidas”, que ficou marcada por um assassinato que ocorreu nas eleições de 03 de outubro de 1954, no prédio da Escola Nazaré Ramos<sup>21</sup>. “Zé Almeida” ao discutir com o “Zé Coelho” (José de Ribamar Coelho Lima, primo do Coriolano Coelho e delegado do partido da oposição, além de candidato a vereador), que tinha ido reclamar porque os irmãos estavam coagindo as pessoas a votarem em seus candidatos, que a propósito era o Bernardo Onésimo, foi perfurado com faca pelo “Zé Coelho”. Com o barulho do aglomerado “Onésimo” se apressou até o lugar e chegando lá, uns contam que ele bateu com o revólver na cabeça do “Zé Coelho”, dizendo-lhe: *“larga a faca, bandido”*, e, em seguida, desferiu-lhe dois tiros, visto que “Zé Coelho” não queria largar a faca. Outros narram que “Zé Coelho” avançou sobre o

---

<sup>21</sup> Nome dado em homenagem à esposa do Governador do Maranhão, Paulo Martins de Souza Ramos, que governou o Estado entre 1936 e 1945.

Bernardo Onésimo por repetidas vezes e nisso ele atirou a primeira vez no pé, depois na perna e, por último, não visualizou onde disparou pra não morrer. Já outros acrescentam que “Zé Coelho” foi segurado por Bernardo Francisco da Cunha (apelidado de “Doca Cunha” e que era o Delegado na ocasião) para receber os três tiros. Descrevem ainda, que o crime ocorreu às 10 horas da manhã e que antes de falecer “Zé Coelho” conferiu ser “Dona Beliza”, vereadora pelo Partido Social Progressista (PSP), a maquinadora da trama. Também informam que nada ocorreu ao “Onésimo”, em termos de prisão, devido os “Almeidas” serem considerados os “*donos da situação*” em relação à conjuntura sociopolítica da época, em que predominavam as suas influências e reinava a frase: “aos amigos tudo, aos inimigos à morte” – uma adaptação da frase de Vitorino Freire: “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”<sup>22</sup>.

Declararam os bernardenses mais idosos que as rivalidades políticas para eleição do prefeito se agitavam nos meses que em se aproximavam o pleito e nos consequentes a ele, e que o povo vivia assustado pelas brigas e intrigas que ocorriam devido às disputas. No ano das eleições os votos eram garantidos através dos transportes de pessoas em Jeeps, sobretudo no dia da eleição, em que, na ocasião, eram distribuídas comidas e carnes cruas aos eleitores, que, na oportunidade, levavam os filhos para se alimentarem. Na eleição de 1945, mesmo com os esforços e tumultos da oposição ela não conseguiu vencer os “Almeidas”.

Sobre essa “política do pão e do transporte”, como formas do clientelismo, faz jus lembrar o que Leal (2012, p. 126, grifo nosso) diz:

Não podemos negar que o “coronelismo” corresponde a uma quadra da evolução política do nosso povo, que deixa muito a desejar. Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas certamente se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político do Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. **A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres.**

Além de dar transporte e comida como barganha de votos, a prática dos “Almeidas” para garanti-los no dia da eleição era a de levar um a um, “*pegando na mão*”, até a seção para votar. Para tanto, eles iam buscar os eleitores na noite anterior à votação e estes ficavam dentro de um barracão de palha, com comida, ou espalhados em outras casas, enclausurados até a hora do sufrágio, em que só saíam para votar, portando a “chapa” na mão, e acompanhados do pessoal do “Onésimo”. Mas antes, havia a fiscalização, em que os eleitores tiravam as roupas para que fosse verificado se eles não escondiam alguma chapa do candidato da oposição. Homens inspecionavam homens e mulheres revistavam mulheres.

---

<sup>22</sup> Ver Pinto, 1982, p.16.

Com essa prática, as pessoas que eram buscadas e alimentadas pelo grupo dos “Almeidas” eram obrigadas a votar em seus candidatos. (Caio; Ecília; Vera, informação verbal, 2015).

Bernardo Onésimo era o responsável por apanhar as urnas em Araiões/MA, por a comarca ser lá, e fazia isso com dois dias de antecedência das eleições. Ele as trazia, as guardava no correio, ocorria a votação e depois ele as levava para apuração em Araiões/MA, onde acompanhava junto ao juiz. Narram ainda os bernardenses ouvidos (2015), que Bernardo Onésimo e o juiz “[...] *contavam do jeito deles [...]*”, e quando “Onésimo” voltava à cidade só anunciava o eleito, não cabendo reclamação e garantindo, com essas ações, “A Situação”.

No tempo da campanha, citam os informantes, os “Almeidas” e seus aliados distribuíaam leite, roupas, remédios e levavam médicos para atendimento na cidade. Porém, fora esse tempo não existia preocupação com a população, que carregava seus doentes, em rede, para Luzilândia/PI. Até 1972 o povo não conhecia nem saúde e nem educação no município. O abuso do poder do grupo da “Situação” para adquirir votos se manifestava também na coação das pessoas ao estipular que tinham que votar com eles, porque se não fizessem eles iam saber e iam perseguir, usufruindo da pobreza do povo, pois entravam nas casas e davam dinheiro em troca de votos, em postura de ordem. “*Eles não conheciam limites e nem justiça. Era uma política de mão de ferro.*” (Ecília; Vera, informação verbal, 2015).

Conforme ainda os interlocutores, “Onésimo” era o “*dono da prefeitura*” e “*tinha dinheiro*”, e a oposição não. E isso dificultava a sua vitória, mesmo tendo a simpatia do povo. “*A população era pobre. E pobre vai onde tem dinheiro. A oposição chamava, mas não tinha [...]*.” (Ecília, informação verbal, 2015).

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Ai estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. (LEAL, 2012, p. 24-25, grifo do autor).

Nas eleições de 1970 os “Almeidas”, com o apoio de pessoas com boas condições financeiras e do governo estadual, e mediante a influência política que tinham, conseguem eleger o último prefeito do grupo, José Ferreira de Sousa (Ferreirão), pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), contra a oposição, representada pelo Padre Nestor de Carvalho Cunha, do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desprivilegiada em renda e em apoiadores políticos influentes. O padre perde a eleição, mas o grupo do Coriolano ganha como maioria na Câmara Municipal. Advertem ainda os autóctones, que

tanto a Ex-prefeita Cleres de Andrade Costa, com mandato de 1956 a 1961, cunhada dos “Almeidas”, quanto o outro irmão, o Ex-prefeito Francisco Coutinho de Almeida, que geriu de novembro de 1945 a maio de 1946, foram, igualmente, promovidos pelos irmãos e que o regime do grupo não foi marcado por ações positivas e nem por carisma.

Somado os governos dos irmãos “Almeidas” aos dos seus candidatos eleitos se tem 27 anos de comandos e coerções locais. E como conta os idosos bernardenses, quem ousava votar diferente tinha que fazer escondido e quem se negava a algum mando do “Onésimo” sofria perseguição, pressão das pessoas que estavam no poder ou risco de prisão por insubordinação, como, de fato, ocorreu. As pessoas eram presas porque “*falavam de mais*”: como o caso da mulher que foi detida porque comentava os casos amorosos do “Onésimo” e, estando em período de aleitamento, amamentou sua criança entre as grades da cela; por críticas ao governo, como os episódios do “Miguelão”, que bebia e desferia censuras e, por isso, foi preso inúmeras vezes; por acusações sem provas, como o caso do “Vicente Cajado” que foi aprisionado, sem evidências, por furto de uma caixa amplificadora de uma emissora local; ou por quaisquer motivos que fizessem o governo se sentir enfrentado. “*A sensação era de uma ditadura local [...]*”. (Vera, informação verbal, 2015).

Se o coronel era da “situação”, seus apaniguados tinham liberdade de ação para fazer o que quisessem, com a certeza de ficarem impunes; quando o coronel se encontrava na “oposição”, porém, era como se a maldição se tivesse abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos, maltratados, aprisionados e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo a quanto se arriscavam. Para o apaniguado, nada melhor do que seu coronel ficar com a “situação”, a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temer e gozar dos privilégios de sua condição. (QUEIROZ, 2006, p. 182).

As disputas entre os dois grandes grupos políticos que se constituíram na política local de São Bernardo/MA foram formadas pelos “*filhos de São Bernardo*”, que quando não estavam envolvidos diretamente tinham sempre alguém da família ou coligado os representando. Isto se dava tanto em nível dos chefes políticos quanto dos seus apoiadores e cabos eleitorais, que se encarregavam de mobilizar a classe inferior – os pobres e os miseráveis. Igualmente, as disputas se compuseram, precipuamente, a partir de dois partidos políticos: a ARENA, representada pelos “Almeidas” e chamada de “A Situação”, e o MDB, formado pela aliança Coriolano, e chamado de “A Oposição”. Importar realçar que antes da vida política dos irmãos “Almeidas” sua família não dispunha de nenhum traço político e que eles foram iniciados por intermédio e apoio do Deputado Estadual Maurício Jansen Pereira. Já o Coriolano Coelho de Almeida tem raízes em sua própria família, através do seu pai, Custódio de Almeida Lima, do seu irmão, Maridé Coelho de Almeida, e do seu primo, José de Ribamar Coelho Lima. (Caio; Ecília; Vera, informações verbais, 2015).

No fenômeno do coronelismo as oligarquias favorecem a concentração do poder local porque compunha com ele um sistema de compromissos que consolida, em especial, as esferas superiores. Porém, para que isso se desdobre tanto o legislativo quanto o executivo e, até mesmo, o judiciário, são convocados, quando necessário, ao agenciamento da política oligárquica e mesmo da política dos coronéis, quando congregados, ainda que nessas esferas tramitem pedidos de interposição contra essas formas de organização política.

Segundo o conhecimento de alguns interlocutores, o Deputado Maurício Jansen Pereira, sendo um dos apoiadores dos “Almeidas”, era um canal de influência na esfera estadual e acesso ao jogo das manobras nas instâncias maiores. Ele imputou vários recursos contra possíveis fraudes no processo eleitoral que lhe deu o cargo de deputado estadual em 1935, sendo recorrente na esfera judicial. Todavia, dado que a “*trapaça*” de votos era uma prática cíclica em São Bernardo/MA e articulada por seus apoiados, “[...] *a mesma medida parecia não lhe ser cabida [...]*”. (Ecília, informação verbal, 2015).

No coronelismo a figura dos coronéis tem como atributo se privilegiar da máquina pública, além das personas que lhes viabilizam acesso a ela e ao arranjo político para mantê-la, e da sua autoridade política local para oprimir, mas também conferir favores e “agrados”, especialmente à classe empobrecida, em troca de subordinação, gratidão e “paga de favor”. Suas formas de ação visam organizar e manter sua base de votos através do controle das relações pessoais e, notadamente, as de trabalho, uma vez que essas ações são legitimadas ainda pela necessidade de ser arrimo às oligarquias, às quais esses coronéis estão filiados.

Neste tipo de Estado [oligárquico], as relações entre clientelas - entendidas genericamente como relações em que alguém colocado em condição econômica e/ou politicamente privilegiada concede favores a outros em troca da sua obediência (“gratidão”) - perpassam as principais formas de organização política. Um sistema de dominação em que as relações pessoais são ainda muito fortes para a manutenção dos laços de subordinação. (REIS, 2007, p. 205).

Relatos bernardenses comunicam que, primeiramente, os “Almeidas” receberam apoio dos “Freitas Diniz”, representado pelo Deputado Federal Benedito Freitas Diniz, que assim se tornou em 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD), ao ocupar a vaga deixada por Vitorino Freire em sua eleição para o Senado. Em troca do apoio local os irmãos “Almeidas” “trabalhavam os munícipes” para votarem nas indicações para deputados federais e Senador. Contudo, após anos de aliança houve um rompimento e, por conseguinte, uma perseguição política motivada pelas recusas às determinações de Vitorino Freire para a região, das quais muitas os “Almeidas” não concordavam, como votos para determinados candidatos. Ainda sim, mesmo enfraquecidos pela rescisão e tendo a oposição obtido vantagem para iniciar sua campanha, os irmãos continuaram a ter influência sobre o território.

Passar dos anos os desgastes provocados pelos desatinos cometidos pelos “Almeidas” em suas gestões diretas e indiretas, bem como o assassinato do “Zé Coelho”, que demonstravam à população a superioridade e a força do grupo frente aos seus mandonismos e impunidades, incitou o povo bernardense ao acendimento pela deposição do clã e ascensão da oposição. Todavia, o marco para a modificação no arranjo político de São Bernardo/MA, que veio se concretizar em 1973 com a vitória de Coriolano Coelho de Almeida nas urnas, e que provocou mudança na postura dos eleitores mais pobres, que vinham descontentes com a representação do governo no município através dos “Almeidas”, foi o assassinato do Padre Nestor de Carvalho Cunha, em 1970, muito querido por toda a população e que já havia se candidatado a prefeito pela oposição. Porém, a ausência de dinheiro e influência no poder acabou por inclinar a massa de eleitores pobres a votar com “A situação”.

Segundo Vaz (2016), o padre levou um tiro ao abrir a porta para atender a um chamado e ao cair no chão grita: “Socorro, a polícia quer me matar!” (Ibid., p. 40). O tiro e o clamor do padre são ouvidos por todos que estavam no festejo, pois o padre estava a escutar uma valsa no aparelho de som, que estava sintonizado no amplificador. Semyrames Coelho Lima, “Dona Mimi”, que aguardava na janela da igreja ao lado o padre terminar de ouvir sua música para falar-lhe, correu em socorro e colocou-se à frente do assassino, recebendo uma bofetada no lugar de tiros, pois o revólver emperrou. As pessoas correram ao socorro do padre e conseguiram prender o assassino, que não era desconhecido – era um cabo da polícia militar do estado, destacado para São Bernardo/MA. O militar foi agarrado por Coriolano Coelho de Almeida e recebeu ordem de prisão de Benedito Coelho de Almeida, com patente de Capitão-cirurgião da Reserva da Guarda Nacional – ação que foi rebatida pelo assassino, pois, segundo ele, não havia ninguém presente que pudesse prendê-lo, por sua patente de cabo.

Seguindo a narrativa dos interlocutores que têm recordações do regime dos “Almeidas”, a lembrança mais forte que se tem é de uma política sólida, mas também de sofrimento, angústias, humilhações, chantagens, perseguições, coações, uso da força, ameaças, obrigações, agressões e prisões, onde os mais despossuídos permaneciam coniventes e sujeitos ao grupo, mesmo sob a insatisfação, devido ao medo e a necessidade.

*[...] as pessoas não tinham direito de escolha, de arbítrio, já que agiam pela situação. Tem uma estória que Bernardo Martins foi espancado por dois sujeitos a mando do Bernardo Onésimo e só foi salvo porque o “Zé Beleza”, ouvindo os gritos, saiu com o revólver e deu tiros pra assustar os homens que estavam batendo no Martins [...]. Tinha que obedecer “o” que se mandava [...]. O povo era forçado a votar no “Onésimo” e seus candidatos. Aí, pai determinava os votos dos filhos, que diziam “pros” seus e assim ia. (Jorge, 68 anos, informação verbal, 2015).*

Na época, mesmo que o processo eleitoral, o arranjo e a mobilização política, tenha se configurado em torno dos “Almeidas” ele logo sofreu mudanças com a entrada do Coriolano Coelho, em 1973, e seu discurso de indignação contra as arbitrariedades empreendidas pelos “Almeidas”, além de desenvolvimentista, visto que o comércio local, até 1970, era fraco, sem muitos e grandes comerciantes, e poucas pessoas que se sobressaíam economicamente criavam gado ou tinham comércios. Sua eleição em 1973, pelo MDB, foi fruto de uma longa oposição constituída contra os “Almeidas” e formada pela família e grupo do Coriolano, cujas práticas de arranjo político se davam pelo apoio político de familiares, amigos e pedidos de votos de casa em casa. Os irmãos “Almeidas” eram tidos como os abastados da cidade e junto a eles estavam pessoas de “posses” e alguns comerciantes bem sucedidos; ao contrário da oposição, que se formou, em sua maioria, pela aliança de pessoas humildes e pobres para entrar na política. (Caio; Ecília, informações verbais, 2015).

Coriolano Coelho de Almeida consegue se eleger, conforme subsídios verbais de bernardenses (2015), por meio de práticas e impressões diferentes, sendo sua nomeação “[...] *uma resposta às violências dos irmãos ‘Almeidas’*”. Ele ficou conhecido pelo seu carisma, tratamento e humildade com os pobres, por não diferenciar classe social, cor, etnia ou formação, por defender o povo das injustiças dos irmãos, marcadas por violência simbólica e física, como intimidações, surras, prisões e mortes, e por não ser considerado vingativo, já que, após a votação, deixava em casa mesmo aqueles eleitores que não haviam votado com ele – diferente dos “Almeidas”, cujos eleitores voltavam a pé. Assim, sua preocupação com a tirania dos irmãos, sua consagração como “*pessoa do povo*” e o descontentamento da população com a morte do Padre Nestor de Carvalho Cunha foram eventos decisivos para que ela o elegeisse, após anos de sujeição aos mandonismos políticos dos “Almeidas”.

Enfatizam alguns bernardenses que Coriolano Coelho, que foi vereador em 1970, se beneficiou do falecimento do “Padre Nestor” porque espalhou, “[...] *sem provas, pois se acredita que foi mais por questões eleitorais [...]*” (Caio; Vera, informação verbal, 2015), ser “Ferreirão”, prefeito nesse ano e ligado ao grupo dos “Almeidas”, que havia encomendado o homicídio e isso gerou mais indignação e sentimento de impunidade no povo. Em todo caso, ilustram os depoimentos, após a primeira gestão de Coriolano Coelho houve uma melhora na economia do município, tendo repercussão no seu desenvolvimento, e ele passou a ser considerado um “*grande líder político*”. Afirma Vaz (2016), que o primeiro mandato de Coriolano Coelho se destaca por várias construções, como pontes, prédios escolares, reforma no quantitativo de professores, que passou de 25 para 107, inauguração do Sistema Elétrico da Barragem da Boa Esperança (Usina Marechal Castelo Branco) e outras obras relevantes.

Para os nativos da época, após boatos de que Coriolano Coelho não ia concorrer se Bernardo Onésimo fosse se candidatar, porque “[...] *sabia que não ia ganhar [...]*” (Ecília, informação verbal, 2015), a não candidatura de “Onésimo” e a vitória de Coriolano Coelho nas urnas motivaram os “Almeidas” a se recolherem da política local, não concorrendo nas próximas eleições. Almeida (1987) sublinha, como justificativa, o abatimento das forças e o enfraquecimento político interno e externo, especialmente quanto os seus grupos de apoio. As intenções de recolhimento já se faziam pertinentes na eleição de José Ferreira de Sousa, que não garantiu uma conquista expressiva. No entanto, assinala que os irmãos não enfrentaram derrotas nas disputas para prefeito enquanto tiveram o poder e continua:

Ainda bem jovem [José Coutinho de Almeida], aliado ao meu mano Onésimo [Bernardo Onésimo de Almeida], desposamos com amor e devoção a política partidária que, com sua beleza exterior empolgou todas as nossas ilusões. Esse enlace que durou cerca de vinte e cinco anos, dissolve-se pela nossa exaustão, quando então resolvemos nos divorciar daquela companhia tão ingrata e intrigante que nos deu tanto pau pela cabeça. Porém, como não há feio sem graça nem bonito sem taxa, dela tiramos, também, algum proveito que entupiu muitos dos sulcos que nos abriu. Dentre outros, o desfrute de cargos importantes, status social, etc, etc que nós não somos descarados para querer encobrir. (Ibid., p. 90).

Os “Almeidas” encerram sua participação na vida política de São Bernardo/MA deixando a percepção de um clã que não se preocupava com as dificuldades e as desigualdades sofridas pelo povo por conta da pobreza e da ausência de serviços públicos, mas que se beneficiava dessa condição para oprimi-lo, além de se favorecer da máquina pública e do arranjo político que integrava na esfera maior para substanciar as ações de opressão, sem atribuir nenhum desenvolvimento ao município. “*Política pública era respingo. E só respingava próximo de campanha*”. (Ecília, informação verbal, 2015).

Atrelado “A Oposição” o governo de Coriolano Coelho enfrentou dificuldades devido à esfera estadual apoiar as administrações anteriores, tendo a frente os “Almeidas”, que representavam o partido regional na esfera local, no caso a ARENA. Igualmente, os entraves foram efeitos da crise política no Maranhão proveniente dos conflitos entre Sarney e Vitorino Freire, que eram lideranças adversárias no interior da ARENA. Nesse tempo, os governadores foram: Pedro Neiva de Santana (1971-1975), ligado a Sarney e Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1979), apoiado por Vitorino Freire. Ambos da ARENA.

Apesar disso, findava o regime dos “Almeidas”, em que as rivalidades se estendiam até aos sagrados assentos da igreja, em que distintas senhoras, ostentando o lado político que lhes importava, delimitavam os seus territórios no interior do santuário: num lado a Sra. Ivone, esposa do Bernardo Onésimo e, no outro, a Sra. Beliza, vereadora. “*Os bancos*

da igreja tinham nome e preferência política. Quem defendia um grupo não podia sentar no banco que representava o outro”. (Vera, informação verbal, 2015).

Aqui, não acenamos outros fatores que puderam atingir, com maior ou menor vigor, a decadência da estrutura coronelista dos “Almeidas”, como crescimento demográfico, urbanização ou outros, que, segundo Queiroz (2006), se desenvolvem de modo acelerado ou não, conforme a região e o momento histórico, e, por isso, se fazem relevantes à compreensão das estruturas coronelísticas. Situamos o cerne da narrativa apenas sobre as expressões da presença dessas estruturas na realidade de São Bernardo/MA, como pano de fundo para o entendimento das dinâmicas que ajudam a capturar os determinantes que incidem sobre o nosso objeto de estudo. Para tanto, fizemos uso das percepções dos interlocutores, sobretudo os mais idosos, que ilustraram aspectos da vida política bernardense que mais lhes imprimiram marcas daquela época e que, não menos, gotejaram elementos ligados aos serviços públicos, a economia e ao tratamento estendido ao povo, além das suas manifestações como efeitos da organização político-social dos regimes coronelistas.

No declínio de uma estrutura e constituição de outra vislumbramos formas de reaparelhamento diferentes quanto à aquisição e manutenção de votos. Para os interlocutores, Coriolano Coelho tinha como principais apoiadores o “povão”, além de ser visto como alguém que “*gostava do povão*” pela sua forma de abordagem, tratamento e proteção, que lhe fez ganhar a afinidade popular. Suas qualidades repercutiram numa espécie de “consciência de igualdade” no povo através do desenvolvimento de um “sentimento de igualdade”, nos apropriando de termos usados por Queiroz (2006); ou seja, as práticas de Coriolano Coelho estimularam na população, sobretudo nos mais pobres e humildes, que constituíram, inicialmente, como seus apoiadores, a percepção de que ele não só comungava da opressão vivida por ela como isso seria um juízo consciencioso da sua parte, que se traduzia em ações de luta, enquanto oposição, mas, que também se efetivariam em impactos na escala social, quando gestor. Assim, dado o desgaste provocado pelo “sistema de peas”, a atenção e a gentileza passaram a ser acionadas como *modus operandi* de barganha da recente estrutura coronelística promovida através do clamor e do apoio popular, e legitimada nas urnas. Um modo de agir muito familiar se lembrarmos dos mecanismos desenvolvidos por Sarney.

[...] a obtenção dos votos nem sempre se exprimiu pela maneira benigna da barganha, uma vez que se encontra inserida numa estrutura de dominantes e dominados, em que os dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico. A opressão, a violência e a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto os favores e os benefícios. [...] É possível, e mesmo provável, que tal [barganha] não se desse noutras regiões do país, onde a forma violenta de obtenção do voto se teria conservado por mais tempo. Pelo menos é o que diz Jean

Blondel da Paraíba, falando da passagem pouco a pouco de uma dominação sem peias, para outra mais mitigada; [...] o chefe político “capta os eleitores ou os conserva graças a favores frequentes para que esses o julguem indispensável. [...] O eleitor tomou o hábito de pedir cada vez mais. Ele sabe que existem um Estado e uma Federação que o podem socorrer”. (QUEIROZ, 2006. p. 179).

A mudança na estrutura política dos coronéis e, portanto, na sua reorganização para aquisição de votos, operacionaliza uma nova concepção do “valor do voto” pelo oprimido, que não concebe mais agir passivamente frente aos mandonismos. Nisto, ele avança a barreira dos mandos e percebe na troca do voto (clientelismo) um meio de se favorecer.

Na compreensão de Queiroz (2006), o comportamento paternalista diplomático e de etiqueta refinada com os imediatos se fixa como uma forma de legitimar a manutenção dos governos locais. A autora observa que o “sentimento de igualdade” encontrado entre os chefes políticos e seus eleitores provocou neste uma “consciência” do valor que tem seu voto, deixando as relações de dominação e subordinação sujeitas a quaisquer suscetibilidades. “Um pequeno chefe pode perfeitamente abandonar o grande coronel que sempre acompanhara e passar-se para outro, com toda a sua clientela, desde que se julgue ofendido em seus brios”. (Ibid., p. 181). Essa dependência do chefe local para com seus eleitores contribuiu para que o voto se tornasse um “bem de troca”, fazendo com que a lealdade seja recíproca; isto é, a exigência do voto impõe o compromisso com quem lhe deu, mas também o de quem lhe oferecera como troca. Com isso, há uma mudança do voto “passivo” para o voto “consciente”: ao invés de acatar as ordens do coronel se concede o voto em troca de algo que já recebeu ou que irá receber. Assim, este voto se configura “consciente”, sendo que isso se imprime pela consciência do “bem de troca” e não, pela expressão de uma opinião pessoal.

Se é bem verdade que “o sonho do oprimido é ser opressor”, recuperando o pensamento de Paulo Freire, também é verdade o de Simone Beauvoir quando diz que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Sob estas máximas fazemos analogia à composição dos grupos políticos de São Bernardo/MA, cujas origens se destacaram pela balança das classes sociais; ou seja, quando bem situada a divisão tinha-se “A Situação” e quando equilibrada em prol de uma ação teve-se “A Oposição”. Porém, decorrido os 43 anos de governo dessa mesma oposição, iniciada por pobres e humildes, ela é, hoje, percebida pelo povo como opressora, onde a violência não é mais física, mas simbólica, sobretudo com relação às barganhas, e o poder se traduz, citando Blondel<sup>23</sup>, pelo “[...] monopólio quase absoluto de todas as possibilidades de progresso na escala social [...]”, a partir do controle da escala política e com repercussões na escala econômica.

<sup>23</sup> Apud Queiroz, 2006, p. 209. Ver: BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

Hoje, parte considerável dos postos de trabalho da região, criados ao longo do regime Coriolano, se concentra nos serviços públicos ou em empresas que se instalam sob a vigilância do dirigente público, que, em troca, além das compensações, sugestiona mão-de-obra. Há também os serviços e comércios que se instalam e giram em torno de relativas oportunidades de aquecimento econômico e desenvolvimento que chegam à região, bem como estabelecimentos que funcionam sob a direção dos clãs e agregam trabalhadores locais.

*Trabalho na prefeitura como contratado. “To” mais de oito anos lá. Como sou “chegado” da família não tenho medo de sair. A não ser que eles saiam. Mas, tenho colegas que também são contratados e quando chegam as eleições ficam com medo de votar em outro candidato e sair. Aí, acabam votando no prefeito de novo, mesmo não gostando dele ou do seu governo. (José, 29 anos, funcionário público, informação verbal, 2015).*

*Estou trabalhando num lugar aqui perto e levei uma carta para o pessoal lá, me apresentando. Quem me deu foi “X”. Dizem que o lugar onde eu trabalho é dele. Meu irmão já trabalha em outro lugar que dizem ser do filho, mas também dizem ser do pai e que só botou o nome do filho lá. Eu não sei. Pode até ser. O povo fala muito, moça. Mas, vai saber o que é verdade? Mas, olha, essas “terra” tudo que a senhora tá vendo aí, e as que a senhora não ver, porque “tá” ao redor, dizem que é tudo dele. [...] Falam muito disso aí, que você diz... Coronelismo, né? Coronel... Nem sei o que é isso direito. Se for por que o cara “tá” aí, num sei quanto tempo, tudo bem! São tudo ruim, mesmo. Ou ele ou outro dá no mesmo. O importante é que eu “tô” trabalhando e minha família tem o que comer. Passei um tempão sem arrumar nada, vivendo de “bicos”. E moça, aqui é muito ruim arrumar serviço. (Ribamar, 41 anos, faxineiro, informação verbal, 2015).*

O coronelismo é assinalado também pela propriedade privada, sobretudo, de terras, ainda que essa forma característica tenha sofrido adequações nas últimas décadas, viabilizadas pelo crescimento do comércio e das profissões liberais, que, da mesma forma, garantiram fortuna e/ou prestígio, sendo que as relações de parentela, a tradição do nome familiar, os casamentos e as alianças, assegurariam a fortuna e/ou prestígio na ausência de um dos dois. Cita Blondel<sup>24</sup>, que a evolução foi “[...] traduzida no crescimento dos chefes novos, independentes dos sistemas tradicionais, que devem à sua profissão, e não mais às suas terras, ter poder sobre os eleitores”. E a esses “chefes novos” ele chama de “novos coronéis”.

Em São Bernardo/MA a pecuária e o uso de extensões de terras para pastagem do gado são atividades que se distinguem por serem realizadas por parcela mínima de sujeitos que tem uma renda maior e cuja produção tem destaque, sendo eles da região ou não, ou pertencentes ou ligados à família Coriolano, como acentuado pelos munícipes.

O Censo Agropecuário IBGE de 2006<sup>25</sup> informa que o município possui 510 estabelecimentos para manejo da espécie bovino e uma área total de 3.719 hectares para utilização das terras para pastagem, divididas em naturais, plantadas degradadas e plantadas

<sup>24</sup> Apud por Queiroz, 2006, p. 199.

<sup>25</sup> IBGE, consulta realizada em set. 2016.

em boas condições. Ao subir no ponto mais alto da cidade, como o monte que eleva a estátua do padroeiro do município, podemos ver, ao norte, os campos limpos de pastagem com suas cercas empunhando suas hastes e que não traduzem outra coisa senão o poderio dos grandes proprietários e o acúmulo de capital, que contraste com a pobreza transbordante do lugar.

Assim, a posse volumosa da propriedade privada, o uso da máquina pública para o exercício do patrimonialismo e clientelismo, a influência política para “permitir ou negar” nos territórios e a influência nos circuitos políticos maiores, são práticas que se sobressaem como específicas do coronelismo e cujo contexto não se difere em São Bernardo/MA.

Com isso, contam os municípios, passado os anos, o desenvolvimento dessas práticas por Coriolano Coelho garantiu-lhe a alcunha de coronel e a oposição, que nascera como “A Oposição”, se torna “A Situação” para o povo. No entanto, adicionam que o jogo político-partidário se fez, em algumas ocasiões, “favorável” ao município, como no caso em que Coriolano Coelho em acordo com Gastão Vieira, enquanto candidato a Deputado Federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2006 e reeleito em 2010, consegue “trazer” um Campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para a cidade, em funcionamento desde 2010. Para a população, os “benefícios” do campus se referem à formação de mão-de-obra qualificada para a educação básica local e adjacente, e ao estímulo à economia local, com aluguéis, comércios e serviços, movimentados pelas pessoas que se destacam de outras regiões para trabalhar ou estudar no campus, ou em trânsito.

Todavia, o retorno não aconteceu como esperado, cujos bernardenses delegam à falta de infraestrutura da cidade e ser as primeiras turmas formadas pelo campus compostas de alunos cuja maioria são da região ou proximidades, e que aguardam supostos concursos e vivem na eminência do discurso sobre eles, muito embora já se tenham alguns trabalhando em escolas municipais e particulares, desqualificados pela submissão a contratos e salários míseros, além das condições desgastantes de manutenção do trabalho. Mesmo assim, os contratos ainda despontam como uma alternativa mais “segura” e rápida de conseguir trabalho na área e permanecer no município ou adjacência, já que as perspectivas de trabalho são ínfimas e desanimadoras, além de, fora os contratos, a concorrência ser por trabalhos em comércios e serviços de outras áreas, onde o ensino superior pouco tem significado.

Um mecanismo que observamos nos governos oligarcas mais atuais, sejam eles estaduais ou municipais, mas que se alonga como estratégia no coronelismo, é o inchaço da “máquina pública” como recurso para manter o clientelismo e nisso seu uso se faz patrimonial, porque utiliza do público para manter as relações clientelistas.

Reis (2007) e Costa (1997) falam da gratidão e dependência que surgem através das relações de favores e concessões, como cartas necessárias ao plano político e táticas para perpetuarem o poder nas urnas de oligarquias e sua superestrutura. Nesse sentido, Costa (1997) frisa ainda um novo tipo de clientelismo baseado no acesso “facilitado” aos programas de moradias do governo. Seria uma nova reorganização das práticas clientelistas, fundada, agora, noutro desejo do sujeito depois do trabalho – o de ter a casa.

A racionalização implica, inclusive, na mudança de forma do tradicional clientelismo ligado ao serviço público: não apenas o clientelismo baseado no “favor” da obtenção do emprego público ou qualquer outro benefício, mas também a (re)construção de formas de clientelismo “institucional”, a exemplo [...] do programa “Minha Casa”, de concessão de recursos para a construção ou reforma de habitações para o funcionalismo público estadual. (COSTA, 1997, p. 29).

Em São Bernardo foi construído o Conjunto Novo, no Bairro Conjunto Novo, inaugurado em 2015, com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, e cujo processo de cadastro e classificação dos candidatos se deu pela Secretaria de Assistência Social do município. Os contemplados, quando arguidos da relação entre a obtenção do imóvel e a gestão do Coriolano Coelho ou outra ligada a ele, mostraram-se gratos pela aquisição do bem, enfatizando que a conquista se deu “[...] graças ao Coriolano. Ele tem meu agradecimento e voto. Meu e de toda minha família”. (Maurício, informação verbal, 2015).

[...] um dos elementos primordiais para a manutenção do domínio oligárquico é a utilização patrimonial do Estado, ou seja, o uso da máquina pública em benefício particular, privado. Essa utilização privada da coisa dita pública pode assumir variadas formas, como por exemplo: a divisão de cargos e verbas públicas entre aliados; o controle e a manipulação (quando não a fraude) do processo eleitoral; o controle sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a corrupção administrativa; a concessão de benefícios ao setor privado (isenção de impostos, incentivos, subsídios, etc.); o controle dos municípios e dos partidos políticos; o clientelismo político. (COSTA, 1997, p. 02, grifo do autor).

Desse modo, cogitamos que o uso da “coisa pública”, embora as suas limitações, tende a se dobrar aos mandos e desmandos dos sistemas patrimoniais e clientelistas, quando eles se favorecerem dela, de um ou outro modo, e utilizam-na em desfavor da população, sobretudo, os pobres, os ignorantes, os desassistidos de bens e carentes de serviços públicos.

A dinâmica da cultura do uso patrimonial da “máquina pública” em nível local perpassa, quando convém, pelo uso patrimonial do estado e, com isso, pelo jogo das oligarquias. Por isso, na maioria das vezes, uma coisa não vive sem a outra, dado que, quando ocorre, o coronelismo não se sustenta por muito tempo, pois ficou isolado das vias de acesso ao jogo e, mediante isso, das possibilidades de adquirir vantagens pessoais e para o município.

Advindo os sistemas oligarcas e coronelistas muitos são os que sofrem com as mazelas e aflições decorrentes, quando a fome e a privação de elementos e serviços básicos à

sua sobrevivência lhes faltam. No caso de alguns interlocutores, mesmo não concordando com a forma como os “governos Coriolanos” conduzem sua administração, são dirigidos à submissão quando suas necessidades afloram. Uns dizem: *“É melhor ‘tá’ com eles que passar fome”*. (Aurélia, cozinheira, 30 anos, informação verbal, 2015); outros acrescentam: *“Vou fazer o quê? ‘Tá’, tudo a mesma coisa. Não muda nada. Minha roça foi embora e eu preciso comer com meus filhos. E um amigo que conhece um pessoal dele foi que me ‘arrumo’ um trabalho”*. (Zenar, varredora, 37 anos, informação verbal, 2015); e outros enxergam uma eterna gratidão: *“Ah, minha filha, vou ser pra sempre grata a ele. Se eu ‘to’ aposentada foi graças a um pessoal de lá”*. (Matilde, roceira, 68 anos, informação verbal, 2015).

Na percepção dos diálogos é possível refletir sobre a relação de paternalismo com a liderança política. Ver-se uma valorização do representante político pela sua aparente proteção. Esses sujeitos pobres, independente da escolaridade ou nível de esclarecimento, se veem dominados, oprimidos diante das contradições que vivem, contrassensos que assistem e movimento de estagnação e pobreza que convivem, e percebem isso. Mas, sua consciência política e de classe quando não é ausente, logo é oprimida pela fome ou pelo sentimento de gratidão. Então, a não ser a submissão e conformação, lhes resta, muitas vezes, como alternativa para escapar da realidade miserável, migrar para outras regiões.

*“Tô” só esperando me formar e assim que receber meu diploma vou procurar trabalho em outro lugar, longe daqui. Mesmo que eu tenha que me mudar pra lá. Trabalho como efetiva numa escola. Até que não ganho mal, pra média salarial daqui, em relação ao tipo de trabalho. Mas, é só essa a expectativa que tenho pra minha vida e filhos. Aqui é parado. As coisas que chegam aqui, muitas vezes, já “tão” atrasadas em relação a outros lugares e ainda chegam caras. Não se pode esperar mais nada daqui, porque não tem nada pra te oferecer. Nem lazer, nem uma saúde e educação melhor “pros” filhos, nem acesso a outros serviços e bens diferentes, nem trabalhos melhores e, às vezes, nem trabalho. Tive sorte! Porque se não, “tava” na mão do prefeito, como muitos por aqui, que são contratados ou comissionados. [...] Eu sei que sou efetiva e tenho filhos, e, por isso, teria que pensar melhor sobre sair daqui. Posso até fazer isso, se as coisas mudarem. Mas, quando olho pra cidade só me dá tristeza e nenhuma esperança. Então, penso nos meus filhos e não quero isso pra eles: essa cidade que não oferece nada para os jovens. Só uma UFMA. Mas, até para chegar lá, é difícil, porque o ensino [básico] é ruim. Então, eu tenho que me esforçar por eles [filhos] e torcer pra que a cidade melhore.* (Fabiana, 37 anos, estudante superior, informação verbal, 2015).

Nota-se, que a indignação perante os governos centralizadores é acentuada. Porém, a resistência é pouca e o desejo de migrar se acende quando a população vive em condições mínimas e/ou precárias, e de insegurança diante de ações coercivas, sobretudo, ideológicas, que se manifestam na atmosfera desanimadora da cidade que revela o tipo de governo que tem. Em São Bernardo as ações que cooperam para essa atmosfera são os boatos de demissão dos contratados públicos, o atraso dos seus pagamentos, pequenos focos de oposição que são emudecidos, combinados ao medo e/ou falta de interesse e/ou estímulo por

mobilização social mais organizada, que faça frente às demandas de melhoras e mudanças na cidade, pois quando existem logo são desarticuladas, como forma de desagregar resistências.

*Eu sei o que esse governo [gestões ligadas ao Coriolano] faz com a gente. Minha família sabe. Temos vontade de fazer algo. Deles saírem pra ver se as coisas melhoram. Mas, ninguém faz nada. E quando faz, logo acontece algo e já não ouvimos mais falar [da pessoa ou do movimento]. Até os próprios estudantes da UFMA não fazem nada. Falam mais ficam “só nisso”. Aqui, todo mundo tem medo de perder seu emprego e, por isso, reclama, mas fica esperando algo acontecer. (Aluno L, não atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).*

A fala desse aluno do 3º Ano do Ensino Médio de São Bernardo retrata a desarticulação política de qualquer movimento de oposição que possa ocorrer no município, através do controle econômico; isto é, dos postos de trabalho. O mesmo aluno atribui o desestímulo dos estudantes bernardenses pelos cursos ofertados pela UFMA no município à ausência de perspectiva de realização de concurso público nas áreas dos cursos, tanto pelo município como adjacentes, que incentivaria os jovens que quisessem permanecer na região. Realça que mesmo que não houvesse mais escolas particulares para trabalhar, devido à renda do povo, a existência de mais escolas públicas que atendessem a demanda correta, tanto dos povoados quanto do número de alunos em sala de aula, motivaria a necessidade de concurso. O aluno confere ser a desqualificação do serviço público, menos concurso e mais contratos, uma estratégia de controle dos prefeitos através da regulação das funções públicas ocupadas por contratados. Quando perguntado aos outros alunos sobre esses mesmos entendimentos a maioria foi concordante e opinou de forma semelhante, fazendo suas exposições.

*Vou pra essa UFMA fazer esses cursos pra ser professor e depois? Ficar dependendo de alguém me dá emprego por causa de política? A maioria faz isso. O que adianta? Quem quer ficar aqui tem que fazer isso. Porque vai trabalhar onde? Porque dificilmente tem concurso. E quando tem a maioria que passa é de fora, bem daí, do Piauí. E quem faz daqui, quando passa, faz pra regiões próximas. Às vezes consegue trabalhar aqui perto e vem morar em São Bernardo, por causa da família ou do lugar. E moça, acho que o prefeito não faz concurso porque ele sabe que pode “dançar” se o povo for concursado. Muita gente vota nele aqui por causa de trabalho ou medo. Pode ver... Todo mundo reclama, mas ninguém faz nada. (Aluno M, não atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).*

Quando interrogado aos alunos da escola-campo acerca do conhecimento do conceito de oligarquia e coronelismo, inclusive se tiveram aulas sobre isso, 98% afirmaram não conhecer, por certo, a definição literária dos termos e somente 2% responderam ter noção. Dentro dessa porcentagem menor a aluna K, atingida pelo PBF, disse que conhecia porque já havia pesquisado na internet, “[...] devido falarem muito disso em relação ao prefeito [...]”. E o aluno G, não atingido pelo programa, disse que no começo de 2016 fez uma pesquisa sobre os termos para apresentar trabalho em sala de aula. Ele reproduziu os conceitos durante a entrevista. Logo após, perguntei-lhe se esse trabalho havia sido exposto para os colegas que

ali estavam e ele respondeu que sim. Então, enfatizei que, provavelmente, ninguém havia dado atenção, visto que não souberam opinar sobre o conceito, mesmo que arriscando. Em seguida, indaguei a todos se, na oportunidade do trabalho apresentado na turma o professor havia feito alguma intervenção com maiores explicações, exemplos ou dialogado sobre as práticas desses sistemas em relação ao município. Os alunos responderam que não, que havia ficado somente na explicação do colega, sem mais atividades sobre o assunto.

Os professores, quando arguidos se já tinham discutido com os alunos em alguma aula, pesquisa ou projeto, as questões sociopolíticas do lugar, sobretudo em relação às percepções que existem sobre oligarquia e coronelismo pelos bernardenses, mencionaram que já chegaram a comentar, mas confessaram que não foi nada muito contundente. Até porque, os assuntos não estavam, propriamente, no livro didático e nem no conteúdo programático. Logo, um se inclinou e disse: *“Qualquer aula aqui, sobre o assunto incita logo a turma a falar. E falam muito! Mesmo que não seja nada dos livros, mas só das experiências deles aqui. E querem que a gente fale, comente... Na verdade, eles querem nosso ponto de vista. Mas, tudo aqui é perigoso.”* (Professor Q/escola-campo, informação verbal, 2016).

As informações extraídas em campo, e não só com os alunos, demonstraram que muitas pessoas com menos de 30 anos desconhecem o conceito de oligarquia e coronelismo, e que tão logo o associam ao tempo que o político passa à frente da prefeitura e o modo repressor e controlador como governa – o que não está muito distante. Porém, mesmo não conhecendo a definição mais precisa e sistematizada dos termos suas histórias de vida demarcam bem o significado e os sentidos deles na realidade em que vivem, inclusive quando reproduzido o contexto histórico dos mais idosos, que, apesar de muitos também não saberem o conceito dos regimes, sabem, por experiência, narrar as suas características e expressões.

Alguns bernardenses da geração mais nova conseguem contar alguns fatos sociopolíticos da gestão dos “Almeidas”. Porém de modo isolado e superficial. Além do mais, com muito esforço conseguem correlacionar o tempo dos “Almeidas” e os 43 anos do período Coriolano, mesmo que seja em relação aos anos mais recentes. No entanto, os idosos tem mais facilidade. Isso nos leva a crer que a possível perda dessa memória política bernardense é algo que, ao contribuir para o distanciamento do povo da compreensão das expressões dos regimes que estiveram, intensamente, ligados a sua origem, se torna instrumento nas mãos dos dominantes, pois a memória é um mecanismo de luta e resistência de um povo contra a opressão e a manipulação, sobretudo quando trabalhada de modo crítico e reflexivo.

As pessoas mais escolarizadas e/ou informadas, mesmo em fração menor, conhecem um pouco mais sobre as características das oligarquias e coronelismo, ainda que

não tão sistematizadas como frisamos acima e, em alguns pontos, confundindo-as também. Mas, de modo geral, têm o entendimento bem próximo do que trabalhamos e atribuem isso a escolaridade e/ou a vivência e os diálogos que presenciam e interagem ao seu redor.

Apesar disso, parcela significativa compartilha da existência das práticas coronelistas e do coronelismo em São Bernardo/MA, sejam em tempos remotos, recentes ou atuais, diretos ou indiretamente enraizados por oligarquias, pois sentem, percebem e vivem suas expressões, sobretudo quando se refletem em controle e subdesenvolvimento socioeconômico, pobreza local, migração, passividade, sujeição, conformismo e desmobilização social, e a confluência disso em proveito de alguns para se manterem e usufruírem do poder, seja pelo “sistema de peas” ou pelo sistema de barganhas populistas. Porém, de uma forma ou outra, a desatenção pela realidade do oprimido sempre aflora.

Assim sendo, as contradições que se afirmam sobre o povo emanam de vozes que são dadas a atenção quando analisamos e discutimos os regimes oligárquicos e seus mecanismos de desdobramentos, como o coronelismo. E nesse percurso, desponta que o desinteresse dos agentes políticos, juntamente com o sufocamento dos movimentos sociais de resistência que se organizam, devido às realidades intimidantes, tem efeitos no não aproveitamento das oportunidades para o desenvolvimento ou morosidade e precariedade nesse processo, prevalecendo nos territórios de maior incidência desses regimes maior desigualdade, injustiças e desesperanças de toda sorte.

Dessa forma, o absolutismo das resoluções político-econômicas sem a participação popular direta e emancipatória, e a promoção da opressão social, acompanhada da ausência ou deficiência dos serviços públicos, além das ações de estrangulamento do poder local e ínfimo progresso das suas escalas, que debilitam as possibilidades de geração de oportunidades empoderadoras, são legados tiranos que atingem regiões onde prevalecem sistemas perversos de governo e que servem de esteio à sua reprodução.

Posto isso, apreender a formação política e socioeconômica dos municípios e povoados que constituem o Maranhão é uma demanda absorvente em todo estudo empírico, pois ao analisar o universo simbólico e material dos seus territórios, sobretudo os que têm tido sérias dificuldades para enfrentar a pobreza como uma expressão da questão social por conta de dinâmicas político-econômicas déspotas, é forçoso fazê-la de modo não desvinculada do contexto histórico produto e produtor da objetividade do arranjo sociopolítico e econômico das escalas, que estão emaranhadas entre si na composição e transformação desses territórios.

A partir desses enfoques e configurações sociopolíticas porque passaram o campo empírico e ainda se fazem presentes sob outros arranjos, pois não passam despercebidos no

estudo do território e percepções dos interlocutores, discorreremos a seguir sobre outras dinâmicas referentes à migração e pluriatividade perceptíveis em São Bernardo/MA, desenvolvidas como artifícios para enfrentar a pobreza, mas também as sequelas decorrentes do regime político-econômico local, que tem saldos negativos nos postos de trabalho e serviços públicos. Esses movimentos são costurados a partir das categorias rural, ruralidades e “novo rural”, ainda estreitamente ligados no estado às estruturas agrárias e regimes oligarcas.

## **2.2 Ruralidades e a configuração da questão da pobreza em São Bernardo/MA**

Ruralidades e pobreza estão associadas a modos de reprodução de vida. A primeira, associada ao modo representativo, considerando a relação com a natureza, inclusive a paisagem. É revestida de particularidades próprias, acentuadas, principalmente, pelas reconfigurações político-econômicas e sociais decorrentes das mudanças nas últimas décadas do Século XX, sob a égide do sistema econômico capitalista, que incorporaram a representatividade da vida no campo como perspectiva a ser explorada. A segunda, a pobreza, mediante as reconfigurações da primeira, não pode ser mais lida como uma extensão ou adjetivo do campo e suas formas espaciais ou de reprodução, como pobreza rural, tendo em vista que sua manifestação pode existir em quaisquer espaços, sejam eles camponeses ou citadinos, e ser uma situação de fácil percepção, pois está vinculada a carência de inúmeros elementos ligados, principalmente, à manutenção da vida social e física dos indivíduos.

Nosso estudo empírico está situado no Nordeste rural, que, estudado por Celso Furtado (1981) e Graziano Silva (1997), não é mais o mesmo de 50 anos atrás. Explodiram polos de desenvolvimento ligados ao agronegócio destinados à exportação, projetos e programas de irrigação, voltados também para a agricultura familiar, além dos programas sociais que deram novo fôlego a economia local e modos de reprodução de vida.

No entanto, as mudanças socioeconômicas porque passaram o Nordeste rural nos últimos anos se mostraram insuficientes para enfrentar a pobreza e as desigualdades na região, em especial nas suas áreas interioranas e áridas. Isso tem levado pequenos agricultores (em busca de renda ou complemento na renda), além de outros trabalhadores, incluindo os que não possuem terra para cultivo (devido a vários fatores e dentre eles a concentração de terras e insignificativa política agrária), a tentar trabalhos em outras atividades, inclusive junto aos grandes proprietários de terras que desenvolvem o agronegócio dentro ou fora da região. Para Graziano da Silva (1997), um fato observado nesse público é a busca de alternativas de renda

em atividades não-agrícolas, bem como a pluriatividade no seio das famílias rurais, vista como o ajuste de atividades agrícolas e não-agrícolas na mesma família rural.

Esses trabalhadores quando se veem sem muitas opções de sobrevivência nos seus lugares de origem e motivados pela esperança de uma vida “um pouco melhor” migram sem um planejamento estrutural e maiores expectativas de trabalho e emprego, levando consigo, muitas vezes, a vontade de trabalhar, mas sem a formação adequada e, tampouco, a representação de pertencas com o “novo lugar” para facilitar a sua adaptação, inclusive quando vão para cidades mais urbanizadas, médias ou grandes, imbuídos do modo rural de se relacionar e das ruralidades que acompanham o seu modo de ser. Assim, suas limitações os colocam em desvantagem na competição por trabalho com sujeitos que possuem o que para eles e neles é visto como deficiência. E sendo o capitalismo, o que vamos ver é a massa de trabalhadores imigrantes ocupando subempregos ou integrando o exército de reserva.

Essas migrações contribuem para o aumento dos problemas sociais nas cidades de destino, cuja população residente já sofre, alargando, com isso, a massa de indivíduos atingidos por eles e que enfrentarão, junto com os residentes, para os quais esses problemas já são uma realidade, dificuldades em obter trabalho, tanto no que sabem fazer como em outro tipo, em se alimentar, ter acesso a um teto, aos serviços públicos e, especialmente, em adaptar sua identidade ao lugar de destino e/ou construir elementos de pertença que os permitam se identificar com o novo local para diminuir as resistências representativas.

Assim, as categorias ruralidade e pobreza são realçadas pelo “desenvolvimento” sofrido pela sociedade e suas formas de ações políticas e econômicas que implicam sobre os espaços, além da desatenção à divisão social do trabalho tanto na cidade quanto no campo, cujas sequelas provocam migrações como forma de se esquivar da pobreza.

Em nome do desenvolvimento processos de emancipação geográfica e política ocorrem, transformando povoados em municípios, sobretudo no campo, e população rural em urbana, mas sem que aconteça a devida estruturação social, econômica e produtiva para isso. Através de leis que delimitam o perímetro urbano uma população local, possivelmente observada como rural, passa a ser considerada urbana, ainda que os modos de vida e relações que se dão no espaço não correspondam a essa mudança. Como é o caso de São Bernardo, enquanto sede do Município São Bernardo/MA, que passou por vários desmembramentos no período de 1841 a 2005, quando permaneceu com a atual configuração, dando a ele o *status* de cidade devido à organização administrativa, mas sem correspondência com os processos sociais e a forma espacial que ela assume e que lhe imprimem um caráter rural.

De tal modo, as singularidades que emergem das representações sociais no espaço do campo empírico permitem expressá-las considerando as categorias destacadas neste item, que ao dar-lhes relevo realçamos outras, como espaço e território, urbanidades, rural e urbano, campo e cidade, bem como a dialética com a questão política e a pobreza do território.

### **As categorias rural e ruralidades como percepção do campo empírico**

Afinal, o que é rural e o que são ruralidades? Poderíamos ser rurais em meio à voracidade da vida citadina? Ou sujeitos urbanos em meio a territórios rurais?

Para desfazer os equívocos que podem se estabelecer sobre as próprias perguntas, como, igualmente, acontecem sobre o uso desorientado dos termos, é substancial entendermos os conceitos e sentidos que os atravessam. Provavelmente, o elemento a se ressaltar para responder essas questões seria o sentido de pertença que buscamos em nós, no outro e nos territórios que constituímos e nos constitui a partir do movimento dialético sobre eles.

Biazzo (2008) ao falar sobre as distinções necessárias para campo e cidade, rural e urbano, nos desafia a pensar sobre o que conhecemos por rural e ruralidades, bem como as definições e significados que temos dado, ultimamente, a essas categorias, além do modo como temos inserido e articulado nossas percepções e concepções em torno delas.

Mais do que simples palavras que acompanham os planejamentos e desenvolvimentos territoriais em múltiplas escalas, sob termos operacionais, o autor destaca que tanto rural como ruralidades estão imbricados de distinções que os têm se elevado a mais do que simples vocábulos técnicos; ou seja, a searas repletas de abstrações, subjetivações, representações e reflexos da maior expressão da contribuição da Sociologia Rural e Geografia Crítica que se propuseram a explorar o seu uso reducionista e equivocado, acima de tudo no que se refere à utilização de campo e rural com o mesmo significado e finalidade, e presos, por vezes, ao uso técnico que não acompanha o avanço da organização e reorganização dos espaços e processos de territorialidades que exigem novas formas de análise e interpretação.

Ante o exposto, falar das categorias rural e ruralidade, de forma transcendente a campo, como estruturação do espaço, é necessário, antes, entender o que seja território.

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. (ABRAMOVAY, 2003, p. 34).

Ver-se que territórios não são meros espaços delimitados por padrões de demarcação, de nomeação ou de posse como, muitas vezes e erroneamente, são determinados. São espaços que superam a objetividade dos seus elementos, percorrendo o eixo das ações e relações que se organizam, se produzem e reproduzem, buscando e projetando uma identidade com o objeto. Tais relações estão impregnadas de um movimento político acompanhado, frequentemente, por influências mútuas e confrontos de poder que lhe imprimem um sentido. Em resumo, “[...] território consiste [...] numa trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos, que permite a construção de modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar comum”. (ABRAMOVAY, 2003, p. 14).

Em torno do território surgem e acontecem modelos socialmente compartilhados, que determinam referências sociais traduzidas na forma de pensar, falar e agir, em sentimentos e episódios de trajetória e de origem comum, aos quais os sujeitos se identificam ou se repelem. Igualmente, incidem formas provenientes da divisão social do trabalho e da relação homem-natureza que resultam em modos de uso e dominação do espaço, e na elaboração de ferramentas e mecanismos de poder para assegurar o domínio e o controle desses espaços, que não, tardiamente, se revelarão como territórios. (SCHNEIDER, 2009).

Para Abramovay (2000, p. 385): “Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.” Desse modo, se constitui como manifestação “[...] das geografias da desigualdade produzidas pelo sistema-mundo, as quais permitem vê-lo como dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação [...]”. (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2002, p.11).

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, de um lado acolhem os vetores da globalização, que nele se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que segundo Sartre, é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. [...] Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (SANTOS, 2006, p. 114).

É difícil se atribuir ao território uma noção estática visto que dependendo do ângulo que se observa ele toma diferentes dimensões, sejam elas culturais, políticas ou econômicas. E sendo ele uma categoria inundada de antagonismo que se processam e se

recriam na interação sujeito-espaço-sujeito, território não pode ser associado a uma ideia do rural como algo que se resume somente ao lugar, ao local.

Remy<sup>26</sup> ao ressignificar rural e ruralidade, dissociando-os de “formas materializadas na paisagem”, menciona que “[...] o que define o espaço são as relações entre os atores, sua disputa de interesses pelo uso deste espaço, calcada em diferentes idéias que associam o rural à natureza.” (REMY apud BIAZZO, 2008, p. 139). Neste passo, seria perigoso sintetizar o espaço como um simples aspecto físico, ideia geográfica ou aplicação de finalidades do rural e ruralidade, que tendemos a conceber e empregar de modo operatório.

Acerca de rural e urbano, Biazzo (2008) esclarece que: “Rural e urbano são qualidades das relações sociais e, por isso, trata-se de rural e urbano no local e, não, ‘um local como rural ou urbano’”. (Ibid., p. 139). Por sua vez, numa interpretação dos inscritos de Milton Santos (1994; 1988)<sup>27</sup>, realça a disposição do autor em analisar cidade e campo como formas no espaço, e rural e urbano como conteúdos sociais destas formas. Nisso, complementa que os vocábulos espaço urbano, espaço rural e espaço agrário não seriam mais usados erroneamente, visto que a exploração de um território pode ser agrícola, possuir traços de sociabilidade qualificados como rurais, mas sem ser ou torná-lo, propriamente, rural.

Tal perspectiva requer entender espaço como outra categoria, pois, como vimos, é a interação do sujeito com o espaço que determina como irá se dar sua representação e percepção sobre ele. Neste mote, reportando-nos a sua elaboração, o sujeito pode viver num espaço com características citadinas, mas atribuir-lhe identidade rural que retrate a sua ruralidade e através do seu modo de representá-lo manifestar seu modo de vida e relação de produção e consumo dos objetos e do espaço.

Segundo Carneiro (1997, p. 62), “[...] a noção de localidade não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve.” Nesse caso, apreender, entender e diferenciar espaços de sociabilidade e a dinâmica dos grupos num mesmo local se torna necessário para romper com o estigma e a ação de defini-los pelo lugar ou espaço em que estão ou se expressam. De tal modo, é preciso penetrar no grupo e compreendê-lo pela sofisticação interior das relações e não, pelas relações ou formas espaciais rurais ou urbanas externas a ele, uma vez que podem se ajustar, mas, muitas vezes, não vivenciar seus conteúdos próprios, mesmo em específicos contextos.

---

<sup>26</sup> REMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou lê statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. **Recherches Sociologiques**, v. XX, n. 3. 1989. p. 265-276.

<sup>27</sup> SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.  
 \_\_\_\_\_ . **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

Para Santos (1999, p. 88): “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. [...] Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo”. Logo, ele é sempre o complexo do físico e o social e, por isso, a soma dos dois não é suficiente para determinar o que seja rural ou urbano, já que se sobrepõem, mas não se confundem, pois os objetos da ação são compostos e qualificados pela presença do homem.

[...] espaço geográfico [...] figura como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Objetos são formas, fixos. Ações são relações sociais, fluxos, funções, conteúdos. Enquanto os primeiros compõem a infra-estrutura (para os autores, “tecnosfera”), os segundos engendram a superestrutura (“psicosfera”). Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social. (BIAZZO, 2008, p. 143).

Assim, independente dos espaços em que estejam os sujeitos e os grupos, eles exteriorizam sua ruralidade ou urbanidade de acordo com os seus valores simbólicos, que é algo enraizado na cultura particular, adquirida ou reproduzida no curso da vida por meio das práticas do convívio social. Além disso, ruralidade também pode ser percebida como o “[...] consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural.” (CARNEIRO, 1997, p. 59). Mas, adverte a autora, que ela não está, necessariamente, ligada à produção agrícola, com percepção somente no campo ou afins, e tendo como oposição a urbanidade, pois reitera que são representações sociais que manifestam visões de mundo e valores distintos, consoantes ao universo simbólico ao qual estão aludidos, submissos a apropriações e reelaborações diversas.

A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social - conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo - que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial. (Ibid., p. 73).

Como vemos, ruralidade é uma categoria que excede ao uso e definições que temos dado, costumeiramente, a ela, assim como o rural. Neste caso, uma possível explicação seria o ensino que tivemos com uma Geografia tradicional, que se prendia, por vezes, a reprodução dos aspectos geográficos representados nos livros didáticos sob uma visão generalista, fragmentada e desatada de uma análise crítica e reflexiva. Todavia, não podemos reportar esse demérito somente a esse fator, sendo que encontramos respaldo em outros elementos, como documentos públicos e órgãos de recenciamento.

O Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país, estabelece termos e ações que indicam e anunciam o que seja estabelecido, de fato, como urbano. No entanto, não esclarece nem toma por baliza o que seja rural. Com isso, se provoca o entendimento de que tudo o que não esteja no padrão de urbano, assumido no texto como limites e formas geográficas, além de circunscrições administrativas e judiciárias, seja apurado como rural – um desastroso engano, como podemos refletir.

O próprio Censo IBGE 2010 toma por orientação uma forma peculiar de determinar o que seja rural ou urbano, ou ainda território, que utiliza como sinônimo de lugar ou região. Assim, ao estipular a “Situação do Domicílio” ele estabelece o que seja rural: “Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados.” (IBGE, 2011a, p. 19). Por sua vez, o censo demográfico sobre as características da população e dos domicílios define:

Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. **A situação rural abrangiu todas as áreas situadas fora desses limites. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural.** (IBGE, 2011b, p. 27, grifo nosso).

Todavia, o rural tem um sentido mais amplo e profundo do que o posto ou o que “[...] foi, historicamente, percebido como sendo constituído por ‘espaços diferenciados’, que correspondem a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos – e os pequenos agrupamentos – povoados, bairros rurais, colônias, etc.” (WANDERLEY, 2004, p. 84). O rural, assim como a ruralidade, devem se constituir temas de compreensão e diálogo para se porem, adequadamente, na agenda do desenvolvimento local.

Nesse ínterim, é iminente apreender a dialética das implicações objetivas e subjetivas das relações entre sujeito e espaço, e evidenciar as aproximações e diferenças existentes entre elas sob o desempenho de outras categorias, visando recuperar significados produzidos e transmitidos de forma indecorosa. Logo, em resumo, analisemos que:

[...] campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. Propõe-se, aqui, abandonar por completo o vínculo direto entre espaço e “rural”, ou espaço e “urbano”, para que, referidas como ruralidades e urbanidades, tais categorias adquiram conteúdo analítico. (BIAZZO, 2008, p. 144).

Além dessas discussões temos, hoje, a discussão sobre uma nova dinâmica no espaço analisada por Graziano da Silva (1997) como “novo rural” – observado como práticas de modernização do campo, trabalhadores *part-time* e pluriatividade deste trabalhador e sua família, que combina atividades agrícolas e não-agrícolas; isto é, adequação do trabalho às atividades relacionadas ao campo e as referentes à urbanização, como proliferação das agroindústrias, moradia, turismo, lazer, prestação de serviços e outras.

Para Moreira (2003, p. 132):

Esse [novo mundo rural] passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural).

Esse novo arranjo do rural que invade a perspectiva de vida dos sujeitos, quanto ao modo organizativo das suas vidas, tem consequências no modo produtivo e de consumo também. Ele passa a incorporar nova representatividade que se espelha nas relações sociais, de trabalho e com o espaço, que, de forma geral, é estimulada pelo movimento do capital e, logo, pela sedução pelo consumo de um novo padrão de vida rural como meio de acionar novas dinâmicas ao campo e, mesmo, a cidade, operacionalizadas ainda como forma de suavizar a acidez da vida campesina ou urbana.

Nessa lógica, o “novo rural” poderia ser uma recriação do capitalismo para a sua exploração e a imagem do rural um projeto da modernidade, pois, segundo Rua (2006), o campo e o rural são percebidos como mercadorias, capazes de gerar outras mercadorias, além de renda por meio da especulação. Não se trata somente de terra ou exploração do trabalho vinculado a ela, mas a ideia do rural desperta outros atributos imateriais vinculados a ela, como a paisagem, a natureza, o sossego... Que acabam por se tornar mercadorias valiosas.

A burguesia industrial e urbana projetou visões de rural, de campo e de agrícola. Na modernidade o rural foi apresentado na cultura e na política pelas oposições cidade-campo, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado, não-tecnificado-tecnificado. O rural-agrícola da modernidade – construído no caldo cultural, político e econômico das revoluções científica, burguesa e industrial – foi concebido como sujeito dos domínios da natureza e da tradição. Constituiu-se como um rural a ser transformado, seja pelos processos civilizatórios burgueses, seja pelos processos de modernizações, dentre os quais os de tecnificação e os da lógica e racionalidade dos mercados. (MOREIRA, 2003, p. 115).

Carneiro (1997) aponta que para entender a complexidade do processo de decomposição e recomposição de um dado sistema social é relevante conhecer a lógica desse sistema, que habita nos jogos de interesses e relações de forças entre os sujeitos sociais. Esses

sujeitos, que formam distintos grupos sociais, são sujeitos diversos, com relações diversas entre si e com outros grupos, e que produzem espaços, socialmente, definidos. Essas relações imprimem contradições e conflitos no espaço, provenientes de interesses e sistemas de valores múltiplos, sejam eles de origem rural ou urbana.

Nesse ensejo, apontamos que a proposta hegemônica toma discursos e práticas que a direciona sempre à aquisição de domínio, controle e vantagens sobre os espaços, estudando e provocando novas formas da sua exploração. Para isso, ela se apropria da produção do conhecimento e sua transformação em valor, além da necessidade posta ou “criada” nos sujeitos de “uma nova” organização ou representação de vida, a fim de driblar a saturação ou dificuldades do rural tradicional (que na ocasião é enfatizado como atrasado, incivilizado e precário socialmente) ou urbano cáustico, para se remodelar e empregar novas formas de monopólio através de novos padrões de relação, trabalho e consumo.

É de tal flexibilidade o capitalismo que ele acompanha, se adéqua e chega até a investir na produção do saber científico (que analisa esse sistema, por vezes, para refletir sobre sua natureza perversa), para criar e reinventar novas formas de produção e exploração, mascarando, muitas vezes, seus objetivos e dimensões, sob o intento de tornar sua existência menos perceptível pelos explorados. Assim, as discussões acadêmicas sobre rural, ruralidade e “novo rural”, como organizações e representações de vida, servem ao modelo econômico atual no sentido de que as usa para explorar e obter mais benefícios, tornando essas categorias um mercado promissor; ou seja, ele comercializa organização e representação de vida, sensação, conceito, para uma população que deseja consumir novos arranjos, mas sem realizar grandes ou muitas renúncias, e em troca ele remodela o mercado e se mantém no controle.

Dessa forma, todas as categorias abordadas neste item nos desafiam a refletir sobre outros modos de perceber e nos perceber dentro dos espaços e locais para compreender a natureza e a essência de ambos, bem como as relações que os atravessam e que são produzidas mediante a interação entre os sujeitos e os objetos que constituem o meio.

E por meio das perguntas: Poderíamos ser rurais em meio à voracidade da vida cidadina? Ou sujeitos urbanos em meio a territórios rurais? Enfatizamos que agimos consoante às relações que nos cercam, porque nos constituímos de acordo com elas e as percepções e representações que carregamos, que são, sobretudo, influenciadas pela natureza manipuladora do capitalismo, que, por sua vez, independente dos espaços e territórios, cidades ou campos, relações urbanas ou rurais, desvela mazelas sociais como a pobreza, que ao ser explicitada por alguns, nas leituras sobre o campo, como pobreza rural, parece ter outras características e dimensões diferentes das que podemos ver nas cidades – o que é equivocado, porque a

pobreza se difere de acordo com o lugar e o espaço, apesar de existirem traços semelhantes, pois os elementos que as diferem abrangem o rigor com que avançam, oprimem e fragilizam os sujeitos e as relações que estabelecem no lugar e nos espaços que operam.

Nessa conjunção, a expressão do “novo rural” e, sobretudo, da ruralidade, porquanto age na objetividade a partir da subjetividade dos sujeitos, agrega uma multiplicidade de análises que nos levam, neste momento, a entendê-los a respeito da pobreza. Para isso, retomamos o território de São Bernardo/MA, com todas as suas disposições político-econômicas e sociais, para compreender a interpenetração dos aspectos discutidos na realidade examinada e, a partir disso, tentar situá-lo entre rural ou urbano, campo ou cidade.

### **Mediações entre ruralidade e pobreza no município de estudo**

No item anterior buscamos entender as concepções das categorias rural e ruralidade tendo como contribuição outras categorias. As discussões consideraram ainda apontamentos sobre o “novo rural” (nova reorganização) e o projeto hegemônico, que passa a ver o rural a partir da visão urbano-industrial e avança sobre ele concebendo-o como mercado crescente, tanto em relação ao local (o rural ainda encarado como lugar a ser explorado) como em relação ao modo de vida e de se relacionar das pessoas, independente dos locais em que estejam (o rural e a ruralidade enquanto concepção e representação de vida).

Porém, o projeto hegemônico não se articula independente do Estado, uma vez que precisa dele para por em prática seus processos, pois “[...] o Estado [para Marx] é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação de uma <<ordem>> que legaliza e consolida esta opressão, moderando o conflito das classes.” (LENINE, 1917, p. 9, grifo do autor). Nesse sentido, o desafio do desenvolvimento passa pelo desafio do planejamento para as “áreas consideradas rurais”, onde o que temos observado no Brasil, e se reproduzindo nas esferas locais, são planos, programas e projetos que, quando não desvinculam, confundem cidade e campo, urbano e rural, principalmente quanto à divisão de recursos. É uma síntese resultante das contradições e dificuldades, por vezes ignoradas, com que governos operam suas ações em relação a essas estruturas, desvelando um desarranjo na organização e gerenciamento dos seus planos ou tendenciosa forma de execução ou omissão.

Nesse panorama se expandem mercados para novas configurações e projetos para produção e consumo, mas na esfera social os planejamentos ainda se mostram desarranjados, em especial no campo, devido ao gotejamento das programações, recursos e infraestrutura que conseguem chegar a essa esfera, e em municípios em que a renda está ligada à inexpressiva

produção agrícola, benefícios sociais e transferências de renda, subempregos e contratos no serviço público, produzindo uma massa de despossuídos e excluídos que se dividem entre as dificuldades de continuar no campo ou os desafios de enfrentar e encontrar espaço nas cidades, levando consigo seus medos, esperanças e ruralidades.

Ao tempo em que isso ocorre se enxerga uma sociedade que avança em padrões e valores de comportamentos atrelados à produção e o consumo, muitas vezes sem se dar conta da regulação maliciosa a que são submetidos, a não ser quando na condição de oprimidos, em que são capazes de expressar como isso acontece na realidade, mas raramente imbuídos de uma consciência de classe; ou seja, se expressam, mas isto, dificilmente, consegue atingir uma reflexão com perspectiva emancipatória. O que é diferente dos opressores, que realizam suas práticas, na maioria das vezes, intencionalmente, porque sabem que a consciência de classe e da estrutura do capital são mecanismos de sustentação da ordem.

*Você pode ver nessa rodoviária daqui, sexta-feira de manhã, cedinho, tem é mais de um ônibus que sai daqui, toda semana, para essas capitais aí fora. Tem tempo que “sai” “é” três. E “sai cheinho”! Eles vão pra Brasília, São Paulo, Minas e, agora, para o Pará. Agora, procura se alguém vai com emprego certo? É pouco, senhora. A maioria vai pra trabalhar em corte de cana, construção civil, pedreiro, servente, carregar caixa em mercado... Um amigo meu foi um tempo desse e voltou logo, porque não “tava” aguentando. Arrumou um “servicinho” lá, juntou um dinheiro e veio embora. Não tinha lazer, não podia sair pra canto nenhum, **o povo tudo diferente e ele “tinha” o jeito dele, né, do interior.** O dinheiro não dava pra se divertir, também dava mal pra comer. Ou comia ou juntava. E ainda tinha que mandar pra família. Aí, como é que fica lá? É assim... Eles vão e vem. (Filho, feirante, 30 anos, informação verbal, 2016, grifo nosso).*

As pessoas ouvidas em São Bernardo atribuem a migração local à baixa perspectiva de vida, que inclui precária educação, saúde e lazer, alto custo de vida, pouco estímulo à pequena lavoura e postos de trabalho (inclusive trabalho assalariado e com carteira assinada), sendo que sua principal distribuição se dá entre serviço público, comércio (maior esperança de salário e carteira assinada, principalmente nos dois “grandes” supermercados da sede), prestação de serviços, como mototáxi, bares, restaurantes e hotéis, e a lavoura.

Acrescentam que muitas pessoas só não saem do município devido ao medo de enfrentarem a vida “lá fora”, seja porque não têm condições de se manterem no lugar pra onde vão até arrumarem emprego, seja por não possuírem parentes para ficarem na casa, pelo tempo enquanto trabalham ou estudam, seja por terem receio de deixar a família e/ou por estarem indo para um “lugar diferente”, sendo que muitos se acham incapazes de conseguirem “algo melhor” devido à baixa qualificação, ou seja por estarem tão acostumados à vida rural que isso lhes traz medo da vida urbana na capital. Também elegeram a carência de dinheiro pra sustentarem os filhos em outros lugares ou investirem em negócios, seja na região ou fora

dela, pois o pouco que têm ficam receosos de perderem pela falta de conhecimento e apoio específico.

*A vida aqui é muito difícil, moça. É pobre pra tudo que é lado. A maior parte vive de aposentadorias ou do salário dos aposentados, principalmente os jovens. E tem ainda o dinheiro que o governo dá, que é um dinheirinho que ajuda no mês. Quem tá bem, pode ver, ou não é daqui e só vem trabalhar aqui, como esses professores que a maioria é do Piauí ou de outro lugar, ou, então, tem mais de um trabalho e, até mesmo, emprego público. Ainda tem os que são “dono” de alguma coisa aqui ou são da prefeitura e tem salário bom porque “é” alguma coisa do coronel ou da família. (Maria, vendedora, 35 anos, informação verbal, 2016).*

Apesar da precariedade social é a renda que desponta para as famílias de São Bernardo/MA como um determinante principal para a permanência ou saída do município, especialmente para aquelas que desejam permanecer, mas querem “[...] *ver seus filhos tendo outras oportunidades na capital [...]*”. (Maurício, informação verbal, 2015). A renda se coloca mesmo acima das contradições políticas do lugar, uma vez que ignorariam ou seria “mais fácil” vivê-las se o poder econômico lhes fosse maior, pois, na sua percepção, as ações político-econômicas pouco lhes afetariam, mesmo que algumas adversidades lhes atingissem. Na ocasião, refletimos como o oprimido, quando assume um lugar de posição que lhes inculca acreditar poder ser ou estar neutro, tende a ignorar as ações que os oprime. Todavia, é possível entender que uma renda maior daria a essas famílias um pouco mais de autonomia.

Essas famílias quando questionadas sobre as políticas de desenvolvimento local para a lavoura ou quaisquer outras que pudessem lhes atingir de algum modo econômico foram afirmativas em dizer que “[...] *o governo [local] só dá [cede] umas máquinas pra ajudar na roça [...]*” (Maurício, informação verbal, 2015) e que desconhecem projetos ou programas nesse sentido com maior impacto no município, a não ser os direcionados pelo Governo Federal e intermediados pela instância local. No entanto, não conseguem eleger nenhum em específico na agricultura, sendo repetitivos em elencar o Bolsa Família.

Epstein e Jezeph (2001)<sup>28</sup> colocam a ideia de desenvolvimento baseada na parceria “urbano-rural” (cidade-campo) como modelo a ser seguido por países em desenvolvimento. Elas partem do princípio de que os países pobres, mesmo nos que predominam uma “população rural”, destinam seus escassos recursos ao desenvolvimento industrial-urbano e isso tende a acentuar a migração do “rural” (campo) para o “urbano” (cidade), além dos problemas que isso traz para as cidades. Nesse sentido, recomendam redirecionar o projeto desenvolvimentista tornando o “rural” (campo) mais atrativo para poder reter a população mais pobre, possíveis migrantes nesses lugares. Para isso, tanto o

---

<sup>28</sup> Em sua discussão as autoras utilizam rural e urbano como formas materiais no espaço.

desenvolvimento “rural” (campo) quanto o “urbano” (cidade) necessitam ser processos que se complementam e encarados assim, ao invés de serem concorrentes por recursos restritos.

O rural supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência, o rural está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste assim no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é frequentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades. (WANDERLEY, 2004, p. 86).

Ao interrogar os interlocutores sobre os investimentos e ações da Prefeitura de São Bernardo/MA para inibir a migração e reter a população no lugar todos foram categóricos em afirmar não haver ou não terem conhecimento de medidas com esse enfoque. Segundo eles, não parece ser uma preocupação da gestão, pois, para ela, não existem motivações, em termos de trabalho e condições sociais de vida, para que as pessoas saiam do município, porquanto o que ocorre lá é comum a todos os outros municípios maranhenses.

*Quem tem terra pra plantar não quer trabalhar. E quando quer não tem capital ou não tem incentivo do governo pra plantar. A prefeitura também não ajuda. E quem tem um dinheirinho guardado, um exemplo, R\$ 10.000,00, não quer investir porque só tem aquele guardadinho ali, pra uma necessidade. E se a colheita não der ele perde tudo. Então, ele prefere não arriscar. Também tem aqueles que querem trabalhar, mas não tem terra. E não tem nenhuma ajuda da prefeitura ou de outro lugar pra plantar, trabalhar e viver disso. Que é o caso de alguns de nós aqui, do mercado. A maioria dos meus produtos vem de fora, como Fortaleza. Eu poderia “tá” comprando aqui, que sairia bem mais barato, porque o frete me sai muito caro e, além disso, estaria ajudando o povo daqui. Mas, quando o produtor daqui não tem pra vender em uma quantidade “boa” [número e qualidade] os “produto” deles “sai” muito caro. O que era pra ser diferente porque “tô” comprando do próprio produtor local. E isso não é só eu que penso assim, aqui, no mercado. É a maioria dos comerciantes daqui. Aí, esse povo que planta fica na porta do mercado tentando vender seus produtos que, às vezes, são aqueles que nós não compramos. (Filho, feirante, 30 anos, informação verbal, 2016, grifo nosso).*

O não cultivo da terra por quem a possui é visto ainda como um estigma que desconsidera vários implicadores e que atropela a reflexão sobre as tentativas, que, muitas vezes, já nascem falhas, do pequeno agricultor de cultivar seus produtos, se alimentar e comercializar os excedentes. Como implicadores podemos lembrar a pouca renda, a ausência e dificuldades de acesso ao conhecimento técnico para melhor aproveitamento do terreno e produtos, de acesso a outras técnicas de irrigação, além da privação ou insatisfatório e frágil apoio do governo para tornar viável o cultivo, como desburocratização e acesso a outros

mecanismos de fomento. As dificuldades de intervenção do planejamento local chegam também àqueles que querem trabalhar a terra, mas não tem acesso e dificilmente terão pela via do planejamento atual. Isso é uma realidade em São Bernardo/MA que se sustenta pelo presente arranjo político-econômico que atinge a exploração da terra pelo explorado.

No município existe a Associação de Produtores do Cajueiro, que é parceira da prefeitura no sentido de fornecer alimentos (macaxeira, frangos, peixes, verduras, hortaliças...) para a secretaria de educação local através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que, por sua vez, os distribui as escolas. A parceria se deu também por meio da doação do terreno para a associação pela administração local.

A Associação do Cajueiro, como é conhecida, tem como sócios poucos agricultores locais se observado o universo numeroso. Suas normas de admissão incluem ter a agricultura como base do sustento familiar, renda familiar que atenda aos critérios da instituição, comungar dos seus objetivos coletivos e está habilitado junto aos documentos requeridos por ela, como a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/PRONAF). Para a associação é exigido o DAP/PRONAF pessoa jurídica e outros documentos requeridos pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA)<sup>29</sup>.

Pela lógica das normas de admissão a associação absorveria muitos outros agricultores. No entanto, a dificuldade se dá por conta das barreiras burocráticas do programa e órgão executor (prefeitura), do rendimento percebido pela instituição/produtores e os poucos incentivos ao cultivo. Após abastecer a prefeitura os excedentes são vendidos do modo como convém aos produtores. Porém, sendo a produção pouca eles terminam por praticar preços elevados, principalmente em períodos de pouca chuva, sazonalidade de alguns produtos ou quando a colheita e a criação de animais não são boas. Assim, os rendimentos terminam por ser mínimos e a capacidade da associação de absorver novos sócios limitada.

Como visto, a parceira entre a associação e a prefeitura integra o PAA, cujo pagamento<sup>30</sup> é feito, diretamente, na conta da associação e autorizado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS). A prefeitura funciona como uma Unidade Executora do PAA por meio da celebração de Termo de Adesão com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Por conta disso, ela recebe apoio financeiro condicionado

---

<sup>29</sup> Órgão colegiado de cunho deliberativo composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, substituído, em 2016, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

<sup>30</sup> Em caso de parceria com o próprio produtor o pagamento é realizado em conta, com acesso por meio de cartão magnético específico, feito através das informações inseridas no Sistema de Informação do PAA (SISPAA).

a efetivação das ações do programa, que tem por fim ajudar nas despesas de operacionalização das metas acertadas no plano operacional, mas sem prejuízo dos recursos investidos por ela (prefeitura) para auxiliar no atingimento das metas.

Todavia, segundo nota da secretaria de agricultura local, a participação da prefeitura, enquanto unidade executora, tem se destacado somente no empréstimo de maquinários aos produtores e agricultores, e que a secretaria não possui dotação orçamentária própria para implementar políticas de apoio e incentivo específicas para uma população onde 90% das pessoas trabalham com agricultura, ficando dependente das determinações da secretaria de governo municipal e da inscrição em programas federais, como o PAA, para adquirir verbas e equipamentos para trabalhar a agropecuária local e a seca.

Na mesma nota, alega que em 2010 foi declarado, duas vezes, “Estado de Emergência” pelo município devido a problemas com enchente e seca. No mesmo ano a prefeitura recebeu uma escavadeira e retroescavadeira do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura<sup>31</sup> como ajuda para escavação de açudes. Entre 2012 e 2014 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) doou máquinas, como caminhão pipa e caçamba, retroescavadeira, motoniveladora e pá carregadeira, para ajudar na abertura de estradas, poços e, em especial, transporte de água. “*No povoado Coqueiro, cujo acesso é de 2km, o caminhão pipa levava água de dois em dois dias. E lá só tinham 10 casas*”. (Domingos, funcionário público municipal, 45 anos, informação verbal, 2016). Em 2014 o município ganhou 20 kits de irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Regional Maranhão (CODEVASF/MA), cujos povoados mais próximos da sede e onde há água, como Cajueiro, Entroncamento e Currais, foram contemplados como resultado do relatório técnico decorrente da visita do técnico da companhia, que se deu espontaneamente, sem intervenção ou parceria com a prefeitura, e fez levantamento das necessidades locais e dos agricultores. Porém, de 2014 até então, a fiscalização da utilidade e utilização dos kits só ocorreu uma vez.

No Maranhão, assim como no Brasil, campo e cidade possuem incongruências que os desassocia, visivelmente, e que superam a questão da urbanização. Nesse caso, por mais que ela esteja atingindo, gradualmente, muitas cidades do interior, sobretudo os núcleos urbanos das sedes, o que se vê ainda são cidades rurais, mesmo com a presença de modesta organização e serviços urbanos, e que lutam contra o atraso, o isolamento e as adversidades sociais e político-econômicas mais acentuadas em seus espaços, a partir da representação que

---

<sup>31</sup> Extinto pela Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016.

o “novo rural”, desconsertadas ou inexistentes políticas de planejamento e distribuição de renda chegam até elas; com atenção para os benefícios sociais e as transferências de renda que lhes provocam, junto com os seus povoados, maior circulação econômica e que podem retardar a necessidade da migração volumosa em busca de melhores condições de vida.

São Bernardo, que traduz bem essa questão, é um território rural que convive com problemático planejamento político-econômico e social, que tem se refletido em pobreza, educação, saúde e demais serviços públicos problemáticos, precariedade de opções e espaços públicos para lazer, sobretudo para os jovens (aos que se reservam algumas praças e quadras esportivas com regular infraestrutura, além da rodoviária), comércios que ofertam produtos de baixa qualidade e preços elevados, acima do nível de rendimento da população local, desemprego, agricultura decadente e sem apoio para produção e comercialização, concentração de trabalho precário no setor público (contratados) e, posteriormente, no privado (exploração pelo comércio, prestação de serviços e agronegócio), resultantes, dentre outros fatores, da escassez da oferta de trabalho, mão-de-obra desqualificada, governo patriarcal e clientelista, além de outras dificuldades porque passam e se lançam sobre os bernardenses, como os subempregos, seus subsalários e poucas perspectivas de melhores condições de vida em relação ao lugar e mudanças no posicionamento político sobre a forma de gerir a cidade.

*Teve um tempo que a prefeitura contratou uns “varredor” de rua [...]. Quando eu comecei a gente recebia R\$ 30,00 por mês, senhora. Depois, passou pra R\$ 40,00, até chegar a R\$ 115,00. A gente trabalhava das 4h30min até as 7h da manhã, três vezes na semana. Trabalhei de 2006 até 2014, quando saí [...]. Você acredita nesse valor? Dava pra fazer o quê? Não dava nem pra comprar remédio [...], principalmente pra nós, “mulher”, que “tem” que trabalhar nos dias das “regras”. Aí, quando teve o escândalo desse valor que a gente recebia a prefeitura disse que não sabia de nada, porque tinha contratado terceirizada. Disse que não sabia que nós “ganhava” isso. Agora, parece que eles [varredores] recebem “melhorzinho”. Mas, não chega a salário, também. [os varredores recebem, atualmente, R\$ 185,00]. (Maria, lavradora e ex-varredora, 45 anos, informação verbal, 2016).*

O valor da cesta básica em São Bernardo é percebido como alto em relação à renda do trabalhador local, que aufer, em média, de R\$ 300,00 a um salário mínimo. Os comerciantes locais atribuem os preços altos ao valor do frete cobrado pelas transportadoras para abastecerem os comércios, que, por sua vez, justificam o frete alto pela dificuldade do transporte devido à distância e os perigos dos assaltos na estrada, além dos “períodos de buraqueiras”. A ausência dos fretes ou intermediários (que também oneram os preços) não impede que esses custos sejam repassados aos consumidores, incluindo os impostos sobre os produtos. Além disso, alegam os comerciários que se alguns produtos comprados fora do Maranhão (Piauí e Fortaleza), como verduras e frutas, fossem produzidos e vendidos na região, em quantidade e qualidade expressiva, diminuiria-se os preços praticados. No entanto,

afirmam comprar alguns excedentes da produção local, vendidos pelos próprios produtores, o que foi admitido por estes, que também tentam comercializar no mercado da cidade.

*Eu planto milho, mandioca, feijão... Quando a lavoura é boa eu trago pra vender aqui [mercado de São Bernardo]. Mas, tem gente que consegue vender nos “comércio”, também. Quando tem muito [produção] eu vendo aqui, e meus filhos lá, em Magalhães [município vizinho de São Bernardo]. Mas, primeiro, a gente tira o da gente, separa para os meses... Assim, de uma colheita pra outra a gente vê quanto tem que guardar pra se alimentar e o que sobra a gente vende. Eu planto com meus filhos [...]. Aqui, [São Bernardo] “a venda” é melhor porque o dinheiro “corre” mais aqui, do que lá [Magalhães de Almeida]. Aqui é mais desenvolvido. É passagem pra outros lugares, tem mais gente passando pela cidade, [...]. Lá, tem dinheiro, não. Só no começo ou fim do mês. Aqui, tem o mês todo, mesmo “a venda” sendo fraca em alguns dias. Eu sou aposentado, moça, e esse é que me “livra”. Às vezes eu e meus filhos. (Antônio, lavrador, 82 anos, informação verbal, 2016).*

As políticas de atração de recursos e investimentos, sobretudo no primeiro setor, se apresentam como outro peso na balança da pobreza em São Bernardo/MA. Embora a existência de pontos do agronegócio nos arredores do município (Magalhães de Almeida, Brejo, Anapurus) há ainda significativa presença de famílias de pequenos lavradores que tentam viver da agricultura, cultivando produtos como mandioca, milho, feijão e melancia – lavoura temporária. Porém, devido à sua situação de pobreza, acentuada também pela ausência ou pouco apoio do poder público, principalmente o local, elas se submetem a pluriatividades e trabalhos *part-time*, quando existem, ainda que nas suas expressões como trabalhos precarizados, para complementarem a renda. Essas famílias têm dificuldades de acesso à assistência técnica, projetos e programas, que ajudem nas suas condições de produção e a baixa formação, conhecimento na área e divulgação da existência desses projetos e programas, além de como acessá-los e usufruí-los em qualquer nível da esfera pública, são fatores que implicam nas dificuldades da pequena produção e, logo, na condição de pobreza das famílias e do município, que ainda tem forte base agrícola.

As práticas municipais de assistência às famílias de pequenos lavradores, segundo nota da Secretaria de Agricultura de São Bernardo/MA, se resumem às ações de oferta de auxílio técnico por via de máquinas e apoio a associação de produtores legalizada, que tem capacidade reduzida para admitir o percentual alto de famílias lavradoras do município. Os pequenos agricultores que comercializam seus excedentes nos comércios, mercado ou arredores do município, sofrem influência ainda das condições climáticas da região, que termina por intervir na renda, visto que não há estímulo para a mecanização da irrigação ou qualquer outro que os favoreçam de modo similar. Assim, seus rendimentos variam de acordo com o que conseguem produzir e, sobretudo, em tempo de pouca chuva, tornando sua renda instável e sujeita, ainda mais, as aposentadorias, programas de transferência de renda, como o

Bolsa Família, “pequenos” trabalhos temporários no comércio (a que submetem, especialmente, os filhos devido à idade, já que preferem os “mais novos”) ou na prestação de serviço, como capina, servente, mototáxi, faxina ou “bico”, que é um trabalho eventual, por vezes sazonal, com renda, mas sem vínculo empregatício. Às vezes, eles conseguem viajar para outros lugares em busca também de trabalho temporário. Entretanto, a mecanização do corte da cana-de-açúcar tem diminuído as chances desse tipo de trabalho.

Logo, é perceptível no município que para enfrentar a pobreza e até permanecer no local de origem muitos bernardenses que praticam a lavoura mesclam trabalhos agrícolas com não-agrícolas, em áreas como comércio e serviços, que são setores de maior destaque depois da agricultura e serviço público. Conforme João (lavrador, 35 anos, informação verbal, 2015), “[...] quando a roça ‘não tá boa’ o jeito é completar o dinheiro com outro serviço. Limpo uma roça [...]. Já fui até trabalhar numa fazenda de soja aqui próximo [Anapurus] [...]. Ou então, minha esposa trabalha aí, numa casa [...]”. Já Sebastiana (lavradora, 45 anos, informação verbal, 2015), diz ter sua “rocinha” de milho mais o marido e os filhos, mas complementa o dinheiro como lavadeira num hotel, pela manhã, e o seu marido ajuda na renda por meio de produtos que vende na feira, pela manhã também. Maria (lavradora e ex-varredora, 45 anos, informação verbal, 2016), quando não está na sua roça de feijão e milho, faz trabalhos de faxina em casas, pela manhã, e diz ficar “[...] muito feliz quando ganha algo de comer dos patrões, como 1 kg de açúcar [...]”. Seu filho foi para o Rio de Janeiro atrás de emprego. Rosa (lavradora, 43 anos, informação verbal, 2016), que tem roça de feijão e milho no povoado Malhada Alta (São Bernardo/MA), alega que “[...] a colheita ‘não tem sido boa’ [...]” e para colaborar nas despesas vende cosméticos e perfumaria, pela tarde, e seu marido faz trabalhos como pedreiro. Todas estas famílias recebem o benefício do Bolsa Família para complementar a renda e validam que “[...] quem sabe a diferença que esse dinheiro faz é quem precisa dele pra ter comida.” (Rosa, lavradora, 43 anos, informação verbal, 2016).

[...] a possibilidade da pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar - e porque não dizer, também, estabilizar - as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o País.

O fundamental é que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e residentes no meio rural têm hoje uma alternativa, que parece se desenhar como cada vez mais importante a partir dos anos 80, para aumentarem sua renda sem terem de se mudar para a cidade: **mudar de ramo de atividade**. (SILVA, 1997, p. 61, grifo do autor).

Provavelmente, a pluriatividade e os trabalhos *part-time* são mecanismos acionados pelos munícipes, especialmente os agricultores, para manterem-se com suas ruralidades junto às suas “raízes” e relações que se identificam em seus lugares de pertencas, ao tempo em que tentam sobreviver à pobreza; uma vez que a dinâmica do “novo rural”

corresponde, cada vez mais, ao modo de vida populacional do território rural brasileiro, cujos rendimentos provenientes das atividades agrícolas permanecem sendo os mais baixos, sobretudo dos que moram em áreas mais afastadas dos núcleos urbanos, como os povoados.

A combinação desses dois elementos - tempo parcial e baixo rendimento - transforma as famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas em pobres, com destaque para os agricultores da região NE<sup>22</sup> ligados à produção familiar tradicional (conta-própria + não-remunerados + autoconsumo). E as indicações disponíveis nos permitem levantar com ênfase a hipótese de que são exatamente essas famílias - especialmente aquelas com maior número de filhos menores de 10 anos - que continuam a migrar para as periferias das pequenas e médias cidades do nosso interior. (SILVA, 1997, p. 75).

Por isso, seja tão importante falar de ruralidade e pobreza em São Bernardo/MA, já que a tendência dos trabalhadores, sejam eles cultores ou não, qualificados ou desqualificados, é de procurarem melhores condições de vida através de “trabalhos melhores” em outros lugares, o que é evidente em municípios rurais afligidos pela pobreza, ainda mais quando desacompanhada de iniciativas do governo para a melhoria das condições materiais de vida da população e sua retenção local, como adequados serviços públicos e investimentos na área do trabalho. Por “trabalhos melhores” os bernardenses interpretam, respectivamente, como: “[...] *salário bom, mesmo que o trabalho não seja, assim, lá essas coisas [...]*”; “[...] *salário bom e trabalho também [...]*” (que justifica a maior permanência no lugar ou, até mesmo, a residência definitiva) e “[...] *trabalho bom e salário ruim ou mais ou menos [...]*”, sendo que este, junto com o primeiro, funciona como termômetro para continuar mais dias na região de destino, mas também procurar outras opções. (Maurício, informação verbal, 2015).

Sobre esse comportamento migratório a prefeitura diz não ter nenhuma política própria, programa ou projeto, voltados, especificadamente, para a retenção dos bernardenses, que vise diminuir as migrações, ou que a questão da migração seja contemplada em outras políticas públicas local ou de parceria com outras esferas, cujos objetivos e metas tenham relação ou apenas respinguem. Advertido que se isso fosse uma tônica preocupação da gestão ela observaria que as intervenções que protejam o trabalhador na área do trabalho, serviços públicos e infraestrutura, incorrem nesse processo migratório e ajudam no seu controle.

Nesse contexto, não observamos estratégias mais significativas do governo local, diferentes ou mesmo similares as já efetivadas, mas, sobretudo de empreendimento próprio que beneficiem a lavoura bernardense e possibilite ao pequeno cultor condições concretas de acessar mecanismos para melhorar a sua renda. Desta forma, a percepção que ele faz é que esse “novo rural”, ilustrado por Graziano da Silva (1997) e Moreira (2003), aparece no município, no seu formato otimista, apenas para os produtores em condições econômicas melhores, restando aos que detêm apenas a força de trabalho a pluriatividade em ocupações

como trabalhadores *part-time*, além da concorrência, entre eles, por postos de trabalho e a dependência de benefícios sociais vinculados a programas federais de assistência social. E tudo isso para seguirem em suas terras, junto às suas pertenças e resistirem à pobreza.

[...] na política oficial brasileira o rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas à produção); a agricultura de exportação tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamada de “agricultura de subsistência” e considerados os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social. [...] o Estado, ao viabilizar os complexos agroindustriais e favorecer o empresariado rural em detrimento dos produtores familiares camponeses, tem mantido os velhos pactos entre os setores do bloco hegemônico [...]. (RUA, 2006, p. 84 e 85).

Considerando o exposto, não cogitamos que um planejamento público mais efetivo, sob a égide do governo, resolveria os problemas do pequeno lavrador, da pobreza ou demais contradições em São Bernardo/MA, pois, se assim fosse, estaríamos indo de encontro ao lembrado acima, por Marx, quando situa o Estado como regulador do conflito e da opressão de uma classe pela outra. Assim, se o modelo econômico adotado é o capitalismo o planejamento não é deficiente e sim, intencional, tendo o Estado como moderador. De tal modo, nessa lógica, agindo como regulador ele opera no limiar da amenização dos efeitos perversos do capitalismo sobre os oprimidos, pois ao tempo em que retira das suas mãos o direito e acesso a melhores condições de vida e trabalho, principalmente em seu lugar, espaço e/ou território de pertença, concebe a eles políticas compensatórias para aliviar os impactos das desigualdades e do seu estado de pobreza. Neste último aspecto, não mencionamos à pobreza somente como a ausência de renda suficiente para atender às necessidades materiais, mas também a ausência ou precariedade de serviços públicos e infraestrutura que inviabiliza a autonomia de viver no lugar em que se escolheu residir com suas idiossincrasias e fomenta a necessidade de fluxo migratório para realizar as tentativas de sobrevivência material.

A migração gera problemas não só no lugar de origem como no de destino, para onde se deslocam os sujeitos. Tanto o esvaziamento quanto o inchaço populacional se tornam problemáticos quando dissociados de políticas públicas de nivelamento entre população, trabalho e infraestrutura. Sem falar que isso gera consequências no modo de vida dos sujeitos que, por vezes, sob uma representação de vida rural, têm que se adequarem ao padrão urbano dos lugares onde se fixam, enfrentando dificuldades nesse processo, uma vez que essa adequação não é fácil porque muitos deixam suas famílias, referências, objetivos de vida e relações sociais com o lugar de raiz e vão para outro, muitas vezes, sem conhecer pessoas e referências da cultura, e modos específicos de vida e de se relacionar naquela sociedade.

*Eu fui para São Paulo somente com a promessa de um colega, que disse que tinha arrumado emprego lá e que, se eu fosse, poderia me conseguir “algo” [trabalho], já que eu não estava “fazendo nada” [trabalho com renda] por aqui [São*

*Bernardo]. Ai, arrumei o dinheiro, que não foi fácil, fazendo “bico” aqui, ali, e meus pais ajudaram, junto com minha esposa. Depois de um tempo “nisso” [reunindo dinheiro], consegui juntar dinheiro pra comprar a passagem de ida e de volta, caso não desse certo o trabalho, e passar umas duas semanas lá. Foi o que consegui reservar [...]. [...] A dificuldade de lidar com as pessoas e o jeito que as pessoas são, de um lugar e de outro, eu já fui vendo na hora que sai do Maranhão. As pessoas são diferentes. Olham pra você diferente. E você se sente “do mato”. Ai, eu vi que eu tinha um jeito diferente de ser. Quando cheguei lá, ele [o amigo] me buscou na rodoviária e fomos para um “cumbículo” [quarto] que ele “tava” morando com outro rapaz, já. [...] Foi difícil na obra que eu trabalhava. Não conhecia o serviço direito [...] e também a gente vai vivendo com essas “pessoas de fora” e parece que você não sabe se comportar, falar... Até a gente começa a se achar “do mato”. Eles riam de algumas coisas que eu falava e fazia, dizendo que era coisa do interior. Até que fui “pegando o jeito” e na presença deles eu não fazia mais. Mas, ainda era difícil. Parece que não é você. Ai, você fica logo querendo ficar com “os seus”, pra falar do seu jeito, fazer as coisas do seu jeito, comer, ouvir as músicas que já é da gente [...]. Riam muito das músicas que eu tinha levado daqui... [...] Mesmo que você vá tentando se “ajeitar” no lugar nunca é como o seu, porque “tá” em você [...]. (João, lavrador, 35 anos, informação verbal, 2015).*

Esses comportamentos capturados em São Bernardo/MA caracterizam um “novo rural”<sup>32</sup> e um modo organizativo de reprodução de vida, cada vez mais frequente, que impacta na economia do interior do Maranhão, que não é mais só agrícola, apesar da sua forte expressão. Com isso, as formas de planejamento do desenvolvimento do campo e das cidades rurais, sempre ligados às suas sedes administrativas, devem suplantar a ideia limitada de que apenas investimentos e modernização agrícola, reforma agrária e criação de atividades não-agrícolas, como forma de enfrentamento à queda dos rendimentos da população, solucionarão o problema da pobreza. Ainda sim, tais planejamentos devem possibilitar que suas medidas beneficiem a todos os camponeses ou cidadãos rurais, em especial os que realizam atividades agrícolas, que moram e trabalham nas sedes, que moram nelas, mas trabalham no campo, que moram no campo e trabalham nas sedes ou os que moram e trabalham no campo, e ter efeitos sobre as migrações, agindo sobre as necessidades que motivam as pessoas a migrarem.

Em primeiro lugar, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento (Graziano da Silva, 1996). Esse fenômeno – a pluriatividade, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se

<sup>32</sup> Não consideramos o desenvolvimento da pluriatividade como característica primordial do “novo rural”, pois agindo assim estaríamos sendo inoportunos, haja vista que o termo enseja outros fatores, além de não ser um processo recente no campo e com respaldo no passado. Para saber mais:

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarianização do camponado no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L. (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987.

\_\_\_\_\_. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, v. 29, Nova Série, São Paulo, 1984.

desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. (CARNEIRO, 1997, p. 56).

Nesse mote, as políticas sociais se aproximam também para dar fôlego ao enfrentamento e minimização da situação de pobreza dos municípios rurais, diante dessa reorganização socioeconômica do campo e cidades rurais, onde os sujeitos enfrentam dificuldades para viver da lavoura, mas, do mesmo modo, das ocupações urbanas, devido à sua precária oferta e pagamento, que está sujeito à “lei de oferta e procura”, e qualificação do trabalhador. Num paralelo às falas de Beduschi Filho e Abramovay (2004), as aposentadorias chegam aos sujeitos rurais mais pobres e seus efeitos se fazem sentir não só na vida de suas famílias como na capacidade de recuperar a esfera econômica dos municípios. Esses efeitos são, além disso, consequências de outros programas e benefícios assistenciais, como o Benefício da Prestação Continuada<sup>33</sup> (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Tal realidade se reproduz em São Bernardo/MA, já que 97% dos interlocutores declararam que eles e/ou algum ou mais membros de sua família usufruem um ou mais dos programas e benefícios relacionados acima, mesmo que muitos ainda pratiquem a lavoura.

*A maioria dos jovens daqui, depende dos salários dos aposentados ou do “bolsa miséria” [Bolsa Família], que é só pra fazer as pessoas ficarem acomodadas, porque os pais não querem trabalhar. Mas, coitado deles se não tivesse esse, porque aqui, não tem trabalho nem “pros” adultos. É até divergente criticar o Bolsa Família se a renda que mais movimenta aqui [mercado], vem dele ou dos aposentados. Juntando os dois é que se tem dinheiro, quase o mês todo, pra movimentar o comércio. Mas, é que esse pessoal [que recebe o benefício do Bolsa Família] parece que não quer trabalhar, com medo de perder esse dinheiro. Uns dizem que têm medo de “ser denunciado” se os virem trabalhando, porque aqui, a maioria se conhece, e outros dizem que, como não arrumam nada “certo” [carteira assinada e/ou salário fixo], não vão arriscar trabalharem e deixarem de receber. Na verdade, mesmo tendo esse Bolsa Família “é” esses aposentados que sustentam a maioria das famílias mais pobres aqui. E olha que o salário deles é pouco e se torna mais pouco porque logo “enfiam” eles num empréstimo aí... Seja pra comprar moto “pros” filhos ou netos “trabalhar” ou só se “locomover”, que é o que a gente mais ver por aqui, ou só pagar conta, mesmo. E onde não tem aposentado da lavoura e nem gente com trabalho ou o dinheiro do trabalho não dá pra viver, o jeito é esperar o Bolsa Família mesmo, que não dá pra sustentar família, mas dá pra não morrer de fome. Tem até alguns que ainda fazem alguma coisa [“bicos”, trabalhos temporários] ou plantam. Mas, é pouco o que recebem e também é pouca gente oferecendo trabalho, inclusive “melhorzinho”, que pague bem, e muita gente querendo esses. E o povo que planta por aqui, também tem muita dificuldade de tudo. Então, mesmo achando que é “bolsa acomodação” se não tem ela esse povo morre de fome e a gente não vende. Aí, é complicado pra todo mundo. (Filho, feirante, 30 anos, informação verbal, 2016, grifo nosso).*

<sup>33</sup> Segundo o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (2016), o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) é a segurança de um salário mínimo, mensal, ao idoso com idade acima de 65 anos, homem ou mulher, ou a pessoa com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial permanente, que o impeça de participar, de forma plena e efetiva, da vida em sociedade, em igualdade de condições com as outras pessoas.

A visão estigmatizada de que o Bolsa Família motiva a acomodação dos sujeitos atingidos por ele convive com a contradição dos “benefícios” que as suas transferências de renda provocam na sobrevivência desses sujeitos e na economia local. E aqueles que criticam o programa, nesse sentido, quando conseguem eleger elementos que influenciam nessa “acomodação”, por vezes, não conseguem ultrapassar a citação dos fatores e emergir reflexão sobre as tensões mais profundas que os precedem. Eis aí, as dificuldades provenientes da ausência da consciência de classe e de uma perspectiva crítica das contradições provocadas pela divisão social do trabalho no atual modelo econômico opressor, que, por outro lado, poderiam ser acesas se a educação escolar lhes fosse mais emancipatória do que reprodutora.

Mesmo as práticas do planejamento local (precário planejamento) e as políticas de transferência de renda não são suficientes para que os bernardenses queiram permanecer no território e não tenham motivações para migrarem, temporariamente ou não, para os aglomerados citadinos, em busca de outras condições de vida se a pobreza lhes é latente. São atenuadores. E mesmo com a situação e sensação de pobreza no município, muitas pessoas ainda são resistentes à ideia da migração devido ao trabalho assalariado, a posse e o trabalho com a terra, as relações sociais e o modo de viverem-nas, o tempo longo de residência, a idade avançada, a pouca qualificação, os filhos, que se mostrou um fator relevante na decisão de sair da cidade, mas também de ficar, principalmente para as mulheres, e outros.

Famílias com filhos pequenos demandam maiores despesas e estrutura para migrarem com as crianças. Se os filhos estiverem no Ensino Médio ou forem maiores de 18 anos tentando o vestibular, faculdade, cursinhos, cursos técnicos ou trabalho, preferem tentar “se sacrificar” para investirem neles. Por investir se entende enviar e custear os filhos em cidades com melhores expectativas de vida. De modo geral, para essas famílias, os jovens terão mais facilidade de se ajustarem à cidade, pois: “[...] ainda são ‘novinhos’ e esse nosso jeito de ser daqui, do rural, mesmo que ‘teja’ neles, porque nasceram e foram criados aqui, nessa forma de viver, eles logo se ‘esquece e molda’ no da cidade. Eles já, até, ‘corrige’ nós aqui, mesmo”. (Ana, vendedora de lanches/lavradora, 52 anos, informação verbal, 2015).

Nessa projeção, a relação entre ruralidade e pobreza se faz eminente em São Bernardo/MA no sentido de que a migração aflora, mas também tende a enfraquecer, as ruralidades, de acordo com o comportamento do sujeito em outros lugares, diante de outros espaços com outras culturas. Do mesmo modo, se destaca a pobreza, pois um fluxo considerado de migrações, muitas vezes, tem bases na fuga da miséria e procura por melhores padrões de vida. Ela contribui para a ampliação dos problemas sociais tanto na região de saída, pois a incredulidade no seu desenvolvimento e capacidade de ofertar melhores

perspectivas de vida alimenta a migração, como nas outras para onde vão os migrantes, como o inchamento da população e, junto a isso, a série de dificuldades que se lançam sobre ela em relação aos problemas de moradia, trabalho, saúde, educação, mobilidade e outros, que se mostram, além de ineficientes, em sua maioria, incapazes de atender a todos.

Ruralidade e pobreza no município também são percebidas, respectivamente, como estratégia e efeito do sistema capitalista, que utiliza o planejamento local para promover o campo e o rural como moedas de lucro, ao tempo em que gera perda da força produtiva de pequenos agricultores, pluriatividades (observada como negativo sob o ponto de vista de que a falta de terras para cultivo e políticas de apoio à agricultura local incentiva o trabalho em outras atividades para se obter o sustento, sobre as quais o sujeito não tem habilidade ou disposição para torná-las uma fonte de renda principal), trabalhos precários, subempregos em serviços caracterizados, inicialmente, como urbanos, ausência de perspectiva dos jovens devido a esse contexto, migrações, mas também medo de migrar, considerando a desqualificação, a ausência de recursos para deslocamento e custeamento em outro lugar, e as raízes com o local de origem, que se estendem ao modo de representá-lo e, sobretudo, vivê-lo.

Sob esses raciocínios ampliados acerca da confluência entre a capacidade de intervenção ou não intervenção (se pensarmos sob outra lógica) do poder político-econômico sobre o território de abrangência, em especial o rural, que passa a ter uma nova conjuntura a partir da reorganização do espaço e das relações sociais e de trabalho, repercutindo em especulações, pluriatividades e migrações, e que passam a imprimir um ressignificado às ruralidades, que passamos, em frente, a discorrer sobre a pobreza como uma expressão da questão social e os programas assistenciais, sobretudo o Bolsa Família e suas condicionalidades, constituídos como *políticas de inserção*, que, segundo Castel (1999), são políticas sociais que agem nas sequelas do desequilíbrio social, mas sem provocarem mudanças nos seus processos geradores, pois desconsideram os determinantes mais gerais e estruturais.

### **3 A POBREZA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: programas assistenciais de enfrentamento nos governos do Partido dos Trabalhadores**

#### **3.1 Questão social e pobreza: fundamentos conceituais**

A pobreza que atinge espaços, territórios e sujeitos, não se constituiu recentemente e, tampouco, é fruto do esforço individual pelas conquistas materiais, ainda que o modelo econômico ao qual estamos submetidos, o capitalismo, nos aliene a conceber que toda a pobreza que nos atinge só atinge porque não nos esforçamos o suficiente, inculcando em nossas mentes sua questão liberal proeminente: que toda ação deve ser recompensada consoante às virtudes individuais e disposição para o trabalho. Porém, mesmo sob esse atributo, ela ainda se faz desigual para os que conseguem ou não acumular, ainda que empreguem igual esforço, revelando que esse sentido, por si só, não supera as contradições de um sistema de produção capitalista centrado na divisão social do trabalho para assegurar a mais valia, a distribuição desigual e censurável da renda, e o sustento da divisão de classes.

As práticas econômicas ocorridas no tempo do mercantilismo introduzem a compreensão sobre a pobreza como uma expressão da questão social. Para Rahnema (2000), foi logo após a ampliação da economia mercantil, dos processos de urbanização e da monetização da sociedade, que forçosamente fomentaram o empobrecimento massivo da população, que os pobres passaram a ser denominados como carentes por relação ao que os ricos podiam ter, no sentido de dinheiro e bens.

No Século XVIII, durante a ascensão industrial, essa condição não é diferente e nem sofre avanços. Aperfeiçoa-se o capitalismo, como modelo econômico, e a organização social devido ao novo padrão de produção, obtenção e consumo de bens, baseado na propriedade dos meios de produção por aqueles que detêm o capital para adquirir esses meios. Em contrapartida, parcela numerosa da população, que não possuía meios de produção, se via forçada a vender sua força de trabalho, tornando-se assalariada. Neste modelo, a pobreza atravessa a relação entre capitalistas, que detêm a propriedade dos meios de produção, e proletariados, cuja única propriedade é a força de trabalho, e implica na reestruturação do espaço, como legado dessa mudança na organização econômica, através do empobrecimento da classe trabalhadora, que vende a sua força de trabalho para garantir sua reprodução de vida. Para Marx (2006), o salto capitalista do Século XVIII acirra as relações entre capital e trabalho, que, por sua vez, acentuam as heterogeneidades sociais como consequências dessas

relações, que são pautadas na propriedade e na relação desigual entre quem produz e domina, nutrindo e gerando ainda mais empobrecimento.

Tal configuração encontrou guarida no liberalismo, que tinha como alicerces o comércio liberal, a defesa da propriedade privada e a igualdade ante a lei. Nele, o indivíduo de negócios era exaltado e sua riqueza observada como virtude, fruto dos seus esforços e exemplo para os demais, ao passo que a consequência do fracasso pessoal era a pobreza, serventia e submissão ao básico para sua sobrevivência. (POLANYI, 2000).

O antagonismo deflagrado pela organização e modo produtivo capitalista, com efeito no social, embora mais evidente nos países desenvolvidos no século aludido, devido à ascensão e fortalecimento da industrialização, atingiu, em seguida e com força, países em desenvolvimento como o Brasil, que buscou se adequar ao processo de modernização do capital. Entretanto, passado esse período, percebemos esse antagonismo e suas consequências em realidades que se diferem em organização do espaço, mas não, na forma de exploração, expropriação e empobrecimento daqueles cujo único bem é a força para trabalhar.

Ivo (2008), Granato Neto e Germer (2013) ilustram que após a superação das relações escravistas e de imigração, e, sobretudo, dos ideais republicanos do fim do Século XIX, o projeto de modernização nacional se consolidou no Brasil num período de edificação do projeto nacional-desenvolvimentista, articulado entre 1950-1960. Este projeto era sujeito à instauração de um mercado de trabalho urbano-industrial com base, preponderante, na relação de trabalho salarial. Porém, um número colossal de trabalhadores permaneceu fora dessas relações de trabalho assalariadas, ficando desvalidos das leis trabalhistas e compondo, desse modo, um gigantesco “exército industrial de reserva”, formado por trabalhadores pobres, que unificavam a chamada esfera informal urbana e a economia agrícola de subsistência.

Segundo Valladares (1991), de 1950 a 1960 a pobreza é posta como questão social frente a “[...] transformação de uma sociedade baseada numa economia agrário-exportadora [para] uma sociedade mais moderna, de tipo urbano-industrial”. (Ibid., p. 30). Esse processo excitou o êxodo rural e, com isso, o crescimento acelerado e desorganizado da população nos centros urbanos das capitais, sobretudo naquelas onde se concentravam os eixos produtivos, sob a expectativa de encontrar trabalho para melhores condições de vida.

A soma dos processos de expansão e reorganização econômica, desestruturação e precarização do mercado de trabalho, e empobrecimento da massa, excepcionalmente nos centros urbanos das capitais, desacompanhados de ações estatais para minimizar os efeitos do segundo e terceiro, contribuíram para a gravidade das necessidades básicas da população aglomerada nas cidades e cuja ainda o acúmulo era impulsionado pelas migrações do campo.

A pobreza no Brasil vai então, nesse contexto, se materializando como sequela de um processo histórico de organização econômica (exploração do homem e do espaço) e política (de regulação do Estado para atender as necessidades da economia e de desatenção às demandas sociais), onde se privilegiou a questão econômica e a questão política, e as demandas sociais convergiram, conforme Ivo (2008), em um sistema crescente de desigualdades sociais de renda devido às relações de precarização do trabalho e vulnerabilidade social advindas dessa situação, além de espólio do sistema patrimonial autoritário, que não reconhecia a cidadania aos homens sem propriedade.

Historicamente, a sociedade mascara o reconhecimento do homem despossuído de bens como cidadão pleno de direitos. A condição de pobreza o encaminha para a estigmatização, o diminui e o “marca” como sujeito à margem da cidadania<sup>34</sup>. Nisso, a própria sociedade se desenvolve assinalada pela “[...] incivilidade que se ancora num imaginário persistente que fixa a pobreza como marca de inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos [...]” (TELLES, 1999, p. 87). Para Lima Júnior e Zetterstrom (2002, p. 22): “Ser pobre numa sociedade que valoriza o êxito econômico e a ostentação conspícua, é o pior que pode suceder a alguém”.

[...] no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o “pobre”, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos. (TELLES, 1999, p. 129).

As implicações da tríade organização política e econômica, e demandas sociais na questão da pobreza podem ser percebidas também por meio de ações que desvalidam o homem, tornando-lhe invisível na sociedade, posto que isso é conveniente à manutenção da ordem capitalista e a pobreza como mecanismo para mantê-la. Assim, a cidadania nessa ordem vigente é adquirida, estreitada ou perdida de acordo com os bens desse homem, sendo que sua visibilidade ou não, se torna regulada pela sua capacidade de tê-los e acumulá-los.

---

<sup>34</sup> Pinsky, J. e Pinsky, C. (2003, p. 9), enfatiza que: “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil (para não falar dos países em que a palavra é tabu), não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou de sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos. Mesmo dentro de cada Estado-nacional o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população (por exemplo, pela maior ou menor incorporação dos imigrantes à cidadania), ao grau de participação política de diferentes grupos (o voto da mulher, do analfabeto), quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam”. Para o autor, os direitos civis e políticos não garantem a democracia sem a existência dos direitos sociais, que asseguram a participação do indivíduo na riqueza coletiva, como: direito à educação, trabalho, salário justo, saúde e velhice tranquila. (PINSKY, J; PINSKY, C. 2003).

Não obstante, a ideologia liberalista que divulga aos homens, possuídos e despossuídos, serem detentores de direitos jurídicos e políticos é a mesma que se mostra injusta na sua efetivação, especialmente quando submetem esses dois lados opostos ao litígio por uma demanda social, como se tivessem à mesma natureza e poder. Do mesmo modo, não esquecemos que a cidadania é regulada pelas crises do sistema capitalista; ou seja, os direitos se ampliam ou diminuem, chegando até a serem negados, de acordo com as crises deste sistema.

Ações como a precarização das relações de trabalho urbano-industrial, a desproporção da renda do trabalhador (em termos do trabalho dispensado e custo de vida, que inclusive passa a alcançar o setor protegido do mercado de trabalho – os trabalhadores formais), o desenvolvimento urbano-industrial e tecnológico, e a modernização agrária, que passam a sofrer os impactos das políticas de planejamento e desenvolvimento regional, sob o ponto de vista das melhorias técnicas, mas sem melhorias qualitativas das relações sociais, além da agricultura de subsistência, têm sua parcela contributiva no acirramento da pobreza. Estas ações constituíram-se historicamente e são presentes, ao passo que se moldam e remodelam conforme o arranjo político, econômico e social que sofrem, estabelecem entre si e com o espaço onde se fundam, constituindo nele novos modos de reorganização que, muitas vezes, terminam por avigorar a pobreza. (OLIVEIRA, 1973).

Tais ações evoluíram desacompanhadas de políticas sociais de atenção aos trabalhadores ativos e inativos, contribuindo, ainda mais, para a desigualdade de renda e acesso aos bens e serviços condizentes com suas necessidades. Em virtude disso, seguindo os moldes internacionais de combate à pobreza, a consolidação de políticas compensatórias no Brasil se articulou como forma de indenizar os efeitos sociais sinistros dos contratos das décadas anteriores, numa tentativa de amenizar os quadros de pobreza no país, sobrevivendo da marginalização das classes menos favorecidas pela lógica capitalista. (IVO, 2008).

O período compreendido entre 1930 e 1943 consagra o marco inicial da tentativa de constituição de um sistema de proteção social no Brasil. Esta fase foi assinalada por significativas alterações socioeconômicas e reordenamento das funções do Estado, que passa a acolher, concomitantemente, a figura de agente dos interesses da sociedade e responsável pela ascensão do bem-estar social. Cabe salientar, que a adoção de mecanismos de proteção social se manifestou, principalmente, como ensaio de contragolpe às diferentes expressões da questão social, como a pobreza, que afligia uma expressiva parcela da população brasileira. (JESUS; SILVA; BOAVENTURA, 2012).

Pereira, Guilhon e Sousa (2006) afirmam que somente a partir de 1990, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passa a incorporar a pobreza na

agenda pública como objeto de interesse público a ser resolvido na esfera democrática, haja vista a soma de novas expressões às já existentes. Emergi, então, com esta ação, o “[...] conceito de exclusão social para dar conta dessas novas configurações<sup>35</sup>.”

A pobreza, como uma expressão da questão social, aflorou com vigor entre os países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil, e no fim do Século XX “[...] ficou evidente que questões relacionadas a desigualdades sociais e pobreza não estavam sendo equacionadas como frutos do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres.” (LIMA, 2005, p. 18). Aduz a autora, que a preocupação com a pobreza revigorou os debates e ganhou notoriedade tanto na esfera nacional do governo quanto na acadêmica e social, que se esforçaram para delimitar concepções e definições mais claras do fenômeno, e causas e dimensões que pudessem ser sistematizadas e compartilhadas.

No trajeto para a concepção da pobreza Lima (2005) aponta um enfoque complexo e multidimensional, enfatizando um aprofundamento do pensamento científico sobre ela. Deste modo, acrescenta que a pobreza não se identifica apenas pela insuficiência de renda, pensada como necessidade mínima de garantir a sobrevivência física do indivíduo em ocasião de carência, mas, com a chegada do Século XX e a complexidade dos estudos científicos sobre a questão, sua concepção incorporou outras concepções, como subsistência, necessidades básicas, pobreza como privação relativa e como privação de capacidades. Nesse sentido, ela desenvolve sua tese destacando o aspecto multidimensional da pobreza, que vai desde os aspectos objetivos aos subjetivos, do consumo pessoal e das privações de caráter socioeconômico às questões como ausência de dignidade e autonomia.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) corroboram com Lima (2005) no aspecto multifacetado da concepção de pobreza, mas salientam que ela está atrelada a manutenção de padrões mínimos de vida a partir de uma referência social num dado contexto histórico e, com isso, expressam a relevância de um parâmetro para evidenciar pessoas e famílias pobres.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. (Id., 2000, p. 124).

---

<sup>35</sup> Pereira, Guilhon e Sousa, 2006, p. 3.

Nesse viés, Albuquerque (2006) traz uma concepção de pobreza, explicitamente, ligada à renda e ao indivíduo social que necessita dela para acessar bens sociais elementares e prover suas necessidades básicas, além de assinalar sugestões para sua superação.

Pobreza diz respeito à “condição de não satisfação de necessidades elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre outras” [...], sendo o cálculo da linha de pobreza baseado no custo monetário estimado para alcance dessas necessidades básicas. Um indivíduo pode ser pobre sem sofrer fome, como ocorre quando a condição de pobreza decorre de outras carências que não alimentares, assim como também não haveria necessária associação entre pobreza e desnutrição. Ações de combate à pobreza implicariam grandes investimentos, perseguindo o aumento da renda dos mais pobres, e estariam relacionadas à promoção da reforma agrária e ao crescimento econômico com melhor distribuição de renda, reativando a economia e gerando empregos. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 102).

Posta as contradições econômicas inerentes do antagonismo entre proprietários dos meios de produção e proletariado, Silva (2010, p. 157) ilustra a sua visão de pobreza:

[...] entendo que as abordagens estruturais, que buscam as explicações da pobreza nas determinações estruturais, constituem campo mais fértil para sua explicação. Considero que categorias como classes sociais, exército industrial de reserva, lumpemproletariado, exploração e desigualdade [...] são profícuas para explicar a pobreza na contemporaneidade. O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação.

As visões em torno das concepções de pobreza nos provocam a pensá-la de modo mais amplo, a partir das variações de origem, percepções e efeitos. Assim, sublinhamos que esta discussão trabalha com a percepção de pobreza sob a extensão particular da insuficiência de renda, num sistema capitalista que é desigual, excludente e marginalizador, e que propicia ao proletário subsistir com renda precária decorrente da sua força de trabalho. De tal modo, coadunando com os autores acima, a pobreza existe, acontece e se desenvolve porque há famílias que vivem com renda familiar *per capita* inferior a condição mínima e indispensável para atender as suas necessidades mais elementares num dado contexto social, e esta condição é ampliada por privações socioeconômicas que maximizam suas consequências.

Notadamente, quando as privações de renda e socioeconômicas ocorrem em locais mais deflagrados pela pobreza e regimes políticos oligarcas, como o Nordeste do Brasil e, em particular, o Maranhão, que ainda manifesta práticas econômicas e políticas remanescentes do colonialismo, colaboram para a existência da pobreza, de pobres e seus subgrupos.

[...] pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais. (ROCHA, 2003, p. 13).

No Nordeste do país verificamos uma situação socioeconômica e espacial castigada pelos aspectos que ressaltam a discussão sobre a pobreza. A região abriga um conjunto de fatores históricos que motivaram a materialização de uma pobreza estrutural e perversa em termos de fome, saúde, educação formal, trabalho, mobilidade, seca, domicílios sem condições de saneamento básico adequado e outras variantes, que foram constituindo densidade ao longo dos tempos, como afirma Noletto e Werthein (2003). Ressalvam ainda, que a pobreza e a fome estão, fortemente, reunidas no Nordeste do Brasil, ainda que ambas estejam evoluindo em quase todas as regiões metropolitanas do país, e que foi no Semi-Árido Nordestino que o Programa Fome Zero iniciou sua ação por meio do Cartão-Alimentação, como tentativa de resposta a agressividade dos problemas importados pela pobreza e agravados pela seca, pois no Nordeste chove, mas chove muito em poucos dias.

A fome no campo é diferente da fome na cidade, sobretudo nas regiões metropolitanas, e, por isso, exige políticas diferentes das dirigidas ao campo, onde, paradoxalmente, a probabilidade de obter alimento é menor e o incentivo e apoio à agricultura são ínfimos, ainda que para o autossustento. Na área urbana é mais comum a vulnerabilidade alimentar proveniente da pobreza do que a fome que resulta na redução da massa corpórea, pois parte da população vulnerável tem acesso a algum tipo de alimento, ainda que de qualidade duvidosa. (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010).

Nesse viés, como medida de enfrentamento à fome e a pobreza, que necessitam de resposta imediata do governo, o Projeto Fome Zero surge em 2003, no Governo do então Ex-presidente José Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), com o intuito de combater a pobreza extrema com base no aumento das transferências de renda às famílias menos favorecidas. Nos dois anos seguintes a estratégia foi aprimorada com a inserção de diferentes ações, mas com a mesma finalidade, num único programa – o Programa Bolsa Família, que considera a transferência direta de renda a famílias em extremada pobreza, tendo como condicionais de acesso ao benefício o acompanhamento da saúde e da frequência escolar das crianças e adolescentes das famílias atendidas pelo programa. (SADER, 2013).

Portanto, para entendermos a centralidade do Programa Bolsa Família precisamos conhecer o projeto que o originou – o Fome Zero, que será contemplado no próximo item.

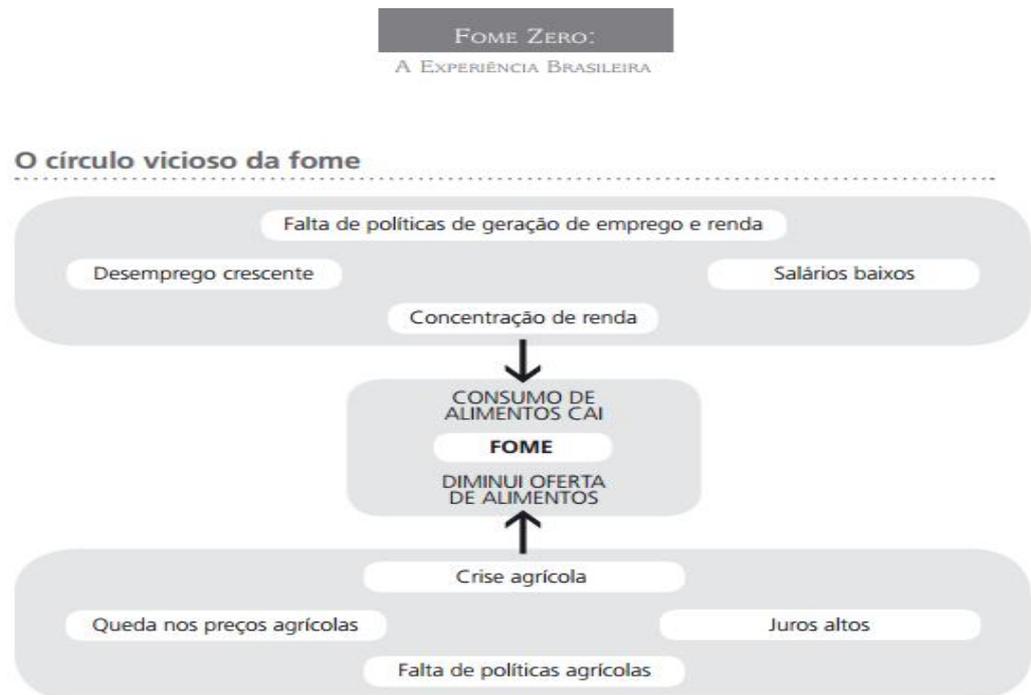
### 3.2 O Bolsa Família como principal programa de combate à fome e a pobreza nos Governos PT e sua condicionalidade vinculada à educação

Na esfera federal, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), duas principais medidas se destacaram como políticas de enfrentamento à fome e a pobreza extrema: o Projeto Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Com a vitória nas urnas do Ex-presidente José Inácio Lula da Silva – Lula (2003) o Projeto Fome Zero foi posto na agenda política como “[...] principal estratégia governamental para orientar as políticas econômicas e sociais [...] com a superação da dicotomia entre política econômica e políticas sociais, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e à pobreza.” Tal nota foi posta por José Graziano da Silva, Mauro Grossi e Caio França, (2010, p. 08), no livro Fome zero: a Experiência Brasileira.

Essa edição traz como destaque “O círculo vicioso da fome”, que põe em tela questões que, segundo os autores, provocam a existência da fome.

Figura 1 – O círculo vicioso da fome.



Fonte: Silva, Grossi e França (2010, p. 18).

Numa inicial análise do “círculo” observamos que as questões elencadas nele são postas como fatores que levam à exclusão social por meio da concentração e queda do rendimento, da crise do abastecimento, da oferta e do escoamento agrícola, e menos políticas reguladoras destes elementos dentro do atual padrão de desenvolvimento econômico – o capitalismo. Com isto, estes determinantes contribuem para a expressão da pobreza, sendo a

fome apenas um dos seus resultados visíveis, além da concentração da terra, do emprego e da miséria. Assim, a fome é exposta como resultado do desequilíbrio entre renda e consumo de alimentos, e nutrida pelo fosso das desigualdades sociais, que é fruto da materialidade da condição humana no presente modelo de relações sociais interligadas à força produtiva. Silva, Grossi e França (2010, p. 18), resumem assim:

Em síntese, a questão da fome no Brasil tem, nesse início do século, três dimensões fundamentais: primeiro, a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda existente no país, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora. Segundo, a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população. E a terceira, e não menos importante, a exclusão do mercado daquela parcela mais pobre da população.

Sen<sup>36</sup> apud Lima (2005) assegura que é papel de uma cadeia de fatores legais e econômicos promover o acesso, por parte de alguns grupos da população, a bens e alimentos, pois a disposição de um bem, em um certo espaço, não garante que determinados grupos de sujeitos sejam capazes de adquiri-lo através de mecanismos como produção própria, criação de empregos, sistemas de preços e constituição de reservas públicas. Com isso, alega que a miséria e a fome não são produtos da escassez de bens, mas da incapacidade de tê-los.

Essa afirmação coloca o Projeto Fome Zero e seu conjunto de medidas como atenuantes das mazelas de extensa parcela populacional alcançada pelo profundo desequilíbrio social, resultado da espoliação econômica, pois se parte do princípio de que a disponibilidade de um bem, alimento ou, até mesmo, serviço e o precário acesso a eles não ocasionam a superação de um estado, mas a percepção de um bem-estar efêmero e superficial.

Ainda sim, o Projeto Fome Zero, lançado no dia mundial da alimentação, 16 de outubro de 2001, pelo então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, via Instituto da Cidadania, como uma sugestão de política de segurança alimentar para o Brasil, age considerando quatro eixos articuladores: Eixo 1 – Acesso a Alimentos (onde o Programa Bolsa Família se situa), Eixo 2 – Fortalecimento da Agricultura Familiar, Eixo 3 – Geração de Renda (outra participação do Bolsa Família) e Eixo 4 – Articulação, Mobilização e Controle Social, e tem como “[...] objetivo propor uma política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome.” Sua proposta envolve a “[...] ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender à parcela da população excluída do mercado.” (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 39 e 41).

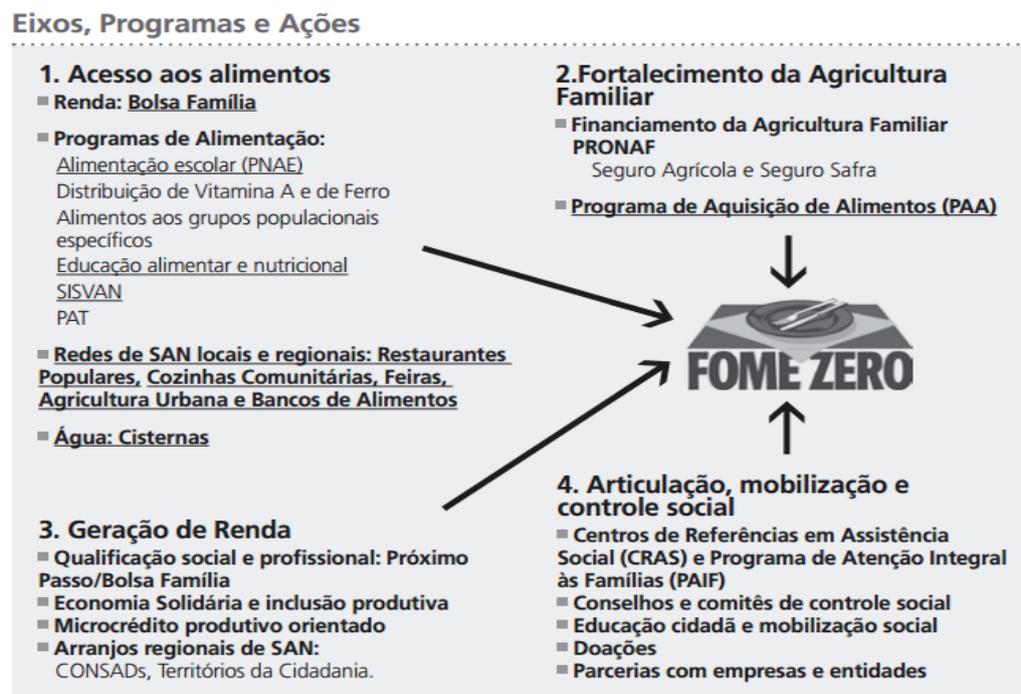
Embora os eixos de ações, Silva, Grossi e França (2010) retomam, contundentemente, que o equacionamento decisivo da questão da fome requer novo padrão de

---

<sup>36</sup> SEN, Amartya Kumar. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

desenvolvimento econômico que beneficie o desenvolvimento com distribuição de renda, de modo a restaurar o mercado interno com a criação de empregos, melhoria dos salários e restabelecimento do poder aquisitivo do salário mínimo, que funciona como “farol” para a renda da fração mais pobre. Igualmente, reiteram que a segurança alimentar vai além da superação da pobreza e da fome, dado que o círculo vicioso que as unem é complexo e difícil de ser superado só com políticas compensatórias, sejam de doação de alimentos, por meio de cestas básicas ou de transferências de renda, como programas de renda mínima e Bolsa Escola. Por fim, grifam a necessidade de unir ao objetivo da política de segurança alimentar estratégias de desenvolvimento socioeconômico que permitam a equidade e a inclusão social.

Figura 2 – Eixos articuladores do Projeto Fome Zero.



Fonte: Fonte: Silva, Grossi e França (2010, p. 93).

Argumentam Silva, Grossi e França (2010) que o primeiro eixo do Projeto Fome Zero efetivou medidas destinadas a ampliação do acesso à alimentação pela população de baixa renda. A mais importante delas foi a imediata criação e ligeira expansão de um programa de transferência direta de renda, o Programa Bolsa Família, que uniu o Cartão Alimentação, instituído no âmbito do projeto, ao programa, “[...] unificando as transferências governamentais às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.” (Ibid., p. 9).

Nesse sentido, a natureza, o objetivo e a dimensão do Programa Bolsa Família, bem como sua efetivação num sistema onde a pobreza é herança histórica das variações e desequilíbrios econômicos, acentuados pela inicial ausência de políticas sociais que

equilibrassem os efeitos das contradições, oportunizam uma diversidade de análises que culminam na construção de densos e profundos estudos sobre ele. Muitos já foram idealizados, mas ainda há muito que explorar devido à riqueza de indagações que o programa acolhe, como o fato de está associado a uma Política Educacional no Governo do Partido dos Trabalhadores – PT, alçada no Governo do Ex-presidente Lula e continuada no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, e que tem se revelado como “moeda” eleitoreira no campo das disputas eleitorais: “O Bolsa Família rende votos para Lula porque melhora a vida das famílias pobres. Tudo que melhora a vida das famílias pobres rende mais votos do que o que melhora a vida das famílias ricas”. (BREVE<sup>37</sup>, 2006 apud WEISSHEIMER, 2006, p. 61).

Montaño (2012) ao falar sobre a remodelagem das políticas sociais estatais, tendo em vista o projeto neoliberal, leva-nos a indagar outra possível faceta do Bolsa Família, enquanto programa social e compensatório. Ainda que o autor não o cite, propriamente, em suas alíneas, ele nos conduz a refletir que a afinidade do programa com outros anteriores de transferência de renda está na sua focalização, conduzida, excepcionalmente, às esferas portadoras de carências pontuais e necessidades fundamentais insatisfeitas, o que termina por contribuir para despolitizar, sufocar e enfraquecer possíveis conflitos sociais.

O Programa Bolsa Família ou PBF, como popularmente conhecido, é um programa social de distribuição de renda com cobertura nacional, efetivado pela transferência direta de renda, que objetiva atenuar a globalização da indiferença processada através da pobreza e que implica em preconceito de classe, marginalização e exclusão. Destaca-se como programa de enfrentamento que coliga ações no campo da saúde (mortalidade e desnutrição infantil), educação (criança e adolescente na escola) e trabalho (qualificação profissional/Próximo Passo<sup>38</sup>), além de outras subsequentes<sup>39</sup>, incorporadas como medidas de apoio e com extensa aprovação popular, sobretudo das populações fragilizadas pela pobreza.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 com o objetivo de unificar os Programas de Transferência de Renda iniciados em nível municipal, estadual e federal desde 1995. É concebido como uma expressão do processo de desenvolvimento desses programas no Brasil. Transferência de renda é entendida enquanto uma transferência monetária direta efetuada a indivíduos ou a famílias. O pressuposto central é de que articular uma transferência de renda com políticas e

<sup>37</sup> BREVE, Nelson. Até *Veja* reconhece que os brasileiros estão vivendo melhor. **Agência Carta Maior**, 04/05/2006.

<sup>38</sup> Próximo Passo é “[...] uma ação interministerial de qualificação social e profissional para os setores da construção civil e do turismo. Este programa é realizado por meio dos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Turismo (MTur), em conjunto com governos estaduais, municipais, empresários e trabalhadores. [...] tem como meta qualificar [...] trabalhadores beneficiários do Bolsa Família em 21 estados e no Distrito Federal.” (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 98).

<sup>39</sup> O Brasil Carinhoso foi um programa instituído através do Projeto de Lei nº 16/2012 e Lei nº 12.722, de 03 de outubro de 2012, que estabeleceu o Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) voltado para famílias, extremamente, pobres e com crianças de 0 a 6 anos, como complemento ao Bolsa Família.

programas estruturantes, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, direcionados a famílias pobres pode interromper o ciclo vicioso da pobreza do presente e sua reprodução no futuro. Portanto, uma articulação entre uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, direcionadas a famílias pobres, pode possibilitar a construção de uma política de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social. (SILVA, 2007, p. 1).

[...] o Bolsa Família não é o programa mais importante em termos de volume de recursos investidos, mas talvez seja o de maior impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas que tinham muita dificuldade para colocar comida na mesa. [...] tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. (WEISSHEIMER, 2006, p. 12 e 25).

Com o advento do programa a ideia de reclassificação de renda surge como recurso que visa combater a pobreza, a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, e “garantir” aos atingidos por ela o acesso à rede de serviços públicos, em especial a saúde, a educação e a assistência social, além de estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. (BRASIL, Decreto 5.209/04).

Todavia, tanto o decreto que regulamenta o Bolsa Família quanto a lei que o cria não esclarecem a concepção de emancipação que utilizam, se limitando, apenas, a citá-la como objetivo básico e finalidade das ações do programa para com seus beneficiários, construindo sobre o termo uma rede de interpretações sem significados concretos.

Art. 4º, Inciso III - estimular a **emancipação** sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

Art. 5º [...] formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a **emancipação** das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

.....  
Art. 12º, Inciso I - promoção da **emancipação** sustentada das famílias beneficiárias;

.....  
Art. 26º, Inciso I - oferta de instrumentos financeiros capazes de contribuir para a promoção da **emancipação** econômico-financeira das famílias de que trata o caput, respeitando-se a capacidade de comprometimento financeiro dos cadastrados; (BRASIL, Decreto 5.209/2004, grifo nosso).

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a **emancipação** das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo. (BRASIL, Lei 10.836/2004, grifo nosso).

Os normativos que dispõem sobre o PBF parecem operar com uma concepção restrita de emancipação ou tendenciosa, se resgatarmos a análise da sua compreensão

ontológica, ao tempo em que a interpreta ou incita esta ação ao se equiparar, nas suas passagens, com cidadania, cujos limites a circunscreve a conquista de direitos (menos) e deveres (mais) políticos no desígnio da ordem burguesa. Trata, então, emancipação, seja política ou humana, pois não clarifica, como sinônimo de cidadania, embora sejam nas contradições entre realidade e discurso, que sobre elas se produzem, que operam a distinção, mas também a desvirtuação da concepção e a legitimação da emancipação política, mais próxima do prescrito nos documentos e vivenciada no sistema capitalista, em detrimento da emancipação humana, confundida no jogo das elocuições, mas cuja efetivação necessitaria de outro modelo econômico, consolidando, assim, o espetáculo das estratégias retóricas.

[...] a compreensão deste conceito [emancipação humana] é dificultada pelo falseamento que lhe é imposto por um discurso, aparentemente crítico e progressista, que o confunde com o humanismo, a solidariedade, o desenvolvimento integral do homem e a participação cidadã e democrática. [...] a emancipação humana tem um conteúdo muito preciso e radicalmente diferente daquele que está subtendido nestes conceitos. (TONET, 2005, p. 146-147).

Coadunando com Tonet (2005), o caminho para a emancipação humana solicita, mais do que a consciência de uma sociedade repartida em classes antagônicas, a ação coletiva direcionada para superar a exploração do homem pelo homem, onde a liberdade é resultante da luta contra o sistema de exploração inerente à sociedade capitalista. E não se adquire liberdade apenas pela consciência ou busca pela emancipação política, que nada mais é do que garantias para o individualismo, pois se constituem apenas parte da ação prática. É preciso que exista luta mediada pela conscientização; isto é, da aplicação do conhecimento para libertação, associada a mudanças na esfera do trabalho. Assim, a emancipação humana só será possível em outro modelo de sociedade, visto que a desigualdade social está fundada no sistema capitalista e, portanto, no seu padrão social.

A emancipação humana possibilita ao homem fazer escolhas em favor do seu desenvolvimento genérico, favorável à preservação do ser humano em detrimento do indivíduo liberal. Já a cidadania não se constitui nem no horizonte da emancipação humana. Na cidadania todos somos iguais perante a lei – um enfoque da emancipação política. Todavia, se no concreto-real formos, de fato, iguais, temos a concretização da emancipação humana. Mas, na concretude isso não acontece. Por isso, não podemos igualar cidadania com emancipação humana, que, aderindo a Tonet (2005), só será possível numa sociedade pautada no trabalho livre associado, inseparável de uma sociedade socialista.

Possivelmente, essa não é a ideia de emancipação de que fala o decreto e a lei que rege o Bolsa Família. Talvez, poderia se usar humanização, partindo da noção da apropriação objetiva de bens e serviços, o que estaria mais próximo da abordagem capitalista presente nos

subentendidos dos normativos sobre o programa, visto que, na materialidade, até a cidadania dos “beneficiários” é obstaculizada pela precariedade do acesso aos bens sociais, como educação e saúde, usados pelo programa como condicionalidades a serem cumpridas por eles.

[...] humanizar-se é um processo de apropriação individual do produto coletivo dos homens, o que significa dizer que o homem, ser genérico, somente existe pelos resultados e processos da sua própria constituição. O ser humano é o que ele produz e o resultado dessa produção nas condições em que ela ocorre. Humanizar-se, portanto, é apropriar-se das produções humanas, as chamadas *objetivações*, que podem ser desde o conjunto das obras literárias [...] como também os produtos tecnológicos e seus resultados: os alimentos, as máquinas, os recursos médicos, de saneamento etc. (MELO, 2011, p. 52, grifo do autor).

É interessante recordar a influência e ação de instituições internacionais, como o Banco Mundial, na política educacional brasileira, que se intensificaram a partir de 1980-1990, e que tem como foco ajustes do Estado que adapta um conjunto de políticas educacionais, que vai se intitular de Reforma do Estado, em relação aos desígnios e interesses do grande capital financeiro internacional; em especial, quando coligado a políticas sociais de enfrentamento à pobreza, onde tem se sobressaído o Bolsa Família como Programa de Transferência Condicionada (PTC). Jesus, Silva e Boaventura (2012, p. 38) explicitam que:

De acordo com o Banco Mundial o Bolsa Família é uma forma de investimento em capital humano, pois:  
Transferências condicionais de renda fornecem dinheiro diretamente aos pobres, via um “contrato social” com os beneficiários - por exemplo, manter as crianças na escola, ou levá-las com regularidade a centros de saúde. Para os extremamente pobres esse dinheiro provê uma ajuda de emergência, enquanto as condicionalidades promovem o investimento de longo prazo no capital humano.

A pesquisa do IPEA foi divulgada no mesmo momento em que o Banco Mundial recomendava que o Brasil e os demais países da América Latina adotassem políticas mais agressivas de combate à pobreza, caso quisessem crescer e competir com países como a China. Segundo o relatório “Redução da pobreza e crescimento: Círculos virtuosos e viciosos”, do Banco Mundial, embora o crescimento seja um fator importante para reduzir a pobreza, esta se constitui justamente em um entrave para o crescimento da América Latina. Na região, segundo o documento, quase um quarto da população vive com menos de 2 dólares por dia. Para o economista Ethan Weismann, do Banco Mundial, os investimentos em infra-estrutura e políticas sociais são uma condição básica para romper esse ciclo. Ele citou o Bolsa Família como um dos melhores programas em implementação na região por condicionar a liberação de dinheiro a ações nas áreas de educação e saúde. (WEISSHEIMER, 2006, p. 83).

Todavia, necessário se faz questionar que a “cooperação” de organismos internacionais para com países em desenvolvimento, como o nosso, configura, sob suas “boas intenções” neoliberais, estratégias tecnicistas para com a educação formal, em que, concordando com Tommasi, Warde e Haddad (1996), ela é analisada sob os critérios próprios do mercado e para os quais o ensino se torna um ligado de insumos, revelando que os documentos de política setorial do Banco Mundial apresentam uma compreensão insuficiente

do educativo ao tempo em que se beneficiam das contribuições da pesquisa educativa e ciências afins.

O modelo educativo que nos propõe o BM [Banco Mundial] é um modelo essencialmente escolar e um modelo escolar com duas grandes ausências: os professores e a pedagogia. Um modelo escolar configurado em torno de variáveis observáveis e quantificáveis, e que não comporta os aspectos especificadamente qualitativos, ou seja, aqueles que não podem ser medidos mas que constituem, porém, a essência da educação. Um modelo educativo, por fim, que tem pouco de educativo. O papel técnico especializado de uma agência como a UNESCO, continua, então, fazendo sentido. (TOMMASI; WARDE; HADDAD, 1996, p. 139).

Ainda assim, a operacionalização do Bolsa Família vai além do precário acesso aos serviços públicos e bem-estar pontual das situações de pobreza das famílias atingidas, e passa a incidir, além disso, no poder de compra delas. Este último concorre para uma estratégia de impulso à economia local, viabilizada pela transferência direta de renda, e que favorece tanto as famílias subsidiadas pelo programa como, indiretamente, as regiões onde elas estão, desdobrando seus benefícios financeiros a estados e municípios, como Maranhão e o Município de São Bernardo, e, sobretudo, territórios rurais e do semiárido nordestino.

Uma observação interessante deve ser feita sobre o impacto diferenciado do programa Bolsa Família quando analisado em termos regionais. O Nordeste, por concentrar mais da metade da população muito pobre do país, capta 55% dos recursos desse programa. Na região, a pobreza rural se concentra em pequenos municípios, em especial os do grande espaço semiárido. Nesses municípios é interessante observar que, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dá a cobertura social aos beneficiados diretos, como dinamiza lojas, farmácias, padarias, feiras livres etc. Gera, assim, nesses pequenos municípios um impacto econômico num movimento virtuoso que os estimula a crescer. (SADER, 2013, p. 162).

Especialmente nos municípios nordestinos com grande espaço semiárido e economia rural de bases produtivas muito acanhadas, e, muitas vezes, artesanais, a economia subvencionada pela esfera federal com o Bolsa Família dinamiza comércios e serviços, ocasionando um crescimento, ainda que modesto, pela circulação maior de capital. Para Sader (2013), este mesmo impacto não é observado no Sudeste, onde o PBF concentra o segundo maior volume de recursos, 25% em detrimento de 55% retido pelo Nordeste, e onde prevalece a pobreza urbana e a base produtiva é dilatada e forte, sendo que o impacto do programa se limita a levar a proteção do Estado aos que vivem em circunstâncias de dura miséria.

Para o IBGE (2016), os municípios do Maranhão ainda não fazem parte da faixa do semiárido e cerca de 63,1% são considerados urbanos, tendo como referência a taxa de urbanização do Censo 2010. Mediante isto, a Geografia e a Sociologia Crítica questionam as

características que classificam os municípios como urbanos e rurais, pois, conforme Moreira<sup>40</sup> (2002, 2006 apud Biazzo, 2008), a produção dos significados sobre urbano e rural é determinada por distintos agentes sociais e está vinculada às disputas de poder.

Em todo caso, mesmo cientes dessa discordância conceitual e, sobretudo, real, ponderamos que as políticas públicas trabalham, em grande maioria, com as informações levantadas pelas pesquisas do IBGE ou outras elaboradas por órgãos atrelados ao Estado e, muito pouco, com as sistematizadas pela academia, não obstante quando as convém, convergindo para uma rede de significados manobrados, por vezes, de forma iníqua.

Apesar dessa contradição é perceptível nos municípios, sobretudo os rurais, de economia subvencionada às esferas executivas e bases produtivas rurais oprimidas, modestas e artesanais, uma dinâmica econômica movimentada pelas transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), benefícios previdenciários rurais<sup>41</sup> e as aposentadorias, junto com diminutos salários pagos pelo município e comércios, que aquecem a economia local, mormente, nos primeiros e últimos dias do mês, atraindo investimentos e comerciantes para os territórios.

[...] o consumo estimulou também o investimento. Empresas locais das diversas regiões do país se ampliaram estimuladas pelo mercado interno que se dinamiza, e [...] “redescobriram” as regiões mais pobres, incluindo-as em seus planos de expansão. Indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, entre outras, buscaram se instalar ou se expandir para produzir nessas regiões e, especialmente, no interior do país, nas suas cidades médias. (SADER, 2013, p. 163).

A injeção de capital na economia local, através do PBF, atraiu, especialmente, as empresas de alimentos, dado que o acesso a eles integra o Eixo 1 do Fome Zero. Citam Silva, Grossi e França (2010, p. 94) que: “As famílias atendidas pelo Bolsa Família gastam sua renda, principalmente, com alimentação; com um gasto médio mensal de R\$ 200,00 [...]”

Em observação à São Bernardo/MA validamos as colocações dos autores acima, bem como Sader (2013), pois notamos que sua maior movimentação econômica gira em torno das transferências de renda, seguida da renda provinda da agricultura, subempregos e empregos criados, principalmente, pelo comércio e administração pública local, prestações de

<sup>40</sup> MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. **Cadernos CPDA – Ruralidades**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 1. nov. 2002.

\_\_\_\_\_. Configurações de Poderes Urbano-Rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Mesa III. Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

<sup>41</sup>BRASIL. **Decreto nº 73.626, de 12 de fevereiro de 1974**. Aprova Regulamento da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d73626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d73626.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

serviços e, infimamente, pelos negócios agropecuários, como as poucas fazendas de gado e soja existentes no seu entorno. A frágil agricultura, cujos rendimentos são oriundos da comercialização dos excedentes (quando existem) nos comércios e mercado local, divide esse comércio com outros agricultores dos municípios adjacentes, que se dirigem a região por lhe atribuir maior circulação de dinheiro, sobretudo se comparada com as vizinhas, Santana do Maranhão/MA e Magalhaes de Almeida/MA; o que, talvez, se explique pelos dados do Censo IBGE 2010 que conferem a São Bernardo/MA valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes total (urbano e rural) de R\$ 144,29, maior que Santana do MA, que é de R\$ 96,17, e Magalhaes de Almeida, cujo valor é R\$ 127,50.

O comércio local, que abrange os principais pontos de farmácias, supermercados, padarias e mercearias, lojas de confecções, acessórios e eletrodomésticos, se constitui, junto com a prestação modesta de serviços em hotéis, bares, lanches e restaurantes, mototáxis, salões e raras escolas particulares, atividades de destaque na sede de São Bernardo/MA, inclusive na geração de trabalho, empregos (poucos) e subempregos. Tais atividades são também impulsionadas pela circulação da renda advinda delas, do funcionalismo público local, mas, sobretudo, dos benefícios sociais recebidos pela população pobre, que contribuem para que a sede tenha uma economia mais aquecida ao longo de mais dias no mês.

A Rodoviária Presidente Sarney, situada no centro de São Bernardo, tem parcela contributiva na economia do lugar, mesmo que acanhada, no sentido de provocar um pequeno comércio de alimentos, bebidas e transportes locais (mototáxis, táxis e “pau de arara”), devido à rotatividade de indivíduos que entram e saem do município para trabalhar, estudar, buscar serviços médicos ou de outros tipos, fazer compras ou que apenas trafegam pela cidade seguindo para outros lugares, notadamente Parnaíba/PI (118Km), Teresina/PI (293Km), Fortaleza/CE (551Km) e São Luís/MA (376,8 Km), que ainda são regiões que se destacam por abastecer o comércio local, especialmente quanto ao vestuário, frutas e alguns legumes.

Num contexto político-econômico a ascensão do Bolsa Família pode ser vista como estratégia administrativa para o enfrentamento pontual de agravantes sociais herdados pela transição de governos que precedem a sua criação, alimentados por formas de exploração do capitalismo que são, sobretudo, atuais porquanto foram construídas, paulatinamente, ao longo da história por práticas econômicas que ignoravam ou escamoteavam as contradições e suas sequelas içadas ao seu redor, e, por isso, desvinculavam políticas sociais mediadoras da distribuição desproporcional da renda; sendo que a distribuição de renda, anua Ivo (2008), manifesta como a produção da riqueza nacional está repartida entre o capital e o trabalho sob a finalidade de assegurar a segurança econômica e alimentar das famílias dos trabalhadores.

Na atualidade, temos os ex-governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula que se destacaram com ações para o enfrentamento dos efeitos da desigual distribuição de renda.

A administração do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), conhecido como FHC, reforça o compromisso com a exclusão social, garantindo-lhe ações focais de cunho filantrópico na agenda governamental com os Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, mesmo voltada para as práticas corporativistas “[...] inserida dentro de um padrão tipicamente neoliberal de políticas públicas: [...] elevadas taxas de juros, privatização, desmonte dos segmentos de maior valor agregado de nossas indústrias, desregulamentação do mercado de trabalho [...]” e outras reformas conduzidas para o mercado. (MARTINS, 2007, p. 36).

O Governo do Ex-presidente Lula (2003-2010) se destaca, de início, por conter os “[...] desequilíbrios macroeconômicos [...] e os desequilíbrios sociais mais intensos através de políticas sociais para minorar a extrema pobreza. [...]”, com ênfase no reaproveitamento e aprofundamento das ações desenvolvidas no fim do governo antecessor (FHC), como “[...] contenção dos gastos públicos e ampliação do superávit primário, estabelecimento do câmbio flutuante e implementação de políticas sociais para uma população ameaçada com a queda dos rendimentos, o desemprego crescente e a recessão econômica.” (Ibid., p. 36 e 39).

A reconfiguração de programas sociais articulados na última administração de FHC, que privilegiassem as classes mais atingidas pelo decréscimo e instabilidade da economia, é intensificada no Governo Lula, que logo promoveu o fortalecimento de políticas nessa área, inclusive também as que já existiam na gestão antecessora, para amenizar os seus efeitos indiretos; ou seja, a pobreza e a insegurança alimentar provocadas pelo desemprego e a queda da renda no Brasil. Em termos de proteção social essas políticas culminaram no Projeto Fome Zero, que dentre as principais iniciativas para investir sobre a pobreza e a pobreza extrema se sobressaiu o Programa Bolsa Família, que logo se tornou o carro chefe do Governo do Partido dos Trabalhadores – PT, com destaque nacional e internacional para suas medidas, intervenções e contrapartidas dos atingidos pelo programa, e também profundos estudos e críticas sobre a sua existência, administração, prolongamento, efetivação e efetividade, além de implicações políticas, econômicas, sociais e espaciais em todas as escala.

Nascido do ajunte de outros programas não contributivos, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, ao se estabelecer o PBF não apenas racionalizou um mecanismo de transferência de renda como concretizou uma forma de benefício não vinculado aos riscos intrínsecos das flutuações do mercado de trabalho,

constituindo um modo de encarar as facetas da pobreza para parcela da população ativa ou não. (CASTRO; MODESTO, 2010). A saber, a Lei 10.836/2004 unifica tais programas.

O Programa Bolsa Família é fruto da unificação de quatro programas de transferência de renda do governo federal: Bolsa-Escola (Ministério da Educação), Bolsa-Alimentação (extinto Ministério da Assistência e Promoção Social), Auxílio-Gás (extinto Ministério da Assistência e Promoção Social) e **Cartão Alimentação** (Mesa), os três primeiros criados durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Dados governamentais de dezembro de 2003 indicam que o programa atingiu 5.461 municípios brasileiros e 3,6 milhões de famílias, sendo cerca de 60% da região Nordeste. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 104, grifo nosso).

No entanto, para que o programa seja acessado pelo perfil de famílias estabelecido por ele, que cruza vulnerabilidade social e grupos em situação de risco, é solicitado o cumprimento de uma agenda de obrigações centralizadas na saúde e educação, como contrapartida ao recebimento das transferências diretas, fiscalizada pelo, até então, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde e o da Educação, em parceria com os estados, Distrito Federal e municípios, como anua o Decreto nº 5.209/2004.

Art. 28. São responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condicionalidades vinculadas ao Programa Bolsa Família, previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004:

I - o Ministério da Saúde, no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos; e,  
 II - o Ministério da Educação, no que diz respeito à frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e à de setenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal de jovens com idade de dezesseis a dezessete anos.

.....  
 § 2º As diretrizes e normas para o acompanhamento das condicionalidades dos Programas Bolsa Família e Remanescentes serão disciplinadas em atos administrativos conjuntos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, nos termos do inciso I, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação, nos termos do inciso II.

§ 3º Os Estados, Distrito Federal e Municípios que reunirem as condições técnicas e operacionais para a gestão do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família poderão exercer essa atribuição na forma disciplinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, nos termos do inciso I, e o Ministério da Educação, nos termos do inciso II.

No tocante as condicionalidades, visto o que a realidade nos mostra e chama a análise e reflexão sobre o programa por meio dela, indagamos se o modo como estão sendo efetivadas, sobretudo na educação, permite aos sujeitos condições de ultrapassarem a questão da humanização e avançarem para a questão do empoderamento, que, segundo Antunes (2002), é requisito para construir a capacidade de terem controle sobre o que lhes aflige, podendo eleger, com maior autonomia possível, cursos de ações em diversas dimensões

(políticas, econômicas, culturais, sociais...), que resultam na dilatação das oportunidades de participação no processo político de tomada de decisão.

Daí, que não nos debruçamos sobre o condicionante vinculado à educação a fim de analisar a eficácia do programa em relação a ele, pois o próprio Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome<sup>42</sup>, coligado com o Ministério da Educação, tem se encarregado disso, inclusive publicando resultados de caráter prático entre o recebimento do benefício e criança/adolescente na escola, em termos de frequências, matrículas e, até, rendimentos. Nossa intenção reside em analisar a efetividade com que isso está acontecendo, considerando a tradução de frequência e rendimento em aprendizagens significativas, a partir da própria efetividade do programa percebida pelos alunos atingidos e outros sujeitos relacionados a eles no ambiente escolar e fora dele. Para isso, apreciamos na análise os objetivos e a estruturação do Bolsa Família, e sua aplicabilidade na educação formal, incluindo seu alcance e fiscalização realizada por órgãos municipais direcionados a isso.

Para tanto, projetamos a discussão sobre a categoria educação a partir do seu uso pelo Bolsa Família como principal condicionante para manutenção do benefício e cuja supervisão é feita pelo acompanhamento da matrícula e frequência regular de crianças e jovens em idade escolar nas instituições de ensino público.

Empreender uma reflexão acerca da relação entre o Programa Bolsa Família e a educação escolar demanda, hoje, superar o discurso dela enquanto condicionante e analisa-la e discuti-la enquanto oferta e oportunidades que pode trazer aos atingidos. Para tanto, é necessário entender que a educação de que fala o programa se limita ao “estar na escola”, exigindo o acesso e a permanência na educação formal. Por isso, a “fiscalização” é feita sobre as matrículas e frequências para que o sujeito cumpra essas determinações e conclua a escolarização. Tudo isso em consonância com o Art. 4º, do Decreto nº 5.209/2004, que regulamenta o PBF e trata dos seus objetivos básicos em relação aos beneficiários.

Porém, o mesmo decreto estabelece que a indisponibilidade da oferta da educação formal exime os beneficiários de comprovarem o cumprimento da condicionalidade; ou seja: “Não serão penalizadas com a suspensão ou cancelamento do benefício as famílias que não cumprirem as condicionalidades previstas, quando não houver a oferta do respectivo serviço ou por força maior ou caso fortuito.” (BRASIL, Art. 28, § 5º, Decreto nº 5.209/2004).

Essa passagem nos provoca a fazer inúmeras interpretações sobre a manutenção do benefício e a ausência da escola. Uma delas é que nem a ideia de escolarização se daria pra

---

<sup>42</sup> Com a reforma ministerial de 2016 torna-se Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

conceber, analisando o objetivo do decreto, uma vez que, para isso, necessitaria de escola, de ensino e do cumprimento dos estudos formais. Assim, se tornaria ineficaz o programa em termo de política pública. Noutra reflexão presumimos que, com o histórico perverso do relaxamento da educação formal em nosso país, por parte dos governantes, o precedente do decreto estimula a pensar que o descaso com a escola, sem prejudicar as transferências de renda, pode se encorpar em um jogo tendencioso de manobras políticas para barganhar e/ou protelar a sua oferta, ainda que não seja tão propício aos gestores não declararem escolas nos censos escolares, porquanto menos escolas menos recursos receberão da união. O que não quer dizer, então, que não se tenham escolas de “qualquer jeito”, a exemplo das escolas improvisadas em associações, casas, barracões ou “pés” de mangueiras, mas declaradas de forma maquilada, ou promessas de escolas esculpidas em cartazes, propagandas e discursos calorosos, pois é mais fácil às estratégias políticas adquirirem votos da ignorância, imprimindo o discurso da promessa da “boa escola” e de escola “para todos”, mas mantendo o benefício da renda, do que adquirirem votos do letrado com ou sem ajuda das transferências.

Isso nos faz resgatar a demanda social pela educação formal, mas educação para as massas, com sua oferta, acesso e ensino limitados, empreendendo intelecções sobre processos que, embora distantes no tempo, se parecem em características imersas na sua função social, que, no modelo posto, vigente nesta sociedade capitalista, vigora a reprodução da marginalização, da injustiça, das desigualdades e, conseqüentemente, da desumanidade.

Em relação à questão da marginalidade ficamos, pois, com o seguinte resultado: enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso. Segundo a concepção crítico-reprodutivista o aparente fracasso é, na verdade, o êxito da escola; aquilo que se julga ser uma disfunção é, antes, a função própria da escola. Com efeito, sendo um instrumento de reprodução das relações de produção a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e exploração. Daí seu caráter segregador e marginalizador. Daí sua natureza seletiva. A impressão que nos fica é que se passou de um poder ilusório para a impotência. Em ambos os casos, a História é sacrificada. No primeiro caso, sacrifica-se a História na idéia em cuja harmonia se pretende anular as contradições do real. No segundo caso, a História é sacrificada na reificação da estrutura social em que as contradições ficam aprisionadas. (SAVIANI, 1999, p. 40 e 41).

A demanda pela educação formal, acessível a todas as classes, se fez, a partir da sociedade moderna de modelo capitalista, instrumento decisivo para o desenvolvimento econômico, mesmo obedecendo a uma bifurcação: escolas para elite, com formação intelectual, e escolas para as massas, com escolaridade elementar, probabilidades restritas de avanço e habilitações técnicas. É substancial lembrar que até a Idade Média a educação escolar se limitava apenas à classe dominante, enquanto o povo continuava a se educar no

próprio processo de trabalho, e somente na modernidade, com a produção centrada na cidade e na indústria, houve a exigência da generalização da escola. (SAVIANI, 2007).

Outra questão importante é refletir sobre como o trabalhador se permite fetichizar com a oferta da escolarização, não conseguindo abstrair dimensões políticas e econômicas que se inter cruzam para sua oferta. O motivo talvez seja por que o fetiche da educação se transfigura nos próprios objetivos que norteiam sua disponibilidade, efetivação, articulação e manipulação, que, inclusive, são formatados na cabeça dos sujeitos desde os primeiros anos escolares, o que se torna uma difícil tarefa desconstruí-los para que consigam enxergar as reais intenções imbuídas na oferta de uma educação que nem de muito longe é equitativa, porquanto é interesse de uma superestrutura manter o padrão de alienação e domínio.

É nesse aspecto, revisando Pacheco e Mendonça (2006), que a partir de 1960, com suporte da Teoria do Capital Humano, a escola, com um formato ajustado as necessidades do mercado, ganha mais centralidade e apoio do capitalismo, que a considera funcional ao sistema enquanto qualificadora da força de trabalho. Para o sujeito, ela aparece como aquisição, pois ao se tornar mais capacitado para o trabalho, através da escolarização, tornar-se-á mais produtivo porque contraiu conhecimento intelectual e habilidades que possibilitarão perspectivas de melhor remuneração devido à instrução. Para o Estado, a escola foi incorporada como possibilidade de aumentar a riqueza nacional através de qualificação de mão-de-obra para um mercado em expansão. Era a junção de riqueza social e força produtiva.

Nesse entremeio, dado que a teoria sofreu readequação de lógicas da década de 1960 para cá, passando da lógica do emprego para a lógica da empregabilidade, a escola satisfaz ao capital de inúmeras maneiras, como pela capacidade de dotar o empregado com habilidades para incrementar a produtividade e os lucros, mas desprovido de pouca ou nenhuma consciência política para perceber as barganhas e explorações, e por se fazer instrumento ideológico que transfere para o sujeito a capacidade e, conseqüentemente, a responsabilidade de ter ou não emprego, numa economia que é capaz de se desenvolver com alto índice de desempregados, transferindo o encargo do desemprego da capacidade do capitalismo de absorver mão-de-obra para a incapacidade do sujeito de ser absorvido por ele. Assim, na lógica da empregabilidade, como realça Saviani (2008), a educação passa a ser vista como um investimento, que prepara os sujeitos para competir pelos empregos existentes, e o que se pode esperar da escola já não é o emprego, mas a aquisição desse *status*.

E, por isso, essa escola que conhecemos é tão importante para o capital.

É preciso, reafirmamos, conhecer o histórico político e socioeconômico ligado as intenções da oferta da escola para compreender o enfoque das políticas de educação e as

atreladas a elas praticadas sob o neoliberalismo, que reforça a individualidade e a competição como princípios que inculcam nas pessoas a ideia de que lugar privilegiado é digno dos vitoriosos que se esforçaram mais em detrimento de outros, mas, nisso, desclassifica ou requalifica a ideia de oportunidades iguais, inclusive para os desiguais.

Nisso cabe considerar as políticas de proteção social que têm trabalhado em conjunto com a educação formal para tentarem nivelar, da maneira como entendem, o acesso e a permanência na escola, para que essa competição se dê da forma menos desigual, ainda que se discutam outros mecanismos, como o próprio ensino, que recuperam a competição. Nesse sentido, temos, excepcionalmente, as políticas estatais coligadas às ações de combate à pobreza por meio da transferência direta de recursos financeiros com contrapartidas na educação formal, sendo que, hoje, o Bolsa Família aparece como principal política de proteção social, focalizada e compensatória, que articula medidas com essa projeção.

Digno de crédito entre muitas famílias brasileiras, notadamente as que mais são molestadas pelo capitalismo, e de descrédito por parte de muitos críticos, que acreditam ser uma ação emergencial que está se solidificando na agenda socioeconômica, com ameaças de sérias consequências, além do bônus de barganha eleitoreira, o PBF arrasta consigo uma série de questionamentos que, até então, não encontram unicidade sob os critérios de elegibilidade para inserção e permanência dos usuários no programa, oferta e acesso (precário) aos condicionantes, e continuidade ou não, dele nas medidas do Estado contra a pobreza.

Assevera Weissheimer (2006) que o Bolsa Família tem crescido e se revelado um programa com intensas representações sobre a população mais vulnerável, investindo sobre a pobreza e suas variantes, e buscando, em curtíssimo prazo, minimizar os descompassos sociais com contrapartidas nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Para Delgado<sup>43</sup>, o programa é insuficiente para alterar, significativamente, a desigualdade social no Brasil, pois embora tenha melhorado a distribuição da renda individual isso não ocorreu com a distribuição da renda social, que representa 31% da renda interna bruta e os outros 70% são originados nas empresas financeiras e não financeiras ou de administração pública. Esta outra estrutura tem caráter de piora na distribuição da renda, porque existe uma centralização de rendimentos provenientes dos juros e dos lucros contra os rendimentos dos salários e ordenados. Com isso, se melhora a distribuição da renda domiciliar, mas se agrava a distribuição funcional da renda (lucros x salários). Para o

---

<sup>43</sup> Apud Weissheimer (2006). Guilherme Delgado: economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. Sua crítica sobre o PBF foi realizada em entrevista concedida em 14 de julho de 2006 ao Site Instituto Humanitas Unisinos (IHU) [Online], vinculado ao Site do Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), de São Leopoldo (RS).

economista: “Aquilo que melhora, melhora fundamentalmente não por conta dos salários, mas por conta das transferências constitucionais associadas aos direitos de cidadania.<sup>44</sup>” E segundo ele, se “[...] essa população que recebe o Bolsa Família não o receber, não poderá acessar direitos sociais básicos, porque ela não tem cidadania ligada ao mercado de trabalho [...].<sup>45</sup>”

[...] é preciso, dizem esses críticos, criar as condições para que programas compensatórios não sejam a única maneira de o Estado relacionar-se com a vida concreta e as necessidades materiais e simbólicas das pessoas que mais sofrem do grande problema a que a fantasia liberal não responde: a exclusão e sua filha, a barbárie. (WEISSHEIMER, 2006, p. 65).

A Lei 10.836/2004 criou o Programa Bolsa Família direcionado as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A transferência monetária do benefício, que pode ser básico ou variável, obedece aos específicos da lei e varia conforme a renda familiar mensal *per capita* e membros da família: gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes. Para tanto, o Art. 3º da lei vincula a permanência das famílias no programa e o recebimento do benefício por elas ao cumprimento de condicionalidades, como pré-natal, acompanhamento nutricional e de saúde, e frequência de 85% (oitenta e cinco por cento) em escolas de ensino regular.

Acerca das condicionalidades, retomamos o §5º, do Art. 28, do Decreto 5.209/2004, que regulamenta o PBF, que trata do não cumprimento delas na ausência dos serviços públicos. No que tange a contrapartida na área da educação formal, o parágrafo nos leva a reiterar que as famílias atingidas não serão penalizadas por não comprovarem frequência escolar quando não houver escolas ou sua oferta ser insuficiente à demanda, resultante da indisponibilidade ou precarização do respectivo serviço pelo Estado.

Logo, se esse mesmo Estado requer o cumprimento de contrapartidas, mas não assegura a oferta de serviços públicos que as atendam, como a escola, seja em quantidade ou qualidade, que deveriam ser indissociáveis, como pode falar em cidadania ou, até mesmo, em emancipação aos atingidos pelo programa, se a síntese nos mostra apenas a existência de pobres serviços que, muito pouco, têm contribuído para o alcance e aquisição de direitos sociais básicos, cuja conquista a Constituição transfere ao Bolsa Família devido os atingidos enfrentarem maiores dificuldades de obtê-los através do mercado de trabalho, e menos ainda para a superação da pobreza, ao tempo em que a nutre pela subtração ou disponibilização insatisfatória desses serviços, que poderiam, se fossem mais coerentes, ajudar a desenvolver nos “beneficiários” maior autonomia sobre as condições que lhes afligem.

A lacuna deixada no conteúdo desse parágrafo, via decreto, abre uma suposta prerrogativa aos municípios que disponibilizam os serviços públicos vinculados as

---

<sup>44</sup> Apud Weissheimer (2006, p. 117).

<sup>45</sup> Apud Weissheimer (2006, p. 121).

contrapartidas do PBF e que, por sua vez, também cooperam com a fiscalização das mesmas, para um “possível” descaso na oferta desses serviços as famílias, que necessitam de urgente acesso a eles. A omissão de agentes reguladores do Estado, que, neste caso, são os próprios concessionários e fiscalizadores, que se prendem a força e sutileza do decreto, somada a fragilidade social das famílias de se mobilizarem, caracteriza um estado de vulnerabilidade dos condicionantes, que deveriam existir para emancipar, ainda que segundo o decreto, e não, dificultar a produção material da vida dessas famílias. Como visto antes, o que se pode apreciar no regulamento é que “emancipação” está mais para a solércia do discurso bem feito.

O desconhecimento e a dificuldade de interpretar os artigos do decreto e lei do PBF contribuem para a desmobilização da população na vigilância dos serviços públicos vinculados a ele. Além disso, a ausência de esclarecimentos a enfraquece, mesmo organizada, no reforço dos seus diálogos reivindicatórios para enfrentar o Estado, possibilitando-o estratégias de manipulação através da retórica que se beneficia da ignorância popular.

É comum nos interiores do nordeste e, particularmente, em tempos de agitação eleitoral, vemos discursos pomposos “brotarem” juntamente com escolas de “qualquer jeito”, que perduram, muitas vezes, até a próxima eleição, uma vez que o simples registro de uma escola, mesmo que funcione em lugar inapropriado, já configura transferência de dados para aquisição de repasses de recursos ao município. E se ela precisar ser reformada ou substituída, mesmo que demore meses e a população fique sem o acesso ao serviço, há a possibilidade de aditivos para o repasse de mais recursos à municipalidade. Todavia, o benefício da renda se mantém intacto para as famílias atingidas pelo PBF, porque dos males o menor. E nesse caso, a fome é o maior deles, ainda que a escola se faça, igualmente, importante para as famílias pobres. Tal situação termina por contribuir para o abrandamento e/ou sufocamento de tensões, mesmo diante do descontentamento com a indisponibilidade ou precarização das escolas.

Porém, o que a educação formal, como condicionante, tem a ver com isso?

Pertinente à educação formal a principal exigência do Bolsa Família é a instituição da matrícula de crianças e adolescentes de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos na escola, com permanência e frequência assídua e assistida de 85% e 75%, conforme o nível de ensino, como forma de legitimar o benefício e atender a Lei Federal 10.836/2004, regulamentada pelo Decreto Federal 5.209/2004, junto com as alterações dos normativos.

Os normativos nos permitem apreciar que a condicionalidade na educação formal, traduzida, inicialmente, como matrícula e frequência dos sujeitos atingidos pelo PBF no sistema formal de ensino, tem como principal finalidade, conforme Castro e Modesto (2010), promover a permanência e a progressão escolar através do acompanhamento individual dos

motivos da baixa frequência ou da não frequência do aluno e sua superação, visando assegurar o término do Ensino Fundamental e o seguimento dos estudos no Ensino Médio. E tudo isso em harmonia com os objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Conforme resultados apresentados pela Avaliação de Impacto do Bolsa Família (AIBF), no ano de 2009 a frequência escolar de jovens de 15 a 17 anos de idade, beneficiários do PBF, era maior do que a dos jovens não beneficiários com o mesmo perfil; a proporção de beneficiários do PBF que se mantêm na escola até os 14 anos, comparada aos não beneficiários, é maior, assim como são melhores as taxas de progressão escolar entre os beneficiários do programa. A frequência escolar de crianças e adolescentes de seis a 17 anos das famílias beneficiárias foi 4,4 pontos percentuais, maior em comparação com a frequência escolar entre as famílias não beneficiárias. (CASTRO; MODESTO, 2010, p. 153).

Dessa forma, se assegura a estada desses sujeitos no ensino formal, como meio de garantir a sua escolarização, sob a diligência da infrequência e a sua probabilidade de contribuir para a evasão e o abandono escolar, colaborando, assim, para atingir o objetivo do programa e, por certo, a eficácia do mesmo. Em princípio, um ganho positivo para o atual abandono das escolas públicas pelos jovens e crianças, notadamente aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade, como os que residem no campo ou mesmo nas cidades e necessitam, por vezes, ausentar-se da escola para trabalharem e ajudarem no complemento da renda familiar. No entanto, em muitos casos, o aumento no índice da matrícula e frequência ocorre, para as famílias atingidas pelo programa, mais pela garantia da manutenção do benefício e não, por uma escola atrativa, que motive a educação dos filhos.

Assim, a condicionalidade vinculada à educação formal parece só estar otimizando o número de matrículas e frequências, e, logo, o acompanhamento do rendimento por meio delas; ou seja, se está frequentando tem que ter boas notas; se as têm, avança e se matricula no ano seguinte; se não as têm é retido no mesmo ano e tem matrícula repetente. Tal acompanhamento parece não manifestar, mesmo às famílias “beneficiárias” que demonstram mais interesse pela educação dos filhos atingidos pelo programa, maiores preocupações com o desempenho e, tampouco, com a aprendizagem efetiva, já que a progressão escolar aparenta ser satisfatória tanto para as famílias “beneficiárias” menos vigilantes dos efeitos cognitivos da escolarização quanto, principalmente, para o PBF, como forma de verificar e legitimar o rendimento dos alunos atingidos. “Sinaliza-se, portanto, que o objetivo da permanência na escola está sendo atingido, o que remete à perspectiva objetiva da aprovação, progressão escolar e conclusão dos níveis de ensino.” (CASTRO; MODESTO, 2010, p. 165).

Assim, cabe-nos analisar a forma concreta como isso ocorre e, notadamente, se essa frequência e ascensão de um ano escolar ao outro acontece com a apreensão dos saberes socialmente produzidos, mesmo os formatadamente assentados na assimilação da cultura e

regras sociais dominantes, e se são correspondentes em termos de algum desempenho e aprendizagem efetiva, e não, somente, rendimento, cogitando na análise os aspectos influenciadores, já que o próprio ambiente escolar público pouco se faz estimulante ao aluno.

Para Glewwe e Kassouf (2010), matrícula e frequência, que se afirmam como acordo para continuação no programa, são indicadores utilizados apenas para assegurar que as famílias “beneficiárias” enviem e mantenham seus filhos na escola, desviando-os, provavelmente, do efeito do trabalho inadequado. Nesse sentido, ele apenas as impulsiona, direcionando e devolvendo crianças e jovens para as salas de aula, sem traduzir maiores apreensões com o desempenho e a aprendizagem escolar dos atingidos no seu contexto local.

As principais barreiras para a matrícula das crianças na escola são os custos diretos (mensalidades, livros, uniformes e assim por diante) e o custo de oportunidade do tempo passado na escola. Este último fator refere-se ao trabalho remunerado e não-remunerado que poderia ter sido realizado ao invés de ir para a escola. Vários países aboliram as mensalidades ou fornecem refeições e uniformes gratuitos. Os programas de transferência condicional de renda (TCR), como o Bolsa Família, existem para incentivar as famílias a enviar seus filhos à escola. [...] Seu efeito em longo prazo parece ser o aumento das taxas de matrícula dos participantes [...]. (GLEWWE; KASSOUF, 2010, não paginado).

O trabalho é um recurso que muitas famílias pobres, por vezes, sujeitam suas crianças e adolescentes para auxiliarem na renda familiar. Trabalho este remunerado ou mal remunerado, apropriado ou, muitas vezes, inapropriado. E como forma de enfrentar essa realidade o processo de unificação de ações mediado pelo Bolsa Família, que reuniu quatro programas de transferência de renda federais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação<sup>46</sup>), fortaleceu suas práticas no sentido de fiscalizar a permanência dos alunos na escola e suprimir qualquer tentativa de trabalho infantil, exceto os permitidos em lei, enquanto menor aprendiz, como consolida a Lei 10.097<sup>47</sup>, de 19 de dezembro de 2000.

De tal modo, o Bolsa Família teve a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI<sup>48</sup>), a partir da Portaria do, então, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome nº 666/2005<sup>49</sup>, que objetivou retirar e inibir a permanência de crianças e adolescentes de famílias pobres e em extrema pobreza em situação do trabalho

<sup>46</sup> Segundo o Parágrafo único do Art. 11, da Lei nº 10.836/2004, “A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – ‘Cartão Alimentação’ encerra-se em 31 de dezembro de 2011. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).”

<sup>47</sup> Esta lei altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

<sup>48</sup> Ver Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001, do, então, Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Estado de Assistência Social, que estabelece diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

<sup>49</sup> MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005**. Estabelece a integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), regido pela Portaria SEAS/MPAS nº 458, de 04 de outubro de 2001. Publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2005.

infantil, excepcionalmente em atividades laborais de exploração, tendo contrapartidas a serem cumpridas na educação e saúde, e, agora, na forma de medidas socioeducativas também. A entrada dessa nova finalidade e benefício, conjugado ao PBF, veio reforçar a escolarização dos atingidos, pois incentivou mais matrículas e frequências no ensino regular.

No entanto, embora a conjugação dessa nova medida tenha surtido efeitos otimistas na matrícula e frequência, e, sobretudo, em relação ao abandono e a evasão escolar, o rendimento permanece como fator inquietante entre os atingidos e não atingidos pelo programa, mas com o mesmo perfil, que utiliza como indicador a taxa de reprovação escolar.

A reprovação na escola é maior entre os filhos de quem ganha o Bolsa Família, revela pesquisa divulgada ontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O estudo comparou o desempenho de estudantes de famílias que recebem e que não recebem o benefício, mas são igualmente pobres. No grupo atendido pelo programa, a taxa de reprovação ficou de 3,4 a 3,9 pontos percentuais maior do que entre os alunos não-atendidos. Já a taxa de frequência dos estudantes com pais no Bolsa Família ficou 3,6 pontos percentuais acima da registrada pelos colegas pobres que não contavam com o benefício, chegando a 7,1 pontos no Nordeste. Da mesma forma, a taxa de evasão foi de 1,6 a 2,1 pontos percentuais menor. Ou seja, os estudantes do Bolsa Família permaneceram mais na escola, mas tiveram pior desempenho. (WEBER, 2007, p. 14).

A partir da análise de Weber, antecedida das revisões sobre o Bolsa Família, percebemos que no decorrer do discurso das contrapartidas na educação formal existe uma precária preocupação do programa com o rendimento do aluno atingido e pouca ou nenhuma preocupação concreta com o desempenho e, muito menos, a aprendizagem; isto é, há uma apreensão expressiva com o quantitativo de matrículas e frequências, incluindo a supervisão, primeiro, para legitimar o benefício e, segundo, para impulsionar a escolarização, seguida da relativa atenção ao rendimento escolar em relação a esses dois elementos, já que o avanço serial é requisito para esse aluno completar os estudos, pois, como espelhamos, frequência pode se transformar em notas boas e isso gerar matrícula no ano seguinte, mas sua retenção não é critério para a perda do benefício. De outro modo, o cuidado com a infrequência recai sobre a evasão e o abandono escolar e, portanto, na suspensão e/ou cancelamento do benefício. Porém, a cautela com a taxa de reprovação aparece secundária, mesmo para algumas famílias, e a prudência com as aprendizagens efetivas algo distante desse contexto.

Esse conjunto incide sobre a efetividade do Bolsa Família, enquanto programa associado à medidas no âmbito da educação formal, que tem impacto nos resultados aferidos pelas avaliações nacionais da Educação Básica, que visam averiguar como está a “qualidade” da educação oferecida nas escolas públicas e que não fazem distinção entre alunos atingidos e não atingidos pelo programa. De modo geral, são resultados oferecidos pelos Censos

Escolares e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que ajudam a compor outras informações e dados, como o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, Decreto 6.094/2007, não paginado).

Nesse contexto, pontuamos que o termo rendimento não qualifica a internalização do que se aprende, já que isto se reporta aos pressupostos da aprendizagem significativa<sup>50</sup>, construída numa educação com qualidade<sup>51</sup> de ensino e aprendizagem; tampouco, o termo desempenho, da forma acidentada como tem sido utilizado, pode caracterizar os resultados apresentados em qualquer instrumento avaliativo, visto que se trata de comportamento, de desenvolvimento de competências para realizar algo de modo satisfatório. Então, o que se vê nesses instrumentos são resultados; ou seja, a consequência da ação de responder conforme o que se sabe ou não, naquele momento, porque mobilizou ou não, competências para isso. Portanto, o que caracteriza o rendimento são resultados e não, processos. E estes devem ser a prioridade das ações por se distinguirem como meio para atingir qualquer rendimento e não o inverso: esperar que o produto do rendimento, que é um recorte específico de uma situação específica, traduza aprendizagem, desempenho e frequência, que envolvem práticas e contextos mais amplos. Logo, o PBF age sobre o processo frequência, embora de forma impositiva e repreensiva, mas não sobre o processo desempenho, que é efeito e causa da aprendizagem, ainda que confira, vez ou outra, seu resultado junto com o da assiduidade.

Assim, tanto rendimento quanto desempenho tem sido, largamente e habitualmente, usados de forma desastrosa, até mesmo no próprio processo de ensino, o que demonstra que a falta de domínio sobre os termos pode não ser proposital e nem ingênua, mas induzida, até mesmo pelas (de)formações de professores. Segundo Wechsler (2002, p. 180): “Ao nos referirmos ao termo ‘desempenho escolar’, surge, subitamente, para a maioria dos professores, a associação com o conceito de rendimento avaliado por notas. Esta tem sido a maneira mais usual de se compreender e avaliar a aprendizagem: por notas escolares.”

A ideia do PBF de acompanhar o rendimento dos alunos atingidos parece ser a de esperar que frequência se transforme em aprovação. Nesse caso, ele não estaria tão incorreto,

<sup>50</sup> Ver AUSUBEL, David, Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa-PT: Plátano Edições Técnicas; Paralelo Editora, LDA, 2003.

<sup>51</sup> “Compreende-se então a qualidade com base em uma perspectiva polissêmica, em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social.” (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 202).

do ponto de vista de acreditar (e nisso se limitar) que quanto mais o aluno esteja na escola, mais ele aprende. Só que a ideia não faz a realidade, pois não adianta o aluno está na escola se ela não é qualificadora de processos de aprendizagem. Logo, ele pode ser frequente, pode até ter aprovação, mas pode não adquirir aprendizagens efetivas. Ainda assim, o programa cumpre seu objetivo de viabilizar o acesso à escola e, por conseguinte, a escolarização, apesar de não se prender a outros fatores que favoreçam o ensino-aprendizagem.

Analisamos, então, que somente a relação entre frequência e procedimentos qualificadores de aprendizagens significativas podem estimular desempenhos relevantes e este resultar em rendimentos expressivos. E que esta deve ser a relação observada pelo Bolsa Família como substancial à educação dos alunos atingidos por ele, por ter efeito tanto no rendimento escolar, resultando no avanço serial, quanto nos sistemas de avaliação nacional e, principalmente, na capacidade dos alunos de desenvolverem a percepção, a autonomia e a ação sobre os cursos das coisas que lhes afligem. Ao passo que somente matrícula e frequência, mesmo seguidas de aprovação, mas sem aprendizagens significativas, não são suficientes para provocarem desempenho, mas rendimento, visto como a verificação de resultados e sua tradução em dados quantitativos. Assim, se o rendimento foi bom, mas não teve aprendizagem efetiva associada, ele pode não se repetir em outras avaliações e instrumentos avaliativos, por ter se tratado de algo pontual, mecânico e fadado ao insucesso. Seria o caso da diferença entre a realização dos exames escolares e os nacionais, em que muitos alunos se deparam com as deficiências que trazem da escola, embora o SAEB ignore os processos excludentes porque passam no seu contexto e na divulgação dos resultados pareça confundir desempenho com rendimento, inclusive nas amostras e interpretações.

Desse modo, estando as ações do Bolsa Família voltadas mais para o rendimento, frequência que pode gerar progressão escolar, do que desempenho, progressão como efeito da frequência e da aprendizagem expressiva dos saberes escolares, o acesso a escola e a escolarização nada coincidem, ainda que de longe, com a emancipação anunciada nas alíneas do seu decreto e lei, e, nem de perto, com cidadania, já que é subtraído tanto o retorno adequado da escola, a assimilação de aprendizagens, quanto, muitas vezes, a própria escola.

Feitas essas considerações, retomamos nossa pergunta acima: o que a educação formal, como condicionante, tem a ver com a desmobilização social?

A desigualdade social tem como um dos efeitos a pobreza e seus processos excludentes. Investir na educação e, sobretudo, na educação pública, terreno propício à sedimentação da aprendizagem da cultura social e do desenvolvimento humano, além de acesso aos níveis e modalidades da escolarização e formação pelos mais pobres, é uma ação

elementar e um dever de casa para países como o nosso, onde planejar, ordenadamente, o desenvolvimento não é uma tarefa difícil, mas executá-lo de forma igual e justa para todos.

Parte-se do princípio de que a educação formal pode se constituir como ferramenta para auxiliar na atenuação da pobreza. Mas, falamos, sobretudo, em educação com aprendizagem, que se faça acessível a todos e em condições iguais, já que a superação da pobreza requer alterações bem mais radicais no arranjo econômico e sociopolítico.

Uma das estratégias centrais, hoje, no combate à pobreza, tem sido via o aperfeiçoamento do ensino fundamental, seja através da ampliação de cobertura, seja pela melhor qualificação do professorado, pela aproximação da escola com a comunidade, ou ainda pelo melhor equipamento da rede escolar. (LIMA JÚNIOR; ZETTERSTROM, 2002, p. 27).

[...] estudos quantitativos sobre a pobreza na América Latina mostraram que a desigualdade na educação é o que mais influencia a desigualdade de renda e a pobreza, e investimentos significativos na educação pública são recomendados como elemento central em qualquer tipo de iniciativa ou programa de combate à pobreza [...]. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 113).

Embora as citações reforcem, em parte, nossa ideia, já que não partimos do ponto de vista do “combate à pobreza”, mas sua mitigação, sabemos que, na realidade, mesmo com as iniciativas na área, as ações ainda não conseguem se fazer consistentes e atingir os excluídos sem os excluir. Assim, políticas, programas, projetos na educação ou vinculados a ela, mesmo engendrando medidas para darem eficácia e eficiência ao enfrentamento da pobreza e, algumas vezes, alcançando estes objetivos, ainda que na sua incoerência, terminam, muitas vezes, por esbarrar na sua efetividade, uma vez que dão voltas e voltas em antigos dilemas inerentes à dimensão educacional, esquecendo que as bases dos problemas se constituem em aspectos bem mais antagônicos, tensos e externos à escola, muito embora terminem por se consolidarem e se renovarem nela também.

Eis aí, a necessidade de intercruzamento entre a educação formal e as mobilizações sociais, dado que elas são gatilhos para forjar no seio das comunidades onde as escolas públicas se encontram e, por conseguinte, no âmbito delas, envolvendo sujeitos e processos escolares, perspectivas para que a instituição, aderindo a Saviani (1999), retome, fortemente, a luta contra o rebaixamento, a seletividade e a discriminação do ensino das camadas populares, reforçado pela desqualificação da cultura proletária em referência aos subprodutos da burguesa; ou seja: “Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais.” (Ibid., p. 42). Todavia, a realidade nos revela a asfixia dessas mobilizações, quando não pela ausência de consciência dos sujeitos, pela dependência deles a programas de transferência de renda ou pelos dois, já que a ausência de escolas ou escolas de

“qualquer jeito” coopera para marginalização dos oprimidos e a manutenção do *status* pela inculcação da ordem vigente, e os benefícios ajudam a apaziguar possíveis focos de revolta.

Portanto, feitos esses encadeamentos entre a pobreza como uma expressão da questão social, o Programa Bolsa Família e o seu condicionante vinculado à educação, passamos a tratar, no próximo capítulo, sobre a interpenetração desses elementos em nossa questão central, além de contemplar outros processos capturados na escola-campo e retomar, direto e indiretamente, aspectos como coronelismo, migração, ruralidades, “novo rural”, para clarificar e robustecer as ideias e sentidos em exposição, que estarão sob um contexto maior que é a configuração do campo empírico, com suas expressões políticas e econômicas que repercutem sobre o social, esboçando as apreensões do espaço geográfico, provenientes das análises das manifestações das especificidades dimensionadas no lugar, para dar ênfase aos fenômenos espaciais que se discute, uma vez que trabalhamos com a relação das partes na sua totalidade e desta com as partes para expormos a centralidade do nosso objeto de pesquisa.

#### **4 IMPACTOS DA CONDICIONALIDADE DO BOLSA FAMÍLIA VINCULADA À EDUCAÇÃO NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DE SÃO BERNARDO ATINGIDOS PELO PROGRAMA**

A visão dos jovens bernardenses sobre o território está atravessada das cobranças sociais que sofrem já no início do 3º Ano do Ensino Médio e que se acentuam após o seu término, que sinaliza o fim da escolarização básica, em relação à sua inserção no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar ou continuação dos estudos pelo acesso a um curso técnico ou superior, ou, se possível, para as famílias mais pobres, os dois: trabalho e estudo.

Neste capítulo, acentuamos a análise entre a frequência e o rendimento escolar de jovens alunos do 3º Ano do Ensino Médio de São Bernardo, atingidos e não atingidos pelo Programa Bolsa Família, mas com o mesmo perfil, e, sobretudo, das suas percepções sobre a influência da pobreza nas suas perspectivas em relação ao trabalho, a decisão de permanecerem ou saírem do município, a ruralidade, ao regime sociopolítico e econômico do espaço, e a abrangência desses fatores no desempenho e aprendizagem escolar, além do comportamento estudantil em relação ao recebimento e manutenção do Bolsa Família, que no caso deles é o Bolsa Escola (integrante do PBF), e “se” e “como” essas percepções e comportamento influem nos resultados do rendimento, que, segundo esses jovens, sofrem alcances de determinantes escolares, mas, em especial, de político-econômicos presentes na configuração social da cidade. Devido à dinâmica escolar outros sujeitos que a integram foram considerados nestas questões, quando indispensáveis. Ademais, articulamos todos estes subsídios às informações e dados construídos a partir da escola-campo e outros referentes aos censos escolares e avaliações nacionais do rendimento escolar, para orientarem nossa reflexão voltada, especialmente, à condicionalidade do Programa Bolsa Família vinculada à educação.

##### **4.1 Estrutura e processos pedagógicos de ensino da escola-campo**

Devido o objeto de estudo a pesquisa de campo em São Bernardo/MA abrangeu investigações numa escola de Ensino Médio integrante da Rede Estadual de Ensino do Maranhão. Para lembrar, sua classificação ponderou o maior número de matrículas de alunos atingidos pelo Programa Bolsa Família no Ensino Médio do município, o que nos levou ao Centro de Ensino Deborah Correia Lima, situado na sede, e posto como nossa escola-campo.

Figura 3 – Número de matrículas dos atingidos pelo Bolsa Família na Rede Estadual de Ensino Médio de São Bernardo/MA, classificados por escola/área de atendimento no município.

<u>CE DEBORA CORREIA LIMA ANEXO - COQUEIRO</u>	21313407	ESTADUAL	9	<b>9</b>
<u>CE DEBORAH CORREIA LIMA</u>	21136262	ESTADUAL	76	<b>76</b>
<u>CE DEBORAH CORREIA LIMA ANEXO III - MAMORANA</u>	21339449	ESTADUAL	12	<b>12</b>
<u>CE DR HENRIQUE COUTO</u>	21136289	ESTADUAL	34	<b>34</b>
<u>CE DR HENRIQUE COUTO ANEXO II - BAIXA GRANDE</u>	21313202	ESTADUAL	6	<b>6</b>

Fonte: Secretaria de Assistência Social de São Bernardo (SEMAS), 2016.

O Centro de Ensino Deborah Correia Lima foi fundado em 1978, na gestão de Bernardo Alves Rodrigues, filiado ao grupo político do Coriolano Coelho, e recebeu este nome em homenagem à falecida Professora Deborah Correia Lima, considerada uma das primeiras professoras de São Bernardo/MA e que pertenceu à família tradicional do lugar, “os Limas”, que tiveram forte participação no processo histórico da formação política da cidade e que, inclusive, impulsionou na percepção coronelista do município.

A escola está localizada no centro da cidade e foi construída em uma área de 4.283,32m<sup>2</sup>, mas sem o seu devido aproveitamento em relação ao tamanho das dependências e áreas de convivência, pois o que se vê é um ambiente sem o adequado espaço para as atividades que o demandam, onde algumas funcionam sob o “aperto”, como o Laboratório de Informática e o de Ciências, sendo que este foi resultado da divisão de uma sala e disposição de alguns e poucos materiais específicos. Outras dependências funcionam no improvisado, como a sala de vídeo, que virou sala de aula, e a biblioteca, improvisada em uma sala para atender os alunos, mas também sem mobiliário e acervo apropriado em diversidade e quantidade. O pátio não tem infraestrutura adaptada para receber os alunos, principalmente aqueles com necessidades especiais, ainda que transitórias, seja para brincarem ou apenas sentarem, sendo que são disponibilizadas cadeiras escolares no lugar de bancos e o pavimento se encontra em condições de riscos devido aos defeitos aparentes; além disso, há matos invadindo a área livre para circulação que fica nos fundos da escola, onde também está situada a quadra esportiva sem cobertura. A direção realiza o serviço de capina para conter o avanço do mato somente quando sobram recursos da escola provenientes do Fundo Estadual de Educação (FEE); caso contrário, fica dependente da ajuda da secretaria estadual de educação.

Ainda sobre a estrutura a escola disponibiliza: sete salas de aula, todas em funcionamento e sem problemas de acústica, sendo que duas são climatizadas e as outras cinco recebem ventilação natural; uma sala para direção; uma sala para documentação, que possui um computador e uma impressora; uma sala para professores, que dispõe de um

computador para uso docente, um aparelho de TV e dois banheiros (masculino e feminino) – na sala há um espaço entre ela e os banheiros onde foram postos armários com documentação; uma sala para depósito da merenda; uma sala para material de limpeza; uma cantina; uma “sala adaptada” para a biblioteca; uma sala de vídeo (usada, atualmente, como sala de aula); um auditório, com saída de emergência; uma “sala adaptada” para o Laboratório de Ciências; um Laboratório “apertado” de Informática (construído fora da estrutura física da escola, mas no mesmo terreno); uma quadra descoberta, e; dois banheiros no pátio, masculino e feminino. Nessa estrutura não foram observadas maiores adaptações para pessoas com necessidades especiais, o que se limita, apenas, a algumas rampas de acesso.

Como enfatizamos, assim como a biblioteca, o Laboratório de Ciências foi “arranjado” em sala que não atende a demanda e, por isso, está parado. A biblioteca é pouco utilizada devido às dificuldades de acervo e infraestrutura, e tanto ela quanto o laboratório, segundo informações colhidas na escola, não são informados no censo escolar porque, caso contrário, dificilmente receberão recursos para a sua construção e equipagem adequada.

Já o Laboratório de Informática existe numa sala construída para ele, com ar-condicionado e equipamentos necessários ao uso, mas, atualmente, não está funcionando devido à falta de técnico na área para assegurar o bom funcionamento e uso dos aparelhos, além da sala não possuir sinal de internet, que se restringe somente ao administrativo e sala dos professores. Para os docentes, falta motivação para o uso da sala, cujas razões atribuem à ausência de internet, “[...] *pessoa responsável por ela [...]*” (Professor Z/escola-campo, informação verbal, 2016), tamanho reduzido e poucos computadores para acomodarem as turmas, que são numerosas. A escola já solicitou tanto o técnico quanto a redistribuição do sinal de internet à secretaria de educação, mas, até então, não foi atendida. O Laboratório de Informática, construído no Governo de Jackson Lago (2007-2009), dispõe, hoje, de 12 computadores. Segundo dados do INEP/IDEB (2016b), há uma demanda de 106,5 alunos por computador nessa escola. Porém, considerando o total de alunos que estudaram na instituição em 2016, seriam 53,33. E num cálculo médio de uma única turma do 3º Ano (2016) que tem 55 alunos teríamos, então, cerca de 4,6 alunos usando um computador durante a ministração de uma aula ou realização de pesquisa pela classe. Em todo caso, esse número, ainda que menor, já dificulta a prática de uma aula mais interativa.

No levantamento das informações sobre a estrutura física da escola alguns docentes enfatizaram ter receio em declarar certos dados ao Censo Escolar, como a adaptação da biblioteca e internet, por acreditarem que ao Censo saber das adaptações a escola vai ter mais dificuldades em acessar recursos para a devida estruturação. Por certo, devem

desconhecer que o governo já tem conhecimento desses itens, como mostra a Figura 4, ainda que não declarem ao Censo. Talvez, essa ciência por parte do governo impossibilite, ainda mais, a escola de adquirir as adequações desejadas, pois, para ele, consta biblioteca, internet e banda larga, mas não consta Laboratório de Ciências e auditório, e há uma confusão entre o registro de pátio coberto e descoberto. Tal contradição entre a realidade da escola e a divulgada pelo governo reconstitui o eterno conflito entre o proposto e o efetivado.

Figura 4 – Espaços de aprendizagens e equipamentos do CE Deborah Correia Lima (Código: 21136262), segundo o INEP.



Espaços de aprendizagens e equipamentos	
Biblioteca	Sim
Sala de leitura	Não
Laboratório de ciências	Não
Laboratório de informática	Sim
Acesso à internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	Sim
Pátio descoberto	Não
Pátio coberto	Não
Auditório	Não
Quadra de esportes coberta	Não
Quadra de esportes descoberta	Sim
Parque infantil	Não
Área verde	Não

© 2016 Inep. Todos os direitos reservados. SIG Quadra 04 lote 327 - Zona Industrial Brasília-DF CEP: 70610-404, Brasília - DF

Fonte: INEP/IDEB, 2016b.

A escola atende um total de 640 alunos nos três turnos de funcionamento, manhã, tarde e noite, e dispõe de equipe de 35 professores, sendo que grande parte dos concursados são do Piauí e contratados do Maranhão. A escola ficou sem Professor de Língua Portuguesa de fevereiro até junho de 2016, onde, diversas vezes, foi informado e solicitado à Secretaria de Estado da Educação, e cujas respostas eram de que estavam providenciando. Tal defasagem se estendeu às salas do 3º Ano do Ensino Médio, cujos alunos prestam exames nacionais para ingresso no Ensino Superior no próximo ano, prejudicando-os nos conteúdos.

De acordo com alguns docentes da escola-campo (informações verbais, 2016), o fato de parcela significativa dos professores serem de outro estado termina por influir no ensino devido a pouca disposição, que se reflete no compromisso com escola. Alegam que o percurso é cansativo e eles trabalham, em sua maioria, em duas ou três escolas na região. Com isso, o ensino se desdobra, na maioria das vezes, apenas em aulas expositivas, pois eles têm a preocupação de ir dar aula e voltar para estar em outra escola no próximo turno. Contudo, afirmam não serem de faltar, mas, devido à carga de trabalho excessiva e percurso fatigado, se comprometem muito pouco com outras atividades na escola, refletindo o comodismo tradicional de não quererem ter o “trabalho” de provocarem outras situações de ensino. Assim, poucos são os que se propõem, devido à indisposição, a utilizarem outras metodologias e espaços da escola, como, até mesmo, o Laboratório de Informática.

Sobre o “esforço docente” acenamos o percentual do INEP para a escola e seu comentário, que legitima os motivos elencados pelos professores para a indisposição.

Figura 5 – Percentual de docentes cujo esforço para o exercício da profissão é considerado elevado no CE Deborah Correia Lima (Código: 21136262), segundo o INEP.



Fonte: INEP/IDEB, 2016b.

Quanto ao trabalho docente, os professores entrevistados pontuam que, mesmo que o governo falhe com eles em relação às condições de trabalho, falta boa vontade deles em relação à escola. Citam que há professores que querem que a sala de aula seja um silêncio, não permitem que os alunos brinquem e não sabem aproveitar isso em favor da aula, quando

necessário, e que ocorreu um caso em que uma aluna chamou a professora de “tia” e ela se ofendeu, replicando que não era tia da aluna e nem parente dela, e que estava na escola para dar conhecimento, porque educação os pais dão em casa. Acrescentam que muitos “[...] professores de fora [Piauí] dizem que no Maranhão não há profissional com o perfil deles [...]. Eles ignoram os alunos fora da escola [...], acham que eles não sabem de nada e que já fizeram de tudo [...]. Mas não especificam o quê, pois tudo se remete a uma ideia indefinida.” (Professor Z/escola-campo, informação verbal, 2016).

*É muito fácil levar o objetivo [em referência aos conteúdos] para a aula, mas o complemento subjetivo é que eles [os professores] não sabem fazer. Esse é o importante! A maioria não faz o “chão” da escola ser atrativo para os alunos [...]. Os professores enfrentam 100, 130 km de distância e não se preparam para estarem em sala de aula [...], e já veem de outras escolas “assim” [sem preparo e com pouca disposição]. E se professor não quer ensinar eu quero é ver qual é a ciência que vai fazer eles ensinarem.* (Professor Z/escola-campo, informação verbal, 2016).

Para encaminhar a reflexão proposta parece útil destacar a seguinte citação:

[...] para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de “saber escolar”. (SAVIANI, 2011, p. 17).

Na proposta do autor, que corrobora com Gramsci<sup>52</sup>, é preciso superar a ideia romântica da educação e assegurar sua proposta clássica, seu caráter permanente, que é a transmissão-assimilação dos conhecimentos. Isso requer buscar os “[...] métodos e as formas de organização do conjunto das atividades [...] nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares.” (Ibid., p. 17). Este último como conceito extenso que ele faz de currículo. Trata-se, então, que não basta ter foco apenas nos objetivos nucleares, transmissão-assimilação, se estes não são assegurados por outras condições, que são os métodos e as formas de organização das atividades, e que, por sua vez, ambos devem exercer influxo recíproco com as questões que se reproduzem na escola, visto que são reproduções de esferas anteriores e maiores a ela.

A partir disso, buscamos outros motivos que pudessem interferir nos métodos e organização pedagógica docente. Porém, de modo geral, os professores afirmam que a jornada excessiva de trabalho, a falta de tempo, o modo de vida (família, filhos, compromissos domésticos, sociais...), dificulta o ensino e seu preparo, e atrapalha numa melhor situação para o estímulo ao ensino-aprendizagem. A jornada influi na metodologia, que começa boa na manhã, na segunda, mas no fim da noite ou na sexta já foi menos eficiente ou, até, esquecida devido ao cansaço. E advertem que os alunos percebem. Com isso, tentam, até, cumprir a

<sup>52</sup> GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

metodologia pensada e buscarem o interesse dos alunos, mas logo são vencidos pela fadiga. Contudo, não são de faltarem. Contam que a deficiência do ensino público, que eles também contribuem, faz com que mantenham seus filhos em escolas particulares para que tenham um ensino melhor. Uma contradição que eles mesmos refletem, mas que, ao final, ratificam: “[...] *prefiro que meu filho tenha possibilidades de ter um futuro melhor [em referência à escola particular], [...], porque o aluno da escola pública tem garantias de pouco futuro ou, mesmo, futuro nenhum [...].*” (Professor Q/escola-campo, informação verbal, 2016).

Esse pensamento estampa um esvaziamento do conteúdo da escola por seus trabalhadores, pela incapacidade política de não conseguirem acessar a compreensão das estratégias acionadas pela classe dominante. Parecem incompreender que a escola é produto de uma sociedade determinada ao desassociarem a reflexão da prática docente que tem sentido político *em si*, enquanto professor, e sentido político *para si*, quando se analisa a prática do professor. (SAVIANI, 2011). Daí se conclui que, apesar da reflexão, nossos interlocutores, acima, incorporam a mesma realidade como se fosse distinta, sendo que, na atual perspectiva em que trabalham como professores da rede pública, eles estão deixando, infelizmente, sua parcela de contribuição para os “sem futuro”.

No ensino, os alunos entrevistados expuseram que não se creem preparados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por causa do ensino que recebem e apontam, dentre os problemas do ensino, o fato da maioria dos professores não residirem em São Bernardo ou região mais próxima, o que contribui para que eles cheguem fatigados em sala de aula. Citam o exemplo da Disciplina de Biologia que tem conteúdos fora de ordem e, mesmo assim, cobrados em prova, o que acaba por prejudicá-los. Delegam isso a observação que fazem do cansaço do professor e que intervém na sua organização didático-pedagógica.

Na sequência, citam que a escola, dificilmente, cumpre os seis horários de aulas devido a alguma ausência de professor e/ou falta de água, que não é só um problema da escola, mas do município, e que outros fatores, como o calor nas salas, falta de bebedouro, pois recebem água armazenada em garrafas pets e dizem não saberem de onde vem essa água, quadra esportiva sem proteção contra o sol e com pouco uso, mesmo não sendo para as aulas, além de banheiros com descargas que não funcionam, porque são quebradas por alunos que se “acham autoridade”, fazem com que a escola não seja atrativa para eles e isso influencie no seu desempenho escolar através do desestímulo provocado pela complexidade das ações pedagógicas e estruturais da escola, mas também sociais, pois se somam outros aspectos, como a pouca expectativa sobre o ENEM e o desenvolvimento político e socioeconômico da cidade, porquanto não têm muitas esperanças de “bom emprego” no lugar, já que, mesmo

sendo jovens, percebem como a cidade é administrada (tratam da representação coronelista e seu arranjo). Nisso, indicam que as condições socioespaciais de vida no município e, depois, na escola, são as que mais implicam a quererem estar ou não, nela, ficando por secundário o ensino, que se tivesse mais empenho dos professores poderia ser bem melhor.

Não se trata, pois, de deslocar a responsabilidade pelo fracasso escolar que atinge as crianças das camadas trabalhadoras para os professores, escamoteando o fato de que eles também são vítimas de uma situação social injusta e opressora. Isso não pode, porém, impedir-nos de constatar que sua condição de vítima se expressa também, embora não somente, pela produção de sua incompetência profissional. Em verdade, não procedendo assim, incorreríamos em incoerência. Com efeito, ao criticarmos a política educacional vigente pelas distorções decorrentes de seu atrelamento aos interesses dominantes, não será possível deixar de reconhecer seus **efeitos sobre a formação (deformação) dos professores**. (SAVIANI, 2011, p. 28, grifo nosso).

A questão trazida pelos alunos e a reflexão ilustrada por Saviani expõe como a formação ou “deformação” dos professores incide, diretamente, no seu trabalho escolar, e, por isso, é atravessada por uma política educacional pulverizadora de esforços e recursos para legitimarem um *modus operandi* de sistema sujeito ao modelo de produção e consumo capitalista, que reproduz “opressores”, por vezes, ignorantes da sua própria condição de vítima e que se perpetua na sua incompetência profissional induzida pela venda que têm dificuldades para tirar. Logo, mais do que falácias discursivas e pedagógicas doutrinárias do professor, é preciso compreender que elas se ligam a questões ideológicas que antecedem seu discurso e prática, pois são elas que o inspiram e se refletem no fazer pedagógico.

Dessa forma, ainda que o professor só tivesse a boa vontade ou boas condições de trabalho, ou mesmo a conjunção das duas, mas não tivesse a formação adequada e, tampouco, conjugada a uma perspectiva ideológica que implicasse num trabalho escolar empoderador e, o mais importante, emancipador, qualquer ensino, na melhor ou pior escola, não seria suficiente para se traduzir em algo significativo para os alunos – o *habitus*, que precede a liberdade para chegar à disposição permanente para a aprendizagem.

[...] é preciso entender que o automatismo é condição da liberdade e que não é possível ser criativo sem dominar determinados mecanismos. Isto ocorre com o aprendizado nos mais diferentes níveis e com o exercício de atividades também as mais diversas. [...] A liberdade só será atingida quando os atos forem dominados. E isto ocorre no momento em que os mecanismos forem fixados. Portanto, por paradoxal que pareça, é exatamente quando se atinge o nível em que os atos são praticados automaticamente que se ganha condições de se exercer, com liberdade, a atividade que compreende os referidos atos. Então, a atenção liberta-se, não sendo mais necessário tematizar cada ato. [...] E só se chega a esse ponto quando o processo de aprendizagem, enquanto tal, completou-se. Por isso, é possível afirmar que o aprendiz, no exercício daquela atividade que é o objeto de aprendizagem, nunca é livre. Quando ele for capaz de exercê-la livremente, nesse exato momento ele deixou de ser aprendiz.

Note-se que se libertar, aqui, não tem o sentido de se livrar, quer dizer, abandonar, deixar de lado os ditos aspectos mecânicos. A libertação só se dá porque tais aspectos foram apropriados, dominados e internalizados, passando, em

consequência, a operar no interior de nossa própria estrutura orgânica. Poder-se-ia dizer que o que ocorre, nesse caso, é uma superação no sentido dialético da palavra. Os aspectos mecânicos foram negados por incorporação e não por exclusão. Foram superados porque negados enquanto elementos externos e afirmados como elementos internos.

O processo descrito indica que **só se aprende, de fato, quando se adquire um *habitus*, isto é, uma disposição permanente, ou, dito de outra forma, quando o objeto de aprendizagem se converte numa espécie de segunda natureza**. E isso exige tempo e esforços por vezes ingentes. A expressão *segunda natureza* parece-me sugestiva justamente porque nós, que sabemos ler e escrever, tendemos a considerar esses atos como naturais. Nós os praticamos com tamanha naturalidade que sequer conseguimos nos imaginar desprovidos dessas características. Temos mesmo dificuldade em nos recordar do período em que éramos analfabetos. As coisas acontecem como se se tratasse de uma habilidade natural e espontânea. E no entanto trata-se de uma habilidade adquirida e, frise-se, não de modo espontâneo. A essa habilidade só se pode chegar por um processo deliberado e sistemático.

Adquirir um *habitus* significa criar uma situação irreversível. [...] é preciso ter insistência e persistência; faz-se mister repetir muitas vezes determinados atos até que eles se fixem. (SAVIANI, 2011, p. 17, 18 e 19, grifo nosso, grifo do autor).

O compromisso político com a educação escolar perpassa a responsabilidade com a promoção da liberdade no sujeito e sua transformação. O professor deve está em sala de aula auxiliando o aluno a adquirir *habitus* por meio da mobilização também das suas competências docentes, que devem ser indivisíveis; ou seja, a competência técnica é inerente à competência teórica, que, por sua vez, devem ser intrínsecas ao compromisso político, porquanto nenhuma das três, separadamente ou fragmentadas por conjunto, transformam o mundo, já que a educação interfere, diretamente, na escala do trabalho, não sendo, assim, desintencional e, tampouco, desintencional e opressora a sua regulação pela superestrutura.

No entanto, a realidade efetivada nas escolas públicas mostra que o sistema, vez ou outra, organiza brechas para fragmentar essas competências e enfraquecer o compromisso político. Como o caso de professores que lecionam disciplinas diferentes da sua formação.

Na escola-campo a carência de professores também é um problema de ensino. Isso solicitou que outros professores, com outras formações, tomassem frente de disciplinas diferentes da sua área para não deixarem alunos sem aulas, embora isso ensejasse consequências no trabalho educativo, ainda que se esforçassem. Como exemplo temos a oferta da Educação Física, cujos docentes mencionaram que os alunos têm muita expectativa quanto à disciplina, que passou três anos sem ser ministrada na escola por inexistência de professor específico da área e que a falta de cobertura na quadra dificulta as aulas práticas, que são ministradas, em grande parte, sob aulas teóricas por outro professor com formação na área de Inglês. Este docente afirma que procura alternativas para ministração das aulas práticas com conteúdos que não exijam condições diferentes das que a escola pode ofertar, como a quadra descoberta, além de tentar agendar horários em quadras cobertas do município

para compensar os horários de aulas da escola, que são prejudicados pelo sol quente. Mas, a procura é tamanha por outras instituições também que isso dificulta o agendamento.

*Fica difícil pra “mim” dar aulas de outra disciplina que não é a minha formação. O que acontece muito, não só aqui, como em outros municípios do interior. Mas, eu não posso deixar os alunos ficarem sem essa disciplina, que é um atrativo para eles, e que se fosse dada de forma mais prática seria ainda mais interessante. Por isso, me ofereci para ministrá-la. Eu até me esforço. Mas, sinto-me limitada e tenho que ficar buscando conteúdos que não me exijam muito teoricamente. A falta de espaço adequado também atrapalha, pois a quadra descoberta impede de levar esses meninos [alunos] para lá, tamanha 3h da tarde [15h], debaixo de um sol escaldante que faz aqui, em São Bernardo. Ai, muitas vezes, a gente espera o sol “baixar” e a aula acontece lá “pras” 5h [17h]. O que não dá tempo de fazer quase nada, pois está perto do horário deles saírem. Ai, acaba que ficamos mais nas aulas teóricas. Não é muito legal pra eles, eu sei, pois se tivesse como juntar teoria e prática seria muito melhor. Mas, as condições são limitadas, ainda mais pela minha formação. Outro dia, ministrei uma aula sobre alimentação. Eles trouxeram frutas, houve a explicação e, no final, fizemos uma salada. Eles até que gostaram. Quer dizer... Saímos um pouco daquela aula só com teoria, mesmo não sendo ainda a que eles gostariam de ter. (Professor E/escola-campo, informação verbal, 2016).*

As aulas de Educação Física ainda despontam como um atrativo e uma expectativa para os alunos em relação às escolas. Quando dosadas de modo prático mostram-se como uma forma de diversão e integração entre os alunos, que, ao tempo em que aprendem regras dos esportes e sociais passam a interagir mais com os colegas e isso quando orientado de forma construtiva para as relações sociais ajuda a superar e/ou romper com alguns preconceitos e bloqueios de convivência, estimulando o aluno no seu interesse pela disciplina e melhor aceitação e/ou adaptação com o convívio com outro e o diferente.

Acerca das competências e habilidades a serem estimuladas na Educação Física, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) afirmam ser imprescindível ao aluno, nas práticas das atividades corporais, compreender as diferenças individuais e, para isso, coloca como necessário: “Reconhecer na convivência e nas práticas pacíficas, maneiras eficazes de crescimento coletivo, dialogando, refletindo e adotando uma postura democrática sobre diferentes pontos de vista postos em debate.” (PCNEM, 2000, p. 45). E ainda: “Compreender as diferentes manifestações da cultura corporal, reconhecendo e valorizando as diferenças de desempenho, linguagem e expressão.” (PCNEM, loc. cit.).

Nesse caso, as aulas práticas aparecem como indispensáveis ao desenvolvimento das competências e habilidades requeridas, visto que tais aspectos, por se tratar de uma disciplina de mais movimento, são um pouco mais difíceis de serem notados somente no campo teórico, dado que é na realidade-concreta que as resistências ao “outro” são mais praticadas e percebidas. Além do mais, as aulas práticas se mostram esperadas pelos alunos por serem vistas como momento de movimento, relaxamento, interação e estreitamento social.

Por outro lado, em condições extremas, aulas de esportes ajudam crianças e jovens a conviverem com sua dura realidade através do entrosamento e engajamento coletivo, pois o desenvolvimento de atividades corpóreas e a participação em grupos sociais auxiliam a estimular, quando bem orientados, a autoconfiança e o desejo de perseverar e se articular mais em práticas que exijam postura dinâmica e solidária. E isso auxilia a desconstruir, quando existe, a figura apática adquirida pela condição de invisibilidade que a pobreza traz.

Reportando-nos aos livros didáticos foi verificado que tanto professores como alunos possuem o material, com exceção da Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), para a qual não foram disponibilizados. Quando indagado aos professores sobre o uso dos livros, afirmaram tê-los como maior referência em sala de aula e durante as aulas, que, muitas vezes, são expositivas sobre eles, investindo pouco em outros recursos para abordagem do conteúdo. No entanto, trabalham com alguns projetos durante o ano e, algumas vezes, com uma “aula diferente”, que foge do padrão tradicional de ensino. Para os alunos, o uso do material não é dinâmico e nem engajado pelos docentes, que se limitam ao seu uso superficial e rotineiro. Ao término do ano letivo somente os alunos devolvem os livros para escola.

*A escola vem investindo de 3 a 4 anos pra cá em projetos com a comunidade e professores mais frequentes [...]. Projetos que tentam juntar o teórico com a prática, como os que já fizemos sobre as “Drogas”, a “Copa”, que recebeu o nome de “Volta ao mundo”, “Nordeste e suas maravilhas”, que abordou as culturas [...]. Os alunos gostam bastante e se envolvem. Alguns projetos já foram até realizados na praça, envolvendo as turmas e a comunidade [...]. [...] a regional [como se referem à administração central da rede de ensino], também cobra a escola para que ela realize projetos [...]. (Professor F/escola-campo, informação verbal, 2016).*

Conforme os docentes, a realização dos projetos, a assiduidade dos professores, das aulas e das reuniões pedagógicas, além de uma gestão presente, do rendimento favorável dos alunos e da sua maior participação e aproveitamento no ENEM em relação ao Centro de Ensino Dr. Henrique Couto (ver tabelas e figuras a frente), que também se destaca pelo volume de alunos que atende no Ensino Médio no município, faz com que a escola-campo seja preferida pela comunidade para as matrículas dos jovens. “Os alunos que passam no ENEM são destacados na cidade, mesmo que seja ‘de boca’, pois a maioria das pessoas daqui se conhece [...]. Mesmo que seja pra estudar nessa UFMA daqui, pra ser professor, já é uma vantagem pra eles.” (Professor F/escola-campo, informação verbal, 2016).

Tabela 2 – Taxa de Rendimento Escolar do CE Deborah Correia Lima – Ano base 2014 e 2015.

	ANO BASE 2014			ANO BASE 2015
Taxa total de Aprovação no Ensino Médio 75.8%	1º Ano 70.5%	2º Ano 87.2%	3º Ano 79.6%	Taxa total de Aprovação no EM 88.00%
Taxa total de Reprovação no Ensino Médio 21.1%	26.1%	12%	14.3%	Taxa total de Reprovação no EM 5.40%
Taxa total de Abandono no Ensino Médio 3.1%	3.4%	0.8%	6.1%	Taxa total de Abandono no EM 6.60%

Fonte: Elaborada pela autora com dados do INEP – Ano base 2014 e 2015. (INEP, 2016c; 2016e).

Tabela 3 – Taxa de Rendimento Escolar do CE Dr. Henrique Couto – Ano base 2014 e 2015.

ANO BASE 2014				ANO BASE 2015	
Taxa total de Aprovação no Ensino Médio 68.5%	1º Ano 63.7%	2º Ano 67.3%	3º Ano 75.7%	Taxa total de Aprovação no EM 63.20%	
Taxa total de Reprovação no Ensino Médio 31.5%	36.3%	32.7%	24.3%	Taxa total de Reprovação no EM 36.80%	
Taxa total de Abandono no Ensino Médio 0%	0%	0%	0%	Taxa total de Abandono no EM 0.00%	

Fonte: Elaborada pela autora com dados do INEP – Ano base 2014 e 2015 (INEP, 2016c; 2016e).

Chama-nos a atenção a taxa de abandono escolar no Ensino Médio do CE Deborah Correia Lima, que cresceu de 3,1% (2014) para 6,60% (2015), enquanto o CE Dr. Henrique Couto manteve-se nulo. O esclarecimento foi que a quantidade de alunos que foram deixando de frequentar a escola ocorreu por mudança de moradia dos pais (que ao deixarem o município deixam de pedir a transferência dos filhos, mas já os matriculam em outras escolas no novo lugar de residência e só depois vêm atrás), gravidez e jovens que param os estudos para trabalhar. Alegam ainda, que a escola-campo tem dois anexos situados em povoados com risco de vulnerabilidade maior, como Coqueiro e Mamorana, porquanto o CE Henrique Couto só possui um anexo no Povoado Baixa Grande. (Rever Figura 3).

Figura 6 – Resultados do ENEM 2015 por Escola do CE Deborah Correia Lima.

The screenshot shows the INEP website interface. At the top, there is a navigation bar with the INEP logo and several menu items: 'Serviços', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below the navigation bar, the main heading reads 'Enem 2015 por Escola'. A dropdown menu is open, showing 'Dados da escola: CE DEBORAH CORREIA LIMA'. Underneath, there is a section titled 'Participação no Enem 2015 por Escola e indicadores contextuais' with the following data:

Nº de alunos do Censo considerados no Enem por Escola:	133	Nº de participantes no Enem 2015:	72
Nº de participantes com deficiência:	0	Taxa de Participação:	54,14%
Indicador de Nível Socioeconômico:	6	Indicador de Formação Docente:	50,00%
Indicador de Permanência na Escola (Ensino Médio):	76,39%	Taxa de Aprovação no Ensino Médio:	88,00%
Taxa de Abandono no Ensino Médio:	6,60%	Taxa de Reprovação no Ensino Médio:	5,40%

At the bottom of the page, there is a footer with the text: '© MEC - Ministério da Educação | INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira' and 'Versão 2.1.11'.

Fonte: INEP, 2016c.

Figura 7 – Resultados do ENEM 2015 por Escola do CE Dr. Henrique Coutinho.

www.inep.gov.br/enem/enemporescola/?#/proficiencia/35474696353/21136289

BRASIL Serviços Participe Acesso à Informação Legislação Canais

**Enem 2015 por Escola** Nota Técnica

▼ Dados da escola: CE DR HENRIQUE COUTO

▲ Participação no Enem 2015 por Escola e indicadores contextuais

Nº de alunos do Censo considerados no Enem por Escola:	Nº de participantes no Enem 2015:
143	62
Nº de participantes com deficiência:	Taxa de Participação:
1	43,36%
Indicador de Nível Socioeconômico:	Indicador de Formação Docente:
6	55,60%
Indicador de Permanência na Escola (Ensino Médio):	Taxa de Aprovação no Ensino Médio:
80,65%	63,20%
Taxa de Abandono no Ensino Médio:	Taxa de Reprovação no Ensino Médio:
0,00%	36,80%

▲ Resultados no Enem 2015 por Escola

Esta escola não possui resultados do Enem 2015 por Escola divulgados. Certifique-se de que foram cumpridos, concomitantemente, os dois critérios de divulgação estabelecidos na Portaria INEP Nº 267, de 19 de junho de 2015, quais sejam:

- possuir pelo menos 10 (dez) alunos participantes do Enem 2015;
- possuir pelo menos 50% de alunos participantes do Enem 2015, de acordo com os dados do Censo Escolar 2014.

Para informações adicionais, consulte Nota Técnica do Enem 2015 por Escola disponibilizada no site do Inep.

Nova consulta Imprimir

© MEC - Ministério da Educação | INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Versão 2.1.11

Fonte: INEP, 2016c.

Os dados do INEP sobre a taxa de aprovação escolar no Ensino Médio do CE Deborah Correia Lima, tanto em 2014 como em 2015, mostram que a escola obteve percentual superior ao CE Dr. Henrique Couto, que, por sua vez, não apresentou resultados do ENEM 2015 por Escola, e cujos alunos permanecem mais na instituição, mais têm maior reprovação, além dela apresentar maior indicador de formação docente.

A lista dos Resultados do ENEM 2015 por Escola divulga, dentre outros dados, a média das escolas em relação às provas objetivas (Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Humanas, e Matemática) e de Redação, além do indicador de nível socioeconômico dos alunos, que, a propósito, consta como seis tanto para o CE Deborah Correia Lima como para o CE Dr. Henrique Couto, cujos seus resultados não foram divulgados por que a instituição não conseguiu atender aos critérios para publicação.

Art. 4º Os resultados do Enem 2015 por Escola serão divulgados para todas as escolas que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:  
I - Possuam pelo menos 10 participantes no Enem 2015; e  
II- Tenham atingido pelo menos 50% de taxa de participação. (INEP, 2016f, p. 53).

Essa representação valida a predileção da comunidade pela escola-campo, como citado pelos professores, mas, igualmente, pelos pais, que falaram não terem motivos para reclamarem dela, classificando-a, inclusive, como “boa”, e preferindo-a para matrícula de outros filhos em 2017, mesmo que a concorrência seja ampla, já que só existe ela e o CE Dr. Henrique Couto com oferta desse nível de ensino na sede do município.

Acerca do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) das duas escolas, posto como “seis” pela avaliação do INEP (Resultados do ENEM 2015 por Escola), a nota “[...] apresenta o intervalo e a descrição dos níveis da escala do Inse referente aos estudantes, a fim de **possibilitar uma visão geral do padrão de vida** dos alunos situados **em cada nível da escala.**” (INEP, 2016d, p. 3, grifo nosso). Contudo, tal visão, acompanhada das descrições dos níveis socioeconômicos estabelecidos em nota técnica do INEP, dispõe uma realidade que excede a realidade que se ver em São Bernardo/MA e se observa dos alunos da escola-campo. Nota-se, então, uma incongruência que pouco ajuda numa realidade já tão fragilizada, ainda mais quando se diz: “Dessa maneira, o Inse se apresenta como um **indicador consistente para contextualizar o desempenho** das escolas **nas avaliações e exames** realizados pelo **Inep, ao caracterizar, de modo geral, o padrão de vida de seu público, referente à sua respectiva posição na hierarquia social.**” (INEP, 2016d, p. 6, grifo nosso). Vejamos o nível “seis”:

**Nível VI (70;80):** Neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares como três quartos e três banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à *internet*; bens suplementares, como freezer, telefones fixos, uma TV por assinatura, um aspirador de pó e, agora, dois carros; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar está acima de 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação. (Ibid., p. 3-4, grifo do autor).

Nesse nível o próprio INSE de classificação é considerado “Muito Alto” pelo INEP, que diz: “De modo geral, as escolas que estão no Grupo “Muito Baixo” possuem mais alunos situados nos níveis mais baixos da escala (Níveis I e II) e as que estão no Grupo “Muito Alto”, a concentração deles está nos níveis mais altos (Níveis V e VI).” (Ibid., p. 5). Logo, o que problematizamos é a natureza dos resultados abstratos das escolas e, sobretudo, da escola-campo, que se deslocam para fora de um contexto real, onde a hierarquia que se conhece é a do opressor e a posição que se ocupa é a do oprimido, numa classe de pobres cujo “indicador consistente para contextualizar” desconsidera, sutilmente, a pobreza ao avaliar o rendimento dos alunos da forma ilusória como feita, validando que os exames do INEP pouco ou nada avaliam, mas examinam o que os alunos sabem ou não, pontualmente. Assim, esse “ao caracterizar, de modo geral, o padrão de vida” nada mais é do que a redundância do geral ao desprezar a realidade dos sujeitos sobre a qual opera toda a sorte de marginalização.

Como resultado, o comportamento do indicador socioeconômico do INEP parece ignorar ou fazer ilusória atenção ao fosso da desigualdade através das avaliações nacionais.

Logo, compreende-se que para entender a especificidade de uma lógica é preciso apreender a especificidade do objeto atingido, que, por sua vez, terá um modo próprio de se relacionar com ela, podendo ainda produzir outras lógicas numa relação dialética. Desse modo, dado ao recorte das particularidades da escola-campo, projetadas nesta subdivisão, seguimos para o último item deste estudo para enfatizar a relação entre frequência e competência escolar dos alunos atingidos e não atingidos pelo Programa Bolsa Família em São Bernardo/MA, mas, igualmente, pobres, e os possíveis aspectos influenciadores nessa relação, e discutir as materiais repercussões do programa na educação escolar para, então, responder o aspecto central e problematizador do nosso objeto de estudo.

#### **4.2 Frequência x competência de aprendizagem: uma análise das repercussões do Bolsa Família na aprendizagem dos alunos atingidos pelo programa em São Bernardo/MA**

A discussão sobre o rendimento escolar dos alunos atingidos pelo Programa Bolsa Família, em termos de frequência versus aprendizagem, solicitou ponderar categorias implexas, como pobreza e educação, e outras trabalhadas no decorrer do texto, devido às relações entre elas e o concreto-real de São Bernardo/MA e da escola-campo. Isto se fez relevante também para situarmos a complexidade das variáveis e estabelecermos suas conexões com o objeto de estudo que operamos no campo, para que se torne compreensível a abordagem que damos a ele a partir dos resultados expostos.

Nesse sentido, vale lembrar que a realidade que trabalhamos como ponto de partida é a apresentada por Weber (2007) e que mostra que, segundo pesquisas divulgadas pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, alunos, igualmente, pobres e que recebem a mesma instrução, mas se diferenciam por não receberem o benefício do Bolsa Família, apresentam rendimento escolar acima dos atingidos pelo programa.

Os resultados da 2ª Rodada da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF II), divulgados em agosto de 2010, também evidenciam o efeito positivo da participação no PBF na área de educação. De acordo com essa pesquisa, as crianças e adolescentes (de 6 a 17 anos) do Bolsa Família têm uma taxa de matrícula 4,4 pontos percentuais (p.p.) maior que as não beneficiárias de igual perfil socioeconômico. Esse efeito é maior na região Nordeste. A pesquisa mostra ainda que as crianças e adolescentes do Bolsa Família têm taxa de progressão escolar 6,0 p.p. maior do que as não beneficiárias. (CASTRO; MODESTO, 2010, p. 66).

Assim como Castro e Modesto (2010) acentuam que, no ano de 2010, houve um aumento na progressão escolar dos alunos atingidos pelo Bolsa Família, Campello e Neri (2013) ratificam, mostrando que no Ensino Médio essa situação se manteve, apesar de no Ensino Fundamental ter prevalecido a taxa de aprovação de alunos não atingidos.

Figura 8 – Comparação das taxas de abandono escolar entre os alunos do PBF e demais alunos do ensino médio da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). (Em %).

	Ensino médio			
	Taxa de abandono		Taxa de aprovação	
	Alunos do PBF	Demais alunos	Alunos do PBF	Demais alunos
<b>Brasil</b>	<b>7,4</b>	<b>11,3</b>	<b>79,7</b>	<b>75,5</b>
Norte	8,7	17,1	79,8	71,1
Nordeste	7,7	17,5	82,6	72,0
Sudeste	6,3	7,5	78,4	78,5
Sul	8,4	9,0	73,2	76,9
Centro-Oeste	7,9	11,4	75,0	72,8

Fonte: Campello; Neri, 2013, p. 120, grifo do autor.

Figura 9 – Comparação das taxas de aprovação escolar entre os alunos do PBF e demais alunos no ensino fundamental da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). (Em %).

	Taxa de aprovação			
	Ensino fundamental – anos iniciais		Ensino fundamental – anos finais	
	Alunos do PBF	Demais alunos	Alunos do PBF	Demais alunos
<b>Brasil</b>	<b>88,7</b>	<b>95,8</b>	<b>80,8</b>	<b>83,8</b>
Norte	86,3	92,0	81,1	79,2
Nordeste	86,4	91,4	77,7	74,5
Sudeste	92,6	97,8	85,3	88,6
Sul	90,5	98,4	76,9	84,3
Centro-Oeste	90,8	95,7	84,3	85,2

Fonte: Campello; Neri, 2013, p. 119, grifo do autor.

De acordo com a Figura 10 procuramos saber qual realidade se estabelece em São Bernardo/MA a partir das análises das amostras das frequências e notas dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio (2016) da escola-campo, atingidos e não atingidos pelo PBF, e inseridos na mesma classe econômica, para discutir que fatores influem, como se expressam e se estabelecem para que ela ocorra, considerando ainda se as notas resultam de uma aprendizagem significativa e não arbitrária, e quais as reflexões provenientes desse contexto.

*A aprendizagem significativa* processa-se quando o material novo, idéias e informações que apresentam uma estrutura lógica, interage com conceitos relevantes e inclusivos, claros e disponíveis na estrutura cognitiva, sendo por eles assimilados,

contribuindo para a sua diferenciação, elaboração e estabilidade. Essa interação constitui, segundo Ausubel [...], uma *experiência consciente*, claramente articulada e precisamente diferenciada, que emerge quando *sinais, símbolos, conceitos e proposições potencialmente significativos* são relacionados à estrutura cognitiva e nela incorporados. (MOREIRA; MASINI, 1982, p. 4, grifo do autor).

As inquietações são categóricas, uma vez que partimos da ideia de que apenas estar na escola, mas sem o acesso a processos de ensino qualificadores, que possam se revelar em aprendizagens significativas, não promoverá o desenvolvimento de competências que ajudarão os sujeitos a terem maior autonomia sobre suas vidas. Entretanto, estar fora dela, certamente, é bem pior. Assim, se a escola que conhecemos, hoje, não é atrativa e, tampouco, estimuladora de aprendizagens efetivas, o que faz, então, com que possa ter uma diferença de rendimento entre alunos pobres com e sem o acesso ao Bolsa Família? Ou seja, quais e como os determinantes contextuais repercutem sobre o rendimento projetado? E se não existem, quais os motivos? Que diferenças tênues são manifestadas para que não ocorram?

Abaixo, as tabelas expõem dados indicativos sobre frequências (faltas) e notas dos alunos qualificados na escola-campo, atingidos e não atingidos pelo PBF em São Bernardo.

Tabela 4 – Comparação entre faltas e **maior média** das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, *atingidos e não* pelo PBF – **2º Ano (2015)**.

Atingidos pelo PBF			Não atingidos pelo PBF		
Aluno(a)	2º Ano em 2015		Aluno(a)	2º Ano em 2015	
	Faltas	Maior Média		Faltas	Maior Média
Rita de Kássia dos S.	31 F	8,41	Mª Antônia S. Santos	66 F	8,33
Andressa dos S. Costa	29 F	8,45	Neuma A. Castro	42 F	8,20
Leonarda Lima F.	19 F	8,62	Andressa S. Gomes	21 F	8,37
Francisca Mª S. Santos	17 F	8,33	Jovana Teixeira da S.	20 F	8,50
Wallida da C. Lopes	9 F	8,45	Marlon P. Costa	14 F	8,66
Denise Rana O. Silva	7 F	8,41	Gustavo de B. Sousa	8 F	8,54
Dirley Elen Silva	7 F	8,62	Joel de Sousa Silva	2 F	8,75
<b>Média =</b>	<b>17 F</b>	<b>8,47</b>	<b>Média =</b>	<b>24,71 F</b>	<b>8,47</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Tabela 5 – Comparação entre faltas e **menor média** das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, *atingidos e não* pelo PBF – **2º Ano (2015)**.

Atingidos pelo PBF			Não atingidos pelo PBF		
Aluno(a)	2º Ano em 2015		Aluno(a)	2º Ano em 2015	
	Faltas	Menor Média		Faltas	Menor Média
Felipe F. dos Santos	168 F	7,58	Mikael S. Sousa	96 F	7,70
Ana C. de O. Brito	121 F	7,50	Franciele Mª O. Cunha	52 F	8,04
Milena S. Monteiro	68 F	7,33	Gislene F. da Silva	48 F	8,20
Josué de A. Cosmo	57 F	7,45	Nayra K. Sousa	42 F	7,83
Rodrigo F. Amorim	28 F	7,62	Soraia da C. Silva	9 F	7,79
Lucas S. Silva	24 F	7,25	Edicarla S. Sousa	8 F	7,95
Messias da S. Pimentel	15 F	7,54	Sabrina C. da Silva	7 F	7,95
<b>Média =</b>	<b>68,71 F</b>	<b>7,46</b>	<b>Média =</b>	<b>37,42</b>	<b>7,92</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Tabela 6 – Comparação entre faltas e **maior média** das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, *atingidos* e *não* pelo PBF – **3<sup>a</sup> Ano (2016)**.

Atingidos pelo PBF			Não atingidos pelo PBF		
Aluno(a)	3 <sup>o</sup> Ano em 2016		Aluno(a)	3 <sup>o</sup> Ano em 2016	
	Faltas	Maior Média		Faltas	Maior Média
Andressa dos S. Costa	15 F	8,31	Neuma A. Castro	43 F	7,81
Gisele da Silva	12 F	8,31	Gustavo de B. Sousa	15 F	8,10
Dirley Elen Silva	8 F	8,44	Gislene F. da Silva	12 F	7,68
Raquel S. Santos	8 F	8,13	Andressa S. Gomes	11 F	8,32
Ana C. Silva P.	6 F	8,18	Marlon P. Costa	8 F	8,89
Denise R. O. Silva	5 F	8,11	Joel de Sousa Silva	2 F	8,62
Wallida da C. Lopes	0 F	8,18	Soraia da C. Silva	2 F	7,92
<b>Média =</b>	<b>7,71 F</b>	<b>8,23</b>	<b>Média =</b>	<b>13,28 F</b>	<b>8,19</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Tabela 7 – Comparação entre faltas e **menor média** das notas obtidas pelos alunos da escola-campo, *atingidos* e *não* pelo PBF – **3<sup>a</sup> Ano (2016)**.

Atingidos pelo PBF			Não atingidos pelo PBF		
Aluno(a)	3 <sup>o</sup> Ano em 2016		Aluno(a)	3 <sup>o</sup> Ano em 2016	
	Faltas	Menor Média		Faltas	Menor Média
Rodrigo S. Pimentel	29 F	7,13	Jovana T. da Silva**	42 F	6,76
Rosely da S. Pimentel	23 F	7,33	Sabrina C. da Silva	20 F	7,26
Josué de A. Cosmo	19 F	7,05	Mikael S. Sousa*	-	-
Lucas S. Silva	18 F	7,13	Franciele M <sup>o</sup> O.Cunha*	-	-
Vinícius dos S. Lima	12 F	6,98	Nayra K. Sousa*	-	-
Ana C. de O. Brito	12 F	6,83	Edicarla S. Sousa*	-	-
Elisangela Rocha	9 F	7,20	M <sup>a</sup> Antônia S. Santos*	-	-
<b>Média =</b>	<b>17,42 F</b>	<b>7,09</b>	<b>Média =</b>	<b>31 F</b>	<b>7,01</b>

\*Alunos(as) transferidos(as). \*\*Ausência de notas que não foram atribuídas no sistema pelos docentes.

Fonte: Elaborada pela autora 2016.

A realidade evidenciada por meio dos resultados das Tabelas 4, 5, 6 e 7 materializa que o que se estabelece, hoje, em São Bernardo/MA e a partir da escola-campo que analisamos, é que, com relação à média alta das notas, os alunos do Bolsa Família faltam menos e têm igual ou maior média das notas do que os alunos não atingidos, que faltam mais. Por sua vez, com relação à média baixa (Tabelas 5 e 7), tanto os alunos atingidos como os não atingidos pelas transferências quanto mais faltam menor média das notas apresentam, pois ambos exibem média de faltas alta e baixa pontuação na nota. No entanto, neste seguimento, a diferença nas notas é muito pouca se observado o quantitativo de faltas entre os grupos. Assim, de modo geral, analisando a maior e menor média das notas, vemos que a desproporção das notas é baixa entre os alunos atingidos e não atingidos se considerarmos as infrequências entre os grupos compreendidos. O que nos leva a validar que as notas se devem mais ao fato do aluno está na escola, de ter frequência, de ser submetido a processos de ensino e conseguir correspondê-los, tal como for, do que, efetivamente, devido ao programa; isto é, aluno na escola, consecutivamente, apresentará maior rendimento.

Porém, sabido que as condições de pobreza variam entre sujeitos, espaços e lugares, bem como o modo como lhes impactam, notamos que os alunos atingidos pelo PBF se defrontam com mais dificuldades para estarem na escola devido às condições de pobreza absoluta que lhes afetam e que terminam por advir na pobreza relativa e subjetiva, como um efeito dominó, provocando-lhes desestímulos e percepções de incapacidades. Assim sendo, agindo paliativamente e minimamente sobre a pobreza absoluta, o Bolsa Família se faz necessário porque, através das condicionalidades vinculadas à educação formal, compele para que crianças e jovens penalizados pelo contexto estrutural da pobreza estejam, ao menos, na escola, abrandando o sulco da exclusão, mesmo que falhe, severamente, na não discussão de que escola e ensino está sendo ofertado aos sujeitos atingidos por ele e que, enquanto programa social, contribui somente ao acesso, sendo esta a natureza da materialidade da sua intervenção na educação escolar, que vincula ações a área como medidas para colaborar na superação da pobreza e extrema pobreza. Mas, ações focais e pouco ou nada emancipatórias.

Assim posto, os resultados das tabelas nos mobilizaram a analisar, entender e interpretar as circunstâncias em que se deram; ou seja, o contexto e os determinantes que influenciaram para que ocorressem, discutindo os porquês a partir dessa relação.

Primeiramente, acentuamos as questões intrínsecas ao “chão” da escola, já que situamos o contexto da escola pública, hoje, como algo que não provoca o interesse dos alunos, mas que manifesta, interiormente, os interesses do capital, que terminam por rejeitar e/ou desprestigiar a necessidade dos sujeitos de se reconhecerem, se estabelecerem e se apropriarem dela a partir do sentimento de pertença consciente do corte de classe.

[...] os interesses do capital não aparecerão nunca como interesses e intenções subjetivamente explicitados do capitalista, da classe dominante ou de seus supostos sequazes: os diretores, os professores, os especialistas. Ao contrário, é no seu aparecer *estritamente técnico* que tais interesses desempenharão sua finalidade *realmente política*. É na função *objetivamente política* de excluir as crianças pobres da escola que as *limitações técnicas* do currículo inadequado, dos programas mal dosados e sequenciados, das exigências arbitrárias de avaliação, do despreparo do professor, precisam ser captadas, se quisermos ver a escola brasileira hoje tal qual é, e tal qual parece ser. E é nessa contradição entre seu ser e seu aparecer que havemos de captar também o movimento do seu vir a ser, pois essa é a sua crise atual [...]. (MELLO<sup>53</sup>, 1982 apud SAVIANI, 2011, p. 27, grifo do autor).

Essa é a realidade que se configura na medida em que os sujeitos escolares, incluso, prioritariamente, os alunos, não validam o ensino-aprendizagem como algo substancial para a autonomia, alicerçado na emancipação crítica. Importa que reflitam que a educação escolar, sozinha, nos moldes que se apresenta e desvinculada de uma consciência

---

<sup>53</sup> Ver texto de MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º grau**: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1982.

política, não configura ferramenta capaz de superar as contradições que o capitalismo, através dos efeitos da desigualdade e pobreza, violenta os oprimidos. Deve haver reflexão e prática. Logo, os caminhos para se pensar na luta pela superação da pobreza passam por uma qualidade na educação que deve ir além do discurso, da boa vontade e da fragmentação das competências, para efetivar na prática uma educação que emancipa e não, somente, que forma, que liberta e não, facilmente, que coopera para o aprisionamento num modelo padrão e pré-estabelecido de pensar e agir, socialmente, pela natureza do consumo, do fetiche, da alienação, do estranhamento e do mérito individual, dissimulados na atual efetivação da educação pública, nas suas avaliações nacionais e, portanto, na sua política educacional.

*[...] a reflexão que a gente tem é sempre que temos que estudar pra ser alguém. Que se não estudamos não vamos encontrar trabalho, porque trabalho “tá” difícil, até pra eles [professores] que já têm estudo. Que temos que querer mais do que isso aqui [São Bernardo] pode nos oferecer... Mas, e se eu quiser isso, aqui? Não do jeito que “tá”, porque aqui, não tem nada pra me oferecer. Mas, por que eu não posso querer ficar aqui, na minha terra, e querer que as coisas mudem? A gente quase não ver isso na “cara” das pessoas [...], elas não ouvem a gente, não levam a gente a sério. A gente brinca, ri, leva as coisas na palhaçada, muitas vezes, mas a gente ver, pensa e tem medo [...]. Sobre rico e pobre só se fala que a gente tem que estudar pra ser que nem eles [ricos ou pessoas com condições financeiras]. [...] o ensino parece que é pra ser rico. Pra chegar num lugar que a gente não consegue... Olha pra isso, aqui! [escola e cidade]. É sonho e realidade ao mesmo tempo [...]. Eu, pelo menos, não quero nem ser rico assim [...]. Mas, seria bom ter mais do que tenho, agora. (Aluno C, atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).*

Nessa contextura, os alunos do Bolsa Família de São Bernardo e os que não são atingidos por ele afirmam não se sentirem preparados para enfrentarem as demandas depois da escola, como a disputa por trabalho, curso superior, e nem habilitados para se mobilizarem por algo na cidade, porque acreditam que a escola não estimula o diálogo sobre questões inerentes ao contexto político e socioeconômico do município. Alegam que quando os estagiários ou projetos da UFMA chegam à escola eles se atêm a trabalharem assuntos da rotina. Mas, discussões mais amplas, embora pareça não se importarem, a “UFMA” não traz.

As avaliações nacionais também são outro problema, especialmente o ENEM, porque sabem que têm muita deficiência de aprendizagem e vão enfrentar dificuldades nas provas, embora alguns se esforcem mais (tanto os atingidos como os não, pelas transferências), ainda que restritos pelo contexto em que estão – acesso a livros mais interativos, computadores, internet, cursinhos preparatórios (fatores limitados no município e pela condição familiar), estrutura pedagógica da escola e motivação por parte da família, dos grupos de colegas e do arranjo socioespacial da cidade. Enfatizam que apesar dos professores tentarem se esforçar ainda deixam muito a esperar deles, tanto em metodologias e outras atividades paralelas que possam ajudar a se envolverem mais com as matérias quanto,

substancialmente, no conteúdo em sala de aula, que transmitem a ideia de serem “decorados”, pois se limitam a expor somente o que os livros didáticos contemplam.

*Muitos aí [professores], “parece reproduzir” o que “tá” nos livros, pois só repetem o que tem lá. Aí, tem “vez” que a gente pensa que só sabem aquilo. Eles não têm outro jeito de explicar, de passar o conteúdo... E quando pedimos, falam pra gente pesquisar. Mas, a gente vai pesquisar onde? Aqui, no município, até a internet do celular é ruim. Eu não tenho internet em casa, os livros são tudo a mesma coisa, o Laboratório de Informática não é aberto, eu não tenho quem me explique em casa e, muitas vezes, é difícil achar colega que saiba mais, sem falar que já teve vez que ficamos sem sinal de celular na cidade por quase três dias. Aí, acaba que deixamos pra lá [a pesquisa] e passa. O professor cobra, mas vê que não tem jeito [...].* (Aluno A, atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).

São enfáticos ao dizerem que não têm ânimo de irem à escola, exceto pelas amizades e envolvimento com os projetos. Porém, asseguram que o problema não é o estudo. São partes que se intercalam e só conseguem dizer que se inicia no município, no “[...] *desânimo que dá tanta pobreza e falta de perspectiva das pessoas e, principalmente, da gente [alunos] que não sabe o que vai fazer depois da escola. Parece que a gente fica com medo, porque vem a cobrança do trabalho. Mas, não tem trabalho aqui. E aí, dá mais medo ainda [...].*” (Aluno B, não atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016). Esses alunos demonstram saber que é importante os estudos, a escolarização e finalizarem a educação básica, até mesmo para o trabalho, mas relacionam o interesse ou desinteresse pela escola à perspectiva sobre a cidade, o que consideram fator crucial para que sejam passivos, mantendo apenas a preocupação com a reprovação, tanto em relação às notas quanto a frequência.

*O ensino que a gente tem é muito fraco e só com ele não dá pra se sentir capaz de responder o ENEM ou uma prova dessas [avaliações da ANEB], ou “fazer” outro vestibular que não use a nota do ENEM. Não sei nem se dá pra arrumar emprego. Eu não me sinto capaz, porque não sinto que eu consigo responder. Só se a gente fosse pra um cursinho desses “bom” e passasse um tempão, lá. Mesmo assim, aqui, em São Bernardo, não tem e se tivesse e fosse caro, pelo menos lá em casa, a gente não ia ter dinheiro pra pagar. Esse ensino que a gente tem só dá pra passar aqui, mesmo [escola-campo] e, pelo menos, ter um diploma. Ao menos isso!* (Aluno J, atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).

*Por mais que minha família se esforce pra me dar o que preciso pra estudar [livros, computador, internet, material para projetos...], mesmo a gente sendo pobre, porque eu vejo o esforço que fazem com o que ganham [benefício rural dos avós], eu olho pra tudo isso aqui [escola e cidade] e vejo pouco futuro. O ensino até que é bom, mas não pra eu me sentir seguro pra tentar um vestibular. Mas, a gente sonha, a gente tenta... Não sabe é se alcança na condição que a gente tem [...].* (Aluno D, não atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).

Relacionando o ensino ao compromisso dos professores com a escola, uma frase sobressai à percepção geral que ficou a partir da tessitura das declarações deles e dos alunos: “[...] *eles [os professores] não se envolvem com a escola. Não se doam. Querem cumprir a carga horária e acabou!*” (Professor Z/escola-campo, informação verbal, 2016).

Reavendo nosso ponto de vista, Paolo Nosella, citado por Saviani (2011), ao se posicionar acerca de uma nova visão da “incompetência pedagógica”, explicita a necessidade de subordinar a competência técnica ao compromisso político, determinado por um horizonte político que sugere a rescisão com essa “velha” competência técnica, germinada na ideia de um compromisso político conservador, e a organização de uma nova, compromissada e engajada, politicamente, com as forças emergentes, compostas pelas massas trabalhadoras.

A partir das premissas antes estabelecidas, Paolo sugere uma nova interpretação da “incompetência pedagógica”; esta pode ser:

- a) expressão coletiva de resistência;
- b) manifestação de esgotamento da força hegemônica da classe dominante;
- c) resultado de um processo de repressão e esvaziamento cultural.

.....  
E, por fim, [Nosella] sugere uma nova interpretação da “vontade que o professor manifesta em querer fazer algo na escola” (Nosella, 1983). Esta vontade, enquanto bom senso enucleado no senso comum dos professores, não poderia ser iluminada pelo apelo à competência técnica, o que foi sempre o “refrão dos discursos governistas” (idem, p. 97). Trata-se, antes, de uma vontade política que implicaria, de um lado, o aprofundamento e a socialização da crítica à competência pedagógica decorrente de concepções anacrônicas e elitistas e, de outro, a tentativa de elaborar, no interior da organização político-coletiva dos professores, novas técnicas e metodologias de ensino. (SAVIANI, 2011, p. 38 e 39).

Isso nos chama a refletir que, além das maçantes horas de trabalho do professor, que os debilitam de aprofundarem as teorias e metodologias que devem anteceder suas práticas em salas de aulas, a ausência do compromisso político com a classe trabalhadora e, logo, com a escola pública, que, muitas vezes, já vem expropriado dos cursos de (de)formação, aperfeiçoa e reproduz ideias que se manifestam em práticas que recusam ou ignoram o envolvimento com a escola, sob a eloquência de discursos e ações compreendidas pela “incompetência pedagógica”. Nesse sentido, qualquer expressão de “bom senso” do professor na escola deve ser trabalhada pela crítica a primazia do saber-fazer (exaltada pelos conservadores) em conjunto com inovações técnico-metodológicas do ensino que solicitem o desenvolvimento dessa “vontade política” despontada pelo “bom senso”.

Por outro lado, o esvaziamento do ensino, empreendido de forma limítrofe e atrofiado, e que culmina em aulas esfaceladas, perpassa pelo desgaste e exigência da superação técnica imposta aos professores, juntamente com a ausência do compromisso político. Nos cursos de “estrangulamento” do professor, que terminam por os habilitarem em técnicas desprendidas de sentido político, é exigida a formação de competências, por vezes, desatadas da historicização e crítica do embate entre as classes sociais, e como isso ocorre no “chão” da escola real. Então, que competências seriam essas que formam no plano ideal, sendo que a escola pública é atravessa pelo conflito real de classes?

Isso provoca referir a competência às distintas compreensões de cultura, distinguindo entre “cultura enciclopédico-burguesa” e “cultura histórico-proletária”, pois em cada uma há uma ideia de competência própria, que apesar de se relacionarem dialeticamente a segunda constitui um momento superior que aciona, sob um novo enfoque, os feitos das culturas passadas. (SAVIANI, 2011). Logo, tanto a ausência das duas culturas como a falta ou insuficiência de uma provoca o iludível domínio das competências para a docência escolar. Quanto aos alunos, estes são sempre os mais prejudicados, pois concluem a escola, na maioria das vezes, sem ambos os domínios e, tampouco, o primeiro, que é a vertente da escola atual. E assim, nem sua proposta clássica a escola consegue atingir: “Ora, clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir.” (Ibid., p. 17).

*Por mais que a gente saiba que o ensino aqui é fraco, em relação à cidade [capital], a gente ainda enfrenta constrangimentos pelo nível de conhecimento, porque parece que as pessoas daqui, sabem menos ou parece que já é de se esperar isso. A gente chega nos lugares e as pessoas se espantam, às vezes, com o que a gente sabe. Olham e, às vezes, chegam a dizer: olha, ele sabe! E vem lá, do interior! Falam com aquela “cara” que diz: vem lá, de onde não tem nada, com aquelas escolas ruins e com tudo ruim! Isso dá um sentimento ruim, que não sei explicar. As pessoas que estão no interior sonham mais do que as que estão na cidade [capital]. Mas, a gente sonha um sonho que a cidade [São Bernardo] não pode oferecer [...]. (Aluno E, atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016).*

Sobre o arranjo social e político-econômico da cidade, com efeitos sobre a educação escolar no município, averiguamos como ele é representado nas percepções dos interlocutores e como pode funcionar como variável em relação à escola e ao ensino-aprendizagem dos alunos, que estão na iminência da cooptação pelo mercado de trabalho.

Do ponto de vista dos professores, eles atribuem a falta de perspectiva sobre o lugar como consequência da valorização do mérito, pois, segundo eles, a educação não é preocupação do poder público municipal, mas, tão somente, o acesso às escolas.

*O aluno dá volta na cidade e não vê nada de perspectiva em que a educação vá ajudá-lo. E, por isso, às vezes, acaba dizendo que vai embora, porque em São Bernardo não tem nada pra trabalhar. Ele diz que não quer depender dos pais e o que ganhar serve. E que vai tentar conciliar trabalho e estudo. Mas, a gente sabe que acaba não dando, porque o estudo não é prioridade ou, pelo menos, não vai conseguir ser [...]. (Professor F/escola-campo, informação verbal, 2016).*

Para os professores, as famílias que têm maior poder aquisitivo enviam e mantêm seus filhos estudando em outros lugares, como Teresina, São Luís, Parnaíba, mesmo já sendo no Ensino Médio, na expectativa de que, com um ensino melhor, eles tenham mais chances de passarem no vestibular. As que não têm vivem a realidade da educação do município, cujo índice de aprovação em 2014 e 2015 baixou, segundo eles, tendo que haver intervenção pedagógica para saber e agir nos motivos da baixa frequência e rendimento. Também informam que ambas as famílias, sobretudo as mais pobres, incentivam os filhos a realizarem

o ENEM para estudarem na UFMA do município, mesmo que os cursos oferecidos por ela não sejam tão atrativos por serem somente de licenciaturas<sup>54</sup>, o que gera pouca valorização, pois a expectativa de trabalho na cidade e regiões vizinhas é baixa por ser insignificante a parcela de escolas privadas, restando os concursos ou os contratos, que dependeriam da gestão e dos acordos políticos, além dos salários serem baixos e a profissão desvalorizada.

*Ninguém quer ser professor aqui, porque o município não investe em concurso. Até como estratégia de barganha eleitoral, porque se “troca voto por emprego”; ou seja, uma casa em que tem um pai de família contratado como professor rende quantos votos dependerem dele pra se alimentar. Também há uma desvalorização profissional iniciada pela própria administração e que se estende aos demais, pois o professor é ridicularizado pelo que passa na escola e por como é tratado pela prefeitura, em termos de salários e condições de trabalho ou sem condições. Então, se alguém quiser ser professor, em lugares como este, na maioria das vezes, vai ser pelo salário, porque ruim ou não, é melhor do que nada. E a pessoa ainda fica no lugar em que mora.* (Professor M/escola-campo, informação verbal, 2016).

Não obstante, enfatizam que as famílias que não conseguem enviar seus filhos para estudarem fora ou tê-los aprovados na UFMA de São Bernardo, após o Ensino Médio, ficam sustentando-os para tentarem ingressar num curso superior, de preferência no município ou próximo dele, mas também cobram a sua inserção em algum trabalho para ajudar a família, seja na lavoura familiar, quando se tem, ou em outro na sede ou proximidades, ou, em último caso, noutra cidade. Citam que na sede é dificultosa a inserção no mercado de trabalho porque a oferta é insuficiente e a demanda crescente, e dos que conseguem trabalho, especialmente nos comércios, poucos têm carteira assinada, já que a maioria dos estabelecimentos pagam salários abaixo do mínimo ou não firmam a carteira. E adicionam: “[...] *o Ensino Superior não é valorizado em São Bernardo porque é essa a realidade que desestimula os alunos. Então pensam: estudar pra quê?*” (Professor H/escola-campo, informação verbal, 2016).

*Quando pergunto aos alunos qual o objetivo deles ao terminarem o Ensino Médio, alguns dizem que querem trabalhar logo. Outros, que querem “fazer” direito, enfermagem... Mas, de modo geral, muitos se calam, silenciam na sala, riem, brincam, demonstram faltas de perspectivas e, até, um leve incômodo pela pergunta [...]. Mesmo por trás das brincadeiras deles, se observarmos mesmo, a gente percebe isso. Aí, converso com eles e percebo que o fim do Ensino Médio parece, muitas vezes, ser o fim da escolarização pra eles [...]. Mas, o pior é a sensação de olhá-los e sentir o desânimo manifestado pelas suas frustrações. Tudo parece distante pra eles em seus olhares [...]. A pobreza dá outro tom para as expectativas desses alunos [...].* (Professor H/escola-campo, informação verbal, 2016).

Os familiares sustentam as informações do parágrafo anterior ao alegarem que:

*Falta algo para gerar emprego aqui [São Bernardo]. Muitas vezes a alternativa é sair da cidade e ir para outro lugar atrás de trabalho. Aí, você não quer que seu filho saia de perto de você, mas é o jeito [...]. [...] os supermercados [se reportando aos dois supermercados de maior expressão na sede] são os únicos que dão um emprego melhor. A não ser, eles [os jovens] ficam por aí, esperando algo aparecer*

<sup>54</sup> Em 2016.1 a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) inaugurou o seu primeiro curso de bacharelado em São Bernardo/MA: o Curso de Turismo.

*[...] [...] Tem muitos formados parados ou, então, que vão para fora trabalhar no pesado, enquanto outros, que não têm formação, “tão” trabalhando porque “tão” no cabresto [fala dos que conseguem trabalho na prefeitura através de barganhas]. [...] Tudo tem a mão deles [Família do Coriolano], saúde, educação... Aí, eles [jovens desempregados e suas famílias] têm que se oprimirem e fazerem o que eles [Família do Coriolano] querem. (Reunião de falas dos familiares dos alunos do 3º Ano, atingidos e não atingidos pelo PBF, informações verbais, 2016).*

Expõem os alunos que:

*[...] nesses trabalhos de São Bernardo você se emprega e depois a fiscalização aparece e coloca todos pra fora [...]. [...] ou você fica esperando alguém do supermercado sair pra você entrar, que é o que ainda paga um pouco melhor [...]. [...] Isso, pra não depender de política, porque ou você trabalha no comércio ou é comerciante, mesmo vendendo “coisas” que você planta, ou trabalha para o estado ou prefeitura, que é a maioria daqui [...]. [...] Aí, nisso, tanto “jovem” quanto “velho” ficam parados, porque não tem trabalho e têm medo da política. Medo dos pais ou de alguém perder o emprego [...]. [...] tem alguns ainda que fazem um serviço aqui, ali ou junta com outra “coisa” que já tem [...]. (Reunião de falas dos alunos do 3º Ano, atingidos e não atingidos pelo PBF, informações verbais, 2016).*

Para eles o fato de estarem na escola e não terem tantas expectativas de trabalho e progressão escolar, através do ENEM, desmotiva-os na vontade de se dedicarem mais aos estudos. Convivem com a pressão interior e exterior de findarem a Educação Básica e se reestabelecerem socialmente, mas, agora, por meio da continuidade dos estudos ou admissão na esfera do trabalho, devido ao risco de sofrerem discriminações por improdutividade; ou seja, o preconceito pela ausência, visto, por vezes, como incompetência, de efetivarem papéis sociais definidos nas áreas do estudo ou trabalho. Assim, fora delas lhes restam o prejuízo como marginais: aqueles que “preferem” viver excluídos da sociedade. Isto lhes preocupam, principalmente, por terem deficiências de aprendizagens e quando apresentam rendimento baixo, prevalecendo também como explicação, ligada à pobreza, para os que permanecem nessa condição escolar ou até cogitam abandonarem os estudos, por não verem mérito nele.

Referem que muitos jovens são, realmente, mais negligentes com os estudos, a ponto de reprovarem ou não terem ou manifestarem pretensões da sua sequência. Porém, deixam transluzir nas falas que, apesar de haverem muitos fatores que implicam nisso, dois se elevam como preponderantes: as influências dos grupos familiares, de amigos, da escola e seus contextos, e, mais uma vez, a falta de perspectivas em relação às oportunidades que o município pode propiciar e que se houvessem se incluiria um terceiro: como elas chegariam aos jovens alunos e seriam estimuladas quanto a sua apreensão por eles?

Portanto, a incredulidade na aprendizagem para enfrentarem provas de admissão para cursos superiores públicos e as expectativas frustradas de trabalho em relação ao município ou mesmo outros com aspectos de maior desenvolvimento, em que terão que enfrentar a concorrência pelo trabalho, os custos do deslocamento e para se manterem em

casas de parentes ou noutras, além do receio da violação do sentimento de pertença com o espaço de origem e os laços afetivos ligados a eles, repercutem sobre os alunos de modo desanimador e desestruturador, cujos reflexos aparecem no rendimento e, por vezes, na frequência, cujo índice se mantém vigilante pelas famílias atingidas pelo PBF, primeiramente, pela necessidade e importância da educação escolar enquanto caminho para um “[...] futuro melhor para os filhos [...], que possa ser diferente da pobreza que a gente [as famílias] vive<sup>55</sup>”, e, em segundo, por conta das transferências que auxiliam tanto nas compras do mês (ou seja, obter alimentos nesses municípios precarizados pela pobreza) quanto a terem os filhos na escola ao invés de ajudarem na renda através de trabalhos inapropriados que, possivelmente, perturbariam seu envolvimento com a instituição. As famílias não atingidas também mantêm a supervisão, mas de modo mais sutil e pela primeira justificativa.

Cabe-nos recuperar que as frequências dos alunos do Bolsa Família são, constantemente, verificadas pela Coordenadoria Municipal do Programa Bolsa Família na Educação em São Bernardo/MA, especialmente os motivos da baixa frequência, onde são emitidos, até, três avisos aos responsáveis para justificarem as infrequências acima do percentual permitido, quando ocorrem, sob pena de suspensão ou desligamento do programa, assim como é requerido à escola que se manifeste sobre o ocorrido e as ações instituídas para correção (dependendo do caso), além dela preencher formulários em todas as baixas a partir de 84%, acenando as suas prováveis causas conforme os itens constantes no formulário.

Recordamos ainda que o Bolsa Família se popularizou por “[...] garantir uma renda, ainda que extremamente insuficiente, a pessoas capazes de serem inseridas no mercado de trabalho, renda essa que, para as famílias em situação de extrema pobreza e/ou pobreza representa uma das únicas saídas para mitigar a fome.” (JESUS; SILVA; BOAVENTURA, 2012, p. 37-38). Para tanto, reuniu medidas sociais nas áreas da saúde, assistência social e educação, como forma de criar condicionalidades para receber as transferências de renda, ao tempo que usufrui delas sob a ideia de dar cidadania à população marginalizada pela pobreza e, conseqüentemente, negligenciada pela privação e precarização dos serviços públicos, pois propicia a ela o mínimo e ordinário acesso aos direitos sociais básicos, como a escola pública real, hegemonicamente planejada e oferecida através da sua arbitrariedade de ensino e condições de funcionamento, que em pouco ou nada atendem a natureza e especificidade da educação, entendida por nós, segundo Saviani (2011, p. 20), como:

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade

---

<sup>55</sup> Mãe C de aluno atingido pelo PBF/escola-campo, informação verbal, 2016.

de educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens.

Percebemos também que na educação escolar a inspeção do cumprimento das contrapartidas do PBF se dá pelo monitoramento, propriamente, das frequências, que para tanto necessitam de matrículas, onde o acompanhamento do rendimento se torna subsidiário, visto que não há nenhuma repreensão às famílias pela reprovação dos alunos, pois só recebem a supervisão da assistência social, enviada pelo Governo Federal, em caso da baixa frequência e trabalho inadequado dos discentes. Assim, a viabilização da escolarização através do avanço serial e, logo, a efetivação do Ensino Básico, se situa no horizonte da eficácia do Bolsa Família, dado que se espera que as frequências se expressem em rendimento favorável à progressão escolar, independente de sucederem desempenho com aprendizagens efetivas.

Desse modo, o programa não expressa em sua lei e decreto, e nem no concreto-real, maior atenção com desempenhos acompanhados de aprendizagens concretas dos alunos do Bolsa Família, pois seu limite reside na relevância de se ter frequência no percentual estabelecido. Nesses termos, conferimos que ele tem cumprido a eficiência e, até, a eficácia que promete em seus normativos. Porém, considerando a efetividade como uma correspondência mais ampla, cujos impactos incorrem sobre os planos econômicos e sociais, ele enfrenta dificuldades para se traduzir num programa social com esta projeção na educação escolar, visto que seus resultados não conseguem alcançar expressivamente e se fazerem perceber num contexto entre frequência, desempenho e aprendizagens significativas. Isso porque sua intervenção é restrita a “garantir” que os alunos estejam na escola e a concluam, entendido essa viabilidade através da frequência assídua e assistida, ainda que seus efeitos não se convirjam numa escolarização com maior nível de domínio e uso do saber sistematizado, em conjunto com sua compreensão e articulação com a autonomia e compromisso político do sujeito, e manejo disso sobre sua vida e circunstâncias que as contornam e afetam.

Com essa projeção nem os efeitos de uma escolarização autocrática, fragmentada e esvaziada, que consiga, ao menos e de algum modo, propiciar a apropriação da produção histórica e coletiva dos homens, mesmo sob uma única perspectiva, é determinada pelo Bolsa Família como algo a se assegurar, uma vez que é dificultada na e pela escola-real e ignorada pelo programa em sua assistência aos alunos atingidos por ele e ação superficial e cerceada no universo escolar; ou seja, o alunos do Bolsa família findam, por vezes, a Educação Básica sem dominar, no mínimo, a cultura enciclopédico-burguesa e isso não se configura, ao que

parece, como algo relevante ao programa ou que mereça ações complementares dele para enfrentar a pobreza. Mas, se fosse e existissem como se comportariam e quais os seus possíveis efeitos, sendo que a questão da educação escolar é bem mais profunda e complexa?

Portanto, para que os alunos do Bolsa Família se apropriem da educação formal, viabilizada por ele, é imprescindível que ela exista para eles enquanto objetividade imbuída e concretizadora da sua proposta clássica, conjugada com a natureza e especificidade da educação, e não como um direito acessado pela mera eficiência e eficácia de um programa que atinge os desiguais de forma desigual, porquanto se faz duplamente diferenciador para uma classe que já é constituída pela desigualdade, pois além de oferecer condições desiguais de acesso a educação formal, dado que sua inexistência ou oferta precária não é cobrada aos órgãos executores e isto sem prejuízos nas transferências, a estada do aluno nela e sua conclusão sem a aquisição e desenvolvimento de potencialidades não é uma preocupação, mas, como expusemos e reafirmamos, apenas o efeito horizontal da escolarização.

Sob essas configurações refletimos: O que muda ou que possibilidades futuras se apresentam para os estudantes atingidos pelo Programa Bolsa Família?

Sendo, então, o programa pensado e materializado nessas condições, os alunos do Bolsa Família que concluem a Educação Básica com pouco ou nenhum domínio dos conhecimentos sistematizados enfrentarão, muito provavelmente, mais dificuldades para reproduzirem suas vidas, porquanto os desafios das condições objetivas de acesso e manutenção do trabalho estarão multiplicados pelo ensino ineficiente que acessaram.

Nesse passo, ex-alunos do Bolsa Família teriam predisposta facilidade de retomarem, num futuro próximo, a assistência do Estado, via programas como o próprio Bolsa Família, pela não superação das vulnerabilidades decorrentes da pobreza, especialmente se gestantes, nutrízes ou com filhos em fase de estudo, pois se constituem fortes critérios para cooptação em um programa social. Assim, esses ex-alunos, concluída sua escolarização sem desempenhos que manifestem aprendizagens significativas, tenderiam a dar continuidade ao atingimento pelo Bolsa Família, mantendo a necessidade do ciclo da sua existência, devido a finalidade de mitigarem os efeitos perversos da pobreza, como a fome, sistemicamente alimentados pelas consequências da desigual e injusta divisão social do trabalho que opera no capitalismo e do qual eles já são vítimas desde a oferta arbitrária da escola, que intensifica essa divisão e os antagonismos provenientes dela, como a tensão entre as classes sociais.

Isso torna forçosa a existência do Bolsa Família criado pelo Estado e que através do programa reforça o seu papel de agente regulador da exploração de uma classe pela outra, pois, de um lado, ele alivia as sequelas da exploração numa população cuja opressão é

contribuída por ele próprio, e, de outro, nutri ao submetê-la a ordem capitalista e lhes ofertar medíocres serviços e acessos a eles, ridicularizando o que ele mesmo põe como direitos democráticos e constitucionais, e legitimando e materializando a desigualdade e a submissão a uma classe social, que se serve da pobreza como expressão maior dessa desigualdade.

Isso dirige outras reflexões: Do modo como efetivadas, as condicionalidades vinculadas à educação escolar propiciam a ruptura com a pobreza? Como? Por que o Bolsa Família não opera nos condicionantes vinculados à educação formal de modo a ampliá-los como estratégias efetivas de acesso a escolarização através da potencialização da especificidade da educação, atravessada pela assimilação de aprendizagens significativas e formas adequadas de atingi-las, para que se possibilitem melhorias, via autonomia, no modo de reprodução de vida dos alunos atingidos? Que fatores o impede?

A apropriação de aprendizagens significativas, verificada através de desempenhos estudantis que se estampam em rendimentos favoráveis tanto em boletins escolares quanto em avaliações nacionais, tem chances maiores de propiciar empoderamentos ao sujeito do que um ensino ilegítimo, que ao escolarizar mal consegue efetivar a proposta clássica da escola.

Entrar e estar na escola são desafios extensos para os sujeitos pobres e extremamente pobres. Saírem dela escolarizados e, sobretudo, com aprendizagens significativas torna-se, então, colossal frente aos desafios de permanecerem e estudarem em condições, amplamente, desfavoráveis e desmotivadoras, como as que se apresentam em grande parte das escolas públicas, notadamente as que se situam no interior do estado e, em especial, em regiões castigadas pela pobreza, deficiência da oferta e alcance dos serviços públicos de educação, além de outros, marcadas pela postura colonial e escravocrata (oligarquias), e sujeitas a um sistema econômico que se serve da acentuação e atenuação dessas contradições para se promover e reproduzir mais expressões da questão social.

Creio, então, que a educação escolar deve funcionar contra a seletividade, a segregação e, portanto, como mediadora das potencialidades humanas através da absorção dos conteúdos culturais, principalmente, pela classe trabalhadora, e não, em resistência. Mas, para isso, o ensino-aprendizagem deve ser significativo e o “clássico” e a “especificidade” devem se cumprir, favorecendo o domínio de conhecimentos, habilidades e competências, substanciais ao empoderamento dos sujeitos, para que consigam valer seus interesses pelo poder de decidirem e operarem sobre a reprodução de suas vidas de modo mais autônomo e sob perspectivas mais ampliadas, com fins a reagirem sobre as condições materiais mais severas determinadas pelo modelo capitalista discriminador, desumanizador e excludente, e que tolhe perspectivas de emancipação. Assim, resumo esta opinião nas palavras de Saviani:

Não adianta nada eu ficar sempre repetindo o refrão de que a sociedade é dividida em duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, que a burguesia explora o proletariado e que quem é proletário está sendo explorado, se o que está sendo explorado não assimila os instrumentos através dos quais ele possa se organizar para se libertar dessa exploração. (SAVIANI, 1999, p. 66).

Assim, mais do que estar na escola, sob um ensino impreciso, é necessário estar nela se apropriando do patrimônio acumulado pela humanidade de forma significativa para reinventar diferentes formas de produzir a existência, meios de se articular na realidade material e minimizar os produtos da desigualdade, quando possível, através do discernimento de mecanismos de subsistência num sistema capitalista que nunca vai deixar de produzir pobreza, trabalho precário e, tampouco, condições desiguais dos sujeitos competirem e de acirrar essa competição, porquanto são injustas as ferramentas para a concorrência.

Isto posto, a operacionalização do ensino requer do professor o trabalho educativo revolucionário, que consolide nos alunos os conteúdos culturais e a identificação e resistência à ideologia hegemônica dissolvida, socioespacialmente, na escola, cujo contexto está embebido pelo protecionismo elitista da escola mínima para as camadas populares, amparado por regimes de governos que a utilizam como reprodutora de “eleitores de cabresto”, e pelas diminutas perspectivas de superar as relações de opressão, concretizadas pela distância entre a proposta da educação escolar pública e a efetivada, sobretudo para se atingir a esfera do trabalho de forma mais igual e sobre o qual a educação mantém uma autonomia relativa.

Trata-se da constatação de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. E de que todas as outras dimensões da sociabilidade, em qualquer momento da história, sempre têm sua origem a partir do trabalho. O que significa que entre o trabalho e as outras dimensões existe uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa. (TONET, 2004, p. 07).

Demarcado o nosso entendimento, finalizamos enfatizando que possamos olhar para a realidade proposta e os resultados divulgados pelo Estado sobre as ações do Programa Bolsa Família vinculadas à educação escolar, que se restringem, hoje, a medidas focais sobre os condicionantes matrícula e frequência, e a averiguação, quando importante, do rendimento escolar a partir da taxa de aprovação e reprovação (frequência e nota), oportunizando a crítica de que apenas o término de uma escolarização esvaziada de ensino-aprendizagem não qualifica os sujeitos com competências para enfrentarem a pobreza, que por ser somente uma das expressões da questão social está subjugada a questões mais amplas, antagônicas e implexas, e cujo atual modelo econômico de produção contribui, dimensionalmente, para que ela atinja um exército de reserva, minimamente, qualificado sob a concepção pedagógica produtivista e desqualificadora do trabalho manual. Tal exército é propício às transferências de renda dos programas sociais, uma vez que o capitalismo o expropria dos meios de

produção, reservando-lhe apenas a força de trabalho, e ainda classifica e exclui os sujeitos que o integra sob os discursos das individualidades; ou seja, daqueles que conseguem demonstrar maior conhecimento e melhores potencialidades para se destacarem entre os demais, independente das adversidades protagonizadas, exaltando, assim, a lógica da empregabilidade.

Ora, enquanto o Bolsa Família apontar para o simples acompanhamento da frequência, já que para isso é preciso haver matrícula, como “garantia” de escolarização, mas sem a apreensão com as aprendizagens significativas como processos empoderadores e, portanto, com o ensino, continuaremos a ver pobres indivíduos, educados ou nem tanto, colaborando, ingenuamente e apaticamente, para a sua própria exploração e nutrição da pobreza, pois passividade estimula desmobilização e isso, por parte da camada popular, frente aos seus direitos minorados, coopera para que ela permaneça, cada vez mais, oprimida pela dificuldade de acessar os direitos sociais, se mantendo na ignorância por ter dificuldades de sair dela, pois não consegue dominar os conteúdos culturais e, anterior a isso, por vezes, não consegue acessar os mecanismos de domínio, como a escola, e sendo mantida nessa ignorância pelos que se interessam e fazem valer isso para os seus interesses.

Sob esses pontos de vista que nos aproximamos mediante as tessituras que desenvolvemos no decorrer do texto, ancoradas nas configurações que apreendemos no campo empírico acerca das nossas questões central e secundárias, ressaltamos que o Bolsa Família se faz necessário, pelo menos, para abrandar os subprodutos mais intensos da exclusão social, como a fome e a miséria, ainda que, por outro lado, ele sirva a sua reprodução e marginalização dos “beneficiários” através da “política do pão” coadunada com o arrocho sobre os direitos sociais, percebidos pelos precários serviços públicos que seus órgãos executores ofertam e as ações focalizadas e superficiais sobre o acesso a eles, e pelas resistências diluídas pela dependência das transferências de renda para sobrevivência, inclusive em regiões em que há regimes de governos mandonistas e patrimonialistas, educação escolar exaurida para a massa popular e economia com parcela relevante de movimentação ligada ao programa, além de outros, e junto a ele postos de trabalho e renda.

Sendo o capitalismo, num momento de crise econômica se desvela a crise na educação escolar como se ela nunca estivesse ali. Mas, também, nessa conjuntura especial, vigoram discussões sobre a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas sociais vinculados à educação formal e seus efeitos na vida dos atingidos. Sobre isso, os sentidos do texto expuseram ensaios para essa compreensão a partir do real-concreto do Programa Bolsa Família, mas que ainda demandam outros enfoques, visto que há interrogações mais agudas que se elevaram, como: Sendo a educação escolar um direito constitucional por que os

sujeitos precisam ser forçados a acessá-la? Qual a relação entre educação escolar e rompimento do ciclo da pobreza? A escola pode contribuir? Como?

Essas perguntas e outras estendidas neste estudo devem direcionar análises e, inclusive, outras discussões sobre elas, pois as questões delineadas não tiveram a ousadia de darem, nas tentativas que fizemos de compreendê-las e discuti-las neste texto, possíveis “respostas”, posto que a intenção seja que elas alarguem encaminhamentos para exames mais profundos sobre as contradições de um programa desenvolvido sob uma política reparadora, que se mostra incapaz de alcançar determinantes mais gerais da pobreza e que inclui os sujeitos atingidos de modo marginal, pois sua cidadania é regulada por ele. Logo, a natureza e efetivação do Bolsa Família são contraditórias e desafiadoras no quadro social brasileiro e, sobretudo, nordestino, com atenção para as peculiaridades do Maranhão. E por assim ser, todo esforço teórico e empírico de entendê-lo será importante para se ter a crítica sobre as diversas fantasias que se projetam devido a abrangência que consegue ter sobre os despossuídos.

## 5 CONCLUSÃO

Concluimos, por meio das aproximações sucessivas feitas na análise do objeto de pesquisa, que os alunos do Bolsa Família de São Bernardo/MA apresentam um rendimento (relação entre a média das faltas e média das notas) igual ou, sutilmente, acima dos alunos não atingidos pelo programa, mas, igualmente, pobres, e ainda comparecem com um quantitativo de faltas menor (rever Tabelas 5, 6, 7 e 8). Porém, embora os alunos não atingidos faltem mais, a exemplo da Tabela 7, chegando a exibirem uma média de 72,24% a mais de faltas sobre os atingidos, seu rendimento, quando se distingue, diminui num quantitativo inexpressível, como o observado de quatro centésimos. Desse modo, pelas sutis diferenças entre os rendimentos desses grupos, considerando o exame entre frequências e notas, evidenciamos que o rendimento está, intimamente, ligado a assiduidade, mas também, analisando as circunstâncias objetivas de vida dos alunos atingidos, a forma como a pobreza repercute sobre eles, pois quando esses alunos têm maior número de faltas a disparidade nas notas chega a 6,16% em relação aos não atingidos (ver Tabela 6).

Mediante isso, consideramos que as repercussões do Bolsa Família no rendimento dos alunos atingidos se dão pelo “incentivo” e supervisão da constância desses estudantes na escola, através do cumprimento da condicionalidade maior vinculada à educação escolar para recebimento das transferências de renda – a frequência. Assim, ao atingir os motivos da baixa frequência, como tempo de trabalho e trabalho inapropriado, alimentação precária ou desnutrição, material escolar e outros, o programa contribui para atenuar as barreiras que comprometem a estada dos alunos na escola. Logo, seu efeito na educação formal se limita, exatamente, no seu objetivo: promover o acesso aos serviços públicos e, neste caso, a escola, e isso por meio da frequência (já que matrícula é um pré-requisito para que ela se estabeleça), no que espera resultar em rendimento favorável (aprovação) e suceda em escolarização.

Tal forma de agir o torna eficaz, enquanto inserido numa política pública de inserção, porquanto alcança o objetivo do programa ao qual nos reportamos. No entanto, em termos de resultados sobre os atingidos ou relação entre objetivo e resultados, ou, propriamente, em termos de efetividade, o Bolsa Família colabora para o alargamento do fosso da desigualdade, pois deixa uma ruptura quanto ao seu impacto na educação escolar, visto que matrícula e, especialmente, frequência se mostram incapazes de, sozinhas, produzirem transformações relevantes na autonomia dos sujeitos para reproduzirem suas vidas; ou seja, do modo como posto, contribui, mascaradamente, para a reprodução da

desigualdade pela marginalização, pois, hoje, permanece ainda o problema do acesso a escola, sua precariedade e insuficiência, além de ser exaltado outra questão, o ensino.

Implantado há mais de uma década, o concreto-real do Programa Bolsa Família revela que sua intervenção na educação formal se faz, exatamente, sobre seu objetivo e restrita ao monitoramento da matrícula e frequência, sem efetivar nenhuma outra medida que possa ajudar os alunos atingidos a alcançarem benefícios da educação escolar que possam ir além da escolarização, como aprendizagens efetivas. O programa não denota maiores inquietações com qualquer aprendizagem dos alunos atingidos, nem na legislação que o cria e regulamenta e nem na realidade material, porquanto se trata apenas de “estar e conseguir avançar” na escola, independente de como se faça o avanço serial, cabendo aos agentes fiscalizadores validarem, somente, o cumprimento do “estar”. E isto quando os alunos conseguem estar na escola, pois o programa requer que eles tenham matrícula e frequência contínua, mas não sujeita, concretamente, estados e municípios a ofertarem instituições e instituições apropriadas, além de assegurar o acesso a elas por parte desses órgãos executores, sobretudo quando declaram “força maior ou caso fortuito” de impedimento da oferta ou quando, muitas vezes, se valem disso, cientes do não prejuízo sobre as transferências de renda, para serem negligentes em proveito próprio.

Tais ações marginalizam a formação do sujeito, seja para a cidadania, humanização ou mera inserção no mercado de trabalho, pois negam ou dificultam as possibilidades de, pelo menos, ele ter um certificado, requerido para demonstrar a certificação de habilidades e competências, que é mais fácil desenvolvê-las em outras experiências do que na escola pública real. Nessa ótica, a sociedade exige e relega a margem aqueles que não têm habilitação ou os que têm, mas “não se encaixam nos padrões do trabalho”, inculcando-lhes a ideia de que não se esforçaram o bastante para atingirem os fins e as oportunidades a que se submeteram, e maquiando o fato de que não há espaço para todos, independente do quão capacitados sejam. Sendo assim, o envolvimento do Bolsa Família com a educação escolar deveria se voltar, no mínimo, para o empoderamento dos sujeitos, com vista a tomarem curso das suas decisões e planos de ação, extrapolando a vigilância da escolarização por intermédio da matrícula e frequência, já que o modelo econômico atual não admiti nem condições e nem oportunidades iguais para todos. Mas, sendo o capitalismo e dada a configuração do programa, no pensado e efetivado, provavelmente, isso seria uma utopia.

Em todo caso, ignorar os resultados de uma educação empoderadora e implementar políticas públicas sociais através de programas que não buscam o enfrentamento significativo dos problemas sociais por meio das suas áreas e medidas de ações, é sacrificar,

duplamente, as camadas populares e reforçar contextos para políticas compensatórias que remediariam, mas não solucionam, a pobreza como uma expressão da questão social. E mesmo que fossem anunciadas “políticas resolutas ou salvadoras” elas seriam sempre utópicas neste sistema social se não atingissem a sua natureza, o trabalho. Porém, se houvessem políticas públicas sociais que se apropriassem de uma consistência emancipadora nas suas bases, como a educação escolar, e não somente em discursos e normativos que ignoram os antagonismos e parecem desconhecerem ou rechaçarem o real sentido e emprego de alguns termos, como a própria emancipação, provavelmente, elas ajudariam a trazer algum sentido de consciência que pudesse evoluir para uma consciência de classe e seguir, mesmo a passos pequenos e tropeços, para a emancipação humana, no concreto e no pensamento. Mas isto, a se esperar no capitalismo, também seria ilusório. Então, o que assistimos é que as políticas de “resolução dos problemas sociais”, quando planejadas e efetivadas, se dão de forma burocrática, desniveladas e, logo, esbarram no complexo dos complexos, o trabalho. E se elas não melhoram a relação do homem com o trabalho, complexo fundante, mesmo que tenham boas intenções, como uma “boa educação”, ainda estaremos convivendo com um sistema que continuará a manipulá-las de acordo com a sua lógica e a produzir mais desigualdade, sobretudo nos espaços mais penalizados por uma de suas expressões – a pobreza.

O discurso da “boa escola” deveria se convergir, por meio de iniciativas concretas, para a existência de boas escolas com ações pedagógicas empoderadoras no plano real, com compromisso político e competência teórica e técnica, e recursos físicos e financeiros que as permitam executarem sua proposta clássica e sua especificidade, encaminhando-as para a emancipação. Tais medidas, ao viabilizarem o reconhecimento dos sujeitos nessa escola e nessa educação escolar, motivariam o seu interesse por elas, tornando-as ainda mais atrativas, ainda que tivessem que encarar maiores dificuldades trazidas pela pobreza para estarem nelas. Nesse caso, estando inseridos no Bolsa Família, o programa só necessitaria continuar a realizar, hoje, o que se limita por meio da vigilância sobre os condicionantes vinculados à educação, pois a materialização da importância social da escola, ao ser incorporada pelos sujeitos, provocar-lhes-iam sentido na sua efetivação e luta pela sua oferta, e ao (re)descobrirem o seu valor para os caminhos da emancipação humana e formas de mobilizações ajustadas a como fazerem valerem os seus interesses ante a organização do sistema, entenderiam que a escola, ao funcionar como mecanismo de transmissão-assimilação dos conteúdos culturais dominados pela elite dominante, e sobre os quais devem se apropriar criticamente, pode favorecê-los a agirem com maior autonomia diante das lutas pela

libertação. Mas, neste contexto de assimilação do valor da escola e sua educação, qual seria a necessidade das condicionalidades do Programa Bolsa Família vinculadas à educação formal?

A apropriação dos conteúdos culturais, condições e produção do trabalho associado, e igualdade nos direitos sociais são práticas concretas de transformação social para a emancipação humana. Passos longos para o contexto que temos hoje, onde o próprio termo consciência política é deturpado. Porém, é sempre a ideia e ação de liberdade que devem nos orientar, enquanto sujeitos que reivindicam o desmonte das desigualdades e a autoconstrução do homem para uma sociedade livre de exploração, exclusão e injustiças sociais.

Por esse viés, as ações do PBF, superiores aos discursos e ao que está posto, poderiam convergir para a segurança do instrumento escola, assegurando que ela se faça adequada nos territórios carentes da sua oferta física e apropriada. Intrínseco a isto, poderia intervir para que o trabalho do professor, imbuído de formação teórica e crítica, de compromisso político e de competência técnica, também se estabelecesse de igual modo, para que o “chão” da escola se concretizasse nesse atrativo para os alunos, possibilitando-os se reconhecerem e se sentirem estimulados a estarem nela, e aprenderem, assim como o professor em trabalhar e efetuar a prática pedagógica com cerne sobre as aprendizagens significativas. Mas esta não é a sua intenção e, muito menos, a realidade, e, dificilmente será, uma vez que teria que ir contra a lógica da reprodução das desigualdades de condições.

Os jovens alunos do Bolsa Família de São Bernardo têm consciência da necessidade dessa escola e educação escolar projetadas acima, assim como têm consciência do déficit de aprendizagem que possuem, pois destacam que a pouca compreensão que têm dos conteúdos não é significativa o bastante para se submeterem, sem medo e de forma menos desigual, as avaliações externas, principalmente ao ENEM, porque não assimilaram conhecimentos mais complexos de forma substancial e efetiva. E os que conseguiram reter, muitas vezes, memorizaram de forma mecânica, superficial e temporária, somente para a realização das atividades e testes da escola, embora alguns se esforçassem para adquiri-los.

Nesses termos, firmamos que a ação do Programa Bolsa Família na educação escolar é acompanhar a matrícula e a frequência, sobretudo os motivos da baixa frequência, sobrevivendo sobre a escola quando ela é igual ou menor que 84% para que informe o que ocorreu e quais iniciativas está desenvolvendo para que essa porcentagem melhore, e sobre as famílias, através dos assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para conhecer e agir sobre as prováveis causas da infrequência com origem ou influência no seio familiar. Tudo isso para “assegurar” o acesso à educação, que é uma das finalidades do programa em relação aos serviços públicos, e ao “exercício da cidadania”. E

não foi identificada ou percebida nenhuma iniciativa que contemple o estímulo ao desempenho ou qualquer aprendizagem dos alunos atingidos pelo PBF e que terminaria por se ampliar aos demais alunos da escola, não atingidos pelas transferências, mas inseridos na mesma classe social. Portanto, na área da educação formal, sua ação é balizada, pontual e só tem respostas sobre o objetivo – acesso aos serviços públicos, observada a crítica aos órgãos executores pela deficiência do mesmo, não se percebendo substancial para imprimir efeitos mais amplos e significativos sobre os atingidos, como uma educação que propicie mais autonomia, necessária para reinventar novos modos de produzir a existência.

Por outro lado, um determinante que influi no “efeito escola” (frequência assídua que pode resultar em boas notas e o conjunto refletir um rendimento favorável que provoque a progressão escolar e isso gere a escolarização, e, portanto, a obtenção de um certificado) para os alunos do Bolsa Família de São Bernardo/MA que estão concluindo a Educação Básica é a perspectiva do trabalho, pois mesmo acreditando que esse efeito pouco os ajudará a conseguirem trabalho no município sabem que ele vai ser importante em outros espaços. De tal modo, a pouca perspectiva de trabalho orienta muitos a quererem sair da cidade ao completarem os estudos e terem condições para isso. Logo, esse mesmo raciocínio também serve de estímulo para a sua continuidade e conclusão. Dessa maneira, a realidade do lugar, que inclui ainda as condições objetivas de ensino da escola e o déficit de aprendizagens significativas, é apontada como desestimuladora dos estudos e escolarização, principalmente para os que pensam em abandoná-los ou são inclinados a isso, mas que desistem por se ancorarem na ideia (equivocada) de que a escolarização é um caminho para mudarem a sua realidade, pois o certificado os ajudará em alguma situação, mesmo noutras cidades, ficando por secundário a relevância dos estudos. Assim, voltam a se concentrar na escola. Os alunos atribuem também tal realidade, relação da educação escolar com a pouca expectativa sobre o trabalho ou, noutros termos, repercussão da baixa expectativa sobre o trabalho no seu estímulo escolar, as influências dos aspectos político-econômicos que se movimentam sobre o município, com destaque para os regimes coronelistas que operam desde 1945 até 2016, subjugados as esferas maiores, e que incidem na acanhada perspectiva de vida que opera sobre o território bernardense no plano material.

Por tudo isso, se, no âmbito do Programa Bolsa Família, a condicionalidade frequência, vinculada à educação escolar, funcionasse como medida de enfrentamento a pobreza ela seria só mais uma condição de inserção, porquanto a sua aplicabilidade se resume a “estar e, talvez, avançar” na escola, visto que são estes os fins concretos e subentendidos do programa. Entretanto, se a relação entre a condicionalidade e o enfrentamento da pobreza

pudesse ser traduzida em ensino com aprendizagens significativas se asseguraria os fins próprios do programa ao tempo em que se estabeleceria como uma *provável alternativa*, mesmo que distante, para diminuir o ciclo do Cartão Bolsa Família, que passa de pai para filho. No entanto, para isso, dependeria também de mudanças no domínio do trabalho. Assim, reiteramos que a relação, no molde em que se apresenta, constitui um mecanismo de reprodução da desigualdade e manutenção da ordem capitalista quando colabora para a vigilância da produção de mais pobres e “pobres mais educados” através do acesso a uma educação escolar que não se mostra capaz de inseri-los na esfera do trabalho de modo menos desigual, por ser precária, produtivista, fragmentada e esvaziada. Além do mais, ciente do poder que a educação formal possui, como estrutura estruturante da categoria central que é o trabalho, o capitalismo, por certo, não disporá, facilmente, da sua manobra de controle, ainda que de forma indireta, para manter a divisão entre domínio do capital e força de trabalho, e assegurar mão-de-obra barata e oprimida, ainda que qualificada. E, infelizmente, estando o programa sujeito a este sistema, ainda que reconhecidas as suas contribuições para mitigarem a fome e a pobreza, além de outras, não podemos esperar muito dele, pois não consegue agir sobre a marginalização e a exclusão dos sujeitos atingidos por ele.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, [s.l.], n° 2, vol. 4, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALMEIDA, José Coutinho de. **A Matriz: minha vida – minha gente**. [s.l.; s.n.]; 1987.

ALBUQUERQUE, M. do, C. (org.) **Participação popular nas políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PoliticaHabitacionalnoBrasil.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ANTUNES M.; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 35-70, set./dez. 2004.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. **Anais do 4ª Encontro Nacional de Grupos de Pesquisas – ENGRUP**. São Paulo. p. 132-150, 2008.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <[http://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario\\_de\\_politica.pdf](http://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004**. Estabelece o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/leis/15268-10836.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social

pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista brasileira de estudos políticos**, Belo Horizonte, UFMG, n. 46, p. 55-101, jan. 1978.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_bolsafamilia\\_10anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2016.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Natal, p. 53-75, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Jorge Abrahão de.; MODESTO, Lúcia. (Org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. [s.l.;s.n], jun. 1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>>. Acesso em: 04 de jan. 2015.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Gráfica Universitária – EDUFMA, 2004.

COUTINHO, Leonardo; BRASIL, Sandra. A perpetuação da miséria. In: **Revista Veja**, [s.l.], n. 29, abr. 2009. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/290409/p\\_082.shtml](http://veja.abril.com.br/290409/p_082.shtml)>. Acesso em: 04 jan. 2015.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

EPSTEIN, T. Scarlett.; JEZEPH, David. Development – There is Another Way: a Rural-Urban Partnership Development Paradigm. **World Development**, Tarrytown, N.Y, v. 29, n. 8, p. 1443-1454, 2001. Disponível em: <<https://www.deepdyve.com/lp/elsevier/development-there-is-another-way-a-rural-urban-partnership-development-3Y3LvYsHT0>>. Acesso em 02 fev. 2015.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos**, Cebrap, São Paulo, v. 1, p. 12-19, dez. 1981. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220420.uma\\_politica\\_de\\_desenvolvimento\\_NE.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220420.uma_politica_de_desenvolvimento_NE.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

GLEWWE, Paul.; KASSOUF, Ana Lúcia. **Qual é o Impacto do Programa Bolsa Família na Educação?** Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI), Brasília (DF), n. 107, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager107.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

GRANATO NETO, Nelson Nei; GERMER, Claus Magno. A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. **Revista Ciências do Trabalho**. Por que Ciências do Trabalho? São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 162-181, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Site**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades@: Maranhão – São Bernardo**. [Online]. [s.l]: IBGE, [2015]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=211060&search=maranhao|sao-bernardo>>. Acesso em fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios. Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Aneb e Anresc (Prova Brasil)**. [Online]. Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Localize a escola**. Brasília: INEP [Online; 2016b]. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>>. Acesso em: 30 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Enem por escola 2015**. Brasília: INEP [Online; 2016c]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem-por-escola>>. Acesso em: 16 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) das Escolas**. Nota técnica. Brasília: INEP. [Online; 2016d]. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2011\\_2013/nivel\\_socioeconomico/nota\\_tecnica\\_indicador\\_nivel\\_socioeconomico.pdf](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2011_2013/nivel_socioeconomico/nota_tecnica_indicador_nivel_socioeconomico.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Educacionais**. Educação Básica. [Online; 2016e]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 501, de 27 de setembro de 2016. Estabelece critérios e procedimentos de cálculo e de divulgação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 2015 por Escola. **Diário Oficial da União**, nº 187, seção 1, p. 53, Brasília, 28 set. 2016f.

IVO, Anete Brito Leal. **POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA e TRABALHO: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. Revista Bahia Análise & Dados: “Estado Brasileiro e políticas sociais: contribuições para o debate brasileiro”, [s.l], v. 17, n.4, p. 1121-1133, 2008.**

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

JESUS, Fernanda Ferreira de; SILVA, Marina da Cruz; BOAVENTURA, Vanessa Cunha. **Políticas públicas e programas de transferência de renda: o impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) na vida dos idosos residentes nas cidades de Cachoeira e São Félix-Ba.** Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

FERREIRA JÚNIOR, José Ribamar. **Arena da palavra: parlamentarismo em debate na imprensa maranhense, 1961-1963.** São Paulo: Annablume, 1998.

LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto; ZETTERSTROM, Lena. (Org.). **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e moradia adequada.** São Paulo: Loyola, 2002.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. **Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFBA, Salvador, 2005, 286 p. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/main.asp?view=Detalha.dissertacao&id=489>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução.** Trad. de J. Ferreira. [s.l;s.n], 1917. Disponível em: <<http://lutasocialista.com.br/livros/LENIN/LENIN,%20V.%20O%20Estado%20e%20a%20R%20evolu%20E3o.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

MARTINS, C. E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katál,** Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 35-43, jan./jun. 2007. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/servlet/dfichero\\_articulo?codigo=2925319&orden=0](http://dialnet.unirioja.es/servlet/dfichero_articulo?codigo=2925319&orden=0)>. Acesso em: 11 jun. 2013.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** [s.l;s.n]. The Marxists Internet Archive. Livro de domínio público, 1859. [Online]. Disponível em: <<http://elivros.online/book/download-contribuicao-para-a-critica-da-economia-politica-karl-marx-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 25 maio 2016.

MELO, A. de. **Fundamentos socioculturais da educação.** Curitiba: Ibpe, 2011. (Série Fundamentos da Educação).

MINISTÉRIO da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Explicativa do IDEB 2015**. [s.l.;s.n]: [Online; 2016]. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portaal\\_ideb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/nota\\_informativa\\_ideb.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/o_que_e_o_ideb/nota_informativa_ideb.pdf)>. Acesso em 23 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **NOTA INFORMATIVA DO IDEB 2015**. [s.l]: INEP, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portaal\\_ideb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/nota\\_informativa\\_ideb.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/o_que_e_o_ideb/nota_informativa_ideb.pdf)>. Acesso em out. 2016.

MINISTÉRIO do Trabalho e da previdência Social. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência – BPC/LOAS**. [Site]. 26 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/servicos-do-ministerio/servicos-da-previdencia/beneficios-assistenciais-e-de-legislacao-especifica/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MONTAÑO, Carlos E. Projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Revista Educação e Sociedade**, [s.l], n. 119, v. 33, abr./jun. 2012. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MOREIRA, Marco Antonio; MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/moreira20.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1973.

\_\_\_\_\_. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de classes**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PACHECO, Ricardo Gonçalves; MENDONÇA, Erasto Fortes. **Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário: 5).

PARÂMETROS NACIONAIS Curriculares Ensino Médio – PCNEM. **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Zuleika Felice Murrie (Coor.). [s.l;s.n], 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2016.

PEREIRA, Maria. Eunice. F. Damasceno; GUILHON, Maria Virgínia Moreira; SOUSA, Salviana de Maria Pastos Santos. Pobreza e Justiça Social: eixos articulados dos programas de transferência de renda. **Revista Temporalis**. Estado e política social: inflexões e desafios ao Serviço Social. [s.l.], Ano VI, n. 12, jul./dez. 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. 1982, 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9040/000043934%20C%C3%B3pia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed, tomo III, vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap. III, p. 172-208.

\_\_\_\_\_. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. vol. 5. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne; Susana de Gyalokay; Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 229-250.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa, 2008.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> ou <<http://static.scielo.org/scielobooks/cghr3/pdf/rodrigues-9788579820267.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **CAMPO – TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

\_\_\_\_\_. Trabalho e Educação: fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Anped, v.12, n.34, jan.-abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11 ed. SP: Autores associados, 1996. (Coleção educação contemporânea).

SCHNEIDER, Sergio. Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **CAMPO – TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, [s.l], v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n. 6, nov./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/157/1/O%20BOLSA%20FAMILIA.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.43-81, 1997. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/2253>>. Acesso em 02 fev. 2015.

SILVA, José Graziano da.; GROSSI, Mauro Eduardo Del.; FRANÇA, Caio Galvão de. (orgs.) **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SPINELLI, José Antonio. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó** – O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TOMMASI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge.; HADDAD, Sérgio. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TONET, Ivo. **Prefácio**. In: JIMENEZ, Susana Vasconcelos; RABELO, Jackline. Trabalho, Educação e Luta de Classes. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.

\_\_\_\_\_. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács. 2013.

TRIBUNAL Regional Eleitoral do Maranhão. **Eleições anteriores**: eleições 2008 – Estatística TSE. [Online]. São Luís: TRE-MA, [2016]. Disponível em: <<http://www.tre-ma.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em out. 2016.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R.(Org). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991.

VAZ, Raimundo Nonato. **São Bernardo – documentário**: história da matriz de São Bernardo – Nossa Terra, Nossa Gente. 4 ed. Sobral: Sobral Gráfica e Editora, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, vol. 23, n. 01 e 02, p. 82–98, jan./dez. 2004.

WEBER, Demétrio. Alunos com Bolsa Família têm reprovação mais alta. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 19 maio 2007, O País, p. 14. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/406568/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

WECHSLER, Solange Muglia. Criatividade e desempenho escolar: uma síntese necessária. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 8, n. 15, jul./dez. 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ilma/Downloads/6478-20848-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <[http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Bolsa\\_Familia.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Bolsa_Familia.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2013.